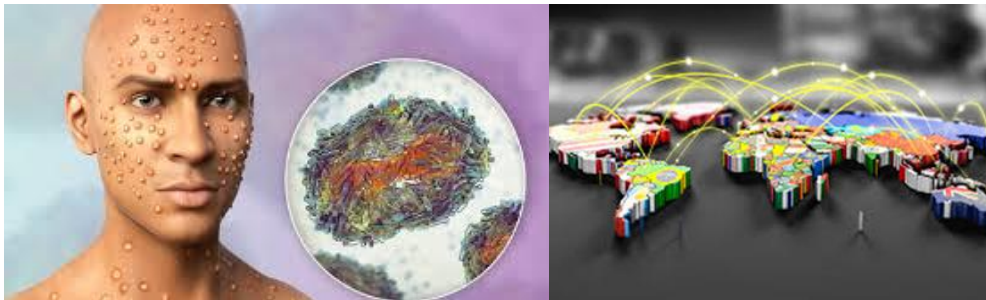
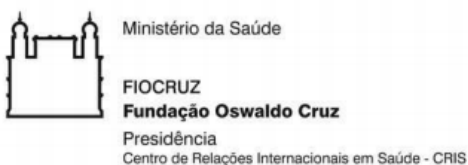


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 16/2022
16 a 29 de agosto



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger (com Érica Kastrup)	
<u>Artigos especiais</u>		
12	El dilema de la relación entre economía y salud - <i>Paolo Balladelli e Sofia Farante</i>	
16	O “duplo movimento” e a conquista da soberania - <i>José Luís Fiori</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
19	O que reflete a agenda da 77ª sessão da AGNU? – <i>Santiago Alcázar</i>	
24	Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
36	Passado, presente e futuro: Os constantes entraves no acesso às tecnologias em saúde - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão</i>	
40	O que esperar para a COP 27 sobre Clima? – <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
45	Tendências Globais de Emprego de Jovens: como elas refletem desigualdades sociais e de gênero e como foram impactadas negativamente pela pandemia da Covid-19. Qual o futuro e quais os grandes desafios? – <i>René Mendes</i>	
53	Disparidade salarial entre homens e mulheres - <i>Maria de Fátima Ramos Moreira e Luiz Claudio Meirelles</i>	
56	Relatório anual das janelas de financiamento do PNUD 2021: dois passos para trás e um pra frente? - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
62	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
66	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
68	UNCTAD: Dívida Externa, Comércio e Desenvolvimento Internacional - <i>Claudia Chamas</i>	
72	O Impacto das Guerras e Conflitos na Vida de Crianças, ODS 5 em Foco, Série sobre Saúde Mental de Jovens e a Desafiadora Jornada de Vacinação Infantil e Prevenção do Monkeypox - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
82	Todo dia é dia de eliminar a fome - “Não deixar ninguém para trás” deve ser prioridade permanente na agenda global de segurança alimentar e nutricional - <i>Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell</i>	
86	Equidade de gênero, educação e projetos de futuro - <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	

Movimentos sociais globais e saúde

- 88 A persistência da tríade: conflitos e guerras, crise climática e doenças (re)emergentes - *Marciglei Brito Morais, Laurenice Pires, Patrícia Lewis, Lara Daibert, Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Luis Eugênio de Souza*
- 96 Em busca de bases teóricas contemporâneas para compreender e projetar uma ação efetiva dos movimentos sociais de interesse público na saúde global como parte de um questionamento profundo do mundo neoliberal - *Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 101 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 107 No G7, Alemanha em busca de gás; no G20, Fiocruz e outras instituições apresentam suas experiências de produção local. OCDE publica novo relatório econômico - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 114 Política externa chinesa e a cooperação sino-russa no cenário de mudança da ordem internacional - *Claudia Hoirisch*
- 117 Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 125 Comitê Regional para África da OMS 2022 - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 141 Seis meses de guerra na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 143 Em meio aos impactos antecipados das mudanças climáticas, Egito organiza a COP27, enfatizando necessidades da região MENA - *Lúcia Marques*
- 151 Nova representação: China - *André Costa Lobato*
- 155 Notas de atualização EUA – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 158

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 161

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 162

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 16/2022 – 16 a 29 de agosto de 2022

Apresentação

Um milhão de mortes no mundo por Covid-19, em apenas 8 meses de 2022. Desde o início da pandemia contabilizam-se mais de 6,5 milhões de vidas perdidas, número que a maioria dos especialistas consideram subnotificado. Ainda que os números venham se contraindo, a OMS ainda não considera que tenhamos nos livrado do flagelo.

Novidades políticas de relevo para nossa região vêm da crescente impressão de que a ‘onda rosa’ – nova leva de governos progressistas na ALC – se consolida, e relações diplomáticas vão pouco-a-pouco se consolidando na direção da bem-vinda articulação entre os países. A troca de embaixadores e reuniões entre Chile, Colômbia e Venezuela é um sinal. A nota destoante, neste tocante, foram as declarações de Bolsonaro sobre estes novos governos democráticos, no primeiro debate da corrida presidencial brasileira, que levou a protestos dos governos citados.

Dia 31 de agosto foi o último dia de Michele Bachelet como Alta-Comissária para Direitos Humanos da ONU, onde realizou um trabalho que deixa saldo muito positivo. No posto, participou, como painelistas principais, de dois Seminários Avançados do CRIS. A Argentina apresenta a candidatura de seu embaixador em Genebra, Federico Villegas, para a função.

Agosto termina, setembro começa seu ciclo de grandes eventos globais, entre os quais se destacam, no segundo semestre, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro; a Cúpula do G20, em outubro; a COP 27 do Clima, em novembro; e a COP 15 da Biodiversidade, em dezembro, todos com imensas repercussões sobre a saúde global. Nas Américas, a Conferência Pan-americana de Saúde, em setembro, e a Cúpula Ibero-americana, em novembro, na República Dominicana. Os analistas dos Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde estarão atentos para trazer aos nossos leitores a análise mais cuidadosa e acurada.

Mas temos ainda os grandes momentos políticos da última quinzena de agosto para analisar e comentar.

Trazemos neste caderno dois *artigos especiais*. **Balladelli e Farante** abordam o sempre desafiador dilema da relação entre **economia e saúde**. Depois de analisar os impactos de diversos fatores sobre a economia global, defende a necessidade de uma maior solidariedade internacional, baseada em um novo contrato social, ancorado nos direitos humanos e numa efetiva gestão da economia global na direção da equidade. **Fiori** analisa os desafios e possibilidades de sucesso da emergência da nova onda rosa na América Latina, em função da conjuntura política internacional e do jogo dos blocos de poder que disputam a hegemonia global.

Alcazar apresenta, com a propriedade de sempre, as perspectivas da 77ª Assembleia Geral das **Nações Unidas** quanto à sua possível influência sobre a agenda da saúde global. Analisa os principais pontos da vasta agenda política global, que se define por ocasião da AGNU, chamando a atenção para os pontos mais polêmicos, num momento político extremamente sensível, no qual a guerra na Ucrânia não apresenta perspectivas de solução, a promessa de atingir as metas da crucial Agenda 2030 está longe de se realizar, as inequidades sociais, econômicas e ambientais crescem, e uma crise do multilateralismo se aprofunda.

Complementando o cenário que se visualiza nas Nações Unidas, *De Negri filho* foca a atenção na agenda de trabalho da 51ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)** (Genebra 12/09 a 7/10 de 2022). As sessões do CDH correspondem a uma colheita e semeadura de temas: há aqueles em desenvolvimento, demandados pelo Conselho em Sessões anteriores, e novas demandas ou atualizações são colocadas, dando o pulso prospectivo sobre os conflitos em torno aos direitos humanos no mundo. Por esta razão, a leitura da agenda termina sintetizando os desafios em matéria de direitos humanos, com a persistência de certos temas refletindo sua complexidade e/ou falta de solução satisfatória. Ao longo do tempo, a análise permite entender a ascensão e queda de certos direitos na agenda do CDH também como reflexo da correlação de forças e interesses dos países representados no Conselho, assim como a conjuntura mundial em marcha. Questões como o conflito palestino-israelense ficam congeladas e assumem uma urgência cronificada pela sua não resolução e colocadas em segundo plano frente ao foco de interesse imediato como o conflito russo-ucraniano. Sem falar dos conflitos “esquecidos” como o caso do Yemen, da RDC ou de Myanmar.

A pandemia de Covid-19 tem agora um novo ciclo de balanços e perspectivas, mas vai perdendo força. Temas reemergentes na pauta de decisão, como o direito ao desenvolvimento, arrastam a falta de consenso e são mantidas mediante a criação de mandatos e demandas de produtos; é o caso do Tratado pelo Direito ao Desenvolvimento.

A existência de relatorias especiais, mecanismos de especialistas, estudos solicitados ao Comitê Assessor, seminários e programas regulares de debates sobre os temas podem mantê-los vivos para além das conjunturas imediatas e são recursos de médio e longo prazo e folego político expandido. Talvez a saúde global necessite uma estratégia para manter-se na agenda de interesse do CDH, frente ao declínio do tema associado à naturalização ou endemização da Covid-19.

Na **OMS**, segundo nossos analistas *Reges, Bermudez e Galvão*, os diversos eventos da última quinzena reiteram a importância do acesso universal e da produção local de medicamentos e outras tecnologias em saúde. Durante a 72ª. sessão do Comitê Regional da OMS para a África, dentre as muitas pautas abordadas, uma das principais é que no continente em que Monkeypox é enfermidade endêmica, e no qual pesquisas essenciais para compreensão da doença vêm sendo desenvolvidas há décadas, nenhuma dose vacinal está disponível. Por outro lado, um avanço neste sentido na região foi que a Universal Corporation Ltd (UCL), uma farmacêutica do Quênia, se tornou a primeira fabricante a obter pré-qualificação da OMS para produzir sulfadoxina-pirimetamina, medicamento utilizado para prevenir a malária em mulheres grávidas e bebês.

Em relação à vacinação de Covid-19, o SAGE atualizou pela primeira vez as recomendações sobre a segunda dose de reforço de vacinas contra a enfermidade, reiterando as evidências crescentes sobre os benefícios para grupos selecionados de pessoas, como idosos, adultos com comorbidades e profissionais de saúde.

Por fim, destacam alguns importantes eventos realizados na quinzena, como a consulta do R&D Blueprint da OMS para aplicar as lições científicas aprendidas durante a pandemia de SARS-CoV-2 e outros surtos recentes para atender às necessidades de pesquisa de agentes desconhecidos capazes de futuras pandemias – Patógeno X. Outro importante encontro é a Cúpula Anual H2O da Saúde, uma plataforma anual independente em apoio às agendas da Presidência do G20, organizada pela Parceria de Saúde e Desenvolvimento do G20 e copatrocinada pelo *Think 20* (T20) Indonésia.

No espaço dedicado ao amplo tema ‘ambiente e saúde’, **Magalhães e Galvão** trazem informações sobre a COP-27 do clima, que vai ocorrer em um contexto de instabilidade econômica por conta da guerra na Ucrânia, que pode influenciar nos compromissos e ações dos Estados-membro. Entretanto, os EUA, que mais se opôs aos acordos climáticos e por ocupar a posição de maior emissor histórico de gases de efeito estufa, apresentou um projeto de lei ambicioso no Congresso que pretende levar à redução de cerca de 40% das emissões comparada ao período de 2005 – o que se espera, não ficará apenas em palavras. Contudo, é uma medida interna que prevê que também seja honrado o compromisso de financiar ações mitigadoras externamente (contribuir para os US\$ 100 bi em financiamento aos países em desenvolvimento). Em resolução, o Conselho de Direitos Humanos da ONU alerta para a ameaça em vários direitos por questões ambientais e exorta para a necessidade de mudanças e ajuda aos países em desenvolvimento.

Ainda no âmbito do *grupo de ambiente e saúde*, saudamos a estreia do analista **René Mendes**, destacado especialista brasileiro no tema da **saúde do trabalhador**. Apresenta uma síntese dos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho, em 2022, construída a partir da tradução de publicações institucionais da OIT, revista e ajustada ao contexto brasileiro, onde pertinente.

O texto que abre a série para temas de interesse para o campo da **Saúde do Trabalhador** nestes Cadernos, serve, emblematicamente, para mostrar a importância da categoria Trabalho nas reflexões sobre a “teoria da determinação social do processo saúde-doença”, ou do Trabalho enquanto um “determinante social”, não apenas para uma “saúde dos trabalhadores e trabalhadoras”, mas para a Saúde, como um todo, em sociedades capitalistas. Sem trabalho não há saúde!

A escolha deste tema mostra, de forma muito emblemática, a confluência das preocupações pelo viés do Trabalho – no caso, o emprego de jovens e os impactos adversos decorrentes da pandemia da Covid-19 – com o viés da Saúde. No caso, a saúde dos jovens, isto é, na tão complexa quadra da vida em que devem estudar, mas também se preparar para as carreiras profissionais, e estas expectativas de educação e trabalho são muito diferentes, segundo classes sociais. A somatória de expectativas pode avançar em territórios de risco para a saúde, para a educação e para as futuras carreiras profissionais, na medida em que crescem expectativas (ou necessidades reais) de que crianças e adolescentes trabalhem precocemente. O trabalho infantil e de adolescentes não é apenas uma questão moral, mas, infelizmente, em muitas sociedades de classes é ainda uma chaga presente. O estudo da OIT trata do trabalho de “jovens” ou “trabalho juvenil”, e estas fronteiras de idade e ‘legalidade’ não têm muito sido claras, em algumas culturas e em alguns países, como no Brasil, infelizmente.

Ainda da área da **saúde do trabalhador**, **Moreira e Meirelles** analisam a *disparidade salarial entre homens e mulheres*, registrada globalmente, ressaltando que as diferenças salariais relacionadas ao gênero tendem a ser maiores na área de saúde e assistência do que em outros setores da economia sem vinculação com a saúde. A segregação de gênero é uma característica disseminada nessa área em todo o mundo. A desigualdade salarial entre homens e mulheres varia significativamente em todos os países, com tendência de alta nos quartis superiores da distribuição salarial.

Martins e Souza analisam o relatório anual de prestação de contas de 2021 do **PNUD**, destacando seu modo de financiamento, denominado janelas de financiamento (funding windows). Elas são o principal instrumento do Programa para o financiamento temático de

recursos. O PNUD alcançou a captação de US\$ 84 milhões e descreve as despesas gastas com projetos que atingiram US\$ 90 milhões, representando quase o dobro de 2020. Houve uma queda significativa de investimentos, e ainda existe um desequilíbrio financeiro entre as janelas temáticas. Não obstante, são reconhecidas algumas pequenas vitórias, como um aumento importante no investimento do tema da pobreza, e aumento na promoção de gênero dentro dos designs dos projetos selecionados.

O grupo de **migração refugiados e saúde**, sob a coordenação de **Deisy Ventura** traz informações sobre o fórum *Empresas com Refugiados*, ocorrido no mês de agosto para a promoção de boas práticas de diversidade, equidade e inclusão de pessoas migrantes e em situação de refúgio. O dia mundial humanitário foi comemorado em 19 de agosto e o informe traz algumas das principais atividades de caráter humanitário conduzidas atualmente por agências da ONU em Roraima. Também em RR, em Boa Vista, ocorreu um importante mutirão para a atualização da documentação de pessoas migrantes e refugiadas. Na sequência, a Assembleia Geral da ONU recebeu, no último mês, um relatório sobre *migração e desenvolvimento*, apresentado no informe. O grupo finaliza reportando a situação das quase 1 milhão de pessoas dependentes da cooperação humanitária no campo de Cox's Bazaar, em Bangladesh.

Diversos temas são abordados no campo da **saúde da mulher, criança e adolescente**, pelas autoras **Massari, Gomes e Carvalho**. Das Nações Unidas, destacam a publicação de dois Relatórios de Representantes Especiais do Secretário-Geral, sobre *Crianças e Conflitos Armados* e sobre *Violência Contra Crianças*. Do **UNICEF** capturam a informação que a guerra na Ucrânia já deixou quase 1.000 crianças mortas ou feridas e que crianças enfrentam seca mortal no Chifre da África. O **ONU Mulheres** lembra um ano da tomada do Afeganistão pelo Talibã e a situação das mulheres e coloca o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 em foco. Do *The Lancet*, apresentam notas sobre 'Uma Era de Incertezas: a saúde mental dos adolescentes'. Da **Organização Pan-americana da Saúde** chamam a atenção para a desafiadora jornada de vacinação infantil e para a iniciativa conjunta com o Ministério da Saúde do Brasil sobre a Campanha para Prevenção de Monkeypox

Oliveira e Silva, Nilson e Eli, discutem o tema selecionado para o **Dia Mundial da Alimentação de 2022**: Não deixar ninguém para trás (*Leave no one behind*). Esse lema está diretamente relacionado à incapacidade de evitar e reverter as violações ao direito humano à alimentação e nutrição adequada e envolve a discussão das transformações necessárias nos sistemas alimentares globais. Os sistemas alimentares hegemônicos são causas de doenças, de desigualdades e da fome e, por isso, não são parte da solução. É preciso ter a perspectiva permanente do direito humano nas agendas para não deixar ninguém para trás, no campo e nas cidades, garantindo a saúde humana e planetária, transformando os sistemas alimentares para eliminar a fome e promover saúde a partir da alimentação.

Ancorado na ODS 5, equidade de gênero, a **Unesco-Brasil** publicou, em agosto de 2022, o projeto: "#Educastem2030: iniciativa UNESCO de mobilização e *advocacy* pela educação para meninas e mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática no Brasil", que visa a contribuir para a transformação, a partir de projetos de vida de meninas e meninos, e priorizando os estudantes pertencentes aos grupos de maior vulnerabilidade social: negros, indígenas, quilombolas, LGBT e de baixa renda. Este é o tema abordado por **Rodrigues, Gaspar e Sanglard**.

O secretariado da **UNCTAD** preparou dois relatórios em cumprimento à resolução 76/193 da Assembleia Geral, analisados neste Caderno por **Cláudia Chamas**. O primeiro texto intitulado “*A Sustentabilidade da Dívida externa e o Desenvolvimento*” fornece análise dos indicadores básicos da sustentabilidade da dívida externa dos países em desenvolvimento em 2021 e no primeiro semestre de 2022, no contexto mais amplo das tendências das últimas duas décadas. Além disso, aborda a vulnerabilidade dos países mais pobres afetados pela crise multidimensional: a pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e as mudanças climáticas, fatores que podem levar a crises da dívida nos países em desenvolvimento. O segundo relatório é intitulado “*Comércio e desenvolvimento internacional 2022*”. A análise aponta que a guerra em curso na Ucrânia constituiu desafio direto à política econômica e social inclusiva. A volatilidade dos mercados de alimentos, combustíveis e fertilizantes, juntamente com o aumento acentuado dos custos comerciais, representam sérios riscos para grupos vulneráveis e inseguros, especialmente aqueles em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

No capítulo sobre as **instituições financeiras internacionais**, **Cazumbá** sinaliza que o **BID** lançou plataforma para fortalecer as boas práticas no âmbito das mudanças climáticas. Aponta que o **Banco Mundial** liberou recursos liberados para a América Latina e Caribe. Finalmente, chama a atenção para a Estratégia do **FMI** para a integração de gênero.

Segundo o grupo liderado por **Luís Eugênio de Souza**, na segunda quinzena de agosto, as **organizações da sociedade civil** manifestaram-se com menos frequência em relação a outros meses, talvez por conta do verão no hemisfério norte. Das cerca de 45 instituições acompanhadas, 23 OSC publicaram matérias de interesse da Saúde Global. Os conflitos, as guerras e os desdobramentos dos cenários de violência seguem como pautas principais. Há a manutenção de temas relacionados a meio ambiente, questões de gênero, doenças não transmissíveis (DANT) e doenças infectocontagiosas. Em fragmentos, surgem abordagens importantes sobre saúde mental, acesso a medicamentos, força de trabalho em saúde, juventude e envelhecimento.

De Negri filho vai em busca de bases teóricas contemporâneas para compreender e projetar uma ação efetiva dos **movimentos sociais de interesse público na saúde global** como parte de um questionamento profundo do mundo neoliberal. Considerando a dificuldade da leitura, em particular de livros de filosofia política e teoria crítica, apresenta aos leitores deste Caderno o recurso das sínteses ou resenhas gráficas do argentino Claudio Alvarez Terán na forma de vídeos em youtube (com links para cada obra). Propõe a leitura simultânea de sete livros que, lidos como um conjunto, formam uma totalidade e ajudam o leitor a avançar na crítica sistêmica do mundo, permitindo compreender onde estamos e para onde podemos ir, transformando o lugar e o tempo em que vivemos. As obras são: “*A tirania do mérito. O que aconteceu com o bem comum?*”, do filósofo norte americano Michael Sandel, publicado em 2020; “*A era do vazio - ensaios sobre o individualismo pós-moderno*”, do filósofo francês Gilles Lipovetsky, de 1983; “*A perda da ambiguidade – sobre a univocação do mundo*”, do arabista e islamólogo alemão Thomas Bauer, de 2018; “*O povo sem atributos: A revolução secreta do neoliberalismo*”, da filósofa e politóloga norte americana Wendy Brown, de 2015; “*Trabalhos de Merda*”, do antropólogo norte americano David Graeber, de 2018; “*Não sejas tu mesmo - Notas sobre uma geração cansada*”, de Eudald Espluga, filósofo catalão, de 2021; e “*Sorria ou morra, a armadilha do pensamento positivo*”, de Barbara Ehrenreich, de 2009.

Afirma o analista que esses recursos didáticos e a reflexão sobre suas mensagens buscam movimentar nossas incidências com outra dimensão e intensidade. E que tais produções teóricas, de diferentes campos das ciências humanas, permitem instabilizar nossa leitura, acomodada na dimensão tecnocrática e despolitizadora da democracia, da saúde e das políticas

econômicas e sociais, exigindo criatividade e audácia para romper os limites de nossos pensamentos e ações

No espaço da **cooperação sul-sul**, **Ungerer** reporta que o **UNOSSC** está a pleno vapor para a realização da 11ª EXPO Global de Cooperação Sul-Sul (GSSD EXPO 2022), a ser realizada de 12 a 14 de setembro de 2022, na Tailândia, cujo tema central será *Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente*. Além disso, iniciou esta semana, juntamente com o UNDRR GETI, a OPAS e OMS, um treinamento conjunto sobre a transição para a gestão de riscos complexos e futuros urbanos resilientes: aproveitando a cooperação Sul-Sul e aprendendo com a Covid-19.

A analista informa ainda que o **G-77 e a China** manifestaram seu desagrado sobre a consulta informal sobre o documento para a “Cúpula do Futuro” estar sendo realizada durante o período de férias, em que muitas delegações se encontram ausentes; o Grupo insiste que as discussões deveriam ser bem amplas e abrangentes o suficiente para acomodar as considerações de todas as delegações, inclusive as menores. Considerando que o relatório “Nossa Agenda Comum” é uma agenda de ação destinada a acelerar a implementação dos acordos já existentes, incluindo os ODS, seu texto original não deve ser alterado. Sem destaque do **MNA** no período e sem destaque sobre a saúde do **Centro Sul**, a analista destaca somente o documento de pesquisa do Centro Sul que discute o papel dos Direitos Humanos e a Ciência.

Ao analisar os **BRICS**, nossa analista **Cláudia Hoirisch** refere que o pensamento de política externa do presidente Xi é o princípio orientador da diplomacia chinesa, pois reflete as abordagens da China às relações internacionais, à política de grande potência e às instituições internacionais. A estreita relação entre China e Rússia é uma das características mais marcantes da evolução das relações internacionais no início do século XXI. A mudança da ordem internacional criou áreas para a cooperação sino-russa, que estão buscando cooperar para evitar a “OTANização” do ambiente de segurança do Leste Asiático. A cooperação da tríade China, Rússia e Índia é fundamental na prevenção da escalada do confronto e na estabilização das relações entre as grandes potências. Rússia e China irão cooperar no campo de semicondutores, IA e alta tecnologia para que a Rússia enfrente as sanções americanas devido ao conflito e a China enfrente a competição acirrada com os EUA na esfera de alta tecnologia. China e Rússia podem contribuir para ligar ainda mais as instituições plurilaterais para o desenvolvimento de “um novo tipo de relações internacionais”. Pequim e Moscou são capazes de manter a estabilidade de suas cadeias produtivas conectando suas instituições plurilaterais por meio da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e do Quadro econômico Indo-Pacífico (IPEF). Ao mesmo tempo, China e Rússia também podem continuar a promover uma ideia de zona de livre comércio como parte da interface entre a BRI e a União Econômica Eurasiática (UEE), a fim de fortalecer a estabilidade geoeconômica no coração da região da Eurásia.

Burger, Esteves e grupo analisam os grupos de países ricos, sinalizando que no **G7** há poucas novidades na quinzena, mas que Olaf Scholz fez uma visita a Justin Trudeau, que pareceu ter como principal objetivo, para a Alemanha, tratar do fornecimento de gás líquido. No **G20**, discussões relacionadas aos temas de saúde e gênero foram o foco. Para além das questões dos impactos do Covid-19, especialmente no que tange às perspectivas de gênero, a crescente resistência antimicrobiana aos antibióticos aparece como ponto de destaque na agenda do bloco, demandando ações coletivas imediatas por parte dos membros. A Fiocruz participou do Grupo de Trabalho da Saúde, apresentando sua experiência na pesquisa e produção de Vacinas, Terapêuticas e Diagnósticos. Novo relatório da **OCDE** aponta desaquecimento das trocas comerciais e de serviços entre as principais economias do mundo no segundo trimestre de 2020.

O informe sobre **América Latina e Caribe**, traz breves análises sobre importantes relatórios lançados pela CEPAL: (1) *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2022: dinâmica e desafios do investimento para impulsionar uma recuperação sustentável e inclusiva*; e (2) *Dois anos da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe: reflexões para avançar em direção a sistemas de saúde e proteção social universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes*. **Tobar e Minayo** abordam também o Seminário Internacional da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe e do Banco de Desenvolvimento de América Latina e o XXII Conselho Presidencial Andino. Por fim, relata dois relevantes eventos sobre saúde e economia e diagnósticos em tuberculose, promovidos pela ORAS-CONHU.

Silva, Cá, Manóche e Rosenberg, no seu informe sobre **África**, detém-se na reunião do *Comitê Regional Africano da OMS*, principal encontro de saúde pública realizado anualmente na Região. O evento discutiu e chegou a um acordo sobre medidas para reduzir o fardo das doenças, procurar as formas de reduzir os fatores que motivam os problemas de saúde e aprovou as estratégias para promover o acesso aos serviços de saúde e o bem-estar dos cidadãos. Os delegados apoiam medidas para fortalecer resposta a emergências e promover a utilização de soluções tecnológicas para enfrentar os desafios sanitários, com base nas lições aprendidas da resposta à pandemia da Covid-19.

A guerra na Ucrânia completa 6 meses, sem perspectiva de trégua ou término. Enquanto o fogo continua a arder, **Freire** informa que o **continente europeu** vê a maior onda de paralizações dos últimos 30 anos e uma nova onda migratória de pessoas em busca de melhores condições de vida. Na volta das férias de verão, ministros da UE se reúnem informalmente, com a guerra no centro das agendas. Na Ucrânia, escolas localizadas em territórios de dominação russas já estão adaptadas à “nova cultura”.

Dos EUA à **Ásia Sudeste**, passando pela Europa, região **MENA e Ásia Sul**, o planeta arde, esturrica, se afoga, descongela, segundo **Marques**. E insegurança alimentar, insegurança energética, insegurança hídrica e doenças decorrentes já são realidades. Consequências dos impactos antecipados das mudanças climáticas. O relatório do IPCC, divulgado em março, aponta que, com a aceleração da crise climática, seus efeitos tendem a se intensificar em um período de tempo cada vez mais curto. É o que estamos assistindo acontecer na Coreia do Sul, China, Hong Kong, Índia, Vietnã, Filipinas, Paquistão, Afeganistão, Turquia, Iêmen, Iraque, no Chifre da África, no Sahel e tantos outros lugares, impactando os meios de subsistência, destruindo estruturas, e afetando a saúde das pessoas. Em meio a esse cenário de eventos climáticos extremos e múltiplas crises que atingem o planeta e com a transição para fontes de energia renovável parecendo estagnar nos últimos meses, a esperança é que a COP27, que vai acontecer no Egito, consiga tirar do papel os planos de mitigação, adaptação e financiamento climáticos da mesa de negociações para a o mundo real. Egito vai trazer as necessidades da região MENA - que quase não desempenhou nenhum papel no aquecimento global, mas sofrem um impacto desproporcional das mudanças climáticas, com secas, inundações e desastres naturais, gerando fome, instabilidade e conflito. Em meio a tantas crises, China avança e reafirma sua cooperação com o Oriente Médio e África.

Novo embaixador do Brasil na **China** entrega credenciais ao MRE Chinês. Marcos Bezerra Galvão sucede a Paulo Estivalett, que havia sido nomeado em 2018. Comissão Nacional de Saúde sediará sistema para tratar de estímulo demográfico. Governo chinês perdoa dívidas, elimina tributos importados de países pobres e reforça pedido para que União Africana entre no G20. São os destaques do analista **André Lobato** para o Caderno 16.

Galvão informa, sobre os **EUA**, que a liderança democrata conseguiu a unidade partidária total em ambas as Casas para aprovar o projeto que tenta passar desde que a Administração Biden-Harris assumiu, em janeiro de 2021. O pacote de mais de US\$ 700 bilhões inclui os investimentos mais extensos do país em novas iniciativas climáticas; permite ao Medicare negociar alguns preços de medicamentos, estende subsídios ao Obamacare (*Affordable Care Act*), reduz o déficit com um imposto mínimo corporativo de 15% e com um imposto sobre as recompras de ações corporativas.

Continuamos a postos. Obrigado pela leitura e pelos muitos comentários e sugestões que nos chegam. Boa leitura para este novo Caderno, o décimo-sexto do ano, que preparamos com esmero para informar-lhe sobre este fascinante e desafiador campo da saúde global e da diplomacia da saúde que contribui para o destino, não só do mundo político, como também para o futuro da humanidade

Rio de Janeiro, Mangueiras, 31 de agosto de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

El dilema de la relación entre economía y salud

Paolo Balladelli e Sofia Farante

El mundo continúa a enfrentar desafíos sumamente graves: desde la pandemia del Covid-19 a la crisis del cambio climático, a las crecientes desigualdades y divisiones. Estos fenómenos están teniendo un costo enorme en la sociedad en su conjunto en términos de calidad de vida, pérdida de vidas y económicas.

El reciente informe de las Naciones Unidas sobre el progreso hacia los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030 indica que las múltiples crisis globales llevarán a un aumento de personas que viven en la pobreza extrema en el 2022 entre 75 y 95 millones.¹ Los pobres y las poblaciones más vulnerables son quienes están siendo más amenazados por los graves trastornos sociales y económicos.² Durante la pandemia, millones de personas no pudieron acceder a la salud simplemente por falta de dinero.³ En 2020, más de 4 mil millones de personas no tenían protección social, una brecha que necesita ser resuelta de un modo estructural y sostenible. Por estas razones, las acciones políticas para contener la propagación del virus y mitigar el impacto de la crisis económica subsiguiente deben ser lo más inclusivas posible.⁴

Cómo declaró en 2021 la OPS: “Las inequidades en la cobertura de vacunación son innegables”.⁵ La pandemia sigue siendo el mayor riesgo para la salud económica, y su impacto se ve agravado por el acceso desigual a vacunas, pruebas, tratamientos y equipos de protección individual EPI.⁶ El proceso de vacunación contra el COVID-19 ha visibilizado asimetrías pre-existentes entre los países desarrollados y en desarrollo así como la alta heterogeneidad que existe entre y en los países de América Latina y el Caribe.⁷

Como anunció el High-Level Political Forum (HLPF) 2022, que se llevó a cabo en julio 2022 bajo los auspicios del ECOSOC, “la pandemia ha revertido los esfuerzos para lograr los ODS”.

¹ United Nations. 2022. The Sustainable Development Goals Report

² Nora Lustig, Mariano Tommasi, 2020. COVID-19 and social protection of poor and vulnerable groups in Latin America: a conceptual framework. CEPAL Review N° 132.

³ Camilo Cid y M. L. Marinho, “Dos años de pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe: reflexiones para avanzar hacia sistemas de salud y de protección social universales, integrales, sostenibles y resilientes”, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2022/63), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.

⁴ Nora Lustig, Mariano Tommasi, 2020. Op. cit.

⁵ Organización Panamericana de la Salud (PAHO). 2021. Controle da COVID-19 nas Américas levará anos se vacinação continuar em ritmo lento, afirma diretora da OPAS. <https://www.paho.org/pt/noticias/9-6-2021-controle-da-covid-19-nas-americas-levara-anos-se-vacinacao-continuar-em-ritmo>. citado en Castro-Nunes P, Ribeiro GR. Equidade e vulnerabilidade em saúde no acesso às vacinas contra a COVID-19. *Rev Panam Salud Publica*. 2022;46:e31. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.31>

⁶ The World Bank. 2021. Joint Statement of the Multilateral Leaders Task-force on the Strategies to Accelerate the Supply and Deployment of COVID-19 Vaccines Following its Fifth Meeting. <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2021/10/30/joint-statement-of-the-multilateral-leaders-taskforce-following-fifth-meeting>

⁷ Camilo Cid y M. L. Marinho, “Dos años de pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe: reflexiones para avanzar hacia sistemas de salud y de protección social universales, integrales, sostenibles y resilientes”, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2022/63), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.

En su sesión de apertura, el Director General de la Organización Mundial de la Salud, Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacó que “sin salud no hay desarrollo sostenible, por lo cual se necesita promover la salud a través de una acción multisectorial y el fortalecimiento de las alianzas”.⁸

La pandemia ha visibilizado la estrecha relación bidireccional que existe entre economía y salud⁹ ya que la salud de la población es un factor esencial para el crecimiento y desarrollo económico y la reducción de la pobreza,¹¹ y viceversa.

La guerra en Ucrania y otros desafíos globales como son la falta de alimentación y energía y la crisis financiera internacional son elementos que deben ser considerados para crear los presupuestos de la recuperación económica a nivel global.

El incremento del costo energético y de los alimentos, la ruptura de cadenas de suministro durante la pandemia ha contribuido en aumentar la inflación global, con un impacto desproporcional sobre los países en desarrollo. Este panorama podría empeorar la pobreza y la desigualdad de las poblaciones, causar conflictos sociales e inestabilidad política. Además, la inflación global en aceleración, causada por un aumento del costo energético y de los alimentos, así como también la ruptura de cadenas de suministro por la pandemia y una aceleración de los mercados en países desarrollados, están afectando de manera desproporcional a los países en desarrollo y están creando desafíos adicionales.

Por los motivos antes enunciados, se necesita de una mayor solidaridad internacional basada en un nuevo contrato social anclado en los derechos humanos y una mayor gestión y priorización de la paz, la economía, la salud, entre otros.

La situación actual exige además medidas urgentes en múltiples frentes conectados entre ellos: a) el frente epidemiológico y de los sistemas de salud, que deben ser fortalecidos en su capacidad de atender a poblaciones vulnerables; b) el frente económico que necesita de políticas y reglas de sostenibilidad ; c) el frente del mercado de trabajo con garantías de respeto de los derechos además de una productividad ‘sana’; y iv) el frente de la protección social, que requiere optar por sistemas integrados, intersectoriales y sostenibles.¹²

En otras palabras, urgen medidas globales, regionales y nacionales que apoyen una recuperación económica equitativa y sostenible, integrando políticas de salud, económicas y sociales.

Otro tema que es urgente enfrentar es el de la ayuda a la deuda porque, para permitir una recuperación son necesarias inversiones en las metas de desarrollo sostenible cómo, por ejemplo, en la protección social universal hasta 2030, utilizando el aprendizaje adquirido durante la pandemia para apoyar un reperfilamiento de programas y tecnologías educativas de punta.

⁸ Tedros Adhanom Ghebreyesus. HLPF 2022. Sesión de apertura.

⁹ Armando Gil Ospina, Harold Martínez Jaramillo, Gerardo Buchelli Lozano. Avances En Las Relaciones Entre Economía Y Salud

¹⁰ CEPAL-PAHO. 2020. Informe COVID-19. “Salud y economía: una convergencia necesaria para enfrentar el COVID-19 y retomar la senda hacia el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe ”

¹¹ Armando Gil Ospina, Harold Martínez Jaramillo, Gerardo Buchelli Lozano. Avances En Las Relaciones Entre Economía Y Salud

¹² Nora Lustig, Mariano Tommasi, 2020. COVID-19 and social protection of poor and vulnerable groups in Latin America: a conceptual framework. CEPAL Review N° 132.

El aumento en las tasas de interés en los países más ricos podría determinar un aumento de la deuda externa en países más pobres. Muchas de las transformaciones que se necesitan para recuperar y reconstruir mejor y responder a otras crisis requieren de una cooperación multilateral más fuerte, de colaboración, de solidaridad y de diálogo entre los varios *stakeholders*.

Se necesita, además, de una reforma del sistema financiero internacional en cuanto la pandemia ha puesto más países en riesgo de estrés de la deuda, con más dificultad para países de medio-bajo ingreso en invertir para el desarrollo sostenible.

Es oportuno considerar que existe evidencia de una relación directa entre el gasto público que los países destinan a la salud y el tamaño de la economía o Producto Interno Bruto per cápita.¹³ Esta relación es un ejemplo de ‘círculo virtuoso entre salud y economía. Es demostrado que las mejoras en salud conducen al crecimiento económico, “que a su vez permite mejorar aún más la salud”.¹⁴ Por otra parte, según el documento de CEPAL de 2022, “las políticas de financiamiento respondieron de forma positiva a la emergencia en casi todos los países de la región.”¹⁵ Por estas razones, la reestructuración de los sistemas de salud debe priorizar la sostenibilidad financiera y “aumentar el gasto público en salud sobre la base de un nuevo pacto fiscal.”¹⁶

Otro de los terrenos en que es preciso aumentar significativamente la asistencia financiera es la acción climática. Apoyar inversiones en adaptación y mitigación climática, así como contar con buenas medidas para fortalecer la resiliencia de los ecosistemas es crítico para recuperar el equilibrio entre el hombre y el planeta, la única casa que tiene.

Consideramos que sin condiciones ambientales re-equilibradas y desarrollo económicos sostenible, los progresos de la medicina aislados no podrán lograr reducir las tasas de mortalidad más allá de un cierto límite.¹⁷

Finalmente, educación, derecho de los trabajadores y protección social precisan de más inversiones. De hecho, desde el enfoque económico, la salud y la educación son las dos variables cardinales del *capital humano*.^{18,19} Está comprobado que países con una población sana y con mejor educación tienen mayores posibilidades de prosperar, en especial en un contexto de políticas favorables.²⁰

¹³ Arreola, H.; Knaul, F.; Méndez, O.; Borja, C. y Vega, M. (2001). Pobreza y salud: una relación dual. En: www.imss.gob.mx/publicaciones/salud/.../Economía1191.pdf

¹⁴ Bloom, D; Canning, D and Jamison, D (2004). Salud, Riqueza y Bienestar. Finanzas & Desarrollo. Washington, D.C. Revista Trimestral del Fondo Monetario Internacional. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2004/03/.../bloom.pdf>.

¹⁵ Camilo Cid y M. L. Marinho, “Dos años de pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe: reflexiones para avanzar hacia sistemas de salud y de protección social universales, integrales, sostenibles y resilientes”, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2022/63), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.

¹⁶ Camilo Cid y M. L. Marinho, 2022, op. cit.

¹⁷ Abraham Horwitz, Reflexiones sobre economía y salud, 1961, Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana, Vol. I.I. No. 2.

¹⁸ Schultz, T. (1961). “Investment in Human Capital”. *The American Economic Review*, 51(1).

¹⁹ Becker, G. (1983). “El capital humano”. Segunda Edición. Alianza Editorial.

²⁰ Flores, G. (2006). La salud como factor de crecimiento económico. En: webpages.ull.es/users/jfmartin/SALUD.pdf

Como anteriormente afirmado, la salud de la población es un factor esencial para el crecimiento y desarrollo económico y la reducción de la pobreza.²¹

Estos conceptos se pueden sintetizar con una frase de Abraham Horwitz que ya en los años sesenta tenía vigencia y visión: “Cualquier sea la definición de desarrollo económico, su objeto último es el bienestar.”²²

Para todas las medidas antes consideradas es oportuno considerar cómo lograr que la sociedad civil y el sector privado participen de manera efectiva en todas las medidas de recuperación, a través de una gobernanza colectiva equitativa.

A pesar de la regresión en el avance hacia el logro de los ODS, la pandemia será una grande oportunidad para visibilizar lo que no funcionaba ya antes de esta crisis sanitaria y económica para reconstruir mejor nuestro sistemas socioeconómicos y sanitarios.²³

²¹ Armando Gil Ospina, Harold Martínez Jaramillo, Gerardo Buchelli Lozano. Avances En Las Relaciones Entre Economía Y Salud

²² Abraham Horwitz, Reflexiones sobre economía y salud, 1961, Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana, Vol. I.I. No. 2.

²³ HLPF 2022, palabras de apertura del Presidente de ECOSOC, Collen Vixen Kelapile

O “duplo movimento” e a conquista da soberania

José Luís Fiori

“Durante um século a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um “duplo movimento”: o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cerceava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise incompatível com a autorregulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado

Polanyi, K. “A Grande Transformação” Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980, p: 13

Em 1944, o cientista social austro-húngaro, Karl Polanyi (1886-1964), formulou uma hipótese extremamente instigante sobre a evolução das sociedades liberais e das economias de mercado que se formaram na Europa nos séculos XVIII e XIX²⁴. Para Polanyi, estas sociedades são movidas por duas grandes forças que atuam de forma simultânea e contraditória apontando a um só tempo, na direção da abertura, desregulação e internacionalização dos seus mercados e dos seus capitais, e na direção da proteção, regulação estatal e nacionalização destes mesmos mercados.

Karl Polanyi nunca disse que se tratava de um movimento pendular ou cíclico, nem tampouco de uma lei de sucessão universal e obrigatória da história do capitalismo. Mesmo assim, este “duplo movimento” parece manifestar-se quase sempre na forma de uma sucessão temporal, onde os “surto internacionalizantes” do capitalismo promovem o aumento simultâneo da desigualdade entre os povos e as nações e acabam provocando uma “reversão protecionista” das economias, sociedades, e estados nacionais que reforçam nestes períodos sua luta pela soberania e independência com relação aos demais estados do sistema, e em particular, com relação ao poder imperial ou hegemônico das Grandes Potências.

Pelo menos foi isto que aconteceu na Europa no fim do século XIX e início do século XX: um grande movimento de internacionalização liberal do capitalismo foi sucedido por infinitas revoltas sociais e uma violenta reversão nacionalista. E nesta terceira década do século XXI, já ninguém mais tem dúvida que está em curso em todo o mundo capitalista uma nova “inflexão nacionalista”, e uma universalização de revoltas sociais que se propagam por todos os lados exigindo a intervenção dos estados e de suas políticas públicas para reverter a catástrofe social provocada pela globalização neoliberal das décadas anteriores.

Nunca se sabe de antemão qual é a causa imediata e o momento preciso em que começam estas ondas, seja numa direção seja na outra. Mas neste início do Século XXI, não há dúvida que os sinos começaram a dobrar anunciando a “morte da globalização” no momento em que os Estados Unidos desencadearam suas “guerras sem fim”, logo no início do novo século, e mais ainda, no momento em que explodiu a grande crise econômico-financeira de 2008, cujos efeitos sociais adversos foram exponenciados pelas políticas anticíclicas dos próprios norte-americanos e seus principais sócios do G7. E foi sobre este pano de fundo já instalado que

repercutiram os efeitos multiplicadores da pandemia de Covid-19, e da recente Guerra da Ucrânia, completando a ruptura das cadeias globais de produção e comércio – sobretudo, de energia, grãos e tecnologias de ponta – acelerando a chegada da nova “era nacionalista”.

O que surpreendeu muitos analistas foi o fato de que tenham sido os próprios Estados Unidos que assumiram a partir de 2017 – em particular durante o governo de Donald Trump - a liderança mundial da reação nacionalista contra o movimento internacionalizante que eles mesmos desencadearam e lideraram a partir da década de 70 do século passado.

Depois de Trump, o governo de Joe Biden se propôs retomar o caminho do liberal-internacionalismo mas ele mesmo percebeu rapidamente que esta proposta já havia esgotado seu potencial expansivo e que não lhe restava outro caminho que não fosse o do “nacionalismo econômico” e da proteção social da população americana por cima de qualquer outro objetivo internacionalista que não seja o das suas próprias guerras imperiais ao redor do mundo.

Apesar disto, e a menos de uma guerra atômica que seria catastrófica para toda a humanidade, o mais provável é que os Estados Unidos mantenham sua presença militar e sua centralidade global durante o século XXI. Ainda que seja visível e notória a sua perda de liderança fora do seu círculo de aliados e vassalos mais próximos, zona onde se situa tradicionalmente a América Latina, e de forma muito particular, o Brasil que sempre operou como ponto de lança dos Estados Unidos dentro do continente latino.

Mesmo assim, a América Latina é hoje um dos poucos lugares do mundo onde a revolta social contra o fracasso da globalização neoliberal vem sendo capitalizada pelas forças progressistas e por coalizões de governo com participação de partidos de esquerda. Serão grandes os desafios e as dificuldades que enfrentarão esses novos governos de esquerda, num contexto internacional de crise econômica e de guerra entre as grandes potências. Mas ao mesmo tempo – segundo a hipótese de Karl Polanyi - este momento poderá se transformar numa oportunidade extraordinária para América Latina avançar na luta, conquista e consolidação de sua soberania dentro do sistema internacional. Os Estados Unidos estão enfrentando grandes desafios, em vários planos e regiões do planeta e têm aumentado a pressão pelo alinhamento da América Latina, mas sua liderança regional também é declinante, como se pôde observar na última Cúpula das Américas promovida pelos Estados Unidos, e realizada na cidade dos Los Angeles, em 2022. Na verdade, os norte-americanos estão sem disposição real e sem recursos suficientes para envolver-se simultaneamente na Europa Central, na Ásia, no Oriente Médio, e ainda na América Latina. Uma boa hora, portanto, para renegociar os termos da relação do continente com os Estados Unidos, sem medo nem bravatas. E neste momento, a política externa e a liderança brasileira serão absolutamente fundamentais.

O Brasil é o país latino-americano onde se pode identificar uma “flutuação histórica” mais parecida com a do “duplo movimento” de que fala Karl Polanyi. Em particular nas três ou quatro últimas décadas em que o país viveu uma sucessão de pequenos ciclos de abertura e internacionalização, seguidos por contramovimentos protecionistas, como aconteceu nos anos 90 e no início do século XXI, e voltou a acontecer depois do golpe de estado de 2015/2016. E agora de novo, tudo indica que esta última onda de abertura, desregulação e privatizações que foram responsáveis pelo aumento da desigualdade, da miséria e da fome no país está chegando ao fim, e o Brasil poderá então retomar o caminho interrompido da reconquista dos direitos sociais e trabalhistas de suas população, e de expansão de seus graus de soberania internacional.

O Brasil tem a seu favor, nesta conjuntura mundial de guerra entre as grandes potências, e de crise energética, alimentar e hídrica em quase todo o mundo, a sua própria autossuficiência em fontes de energia, em grãos, e em disponibilidade de águas. Seu maior problema não está deste lado, está na forma desigual em que esta riqueza está distribuída e a grande resistência de sua classe dominante à qualquer tipo de política redistributiva. E neste ponto não há como enganar-se: é impossível avançar no plano da soberania externa do país sem avançar na luta contra a sua desigualdade social interna, o que exigirá do novo governo brasileiro a declaração de uma verdadeira guerra interna contra a miséria e a desigualdade de sua população. A raiz última deste problema remonta sem dúvida aos 350 anos de escravidão que ainda pesarão por muito tempo sobre as costas da sociedade brasileira, somando-se às consequências sociais deletérias da longa ditadura militar do século passado. Período em que os militares dividiram ainda mais os brasileiros ao criar a figura do “inimigo interno” do país formado por seus próprios compatriotas que foram combatidos com as armas do próprio estado brasileiro. Uma aberração histórica, que também pesará ainda por muito tempo sobre o país, e que foi imposta ao Brasil pela vassalagem internacional dos seus militares. Neste sentido, também não haverá como avançar na luta pela soberania do país sem fazer uma revisão radical da posição interna e externa das FFAA brasileiras.

A resistência será enorme e virá de uma coalisão de forças que se consolidou nos últimos anos dentro do país à sombra do fanatismo ideológico e religiosos de uma “nova direita” que somou seu fascismo caboclo ao ultraliberalismo econômico da “velha direita”, agora liderada pelo agrobusiness do centro-oeste brasileiro, formando um só bloco “líbero-teológico-sertanejo” que financia a “vanguarda miliciana carioca”, e que inclui também os militares que voltaram à cena aliados à direita, como sempre, mas agora convertidos ao catecismo econômico neoliberal. Assim mesmo, apesar destes obstáculos internos, é possível o Brasil superar este momento amargo da sua história e retomar o caminho da sua própria soberania construindo seu lugar dentro deste novo mundo multipolar e agressivo que está se configurando à nossa frente. O Brasil não tem inimigos na América Latina, e seria um absurdo ou loucura iniciar uma corrida armamentista com nossos vizinhos, ou mesmo submeter-se à corrida militar de outros países dentro do continente latino-americano. Pelo contrário, o Brasil deve procurar ocupar no futuro o lugar de uma “grande potência pacificadora” dentro do sistema no seu próprio continente e dentro do sistema internacional.

Assim mesmo, uma coisa é certa, se o Brasil quiser redesenhar sua estratégia internacional e assumir esta nova posição continental e internacional *“não há dúvida que terá que desenvolver um trabalho extremamente complexo de administração de suas relações de complementariedade e competição permanente com os Estados Unidos, sobretudo, e também – ainda que seja em menor grau – com as outras grandes potências do sistema interestatal. Caminhando através de uma trilha muito estreita e durante um tempo que pode prologar-se por várias décadas. Além disto, para liderar a integração da América do Sul e o continente latino-americano dentro do sistema mundial, o Brasil terá que inventar uma nova forma de expansão continental e mundial que não repita a “expansão missionária” e o “imperialismo bélico” dos europeus e dos norte-americanos”*²⁵.

²⁵ Fiori, J.L. “A inserção internacional do Brasil e da América do Sul”, publicado em: <https://vermelho.org.br> em 11/02/2010

O que reflete a agenda da 77ª sessão da AGNU?

Santiago Alcázar

Na terça-feira, dia 13 de setembro, será dado início à 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Uma semana depois, do dia 20 ao dia 26, deverá realizar-se o debate geral, oportunidade na qual os chefes de Estado ou de Governo ou outras altas autoridades nacionais apresentam ao mundo pontos de suas respectivas políticas exteriores que julgam relevantes e que costumam ser as que se inserem na lógica dos propósitos e princípios da Carta, ou como se lê na agenda comentada *a opinião de seus respectivos governos sobre qualquer um dos temas da AGNU*. Não é incomum, entretanto, que alguns, de estatura política menor, pressionados por questões domésticas, utilizem esse foro universal para espriar as realizações de suas políticas internas, geralmente de pouco interesse fora de estritos limites geográficos.

A inauguração da nova sessão da AGNU é ocasião para a realização de encontros de alto nível, aproveitando a presença daquelas mais altas autoridades em Nova York. Assim, no dia 19 de setembro, deverá realizar-se a Cúpula sobre Transformação da Educação; no dia 21, reunião de alto nível para celebrar o 30º aniversário da Declaração sobre Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas; e, finalmente, no dia 26, sessão plenária de alto nível da AGNU em comemoração do Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares.

As reuniões de alto nível podem resultar em resoluções adotadas pela AGNU, em setembro. Geralmente, no entanto, as resoluções decorrentes da agenda temática são adotadas mais adiante, a partir de outubro, depois de passarem pelas comissões principais correspondentes.

A agenda da AGNU divide-se em nove blocos alfabéticos – de A a I. O primeiro bloco trata *da promoção do crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento sustentável em conformidade com as resoluções pertinentes da AGNU e das recentes conferências das Nações Unidas*; o segundo, *da manutenção da paz e da segurança internacional*; o terceiro, *do desenvolvimento da África*; o quarto, *da promoção dos direitos humanos*; o quinto, *da coordenação efetiva das atividades de assistência humanitária*; o sexto, *da promoção da justiça e do direito internacional*; o sétimo, *do desarmamento*; o oitavo, *da fiscalização de drogas, prevenção de delitos e luta contra o terrorismo internacional em todas as formas e manifestações*; e, por último, o nono, *de assuntos administrativos e de organização e outros assuntos*²⁶.

Quais são os assuntos de maior relevância à luz da situação de crise em que nos encontramos? Seguindo a ordem dos blocos alfabéticos, não cabe dúvida de que o *relatório do Conselho Econômico e Social (ECOSOC)* – item 9 – por incluir as conclusões do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), recém finalizado, é crucial. O item 12 – *implementação integrada e coordenada dos resultados das principais conferências e cúpulas das Nações Unidas nas áreas econômica, social e assuntos conexos* – é igualmente importante. Merece atenção o item 16 – *questões de política macroeconômica*, bem como os subitens a) *comércio e desenvolvimento internacional*; b) *sistema financeiro internacional e desenvolvimento*; c) *dívida externa sustentável e desenvolvimento*; d) *promoção da cooperação internacional para*

²⁶ A agenda preliminar comentada é documento de 215 páginas, 177 itens, sem contar os subitens, e pode ser acessada em:
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/319/89/PDF/N2231989.pdf?OpenElement>

combater o fluxo financeiro ilícito. O item 18 – *desenvolvimento sustentável* reúne os itens anteriores ao fazer referência à: a) implementação da Agenda 2030, com ênfase na produção e o consumo sustentáveis; b) proteção do clima global para as gerações presentes e futuras; c) Convenção sobre biodiversidade. Na mesma lógica insere-se o item 22 – erradicação da pobreza que, como os anteriores, constitui a espinha dorsal da Agenda 2030.

Com relação ao bloco B, será interessante deter-se sobre o relatório do Conselho de Segurança, sobretudo no que diz respeito à guerra na Ucrânia e às diversas notas da Representação Permanente da Rússia junto às Nações Unidas dirigidas ao Secretário-Geral, ao Presidente da AGNU e ao Presidente do Conselho, que dizem respeito à existência de laboratórios biológicos naquele país, alegadamente financiados pelos EUA; ao massacre de Bucha; aos ataques à usina nuclear de Zaporizhia, entre outros assuntos.

Com relação ao bloco C, integrado por um item e dois subitens, seria importante conhecer a opinião dos alunos africanos do curso do CRIS, que certamente terão informações de primeira mão sobre o progresso na implementação da iniciativa *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*.

O bloco D certamente deverá incluir referência à comissão independente criada pelo Conselho de Direitos Humanos para investigar o massacre em Bucha ou, ao menos, às dificuldades encontradas para que a mesma possa prosseguir com os seus trabalhos de maneira independente. Nesse contexto, a leitura do Relatório do Conselho de Direitos Humanos – item 63 – poderá iluminar aspectos que continuam à margem do conhecimento público. Será curioso saber como será tratado o item 63 – *direito dos povos à autodeterminação* – tendo como pano de fundo a guerra na Ucrânia, uma vez que as populações da Criméia, Donetsk e Lugansk fizeram apelo ao princípio da autodeterminação, reconhecido na Carta da ONU, mas aparentemente não pelo regime de Kiev, de Washington e da OTAN. De igual maneira, o item 64 – *promoção e proteção dos direitos humanos* – certamente deverá conter referências ao bombardeio incessante, desde 2014, das províncias de Donetsk e de Lugansk pelo regime de Kiev, bem como ao massacre em Odessa, naquele mesmo ano, em que 42 manifestantes pró-Rússia foram queimados vivos.

O bloco F contém o item 78 – *crimes contra a humanidade* – será motivo de disputa entre os dois lados da guerra na Ucrânia, com acusações e contra-acusações. À semelhança do massacre de Bucha, será preciso a criação de comissão independente para investigar eventuais crimes de guerra que, espera-se, seja criada.

O bloco G inclui o relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, nas siglas em inglês), que certamente terá, pela importância e urgência, informação sobre o estado da usina nuclear de Zaporizhia, bem como sobre os ataques a ela, que cada lado atribui à outra. O item 99, subitem f – *transparência em armamentos* – pode ser ocasião para conhecer com detalhes quem fornece armas ao regime de Kiev, que curiosamente são os que pensam que a paz virá pela aniquilação completa do adversário, numa repetição, insana da lógica que conduziu ao Tratado de Versalhes. Ainda sob esse bloco, mereceria conhecer o que a AGNU terá a dizer sobre o item 104 – *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Estocagem de Armas Bacteriológicas e sobre a sua Destruição* – uma vez que a existência de laboratório biológicos na Ucrânia, caso comprovada, representaria uma violação do direito internacional.

Finalmente, o bloco I contém o item 126 – *fortalecimento das Nações Unidas e o papel central da Organização na governança global*; o item 129 – *saúde global e política exterior*; e

130 – *investigação sobre as condições e circunstância da morte trágica de Dag Hammarskjold e pessoas que com ele se encontravam.*

Como se recordará, o item sobre saúde pública e política exterior foi incluída na agenda da AGNU desde 2008 (A/64/108) e é incluída desde então nesse documento. O tema também figura nas declarações políticas das reuniões de alto nível sobre saúde (combate à tuberculose e cobertura universal de saúde). Na 74ª sessão da AGNU, decidiu-se da realização, em 2023, de reunião de alto nível sobre cobertura universal de saúde. Na presente sessão, a 77ª, a AGNU deverá considerar informe conjunto do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Diretor-Geral da OMS com respeito ao progresso da implementação da cobertura universal de saúde até 2030.

O item sobre Dag Hammarskjold, Secretário-Geral da ONU no período 1953-1961, é um tema novo, recém incorporado à agenda. Como se sabe, Dag Hammarskjold morreu num desastre aéreo sobre o qual pesam alegações sobre a responsabilidade que teriam tido os serviços de inteligência dos EUA e do Reino Unido.

A 77ª AGNU deverá considerar ademais dois informes do Secretário-Geral de interesse: 1) Em direção a uma nova ordem econômica internacional²⁷; e 2) Cumprir a promessa da globalização: promover o desenvolvimento sustentável em um mundo interconectado²⁸.

Com respeito ao primeiro, faz-se referência à série de fatores que levariam à adoção, em 1974, da resolução relativa à Declaração do Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional²⁹, brevemente comentados no CRIS15 intitulado “A dança de quatro ideias no âmbito da ONU”, capítulo “1960 – a década para o desenvolvimento”. O documento, como se disse, estabelece um paralelo entre dois momentos de crise – o de '74 e o de '22 – com as múltiplas crises representadas pelo terceiro ano da pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e o cambio climático. O documento propõe que uma nova ordem econômica internacional poderá, em tese, por um fim à pandemia, promover uma recuperação inclusiva, acelerar ação climática e criar resiliências. Ainda que uma nova ordem econômica internacional seja uma necessidade, assim como na década de 60/70, não há motivo para crer que a mesma se realizará. A razão principal é a reconhecida falta de solidariedade – penosamente testemunhada durante a pandemia – bem como por cooperação internacional incapaz de cumprir o que deveria ser o seu propósito primordial: o de servir de motor para a efetiva transformação e o desenvolvimento dos países.

Com relação ao segundo, a tentativa de ressuscitar a promessa da globalização é evidente, não obstante as críticas a um modelo que não atendeu aos anseios dos países em desenvolvimento. Como se lê no parágrafo 4º: *A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e os seus ODS seguem proporcionando um mapa de caminho para construir sociedade inclusivas e fazer com que a globalização seja mais justa e igualitária. Não obstante, é evidente que para tanto, será necessário uma mudança que seja transformadora para todos e não somente para alguns.* O problema é justamente esse: a globalização foi boa somente para alguns e um desastre para quase todos os demais. E ainda que a salvação da globalização venha pela via de uma nova ordem econômica internacional seria preciso que ela fosse construída

²⁷ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/435/76/PDF/N2243576.pdf?OpenElement>

²⁸ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/445/41/PDF/N2244541.pdf?OpenElement>

²⁹ <http://www.un-documents.net/s6r3201.htm>

sobre as bases da solidariedade e da cooperação internacional, que os dois documentos reconhecem não estar à altura das necessidades.

A agenda da 77ª sessão da AGNU parece ter sido concebida como se não estivéssemos em tempo de crises que ameaçam a própria sobrevivência da espécie. A implementação da Agenda 2030 como já se viu é um rotundo fracasso. A fome e a pobreza no mundo aumentaram. As inequidades explodiram em toda parte. A mudança de clima avança inflexível, não obstante ações tópicas aqui e acolá para deter o seu curso. O sistema financeiro internacional não serve às necessidades dos países em desenvolvimento, nem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como se lê no relatório do Secretário-Geral *Sistema Financeiro Internacional e Desenvolvimento*. A dívida externa de países de menor desenvolvimento relativo tornou-se impagável. A pandemia da Covid-19 desarticulou a economia e o comércio internacional, deixando-os como espantalhos ao sabor do vento. A guerra na Ucrânia colhe tempestades semeadas pelas sanções econômicas, que atingem com maior violência os países europeus dependentes do gás e dos fertilizantes russos. A crise de alimentos, que não se origina com essa guerra, torna-se mais grave. O cenário, como se vê, é desolador. A agenda da 77ª sessão da AGNU, contudo, não revela esse estado de situação. É como se tudo estivesse normal e previsível e permitisse que se cada um procedesse aos seus negócios habituais, *business as usual*, como se diz.

Mas, tudo não está bem. Não é normal que os líderes europeus aplaudam um regime que, desde 2014, apoia as atrocidades cometidas contra a sua própria gente por batalhões de perfis nazista. Não é normal que o líder desse país se arvore em defensor das liberdades e da democracia e que nenhum de seus pares ocidentais ouse fazer crítica ou apontar as contradições internas, sob pena de ser execrado e, talvez, ameaçado. Não é normal ainda, que esse mesmo líder anuncie aos quatro ventos que retomará a Crimeia e o Donbas ao preço que for preciso, sem medir as consequências, ignorando o princípio e o direito à autodeterminação dos povos³⁰, tão valorizada durante a Guerra Fria pelas potências ocidentais. Não é normal que não se freiem essas demonstrações de insanidade perigosa, que somente conduzirão a nossa extinção. Não é normal que o nível de recursos financeiros destinados à Ucrânia empalidece o volume destinado a outros países, crônica e agudamente necessitados. Não é normal porque nunca se experimentou uma situação como esta, que pode resultar decisiva.

A Europa corre sério risco de tornar-se irrelevante. Com a chegada do inverno e as altas contas de energia para aquecimento e o preço de alimentos cada vez mais caros poderá haver revoltas contra as lideranças que serão vistas como irresponsáveis. O caos advirá e nada mais será previsível.

O quadro torna-se particularmente aterrador com a consciência de que não parece haver caminho de volta. Os EUA e a OTAN não podem mais aceitar uma derrota militar da Ucrânia. A Rússia não pode aceitar ser derrotada, porque isso significaria a sua aniquilação total. As peças estão sobre o tabuleiro. A opção nuclear, nesse contexto, deixa de ser uma possibilidade para tornar-se uma necessidade existencial. Não é improvável, nesse contexto, que muitos abandonem o velho continente, o mais belicoso e insensato, para buscar refúgio na África ou na América do Sul, dando início a um movimento migratório marcado pela ironia. A necessidade existencial da opção nuclear deixa apenas uma questão em aberto: quando?

³⁰ Ver a esse respeito o CRIS15, capítulo “A Conferência de Helsinque”.

O grande projeto das Nações Unidas, concebido durante a barbárie da Segunda Guerra para garantir às gerações vindouras um mundo melhor, terá fracassado irremediavelmente, uma vez que aquele projeto somente pode realizar-se mediante o cumprimento de seu ideal: nações unidas pela solidariedade e pela cooperação internacional.

Escolheu-se outra coisa e a agenda da 77ª sessão da AGNU traz à mente a imagem dos violinistas do Titanic, que ao menos fizeram música.

O Secretário-Geral, Antônio Guterres, talvez nunca saiba o que levou à morte o seu predecessor Dag Hammarskjold. O triste é que ele poderia ter levantado a voz contra a loucura de Washington e a OTAN, essa aliança militar insana que em nada contribui para a promessa de um mundo melhor. E não o fez.

Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Neste informe focamos nossa atenção na agenda da **51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)**, de 12/09 a 07/10 de 2022, acessível com os hiperlinks dos documentos que serão discutidos em cada tema em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/442/47/PDF/G2244247.pdf?OpenElement>

Para saber os dias e horas dedicados a cada tema os leitores deverão buscar no link do Programa de Trabalho que irá se atualizando nos próximos dias, em: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session51/regular-session>

Cada Sessão do CDH corresponde a uma colheita e semeadura de temas, nas quais se recebem os insumos de temas em desenvolvimento e demandados pelo Conselho em Sessões anteriores e / ou se estabelecem novas demandas ou atualizações, que vão dando o pulso prospectivo sobre os conflitos em torno aos direitos humanos no mundo. Por esta razão, a leitura da agenda termina sintetizando os desafios em matéria de direitos humanos, com a persistência de certos temas refletindo sua complexidade e/ou falta de solução satisfatória. Ao longo do tempo, a análise permite entender a ascensão e queda de certos direitos na agenda do CDH como reflexo da correlação de forças e interesses dos países representados no CDH, assim como da conjuntura mundial em marcha. Questões como o conflito palestino israelense, por exemplo, ficam congeladas e assumem uma urgência cronificada pela sua não resolução e colocadas em segundo plano frente ao foco de interesse imediato, como o conflito russo-ucraniano. Sem falar dos conflitos “esquecidos” como o caso do Yemen, da RDC ou de Myanmar.

A pandemia de Covid-19 tem agora um novo ciclo de balanços e perspectivas, mas vai perdendo força. Temas reemergentes na pauta de decisão como o direito ao desenvolvimento arrastam a falta de consenso e são mantidas mediante a criação de mandatos e demandas de produtos, “caso do Tratado do Direito ao Desenvolvimento. A existência de relatorias especiais, mecanismos de especialistas, estudos solicitados ao Comitê Assessor, seminários e programas regulares de debates sobre os temas podem mantê-los vivos para além das conjunturas imediatas e são recursos de médio e longo prazo e folego político expandido. Talvez a saúde global necessite uma estratégia para manter-se na agenda de interesse do CDH frente ao declínio do tema associado à naturalização ou endemização da Covid-19.

Nos próximos informes destacaremos os conteúdos dos documentos e resoluções sobre os temas de maior interesse para a saúde global e a diplomacia em saúde na agenda do CDH, assim como os informes do CDH na Assembleia Geral da ONU, em sua sessão de setembro de 2022.

Destacamos a realização do seminário sobre “A Contribuição do Desenvolvimento para o Gozo de todos os Direitos Humanos - Europa e Ásia Central”, dias 1 e 2 de setembro, no Palais des Nations, Sala XXV, Genebra, de 10h às 13h e de 15h às 18h CET. Apenas participantes inscritos podem participar do evento presencialmente e apenas participantes inscritos receberão o link zoom. Ver: <https://www.ohchr.org/en/events/meetings/2022/europe-and-central-asia-regional-seminar> . Este Seminário decidido pelo CDH <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G21/199/84/PDF/G2119984.pdf?OpenElement> é o primeiro de

uma série de cinco a realizar-se pelas diversas regiões, com o objetivo de promover o direito ao desenvolvimento, em um momento em que o tema se destaca em função dos desafios das desigualdades mundiais e a próxima decisão sobre um tratado sobre esse direito. Ver: <https://www.ohchr.org/en/development/contribution-development-enjoyment-all-human-rights>

Sobre a Agenda da 51ª. Sessão do CDH

Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Alto Comissariado e do Secretário-Geral. Todos os relatórios do Secretário-Geral, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) são apresentados sob o item 2 da agenda, que permanece aberto durante toda a sessão. O CDH considerará os relatórios, conforme apropriado, ao tratar dos itens da agenda pertinentes.

Situação dos direitos humanos no Afeganistão. Em sua resolução 50/14, o CDH solicitou à OHCHR a organização de um diálogo interativo ampliado durante sua 51ª sessão sobre a situação dos direitos humanos das mulheres e meninas no Afeganistão, com a participação da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão, outros mecanismos de direitos humanos e órgãos e agências relevantes das Nações Unidas, incluindo a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão e organizações não governamentais, como organizações afegãs de direitos das mulheres no Afeganistão e a diáspora. O Conselho realizará um diálogo interativo ampliado sobre o tema. Em sua resolução 48/1, o CDH decidiu nomear, por um período de um ano, um relator especial para monitorar a situação dos direitos humanos no Afeganistão e solicitou que ele apresentasse um relatório por escrito à Assembleia em sua 51. sessão. O Conselho considerará o relatório do novo titular do mandato, Richard Bennett (A/HRC/51/6).

Situação dos direitos humanos dos muçulmanos Rohingya e outras minorias em Mianmar. Em sua resolução 39/2, o CDH decidiu estabelecer um mecanismo independente para coletar, consolidar, preservar e analisar evidências dos crimes e violações mais graves do direito internacional cometidos em Mianmar desde 2011, e preparar arquivos para facilitar e agilizar processos criminais justos e independentes, de acordo com as regras do direito internacional, em tribunais nacionais, regionais ou internacionais que teriam jurisdição para julgar tais crimes, ou podem ser competentes no futuro, de acordo com o direito internacional. Na mesma resolução, o Conselho também decidiu que o mecanismo informaria anualmente sobre suas principais atividades. O Conselho analisará o relatório do Mecanismo Independente de Investigação para Mianmar (A/HRC/51/4).

Promoção da reconciliação, responsabilização e direitos humanos no Sri Lanka. Em sua resolução 46/1, o CDH solicitou à OHCHR que aumentasse seu acompanhamento e relatório sobre a situação dos direitos humanos no Sri Lanka, incluindo informações sobre o progresso na reconciliação e responsabilização, e submeter à sua 51ª sessão um relatório abrangente, incluindo novas opções de promoção da prestação de contas, para consideração no contexto de um diálogo interativo.

Promoção e proteção dos direitos humanos na Nicarágua. O Conselho analisará o relatório da OHCHR (A/HRC/51/5). Em sua resolução 49/3, o CDH solicitou ao Alto Comissariado para fortalecer seu trabalho de acompanhamento e diálogo, inclusive preparando um relatório abrangente sobre a situação dos direitos humanos na Nicarágua contendo uma avaliação detalhada da implementação das recomendações feitas em seus relatórios anteriores, bem

como nos relatórios e recomendações dos mecanismos do CDH e dos órgãos do tratado, e de submeter ao Conselho, em sua 51ª sessão, esse relatório, que seria seguido por um diálogo interativo.

O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/42) sobre: Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Direitos econômicos, sociais e culturais. Garantir acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países às vacinas para enfrentar a doença coronavírus (COVID-19) pandemia de acordo com sua resolução 49/25. O CDH ouvirá a apresentação oral da Alta Comissária de uma atualização sobre a elaboração de seu relatório sobre as implicações dos direitos humanos, boas práticas e os principais desafios do acesso universal e distribuição de vacinas de Covid-19 de qualidade de forma acessível, oportuna, equitativa e segura, bem como sobre o impacto sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental.

Promoção e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais no contexto do combate às desigualdades na recuperação da pandemia de Covid-19. Em sua resolução 49/19, o CDH Humanos solicitou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos a elaboração de um relatório sobre as atividades e projetos de pesquisa do Escritório no campo da promoção e proteção dos direitos econômicos, social e cultural no contexto da luta contra as desigualdades, bem como sobre as iniciativas e avanços realizados pelo Escritório para melhorar sua capacidade nessa área, e submeter o relatório ao CDH em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/20).

Direitos humanos à água potável e saneamento. Em sua resolução 42/5, o CDH decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao saneamento por um período de três anos, e solicitou que ele continuasse a apresentar relatórios anuais ao Conselho. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Pedro Arrojo Agudo (A/HRC/51/24).

Gestão ambientalmente sólida e eliminação de substâncias e resíduos perigosos. Em sua resolução 45/17, o CDH decidiu prorrogar por um período de três anos o mandato do Relator Especial sobre o tema as implicações dos direitos humanos da gestão e destinação ambientalmente sólida de substâncias e resíduos perigosos, e o convidou a apresentar ao Conselho seu programa de trabalho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Marcos Orellana (A/HRC/51/35, A/HRC/51/35/Add.1 e A/HRC/51/35/Add.2).

Questão da pena de morte. Na decisão 18/117, o CDH solicitou ao Secretário-Geral que continuasse a apresentar um complemento anual ao seu relatório de cinco anos sobre a pena de morte e a implementação das salvaguardas que garantem a proteção dos direitos daqueles que enfrentam a pena de morte. O Conselho analisará o relatório do Secretário-Geral (A/HRC/51/7).

O direito à privacidade na era digital. Em sua resolução 48/4, o CDH Humanos solicitou ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a elaboração de um relatório escrito descrevendo tendências e problemas recentes em relação ao direito humano à privacidade, incluindo as questões abordadas na resolução, a fim de identificar e esclarecer princípios de direitos humanos, salvaguardas e melhores práticas relacionadas, e submeter o relatório ao CDH Humanos em sua 51ª sessão, seguida de um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório da OHCHR (A/HRC/51/17).

Formas contemporâneas de escravidão. Em sua resolução 42/10, o CDH renovou o mandato do Relator Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e consequências, por um período de três anos, e solicitou que ele relatasse a execução de seu mandato ao Conselho, de acordo com seu programa anual de trabalho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Tomoya Obokata (A/HRC/51/26 e A/HRC/51/26/Add.1).

Detenção arbitrária. Em sua resolução 42/22, o CDH decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária por um período adicional de três anos. O Conselho analisará os relatórios do Grupo de Trabalho (A/HRC/51/29 e A/HRC/51/29/Add.1).

Desaparecimentos forçados ou involuntários. Em sua resolução 45/3, o CDH decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários por um período adicional de três anos, de acordo com as condições estabelecidas na resolução 7/12 do Conselho. O Conselho analisará os relatórios do Grupo de Trabalho (A/HRC/51/31, A/HRC/51/31/Add.1 e A/HRC/51/31/Add.3). A/HRC/51/1 6 GE.22-12201.

Verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição. Em sua resolução 45/10, o CDH decidiu prorrogar por um período de três anos o mandato do Relator Especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição, e solicitou que ele continuasse a apresentar um relatório anual ao Conselho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, Fabián Salvioli (A/HRC/51/34, A/HRC/51/34/Add.1 e A/HRC/51/34/Add.2).

Direito ao desenvolvimento. De acordo com suas resoluções 42/23 e 48/10, o CDH realizará uma mesa redonda bienal sobre o direito ao desenvolvimento. De acordo com as resoluções da Assembleia Geral 76/163 e 48/10 do CDH, o Conselho considerará o relatório consolidado do Secretário-Geral e do Alto Comissariado sobre o direito ao desenvolvimento (A/HRC/51/22).

Em sua resolução 42/23, o CDH decidiu prorrogar por um período de três anos o mandato do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento. O Conselho analisará o relatório do titular do mandato, Saad Alfarargi (A/HRC/51/30).

Em sua resolução 42/23, o CDH também decidiu estabelecer um mecanismo de especialista subsidiário para fornecer-lhe expertise temática sobre o direito ao desenvolvimento em relação à busca, identificação e troca de melhores práticas entre os Estados-membros e promover a realização do direito ao desenvolvimento mundial. O Conselho analisará o relatório anual do Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento (A/HRC/51/36).

De acordo com suas resoluções 45/6 e 48/10, o CDH considerará o estudo temático do Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento sobre racismo, discriminação racial e direito ao desenvolvimento (A/HRC/51/37). De acordo com suas resoluções 9/3 e 48/10, o Conselho de Direitos Humanos analisará os relatórios do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento nas 22ª e 23ª sessões (A/HRC/51/38 e A/HRC/51/39).

Direitos dos povos e de grupos e indivíduos específicos

Direitos humanos e povos indígenas. Em sua resolução 18/8, o CDH decidiu realizar uma mesa redonda anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas. Em sua resolução 48/11, o Conselho decidiu que o tema da mesa redonda a ser realizada em sua 51ª sessão seria *o impacto sobre os povos indígenas dos planos de recuperação social e econômica no contexto do*

COVID-19, com especial ênfase na segurança alimentar. O Conselho realizará sua mesa redonda anual de meio dia sobre este assunto.

Em sua resolução 48/11, o CDH também solicitou ao Alto Comissariado que continuasse a submeter ao Conselho um relatório anual sobre os direitos dos povos indígenas com informações sobre desenvolvimentos relevantes em órgãos e mecanismos de direitos humanos e as atividades realizadas pelo ACNUDH, em sua sede e no campo, para contribuir para a promoção, respeito e plena implementação das disposições da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e para monitorar a efetividade da Declaração. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/18)

Em sua resolução 42/20, o CDH decidiu renovar o mandato do Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas por um período de três anos, e solicitou que ele apresentasse um relatório sobre a execução de seu mandato ao Conselho, de acordo com seu programa anual de trabalho. O Conselho analisará os relatórios do titular do mandato, José Francisco Calí Tzay (A/HRC/51/28 e A/HRC/51/28/Add.1).

Direitos humanos de pessoas idosas. Em sua resolução 48/3, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que convocasse uma reunião *multi-stakeholder* para considerar o relatório da ACNUDH sobre critérios normativos e obrigações previstas no direito internacional no que diz respeito à promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, preparar um resumo das conclusões da reunião, incluindo recomendações para abordar possíveis lacunas e dispersão do direito internacional dos direitos humanos em relação às pessoas idosas, e submeter o relatório ao CDH em sua 51ª sessão. O Conselho terá, antes disso, a nota da Secretaria sobre o relatório da OHCHR (A/HRC/51/16). Em sua resolução 42/12, o CDH decidiu prorrogar o mandato do Perito Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos por pessoas idosas por um período de três anos e solicitou que ela se apresentasse regularmente ao Conselho de acordo com seu programa de trabalho. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Claudia Mahler (A/HRC/51/27 e A/HRC/51/27/Add.1).

Consequências da pandemia COVID-19 sobre os direitos humanos dos jovens. Em sua resolução 48/12, o CDH solicitou ao Alto Comissariado submeter ao Conselho um estudo detalhado sobre formas de mitigar o impacto da pandemia global sobre os direitos humanos em relação aos jovens, identificando casos em que os jovens, em particular, mulheres e meninas foram discriminadas no exercício de seus direitos humanos e a contribuição da juventude para a realização dos direitos humanos na sociedade durante a pandemia foi destacada. O Conselho terá antes dele o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/19).

Segurança dos jornalistas e a questão da impunidade. Em sua resolução 76/173, a Assembleia Geral solicitou ao Secretário-Geral que se reporte ao CDH em sua 51ª sessão sobre a segurança de jornalistas e trabalhadores da mídia, prestando especial atenção à segurança das mulheres jornalistas, tanto online quanto em outros meios de comunicação, e às atividades da rede de pontos focais em relação à segurança dos jornalistas e a questão da impunidade, e levando em conta o Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade e seu acompanhamento. Em sua decisão 76/571, a Assembleia solicitou ao Secretário-Geral que transmitisse o relatório ao Conselho em sua 55ª, e não em sua 51ª sessão, como originalmente exigido (ver A/HRC/51/23).

Inter-relação entre direitos humanos e questões temáticas de direitos humanos

Impacto negativo das consequências do colonialismo no gozo dos direitos humanos.

De acordo com a resolução 48/7, o CDH convocará uma mesa redonda em sua 51ª sessão para identificar os desafios de abordar as consequências negativas das consequências do colonialismo sobre os direitos humanos e discutir caminhos a seguir.

Direito ao trabalho. De acordo com a resolução 49/11, durante sua 51ª sessão, o CDH organizará um painel de discussão sobre o futuro do direito ao trabalho em relação às medidas, respostas e impactos gerados pelas mudanças climáticas no contexto das economias sustentáveis e inclusivas, com especial ênfase na importância da cooperação internacional e parcerias nesse sentido, a fim de identificar os principais desafios, experiências e melhores práticas.

Necessidade de uma abordagem integrada para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com vistas à plena realização dos direitos humanos, com ênfase holística nos meios de implementação Em sua resolução 37/25, o CDH decidiu convidar o Presidente do Conselho Econômico e Social para, a partir de 2018, reporte anualmente ao Conselho, durante uma de suas sessões ordinárias, sobre as discussões do fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável, em especial sobre as deficiências, desafios e avanços realizados na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando os meios de implementação como um pacote integrado. O Presidente do ECOSOC será convidado a se apresentar ao Conselho.

Contribuição do Conselho de Direitos Humanos para a prevenção de violações dos direitos humanos. Em sua resolução 45/31, o CDH decidiu convidar o Presidente da Comissão de Construção da Paz, a partir de 2021, a apresentar anualmente ao Conselho, durante uma de suas sessões ordinárias, sob a ordem do dia 3, sobre as atividades da Comissão, em especial aquelas relevantes para as situações do país na agenda do Conselho. O Presidente da Comissão de Construção da Paz será convidado a fornecer tais informações ao Conselho.

Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. Em sua resolução 42/7, o CDH solicitou à OHCHR que apresentasse ao Conselho em sua 51ª sessão um relatório de médio tempo sobre os avanços na implementação da quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos. O Conselho terá antes dele o relatório da OHCHR (A/HRC/51/8).

Promoção e proteção dos direitos humanos e implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em sua resolução 43/19, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que elaborasse um relatório sobre as melhores práticas, desafios e lições aprendidas em relação às abordagens integradas à promoção e proteção dos direitos humanos e à implementação da Agenda 2030 em nível nacional pelos Estados, mecanismos relevantes das Nações Unidas e regionais de direitos humanos, agências das Nações Unidas, fundos e programas, instituições nacionais de direitos humanos e organizações da sociedade civil, levando em conta relatórios anteriores do Escritório sobre a implementação da Agenda 2030, e para submeter o relatório ao CDH em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório da OHCHR (A/HRC/51/9).

Governo local e direitos humanos. Em sua resolução 45/7, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que elaborasse um relatório sobre o papel do governo local e as dificuldades que enfrentou na promoção e proteção dos direitos humanos, em especial no que diz respeito ao direito à igualdade e à não discriminação e à proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalização, com vistas a identificar possíveis elementos de princípios para orientar as administrações locais e nacionais a esse respeito, e submeter tal relatório ao

Conselho antes de sua 51ª sessão. O Conselho terá antes dele o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/10).

Eliminação das desigualdades dentro e entre Estados, a fim de dar efetividade aos direitos humanos. Em sua resolução 45/14, o CDH decidiu realizar, em sua 48ª sessão, uma *mesa redonda sobre o aumento das desigualdades, exacerbada pela pandemia COVID-19, e seu impacto na fruição dos direitos humanos*, solicitou à OHCHR a elaboração de um relatório sumário das discussões e submetê-la ao CDH em sua 51ª sessão. O Conselho terá ante si o relatório da OHCHR (A/HRC/51/11).

Impacto negativo no gozo dos direitos humanos da não repatriação de fundos de origem ilícita aos países de origem e na importância de melhorar a cooperação internacional. Em sua resolução 46/11, o CDH decidiu convocar um seminário intersessional de um dia sobre o impacto negativo sobre o gozo dos direitos humanos da não repatriação de fundos de origem ilícita aos países de origem, para discutir desafios e melhores práticas nesse sentido e fazer recomendações. O seminário foi realizado em 8/02/2022. Na mesma resolução, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse um relatório sobre o seminário ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/12).

Espaço da sociedade civil: COVID-19: o caminho para a recuperação e o papel essencial da sociedade civil. Em sua resolução 47/3, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que elaborasse um relatório detalhando os principais desafios enfrentados pela sociedade civil, tanto na internet quanto nos meios não eletrônicos, bem como nas melhores práticas, e submeta o relatório ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/13).

Impacto negativo da corrupção no gozo dos direitos humanos. Em sua resolução 47/7, o CDH decidiu convocar, antes da 56ª sessão do Conselho, uma mesa redonda intersessional sobre desafios e boas práticas na prevenção da corrupção e o impacto da corrupção no gozo dos direitos humanos no contexto da pandemia COVID-19, e solicitou à OHCHR que elaborasse um relatório sumário das discussões e a submetesse ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho terá ante si o relatório da OHCHR (A/HRC/51/14).

Impacto das transferências de armas sobre os direitos humanos. Em sua resolução 47/17, o CDH Humanos solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a elaboração de um relatório analítico sobre boas práticas, lições aprendidas e desafios enfrentados pelos Estados na prevenção, mitigação e enfrentamento do desvio de armas e transferências de armas não regulamentadas ou ilícitas que tiveram um impacto particular no gozo de direitos humanos para crianças e jovens, e o papel dos sistemas nacionais de controle como mecanismos eficazes nesse sentido, e submeter tal relatório ao Conselho de Direitos Humanos em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório da OHCHR (A/HRC/51/15).

Uso de mercenários como forma de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação. Em sua resolução 42/9, o CDH renovou por um período de três anos o mandato do Grupo de Trabalho sobre o uso de mercenários como forma de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação A/HRC/10 GE.22-12201.

Promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa. Em sua resolução 48/5, o Conselho solicitou ao **Grupo de Trabalho** que continuasse a conscientizar sobre o tema.

Em sua resolução 45/4, o CDH decidiu renovar o mandato do Perito Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa por um período de três anos e solicitou que ele se reportasse regularmente ao Conselho de acordo com o seu programa de trabalho. O Conselho considerará o relatório do titular do mandato, Livingstone Sewanyana (A/HRC/51/32).

Direitos humanos e medidas coercitivas unilaterais. Em sua resolução 45/5, o CDH decidiu prorrogar por um período de três anos o mandato do Relator Especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos. Em sua resolução 49/6, o Conselho solicitou ao Relator Especial que continuasse a identificar e propor iniciativas concretas para a eliminação de medidas coercitivas unilaterais que afetam o gozo dos direitos humanos pelas vítimas, e que se concentrassem nos recursos e compensações necessários para promover a responsabilização e reparação às vítimas em seu relatório ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho analisará os relatórios da titular do mandato, Alena Douhan (A/HRC/51/33, A/HRC/51/33/Add.1 e A/HRC/51/33/Add.2).

Termos de referência do grupo de trabalho intergovernamental aberto para elaborar o conteúdo de um quadro normativo internacional para a regulação, monitoramento e monitoramento das atividades de empresas militares privadas e de segurança. Em sua resolução 45/16, o CDH decidiu renovar por um período de três anos o mandato do grupo de trabalho intergovernamental aberto para continuar a elaborar o conteúdo de um marco normativo internacional para a regulação, monitoramento e fiscalização das atividades das empresas militares e de segurança privadas, sem pré-julgar sua natureza, que protege os direitos humanos e garante a responsabilização por violações e abusos relacionados às atividades de empresas militares e de segurança privadas, com base no artigo de discussão sobre os elementos de um quadro normativo internacional para regulação, o monitoramento e a supervisão das atividades das empresas militares privadas e de segurança, elaborados pelo Presidente-Relator, e contribuições adicionais dos Estados e demais interessados, e levando em conta o trabalho realizado durante o mandato anterior. Na mesma resolução, o Conselho também decidiu que o grupo de trabalho intergovernamental aberto se reuniria por cinco dias úteis e apresentaria um relatório anual de progresso ao Conselho de acordo com o seu programa anual de trabalho. O Conselho analisará o relatório do grupo de trabalho intergovernamental aberto (A/HRC/51/40 e A/HRC/51/40/Add.1).

4. Situações de direitos humanos que requerem a atenção do Conselho

Situação dos direitos humanos na Ucrânia após a agressão russa Em sua resolução 49/1, o CDH decidiu estabelecer, com urgência, uma comissão internacional independente de inquérito, composta por três especialistas em direitos humanos, a ser nomeada pela Presidência do CDH por um período inicial de um ano, e solicitou à Comissão de Inquérito que apresentasse uma atualização oral ao Conselho em sua 51ª sessão, seguida de um diálogo interativo. Em sua resolução S-34/1, o Conselho solicitou à Comissão Internacional de Inquérito que conduzisse uma investigação, em consonância com seu mandato e normas internacionais, e em coordenação com outros mecanismos nacionais e internacionais, em desenvolvimentos nas regiões de Kyiv, Chernihiv, Kharkiv e Sumy no final de fevereiro e março de 2022, incluir a dimensão de gênero, a fim de responsabilizar os responsáveis por suas ações, e informar ao Conselho sobre o andamento de tais pesquisas, no contexto da atualização oral a ser feita ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho ouvirá o relatório oral atualizado da Comissão de Inquérito.

Situação dos direitos humanos em Mianmar. Em sua resolução 49/23, o CDH solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que monitorasse e avaliasse a situação geral dos direitos humanos em Mianmar, prestando especial atenção à responsabilização por supostas violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, bem como o Estado de Direito, para monitorar a implementação, para fazer recomendações sobre medidas adicionais necessárias para enfrentar a crise atual e para apresentar um relatório oral atualizado ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho ouvirá o relatório oral atualizado do Alto Comissário. Em sua resolução 49/23, o CDH também decidiu prorrogar por mais um ano o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar e solicitou ao Relator Especial que apresentasse um relatório de progresso oral ao Conselho em sua 51ª sessão. O Conselho ouvirá o relatório de progresso oral do titular do mandato, Thomas Andrews. Em sua resolução 46/21, o CDH solicitou ao Alto Comissariado para elaborar uma avaliação detalhada dos progressos e desafios pendentes em relação às recomendações da missão internacional independente de apuração de fatos em Mianmar contida em seu artigo na sala de conferência sobre os interesses econômicos do exército, e para fornecer atualizações de seus relatórios periódicos ao CDH e um relatório abrangente que contenha suas conclusões e recomendações ao Conselho em sua 51ª sessão, que seria seguida por um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório da OHCHR (A/HRC/51/41).

Situação dos direitos humanos na Bielorrússia no período que antecede e após as eleições presidenciais de 2020 Em sua resolução 49/26, o CDH decidiu prorrogar, por um período de um ano, o mandato do Alto Comissariado no que diz respeito à situação dos direitos humanos na Bielorrússia no período que antecede e após as eleições presidenciais de 2020, e solicitou ao Alto Comissário que apresentasse uma atualização provisória oralmente ao Conselho em sua 51ª sessão, após a qual seria realizado um diálogo interativo. O Conselho ouvirá o relatório oral atualizado do Alto Comissariado.

Situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela. Em sua resolução 45/20, o CDH decidiu prorrogar o mandato da missão internacional independente de apuração de fatos na República Bolivariana da Venezuela por um período de dois anos, e solicitou a missão de apuração de fatos para apresentar ao Conselho um relatório sobre a situação dos direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela. em sua 51ª sessão, seguida de um diálogo interativo. O Conselho considerará o relatório da missão de apuração de fatos (A/HRC/51/43).

Situação dos direitos humanos no Burundi. Em sua resolução 48/16, o CDH decidiu nomear um relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Burundi e solicitou que ele submetesse ao Conselho em sua 51ª sessão um relatório escrito abrangente, que seria seguido por um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório do novo titular do mandato, Fortuné Gaetan Zongo (A/HRC/51/44).

Situação dos direitos humanos na República Árabe Síria. Em sua resolução 49/27, o CDH decidiu prorrogar por um ano o mandato da Comissão Internacional de Investigação Independente sobre a República Árabe Síria e solicitou à Comissão de Inquérito que fornecesse uma atualização oral ao Conselho durante o diálogo interativo a ser realizado em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório da Comissão de Inquérito (A/HRC/51/45)

Situação dos direitos humanos na Etiópia. Em sua resolução S-33/1, o CDH decidiu estabelecer uma comissão internacional de especialistas em direitos humanos na Etiópia, para

complementar o trabalho da equipe de investigação conjunta, e solicitou à Comissão Internacional de Especialistas em Direitos Humanos sobre a Etiópia que apresentasse um relatório escrito ao Conselho em sua 51ª sessão, isso seria seguido por um diálogo interativo. O Conselho analisará o relatório da Comissão (A/HRC/51/46).

5. Órgãos e mecanismos de direitos humanos.

Cooperação com as Nações Unidas, seus representantes e mecanismos no campo dos direitos humanos. Em sua resolução 12/2, o CDH convidou o Secretário-Geral a submeter, em sua décima quarta sessão e, anualmente, um relatório contendo uma compilação e análise de todas as informações disponíveis, de todas as fontes relevantes, sobre supostas represálias contra pessoas que buscam ou cooperaram com as Nações Unidas, seus representantes e mecanismos, bem como recomendações sobre como abordar os problemas de intimidação e represálias. De acordo com as resoluções 36/21 e 48/17, o Conselho analisará o relatório do Secretário-Geral, seguindo o qual será realizado um diálogo interativo (A/HRC/51/47).

Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos. De acordo com o parágrafo 80 do anexo da resolução 5/1 do CDH, resolução do Conselho 16/21 e a decisão 18/121, o Conselho terá antes disso uma nota da Secretaria sobre o relatório anual do Comitê Consultivo sobre suas 27ª e 28ª sessões, seguindo as quais será realizado um diálogo interativo (A/HRC/51/48).

Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas. Em sua resolução 33/25, o CDH decidiu que o Mecanismo Especializado sobre os Direitos dos Povos Indígenas deveria informar seu trabalho ao Conselho pelo menos uma vez por ano e mantê-lo plenamente informado sobre os desenvolvimentos relativos aos direitos dos povos indígenas. O Conselho analisará o relatório do Mecanismo de Especialistas em sua décima quinta sessão (A/HRC/51/49). Em sua resolução 33/25, o Conselho também decidiu que o Mecanismo de Especialistas deve elaborar um estudo anual sobre a situação dos direitos dos povos indígenas em todo o mundo em relação ao cumprimento dos propósitos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, com foco em um ou mais artigos interrelacionados da Declaração, conforme decidido pelo Mecanismo de Especialistas. O Conselho analisará o relatório do Mecanismo de Especialistas (A/HRC/51/50).

Procedimento de denúncia. Em sua resolução 5/1, o CDH estabeleceu o procedimento de denúncia descrito no inciso IV do anexo a essa resolução. No nº 98 do anexo da resolução 5/1, foi solicitado ao Grupo de Trabalho sobre Situações, com base em informações e recomendações fornecidas pelo Grupo de Trabalho sobre Comunicações, que apresentasse ao Conselho um relatório sobre padrões persistentes de violações grosseiras e confiáveis dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, e fazer recomendações ao Conselho sobre a forma de prosseguir.

Situação dos direitos humanos na Palestina e em outros territórios árabes ocupados. Nenhum relatório foi apresentado sob o item 7 da agenda.

Acompanhamento e implementação da Declaração de Viena e do Programa de Integração dos Direitos Humanos das Mulheres em todo o Sistema das Nações Unidas. De acordo com a resolução 6/30, o CDH realizará um debate anual sobre a integração de uma perspectiva de gênero em todas as suas tarefas e nas de seus mecanismos (ver anexo). Instituições nacionais de direitos humanos Em sua resolução 45/22, o Conselho solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse a ela em sua 51ª sessão um relatório sobre a implementação dessa resolução, incluindo exemplos de melhores práticas entre as instituições nacionais de

direitos humanos, e um relatório sobre as atividades da Aliança Global das Instituições Nacionais de Direitos Humanos sobre o credenciamento de instituições nacionais de acordo com os princípios relativos ao estatuto das instituições nacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos (Princípios de Paris).

Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada: acompanhamento e implementação da Declaração de Durban e Programa de Ação. O apelo global por medidas concretas para a eliminação total do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada e para a implementação abrangente e acompanhamento da Declaração e do Programa de Ação de Durban. Em sua resolução 76/226, a Assembleia Geral solicitou ao CDH, em sua 51ª sessão, que considerasse a elaboração de um programa plurianual de atividades que incluíssem as atividades de divulgação renovadas e fortalecidas necessárias para informar e mobilizar o público em todo o mundo em apoio à Declaração e Programa de Ação de Durban para conscientizar sobre a contribuição que eles tiveram na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância relacionada, em consulta com os Estados-Membros, instituições nacionais de direitos humanos, organizações relevantes da sociedade civil e agências, fundos e programas das Nações Unidas.

Promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais de africanos e pessoas de ascendência africana do uso excessivo da força e outras violações dos direitos humanos por parte das autoridades policiais. Em sua resolução 47/21, o CDH solicitou ao Alto Comissariado e ao Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para Promover a Justiça Racial e a Igualdade na Manutenção da Ordem para elaborar relatórios anualmente e submetê-los conjuntamente ao Conselho, a partir de sua 51ª sessão, no âmbito de um diálogo interativo avançado no qual se priorizava a participação de indivíduos e comunidades diretamente afetadas, incluindo vítimas e seus familiares. O Conselho analisará os relatórios do Alto Comissariado (A/HRC/51/53) e do Mecanismo de Especialistas Independentes (A/HRC/51/55).

Termos de referência do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Afrodescendentes - Em sua resolução 45/24, o CDH decidiu prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho de Especialistas em Pessoas de Ascendência Africana por um período adicional de três anos, e solicitou ao mesmo que apresentasse um relatório anual ao Conselho sobre todas as atividades relacionadas ao seu mandato. O Conselho analisará os relatórios do Grupo de Trabalho (A/HRC/51/54, A/HRC/51/54/Add.1 e A/HRC/51/54/Add.2). Desenvolvimento de normas complementares para fortalecer e atualizar instrumentos internacionais contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, em todos os seus aspectos. De acordo com as suas resoluções 34/36, 42/29 e 48/18 e as decisões 3/103 e 45/113, o CDH considerará os relatórios do Comitê *Ad Hoc* do Conselho de Direitos Humanos sobre a Elaboração de Normas Complementares à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial para suas 11ª e 12ª sessões (A/HRC/51/56 e A/HRC/51/57).

Assistência técnica e capacitação cooperação com e assistência à Ucrânia no campo dos direitos humanos. De acordo com a resolução 47/22, o Alto Comissariado apresentará oralmente aos Estados membros e observadores do Conselho as conclusões do relatório periódico da OHCHR sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia, como parte de um diálogo interativo.

Assistência técnica e capacitação para o Sudão do Sul. Em sua resolução 49/35, o CDH solicitou à OHCHR, em cooperação com o Governo do Sudão do Sul e os mecanismos relevantes

da União Africana, que ajudassem urgentemente o Sudão do Sul a resolver problemas de direitos humanos no período de transição pós-conflito, e submeter ao Conselho em sua 51ª sessão um relatório oral sobre, entre outros, os progressos feitos, seguido de um diálogo interativo.

Cooperação técnica e capacitação para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Filipinas. Em sua resolução 45/33, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que apresentasse um relatório ao Conselho em sua 51ª sessão, a ser considerado em um diálogo interativo reforçado, sobre a implementação da resolução e os progressos e resultados da cooperação técnica e capacitação para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Filipinas. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado (A/HRC/51/58).

Assistência técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na República Centro-Africana. Em sua resolução 48/19, o CDH decidiu prorrogar o mandato do Perito Independente sobre a situação dos direitos humanos na República Centro-Africana por um ano e solicitou que ele apresentasse um relatório escrito sobre assistência técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na República Centro Africana em sua 51ª sessão. O Conselho analisará o relatório do Perito Independente, Yao Agbetse (A/HRC/51/59).

Assistência técnica e capacitação no campo dos direitos humanos na República Democrática do Congo. Em sua resolução 48/20, o CDH solicitou ao Alto Comissariado que elaborasse um relatório abrangente sobre a situação dos direitos humanos na República Democrática do Congo e o submetesse à Assembleia Geral em sua 51ª. sessão. Na mesma resolução, o Conselho decidiu renovar o mandato da Equipe Internacional de Especialistas sobre a situação em Kasai e estendê-la a todo o território nacional da República Democrática do Congo, e solicitou à Equipe de Especialistas Internacionais que apresentasse seu relatório final ao CDH em sua 51ª sessão. Ambos os relatórios seriam considerados no âmbito de um diálogo interativo ampliado. O Conselho analisará os relatórios do Alto Comissariado (A/HRC/51/61) e da Equipe Internacional de Revisão de Especialistas (A/HRC/51/60).

Assistência técnica e capacitação no campo dos direitos humanos no Iêmen. Em sua resolução 48/21, o CDH solicitou ao Alto Comissário que apresentasse um relatório escrito sobre a prestação de assistência técnica e capacitação ao Iêmen no campo dos direitos humanos durante seu 51º período.”

Passado, presente e futuro: os constantes entraves no acesso às tecnologias em saúde

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

SAGE - considerações sobre a segunda dose vacinal de reforço para Covid-19

Em 18 de agosto o SAGE (Strategic Advisory Group of Experts on Immunization) publicou o novo compilado de recomendações sobre a segunda dose de reforço de vacinas contra a Covid-19. É a primeira vez que o SAGE atualiza suas orientações sobre a administração de uma segunda dose de reforço. Suas recomendações são baseadas em evidências crescentes sobre os benefícios do segundo booster para grupos selecionados de pessoas. Para reduzir o risco de doenças graves, mortes e interrupção dos serviços de saúde, o painel recomendou uma segunda dose de reforço da vacina para todos os idosos – usando limites específicos de idade a serem definidos por cada país; e também recomendou um segundo reforço para adultos com comorbidades que os colocam em maior risco de doença grave, incluindo mulheres grávidas e profissionais de saúde, sendo essa dose feita em torno de 6 meses após o primeiro reforço.

Há evidências crescentes sobre os benefícios de uma segunda dose de reforço das vacinas COVID-19 em termos de restaurar a eficácia vacinal. Os dados existem principalmente para vacinas de mRNA com dados muito limitados para outras vacinas de COVID-19, concluiu o grupo de especialistas SAGE em sua última declaração de “Boas Práticas” sobre doses de reforço. As informações em evolução de estudos sugerem que a proteção adicional das populações mais vulneráveis, pelo menos por vários meses, provavelmente será alcançada através da administração de uma segunda dose de reforço, embora o tempo de acompanhamento desses estudos seja limitado.

A orientação é semelhante ao que já foi apresentado pelo Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC), a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e os Centros dos EUA para Controle e Prevenção de Doenças (CDC, que pediram segundos reforços). para ser dado a pessoas com 60 anos ou mais e aqueles com condições médicas.

Em outras recomendações, o painel disse que apoia uma abordagem flexível para vacinas de componentes homólogos [por exemplo, o mesmo tipo e marca de vacina] versus vacinação heteróloga, o que também foi descrito como mistura e combinação de diferentes tipos e marcas de vacina, tanto para a série primária quanto para as doses de reforço. Reforços heterólogos devem ser implementados com consideração cuidadosa do suprimento atual de vacinas, projeções de suprimento de vacinas e outras considerações de acesso, juntamente com os potenciais benefícios e riscos dos produtos específicos que estão sendo usados.

O painel também atualizou suas recomendações para o uso das vacinas Pfizer-BioNTech e Moderna em crianças, mas disse que ainda está revisando os dados de vacinas adaptadas a variantes específicas. No caso de ambas as vacinas, crianças de seis meses a 17 anos com comorbidades devem ser vacinadas para evitar maior risco nesses grupos de doença grave. O SAGE ainda não recomendou o uso mais amplo das vacinas em grupos mais jovens, pois estes não são os grupos prioritários de acordo com roadmap do SAGE (atualizado em janeiro de 2022 pela última vez).

O documento na íntegra pode ser aqui consultado <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/361714/WHO-2019-nCoV-Vaccines-SAGE-Boosters-2022.1-eng.pdf>.

Monkeypox e acesso a vacinas

Durante a 72ª sessão WHO Regional Committee for Africa, dentre as muitas pautas abordadas, uma das principais é que no continente em que *Monkeypox* é endêmica e no qual pesquisas essenciais para compreensão da doença vêm sendo desenvolvidas há décadas, nenhuma dose vacinal está disponível. A resposta lenta e a falta de apoio aos países africanos não correspondem à urgência exigida na declaração da OMS da varíola como uma emergência global de saúde pública.

Embora não haja vacinas disponíveis, a Diretora Regional da OMS África, Dra. Matshidiso Moeti, disse que a capacidade de teste está pelo menos se expandindo, mas não com rapidez suficiente. Ela disse que a OMS está trabalhando através de sua sede para tentar buscar suprimentos de vacinas para que possam estar disponíveis à medida que começarmos a ver novos casos e possamos ter a experiência de usar essa vacina na África.

A fábrica dinamarquesa da Bavarian Nordic, produtora isolada da única vacina contra a *Monkeypox* aprovada pela OMS, MVA-BN, foi fechada para reformas desde a primavera (hemisfério Norte) e não deve reabrir até o final de 2022, levando a uma terrível escassez de suprimentos globais. A OMS disse repetidamente que está “discutindo” com fornecedores de vacinas, bem como o suporte a ensaios clínicos robustos que possam trazer respostas científicas. De acordo com alguns estudos feitos por agências reguladoras globais, existem apenas cerca de 16,4 milhões de doses de MVA-BN armazenadas e disponíveis a granel ou em forma finalizada até o final deste ano. A menos que uma licença seja concedida a outro fabricante de vacinas, o mundo terá que se contentar com as doses existentes, a maioria das quais reside nos Estados Unidos e em alguns outros países ricos.

A equidade ao acesso a vacinas mostra-se, claramente, não melhor do que antes da pandemia de Covid-19. A falta de clareza e a confusão resultante sobre a situação real em termos de capacidade de produção da própria Bavarian Nordic e a distribuição de vacinas disponíveis entre países de alto risco é um lembrete claro de que o mundo pode não estar mais bem preparado hoje para distribuir vacinas de forma racional e equitativa do que era antes da pandemia.

Com os direitos de fabricação e distribuição da vacina exclusivamente nas mãos da Bavarian Nordic, é o governo dos EUA que estará na posse, ou contratado para receber, a esmagadora maioria das doses da MVA-BN que devem ser entregues em 2022 – somando aproximadamente 14,4 milhões de doses. O resultado líquido significa que, seja por meio de doações, seja por persuasão da Bavarian Nordic para aumentar sua produção, Washington, mais uma vez, pode ser chamado a assumir a liderança na garantia de acesso equitativo aos tratamentos contra a varíola dos macacos. Isso a menos que a Bavarian Nordic assine novos acordos de licenciamento com outros fabricantes para produzir a vacina. Até agora, no entanto, os únicos acordos recentes da empresa foram para o preenchimento e finalização de 2,5 milhões de doses da vacina já produzidas, com o governo dos EUA, juntamente com um acordo de licença anunciado recentemente com a empresa chinesa Nuance Pharma, para apoiar o desenvolvimento e comercialização na Ásia da vacina da empresa nórdica para prevenção do Vírus Sincicial Respiratório.

Apesar das tensões emergentes entre a demanda e a oferta de vacinas, as principais autoridades globais de saúde até agora agiram com moderação em seus comentários sobre a empresa de vacinas dinamarquesa, talvez devido à dependência mundial das políticas dessa única empresa para controlar a pandemia. O CEO da GAVI, Seth Berkley, expressou confiança na

empresa, mas ressaltou que BN não tem uma grande instalação de produção de acabamento e envase (fill finish), então pode ser que a compartimentalização da linha de produção seja fundamental.

Outras estratégias envolvem mais estudos para aprovação e checagem da eficácia de outros grupos vacinais. Em teoria, existem duas outras vacinas disponíveis contra a varíola – e, portanto, potencialmente eficazes contra a varíola dos macacos. Mas nenhum deles é licenciado para a varíola dos macacos como tal.

A primeira é a LC16, fabricada pela farmacêutica japonesa KM Biologics, a única vacina contra a varíola de segunda ou terceira geração a ser licenciada para uso em crianças pela OMS. A outra é a ACAM2000, contando com cerca de 100 milhões de doses da vacina de geração mais antiga que contribuiu para a erradicação da varíola, mas os especialistas consideram o risco de efeitos adversos muito alto para serem implantados, a menos que seja absolutamente necessário.

O surgimento imprevisto da Monkeypox fora da África é um estudo de caso perfeito de como as ameaças em qualquer lugar podem se tornar ameaças em todos os lugares. Exemplifica a necessidade de trabalhar como uma comunidade global para identificar e combater todos os problemas de doenças infecciosas, onde quer que ocorram e quem quer que afetem.

A atenção só é dada quando certas doenças atingem países de alta renda, exemplificando nossa falha coletiva em abordar adequadamente a preparação para epidemias. Paradoxalmente, embora a vacina MVA-BN seja registrada na Europa, onde o recente surto de varíola dos macacos se tornou aparente e o fardo mais pesado ocorreu agora, ela nem é registrada nos países da África Central e Ocidental onde a doença é endêmica.

A importância da produção local

Uma grande lacuna de desigualdade criticamente destacada durante a pandemia de Covid-19, foi a necessidade de fortalecer a produção local de medicamentos e outras tecnologias em saúde. Neste sentido, uma importante notícia da quinzena foi que a [Universal Corporation Ltd \(UCL\)](#), uma farmacêutica do Quênia, [obteve pré-qualificação da OMS](#) para produzir sulfadoxina-pirimetamina, medicamento utilizado para prevenir a malária em mulheres grávidas e bebês. Com isso, a UCL se tornou a primeira fabricante africana a receber pré-qualificação para produzir este medicamento, que fortalecerá os esforços regionais para combater a malária.

Isso foi possível a partir de um financiamento da Unitaid e de apoio da Medicines for Malaria Venture (MMV), que destacam a importância de que pesquisadores e fabricantes dos países mais atingidos pela doença estejam à frente dos esforços para controlar a malária e para construir respostas de saúde mais fortes e resilientes.

Dia Mundial do Mosquito

O Dia Mundial do Mosquito é celebrado anualmente no dia 20 de agosto, dia em que pesquisadores descobriram, em 1897, que os mosquitos Anopheles fêmeas transmitem malária aos seres humanos. Esse ano, considerando o retrocesso que tivemos em diversas metas mundiais devido às interrupções durante a Pandemia de Covid-19, a Unitaid lançou um [relatório](#) com um panorama das atuais ferramentas de diagnóstico e identificando oportunidades de acelerar o acesso a testes e melhorar a gestão de casos e controle de malária. O relatório analisa as atuais condições do mercado e o *pipeline* de tecnologia para testes de diagnóstico de malária

com o objetivo de determinar oportunidades de maior impacto, além de lacunas que podem ser abordadas para melhorar os esforços de controle da doença.

Cabe destacar ainda, que o relatório chama a atenção para a necessidade urgente de testes de alta qualidade para diagnosticar a malária em ambientes onde as deleções de genes no parasita da malária estão tornando a detecção mais complexa. Por fim, o relatório destaca que uma série de intervenções, tanto de mercado quanto lideradas pela comunidade, podem ajudar a aumentar e garantir o acesso às tecnologias para o diagnóstico da malária, mas cabe ressaltar que a execução bem sucedida desses esforços exige a participação e adesão de diversos atores na arena da saúde global.

Pathogen X - nova reunião da OMS

O R&D Blueprint da OMS está organizando uma [consulta](#) para aplicar as lições científicas aprendidas durante a pandemia global de SARS-CoV-2 e outros surtos recentes para atender às necessidades de pesquisa de agentes desconhecidos capazes de futuras pandemias – Patógeno X. O encontro acontece em 29 e 30 de agosto e tem como principais pontos de discussão em referência à pesquisa e desenvolvimento que levam a vacinas e terapêuticas seguras e eficazes:

- Revisão de pandemias anteriores com ênfase no COVID-19:
- Que informação científica relevante tínhamos antes da pandemia?
- Que estratégias científicas foram bem sucedidas?
- Que estratégias científicas poderiam ser melhoradas?
- Como será a próxima pandemia?
- Que pesquisa facilitará a identificação da próxima pandemia?
- O que precisa ser feito para se preparar para possíveis patógenos, incluindo patógenos inesperados ou reemergentes (por exemplo, AMR)?
- O que pode ser feito antes da próxima pandemia?
- Quais são as lacunas científicas e de pesquisa? E como eles podem ser atendidos?
- Como as descobertas científicas e de pesquisa podem facilitar o desenvolvimento de vacinas e terapêuticas?
- Como outras abordagens, como TPPs e convergência regulatória, podem facilitar a resposta a uma futura pandemia?

Cúpula Anual H20 da Saúde

A sede da OMS em Genebra será o local da primeira [Cúpula Anual H20 da Saúde](#) desde a pandemia COVID-19. O Diretor-Geral da OMS, abrirá a Cúpula em 1º de setembro. O H20 é uma plataforma anual independente em apoio às agendas da Presidência do G20, organizada pela Parceria de Saúde e Desenvolvimento do G20 e co-sediada pelo [Think 20 \(T20\) Indonésia](#).

Essa Cúpula do H20 reunirá um grupo de formuladores de políticas do G20, organizações internacionais, a comunidade global de saúde, o setor privado, economistas, a sociedade civil e a academia. Eles se reunirão para discutir recomendações concretas ao G20 antes das demais reuniões ministeriais para 2022.

Ao fornecer uma plataforma inclusiva e colaborativa entre a comunidade global tradicional de saúde e outros setores, incluindo o mundo da política e das finanças, a cúpula do H20 ajuda a criar interdependências. As cúpulas do H20 seguem o mantra de que somente em Parcerias (ODS17) podemos mobilizar ações políticas e garantir sociedades e economias mais saudáveis e sustentáveis para cumprir nossas metas e além das Nações Unidas para 2030.

O que esperar para a COP 27 sobre Clima?

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

A 27ª sessão da Conferência das Partes (COP 27) da UNFCCC será realizada em Sharm El-Sheikh, Egito. A COP 27 estava originalmente prevista para ocorrer de 8 a 20 de novembro de 2021. Devido à pandemia de COVID-19, a COP 26 foi remarcada de novembro de 2020 para novembro de 2021. Como resultado, a COP 27 ocorrerá de 7 a 18 de novembro de 2022.

Fazendo um balanço geral da edição anterior, a COP 26 reuniu 120 líderes mundiais para abordar as possíveis soluções para limitar o aumento das temperaturas a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Como resultados, houve apenas compromissos, compromissos dos líderes nacionais para comunicar planos claros para atingir essa meta (na COP 27) e o compromisso dos países desenvolvidos de “cumprir plenamente” com a promessa de US\$ 100 bilhões anuais em financiamento climático para os países em desenvolvimento mais afetados pela crise climática.

Em preparação para a COP 27, ocorreu em junho de 2022, em Bonn, uma série de encontros paralelos, a 56ª sessões do Órgão Subsidiário para Implementação da UNFCCC (SBI) e Órgão Subsidiário para Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA). A conferência de Bonn obteve progressos em algumas áreas. Os delegados concordaram com o trabalho interseções sobre o Artigo 6, sobre mecanismos para estabelecimento dos mercados de carbono internacional, que—considerando o histórico de negociações sobre esta questão—foi uma surpresa bem-vinda. A maioria dos problemas, no entanto, foram deixados sem solução. O item sobre Perdas e Danos foi retirado da agenda. Muitos países desenvolvidos ficaram especialmente desapontados ao ver uma série de itens sobre relatórios sob a Convenção levados adiante, enquanto que os mecanismos para implementação do Acordo de Paris foram parcamente discutidos, devendo ser tema na COP27 (apresentamos melhor o resultado de Bonn no [caderno 11 de 2022](#)). O programa de trabalho para aumentar urgentemente a mitigação e implementação foi incapaz de concordar em “tomar nota” para coletar opiniões das partes. Em outras palavras, as negociações na COP 27 estarão efetivamente de volta na linha de partida e a grande questão é: Como podemos avançar nas ambições de implementação se as partes evadem em assumir maiores reduções de emissões?

A ciência mostra que a mudança climática está se movendo muito mais rápido do que as ações de resposta, e está levando os ecossistemas e as comunidades ao seu limite. Dessa forma, a reunião precisa atender a essa urgência e apresentar medidas de adaptação e soluções climáticas em todos os setores para reduzir as emissões pela metade até 2030. A COP 27 se propõe a 4 objetivos principais: (1) mitigação, visando limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, com o objetivo de trabalhar para a meta de 1,5°C estabelecida no Acordo de Paris em 2015. (2) Adaptação: é um reconhecimento da prevalência e, portanto, crescente urgência de abordar eventos climáticos extremos. Os países deverão apresentar seus Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) para o fortalecimento da resiliência. (3) Finanças: relacionada a promessa de US\$ 100 bilhões e a importância de mostrar progresso em sua entrega. Em particular, será um componente chave para ajudar a fortalecer a resiliência e alcançar esses objetivos. (4) Colaboração: para facilitar resultados tangíveis por meio de parcerias e representação e participação apropriadas de todas as partes interessadas.

Deverá ser discutido também a implementação de disposições de transparência para acompanhamento das ações acordadas e alcançadas pelos países. Essa pauta é importante porque devido a indefinição e falta de acordo em como esse processo deverá ser feito, muitos países ameaçam deixar o Acordo de Paris e reportar somente à convenção. Também deverá ser

abordado o Global Stocktake (GST), processo que visa avaliar o progresso coletivo do mundo para alcançar os objetivos de longo prazo do Acordo de Paris.

Para a UNFCCC, a era das negociações não acabou, mas promover a implementação é mais importante do que nunca. A implementação deve acontecer em nível nacional, e o progresso dentro da UNFCCC pode não ser o tipo de progresso que importa a maioria. O que é necessário no curto prazo é que os principais emissores reduzam suas emissões o mais rápido possível. Mas nós sabemos que o mundo da COP 27 não parecerá nada como o da COP 26. É um mundo assolado por conflitos, crise energética, alimentar e econômica...Essas forças trazem um cenário bastante complicado e deverão ser compensadas pelos delegados em Novembro.

A conferência realizada na África representa uma oportunidade para que os países da região transmitam sua principal mensagem: são as nações mais pobres que sofrem as consequências de mudanças climáticas, apesar de sua contribuição limitada para as emissões globais. Além disso, eles precisam de assistência mais séria para mitigar riscos e danos e atingir metas de emissões zero que são “ambiciosas”. Nesse sentido, o artigo sobre “Perdas e Danos”, discutido a mais de 30 anos, beneficiaria esses países como forma de ressarcir-los pelos danos que eles já estão sofrendo decorrentes da alteração do Clima, e, portanto, o assunto deverá voltar à mesa mesmo tendo sido excluído em Bonn.

Vários relatórios e eventos anteriores servirão de preparação para a COP 27 e foram abordados em cadernos passados que destacaremos aqui. São eles:

- Relatório Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade, do grupo de trabalho II do IPCC (WGII AR6) que atualiza o grau de confiança das evidências já denunciadas nos relatórios anteriores, lançado em fevereiro de 2022, com apanhado de dados até 2019. Esse relatório demonstra os resultados dos enormes avanços na área de medição aponta as consequências das mudanças climáticas em diversos setores, inclusive na carga de doenças, as populações e localidades mais vulneráveis, entre outros. Abordamos esse relatório no caderno 4 de 2022.

- Relatório Mudanças Climáticas 2022: Mitigação das Mudanças Climáticas, do grupo de trabalho III do IPCC, publicado em abril de 2022. Diferente dos relatórios referentes a contribuição do grupo de trabalho I e II que abordavam os impactos e a necessidade de adaptação, este é mais controverso devido seu foco nas políticas, práticas e lições aprendidas para mitigar as emissões. O AR6 WGIII enfatiza que para todos os setores estudados já há tecnologias suficientes para mitigação e que o maior investimento em pesquisa pode melhorar ainda mais seus custos e facilitar sua operação. O relatório é um manual para todos os setores da economia, avaliando diversas soluções de mitigação das emissões através da discussão técnica, incluindo os componentes social, justiça, equidade, econômico e ainda prevê as probabilidades de certeza sobre as soluções. Ele chama a atenção para o aumento ainda crescente das emissões de gases de efeito estufa e que para mantermos a elevação da temperatura até de 1,5 a 2,0°C, até 2100, as emissões precisam atingir o pico antes de 2025, e a partir daí os países em desenvolvimento devem estabilizar suas emissões e os países desenvolvidos devem reduzir suas emissões. Ou seja, ações para redução devem ser tomadas imediatamente e reduções progressivas devem ser acompanhadas nos períodos de 2030, 2040 e 2050. Dentre os maiores contribuidores estão a queima de combustíveis fósseis como o principal contribuidor, seguido pelas emissões de metano (em maior parte proveniente da queima de combustíveis fósseis para geração de energia), o uso da terra, onde enquadram-se as atividades agrícolas e o desmatamento de florestas. Mas o relatório, prevê que dentre todas

as emissões, a mais fácil de ser mitigada são aquelas referentes ao uso da terra, beneficiando também a biodiversidade. São as chamadas *Nature-based solutions*, baseada na proteção e restauração de ecossistemas naturais como florestas, turfeiras, áreas úmidas, savanas e campos; além de métodos agrícolas mais sustentáveis com melhor uso da terra e menos agrotóxicos, favorecendo também a qualidade do alimento - NBS foi a principal solução levantada pelos países da América Latina e Caribe durante a Semana do Clima para mitigação das emissões e nós também a abordamos em maior detalhe no caderno anterior. Abordamos esse relatório no [caderno 6 de 2022](#).

- Relatório [Estado do Clima Global da OMM](#), da Organização Mundial de Meteorologia (OMM), publicado no dia 18 de maio de 2022 o relatório, que complementa os dados do IPCC porque aborda o período até 2021. Ele aponta que o ano de 2021 foi o mais quente da história mesmo tendo dois eventos de La Niña e que eventos hidro-meteorológicos foram mais frequentes e intensificados. Abordamos esse relatório no [caderno 9 de 2022](#). A OMM também publicou um relatório específico para a região da América Latina e Caribe que pode ser encontrado [aqui](#).

- Semana de Clima da América Latina e Caribe – Evento regional realizado pela UNFCCC para alinhar os trabalhos da região e o que será apresentado na COP. Foram discutidos três painéis: 1 - Cumprir os compromissos existentes, incluindo aqueles contidos nas NDCs, Estratégias de Desenvolvimento de Baixas Emissões de Longo Prazo e a implementação de disposições de transparência; 2- Associar abordagens integradas e baseadas em risco no planejamento em todos os níveis e em todos os setores, acelerar a implementação dos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e o fortalecimento da resiliência; 3- Compartilhar experiências sobre caminhos de desenvolvimento de baixo carbono e meios de implementação para alcançar a neutralidade de carbono. Abordamos esse evento no [caderno 14 de 2022](#).

Como eventos futuros determinantes para a negociação da COP27, teremos a Semana de Clima da África, de 29 a 2 de setembro de 2022 e a 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA 77), de 13 a 27 de setembro de 2022.

Uma das oportunidades de reflexão e contribuição da comunidade de saúde pública será a [Reunião Anual da Aliança de Saúde Planetária - 2022](#) que se realizará virtualmente e pessoalmente na Universidade de Harvard em Boston, Massachusetts de 31 de outubro a 2 de novembro de 2022. Sobre esta reunião que também deve contribuir para a COP do ponto de vista da saúde o periódico “The Challenges Journal” está [aceitando submissões](#) para sua edição especial sobre a reunião anual. Os editores buscam submissões sobre apresentações de conferências, discussões, resumos, oficinas, obras de arte, poesia ou outras ideias que surgem antes ou depois do encontro, incluindo artigos para compreender ou melhorar as complexas relações entre a saúde humana e os sistemas naturais da Terra. Os artigos serão aceitos até 31 de outubro de 2023 e a publicação é gratuita para esta edição especial. Nos dias [26 de setembro](#) e [28 de setembro](#) a Aliança fará sessões virtuais aos seus membros com a equipe executiva para identificar áreas de sinergia e parceria.

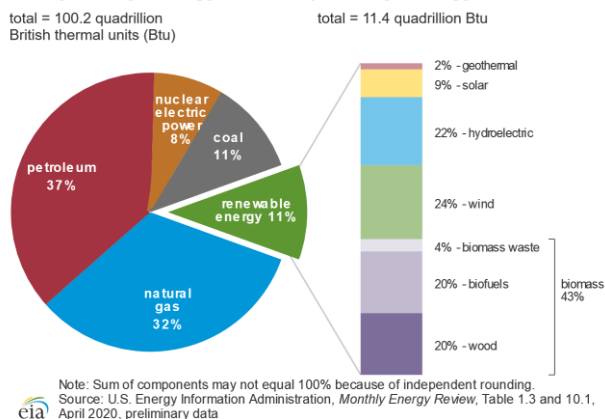
Após um ano e meio de negociações, o Senado americano aprovou um ambicioso plano de US\$ 430 bilhões para o clima e o setor da saúde

Os EUA aprovaram uma lei em 16 de agosto que inclui um grande pacote orçamentário chamado “Lei de Redução da Inflação”, neste 370 bilhões de dólares serão destinados para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 40% antes de 2030. Com essa reforma, cada americano receberá até 7.500 dólares em créditos fiscais para a compra de um carro elétrico. A

instalação de painéis solares nos telhados será reembolsada em 30%. A reforma possibilitaria fortalecer a resistência das florestas diante dos violentos incêndios que assolam o Oeste do país, cuja multiplicação tem sido atribuída diretamente às mudanças climáticas. Vários bilhões de dólares em créditos tributários também serão oferecidos às indústrias mais poluidoras para ajudá-las em sua transição energética, medida fortemente criticada pela esquerda do partido.

As medidas, apesar de insuficientes, são muito bem-vindas, considerando o posicionamento histórico do país e por ser o maior emissor de gases de efeito estufa da história – hoje o maior emissor anual é a China. No entanto, o país precisará mudar sua fonte energética que é baseada principalmente em combustíveis fósseis, apenas 11% são provenientes de energia renovável e 8% de fonte nuclear, como ilustrado na figura ao lado. Não adiante estimular a compra de carros elétricos, se a base da energia é fóssil.

U.S. primary energy consumption by energy source, 2019



Cientistas do Climate Action Tracker calcularam que, sem outras novas políticas climáticas, as emissões de dióxido de carbono dos EUA em 2030 diminuirão entre 26% a 42% abaixo dos níveis de 2005, o que ainda está aquém da meta do país de reduzir as emissões para metade. Já analistas do grupo de reflexão Rhodium Group calcularam cortes na poluição entre 31% e 44% com esta nova lei. Outros analistas e cientistas disseram que os números do Climate Action Tracker fazem sentido (Fonte: Público).

Em relação a COP27, de fato, essa legislação histórica ajudará os Estados Unidos a alcançar seus compromissos de redução de emissões, aumentar a competitividade dos EUA e estimular uma “corrida ao topo” na economia de energia limpa, remodelar o cenário de segurança e, crucialmente, restaurar a confiança e a legitimidade dos Estados Unidos perante aos Estados da comunidade climática global.

Mudanças Climática e Direitos Humanos

Em 7 de Julho de 2022, o Conselho de direitos Humanos aprovou resolução sobre Direitos humanos e mudanças climáticas, em referência aos diversos direitos que serão e que já estão ameaçados direta ou indiretamente pelas alterações do clima, incluindo os direitos à vida, autodeterminação, desenvolvimento, alimentação, saúde, água e saneamento e moradia.

Desde a adoção da primeira resolução das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Mudanças Climáticas em 2008, o Conselho de Direitos Humanos da ONU tem feito progressos substanciais em resoluções sobre os vínculos entre direitos humanos, meio ambiente e mudanças climáticas. A presente resolução reconhece e aumenta a conscientização sobre os vínculos críticos entre a ação na crise climática e a defesa dos direitos humanos. Notavelmente, pela primeira vez, dá atenção especial às perdas e danos econômicos e não econômicos associados aos impactos adversos das mudanças climáticas. Em outras palavras, impactos climáticos que ultrapassam os limites da adaptação e que afetam negativamente setores como agricultura, silvicultura, pesca e turismo, e que danificam infraestruturas e propriedades críticas. Esses impactos também podem interromper as cadeias de suprimentos ou causar migração, desaparecimento de culturas e modos de vida.

Os Estados (titulares de direitos) têm a obrigação afirmativa de tomar medidas efetivas para prevenir e corrigir esses impactos climáticos e, portanto, mitigar as mudanças climáticas e assegurar que todos os seres humanos (titulares de direitos) tenham a capacidade necessária para se adaptar à crise climática.

Dessa forma, a resolução, entre outros alertas, pede para que os Estados a adotem “uma abordagem abrangente, integrada, sensível ao gênero, inclusiva de idade e de deficiência para as políticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, consistente com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seus objetivos e princípios, para abordar com eficiência o impacto econômico, cultural e social e os desafios de direitos humanos que as mudanças climáticas apresentam, para o pleno e efetivo gozo dos direitos humanos para todos.” Também pede que “os Estados aumentem a cooperação e assistência internacional, em particular no financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, para medidas de mitigação e adaptação para ajudar os países em desenvolvimento, especialmente aqueles que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

A aprovação dessa resolução pode dar forças para trazer à mesa de negociações o financiamento de “Perdas e Danos” na COP 27.

Tendências Globais de Emprego de Jovens: como elas refletem desigualdades sociais e de gênero e como foram impactadas negativamente pela pandemia da Covid-19. Qual o futuro e quais os grandes desafios?

René Mendes

Apresentação

Este breve texto é uma síntese dos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho, em 2022, e foi construído a partir da tradução de publicações institucionais da OIT, revista e ajustada ao contexto brasileiro, onde pertinente. Todos os créditos autorais devem ser concedidos à OIT, fonte principal deste material^{31,32}.

A escolha deste texto, que abre, doravante, o espaço para temas de interesse para o campo da Saúde do Trabalhador nestes *Cadernos*, serve, emblematicamente, para mostrar a importância da categoria Trabalho nas reflexões sobre a “**teoria da determinação social do processo saúde-doença**”, ou do Trabalho enquanto um “**determinante social**”, não apenas para uma “saúde dos trabalhadores e trabalhadoras”, mas para a Saúde, como um todo, em sociedades capitalistas. Sem trabalho não há saúde!

Consideramos, também, que a escolha deste tema mostra, de forma muito emblemática, a confluência das preocupações pelo viés do Trabalho – no caso, o emprego de jovens e os impactos adversos decorrentes da pandemia da Covid-19 – com o viés da Saúde. No caso, a **saúde dos jovens**, isto é, na tão complexa quadra da vida em que devem estudar, mas também se preparar para as carreiras profissionais, e estas expectativas de educação e trabalho são muito diferentes, segundo classes sociais. Como é bem sabido (e até vivido por este editor), a somatória de expectativas pode avançar em territórios de risco para a saúde, para a educação e para as futuras carreiras profissionais, na medida em que crescem expectativas (ou necessidades reais) de que crianças e adolescentes trabalhem precocemente. O trabalho infantil e de adolescentes não é apenas uma questão moral, mas, infelizmente, em muitas sociedades de classes é ainda uma chaga presente. O estudo da OIT trata do trabalho de “jovens” ou “trabalho juvenil”, e esta fronteiras de idade e ‘legalidade’ não têm muito sido claras, em algumas culturas e em alguns países, como no Brasil, infelizmente.

Acrescente-se que em economias recessivas ou sem crescimento – como é o caso de muitos países da América Latina, e em parte, no nosso país – não apenas o desemprego e a falta de oportunidades de trabalho têm crescido, provocando “desalento” (categoria econômica recentemente criada pelo IBGE/PNAD), como vem crescendo a geração dos “nem-nem”, isto é, dos adolescentes e jovens que nem estudam, nem trabalham. Esta grave expressão de desalento, com óbvias implicações de saúde (nutricional, emocional, mental etc.) foi agravada pela pandemia da Covid-19, em decorrência das restrições, proibições e ‘lockdowns’ impostos por medidas sanitárias, porém sem garantias econômicas e sociais compensatórias, dignas e justas. Também é o caso do Brasil, infelizmente.

³¹ ILO. Global Employment Trends for Youth 2022 - Investing in transforming futures for young people. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_853321.pdf

³² OIT. A recuperação do emprego jovem continua a ocorrer a um ritmo lento, segundo a OIT. Um novo relatório antes do Dia Internacional da Juventude destaca grandes diferenças regionais nas perspectivas dos jovens no mercado de trabalho. https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_853133/lang--es/index.htm

Trata-se, portanto, de um interessantíssimo tema, que merece nossa análise e reflexão, especialmente se o projetarmos para o futuro de curto, médio e longo prazos.

RESUMO EXECUTIVO – VISÃO GERAL

A crise da COVID 19 exacerbou os muitos desafios do mercado de trabalho que os jovens geralmente enfrentam. Entre 2019 e 2020, os jovens de 15 a 24 anos tiveram uma porcentagem muito maior de perda de emprego do que os adultos (definidos como pessoas com 25 anos ou mais). Muitos deles abandonaram a força de trabalho, ou nunca entraram, devido à enorme dificuldade de encontrar e garantir um emprego em um momento em que muitos governos impunham “lockdown” e medidas de confinamento. Além disso, a queda acentuada da renda familiar e a mudança para o ensino a distância por parte das instituições de ensino dificultou a busca pela educação e formação para muitos. Consequentemente, o já elevado número de jovens sem educação, trabalho ou formação (“nem-nem”) aumentou ainda mais em 2020.

O aumento do desemprego juvenil de cerca de 4 milhões de pessoas em 2020 subestima grosseiramente o impacto da crise no mercado de trabalho. O emprego global de jovens caiu cerca de 34 milhões de pessoas entre 2019 e 2020. A maior parte da perda de empregos resultou em saídas da força de trabalho devido a circunstâncias extraordinárias impostas pela crise. A força de trabalho potencial, que inclui jovens que não fazem parte da força de trabalho, mas estão marginalmente ligados ao mercado de trabalho, aumentou em 7 milhões. O número de pessoas não incluídas na força de trabalho ampliada aumentou em 27 milhões. Cerca de metade das perdas de emprego sofridas pelos jovens em 2020 aumentaram o número de jovens com estatuto de “nem-nem”, enquanto a outra metade aumentou o número de jovens que estudam, mas não têm emprego. De forma alarmante, a taxa global de “nem-nem” aumentou 1,5 ponto percentual em 2020, atingindo seu nível mais alto em pelo menos quinze anos. Os 282 milhões de jovens nesta situação em 2020 perderam uma fase inicial crucial de seu desenvolvimento pessoal e correm o risco de enfrentar sérias desvantagens no mercado de trabalho no futuro.

O déficit geral de emprego dos jovens em relação a 2019 ascendeu a 8,2% em 2020, enquanto o déficit correspondente para os adultos foi inferior à metade. Os jovens foram especialmente atingidos porque as empresas que sobreviveram à crise buscaram, acima de tudo, reter os trabalhadores, enquanto as novas contratações despencaram. Além disso, os trabalhadores jovens são menos propensos a ter a antiguidade (“senioridade”) e os tipos de contratos que os distinguem para serem retidos pelos empregadores e, portanto, mais propensos a perder seus empregos. Além disso, os esquemas de retenção de empregos patrocinados pelo governo, onde existem, são menos eficazes na proteção de trabalhadores jovens.

Estima-se que menos da metade do déficit global de emprego jovem em 2020 seja compensado em 2022. O déficit global diminuiu para 5,9% em 2021 e está projetado para diminuir ainda mais para 4,5% em 2022. Isso implica uma lacuna projetada de 19 milhões de empregos para os jovens em 2022. Globalmente, a recuperação do emprego dos jovens fica aquém da dos adultos, que se estima que, até 2022, eles recuperarão mais da metade do déficit de emprego que tiveram em 2020. Além disso, a taxa de participação dos jovens na força de trabalho deverá aumentar em todo o mundo em 2022, embora se espere que permaneça estável, mais de 1 ponto percentual abaixo do nível de 2019. Da mesma forma, as estimativas

apontam para o desemprego global dos jovens, caindo para 73 milhões em 2022, o que ainda seria 6 milhões acima do nível de 2019.

A recuperação das taxas de desemprego dos jovens deverá divergir entre baixa e países de renda média, por um lado, e países de alta renda, por outro. De fato, os países de alta renda são os únicos que devem retornar até 2022 às taxas de desemprego juvenil perto do que eram em 2019, enquanto as taxas devem permanecer bem acima de 1 ponto percentual acima dos seus valores pré-crise nos outros grupos de rendimento dos países.

Os jovens que perdem ou não conseguem um emprego são particularmente vulneráveis a 'cicatrizes', o fenômeno pelo qual seus resultados futuros no mercado de trabalho são piores do que os de seus pares, mesmo quando as condições macroeconômicas melhoram novamente. Eles podem acabar aceitando um emprego para o qual são super qualificados, arriscando-se a ficar presos em uma carreira que envolve informalidade e baixos salários. Como visto em crises anteriores, os jovens de países de alta renda são igualmente afetados por esse fenômeno.

A crise da COVID 19 não afetou apenas as perspectivas de emprego dos jovens, mas também interrompeu a qualidade e a quantidade de educação e treinamento. O fechamento generalizado de escolas afetou mais de 1,6 bilhão de alunos. A interrupção da educação pode causar perdas significativas de aprendizagem, criando desigualdades intergeracionais e intra geracionais. O fechamento de escolas em 2020-2021 teve efeitos muito diferentes sobre os jovens, tanto entre os países quanto dentro dos países, dependendo da capacidade dos países de fornecer provisões efetivas para o ensino à distância e do status socioeconômico das famílias, o que determinou até que ponto os alunos poderiam se beneficiar desta modalidade de aprendizagem. Mulheres e meninas jovens eram frequentemente as primeiras a serem retiradas da educação e as últimas a retornar, provavelmente exacerbando as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

A perda de competências básicas em leitura (letramento), escrita e 'numeramento', bem como competências em outras disciplinas, tem um impacto direto na aprendizagem futura de todos os alunos e, portanto, na sua preparação para a vida e para o trabalho. Além das perdas de aprendizado que interrompem toda a trajetória do aprendizado, o fechamento de escolas em todo o mundo em 2020-21 produziu efeitos prejudiciais significativos sobre a nutrição e a saúde. A perda de escolaridade nos níveis primário e secundário pode comprometer futuras matrículas no ensino superior. Nesse sentido, pode-se dizer que a crise da COVID-19 reduziu o nível educacional não apenas por seu impacto direto nas escolas, mas também em termos de educação futura perdida, especialmente nos países mais pobres.

De maneira mais geral, a crise tornou mais difícil a perspectiva de alcançar muitas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As desigualdades em escala global, tanto dentro como entre países, podem aumentar devido aos efeitos desiguais diretos e de longo prazo da crise sobre jovens de diferentes países e com diferentes origens socioeconômicas. É necessária uma ação política decisiva para combater estes efeitos negativos, para que os jovens possam obter a educação de que necessitam e para apoiar a sua entrada no mercado de trabalho nestas condições difíceis. As economias 'verde', 'azul', digital, criativa e de cuidado, em particular, têm grande potencial para fornecer empregos decentes para os jovens, ao mesmo tempo em que contribuem para os principais ODS, em particular o Objetivo 5 ('Igualdade de gênero'), Objetivo 8 ("Trabalho decente e crescimento econômico"), Objetivo 9

("Indústria, inovação e infraestrutura"), Objetivo 13 ("Ação contra a mudança global do clima") e Objetivo 14 ("Vida na água").

À medida que os países reavaliam sua postura política na fase de recuperação, eles precisam investir em abordagens transformadoras de longo prazo e revisar suas estruturas econômicas para torná-las mais inclusivas, sustentáveis e resilientes. Assim, este relatório se baseia em um modelo macro econométrico global para quantificar os efeitos econômicos e de emprego de medidas políticas para facilitar essas transições. Projetado para fornecer um tratamento integrado dos sistemas econômicos, energéticos e ambientais do mundo, o modelo foi usado para simular quatro cenários induzidos por políticas: um "cenário verde", um "cenário digital", um "cenário de cuidados" e um "cenário combinado", que combina os três primeiros. Esses cenários foram comparados a um cenário de referência, ou abordagem 'business as usual'.

Os resultados da modelagem sugerem que, se o cenário combinado fosse implementado como parte de um grande impulso de investimento dos países, o produto interno bruto global em 2030 seria 4,2% maior e haveria 139 milhões de empregos adicionais para trabalhadores de todas as idades em todo o mundo em relação à linha de base. O emprego juvenil global – definido para este exercício como compreendendo pessoas entre 15 e 29 anos – aumentaria de 697 milhões em 2022 para 751 milhões em 2030 no cenário de referência, enquanto o cenário combinado deverá aumentar o emprego juvenil em 32 milhões de empregos adicionais até 2030. Esses empregos adicionais para jovens ajudariam a compensar as perdas de empregos causadas pela crise da COVID 19, ao mesmo tempo em que colocariam os mercados de trabalho em um caminho mais favorável. Ressalta-se que as projeções obtidas do modelo são estimativas conservadoras da geração de emprego direto. O modelo não captura os benefícios indiretos em termos de segurança ambiental e maior produtividade gerados pelo investimento em educação, saúde e digitalização.

Um número crescente de países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, está repensando seus modelos de crescimento anteriores e se voltando para as economias verde e azul como meio de alcançar o desenvolvimento sustentável, a criação de empregos e a redução da pobreza. Mulheres e homens jovens, com sua educação e formação mais contemporâneas, assim como sua criatividade e engenhosidade, estão em posição favorável para se beneficiar da expansão das economias verde e azul. Espera-se que as oportunidades de emprego surjam, em particular, a partir de investimentos destinados a atingir zero emissões líquidas de carbono até 2050, a fim de limitar o alerta global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais (como pede o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), incluindo investimentos em energia limpa e renovável, construção, agricultura sustentável, reciclagem e gestão de resíduos. De fato, a modelagem sugere que mais 8,4 milhões empregos podem ser criados para jovens até 2030 por meio da implementação de medidas políticas verdes e azuis.

Esta previsão de crescimento do emprego agregado esconde perdas de emprego em alguns países, setores e grupos de trabalhadores, destacando a importância de adotar políticas que garantam uma transição justa para todos. Em particular, deve-se notar que os investimentos em infraestrutura de energia renovável e modernização de edifícios tendem a beneficiar setores tradicionalmente dominados por homens. Portanto, os formuladores de políticas precisariam continuar a enfrentar as barreiras do mercado de trabalho enfrentadas pelas mulheres jovens. Ao conceber as políticas de emprego dos jovens neste contexto, também é importante ter em conta as tecnologias de baixo carbono e resilientes ao clima disponíveis e ampliar e difundir as tecnologias mais adequadas às circunstâncias específicas de cada país. Além disso, são necessários mecanismos inovadores de antecipação de competências para que

os jovens adquiram, através da educação e formação técnica e profissional, as competências de que necessitarão nas novas profissões. Em suma, a transição para as economias verde e azul abre inúmeras oportunidades para a participação dos jovens, cujo dinamismo e espírito inovador podem contribuir para forjar um melhor futuro laboral e promover a utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, tendo em conta ter em conta as especificidades dos contextos nacionais e locais.

Tal como as economias verde e azul, a economia digital tem um potencial considerável para criar empregos para os jovens. A crescente digitalização da economia e da sociedade está afetando profundamente o mundo do trabalho, e espera-se que a tendência continue e até acelere nos próximos anos. São necessárias políticas adequadas para enfrentar os desafios e transformar o potencial em oportunidades reais de trabalho decente. Neste relatório, a economia digital é considerada ao lado da economia criativa, ou laranja, cujos setores estão cada vez mais dependentes de tecnologias digitais para a produção e disseminação de conteúdo criativo. Um conjunto de dados único - um micro banco de dados digital e criativo - foi construído com base em pesquisas sobre a força de trabalho de 28 países em diferentes estágios de desenvolvimento econômico ao longo de três anos (2013, 2018 e 2020) para estudar as características do emprego de ambas as economias. Em vez de limitar os empregos digitais àqueles que usam plataformas digitais ou àqueles envolvidos na produção e distribuição de produtos relacionados à tecnologia da informação e comunicação (TIC), todas as atividades apoiadas por TICs no local de trabalho foram consideradas como parte de um continuum de emprego digital. Os setores foram categorizados de acordo com sua intensidade de emprego digital.

O emprego jovem na economia digital é caracterizado pela proporção relativamente grande de trabalhadores qualificados e com altos níveis de escolaridade, concomitantes. A crise da COVID 19 reforçou essa tendência, presumivelmente porque os trabalhadores menos qualificados (jovens) eram mais propensos a perder seus empregos. A nível macroeconómico, a economia digital proporciona um bom retorno do investimento e a qualidade dos empregos é relativamente elevada. Ao mesmo tempo, permanecem desafios importantes, especialmente para garantir que todos os jovens tenham as mesmas oportunidades de acesso ao emprego digital. Em muitos países de baixa e média renda, a conectividade com a Internet continua sendo um problema, especialmente nas áreas rurais. A expansão do acesso à banda larga nas áreas rurais requer tempo e investimentos consideráveis. No entanto, onde foi investido, o investimento provou ser lucrativo. Os modelos sugerem que alcançar a cobertura universal de banda larga até 2030 poderia levar a um aumento líquido no emprego de 24 milhões de novos empregos em todo o mundo, dos quais 6,4 milhões seriam ocupados por jovens. Inicialmente, o aumento do emprego jovem estaria concentrado na construção e no setor de tecnologia da informação e comunicação, mas à medida que os efeitos do consumo se alastrassem, os maiores impactos no emprego até 2030 seriam nos setores de distribuição e varejo.

Por outro lado, muitos tipos de emprego na economia digital, como o trabalho em plataforma, vêm com alto grau de instabilidade no emprego e incerteza sobre ganhos futuros. O trabalho de plataforma pode ser particularmente atraente para os jovens em países de baixa e média renda: é bem pago e a falta de segurança no emprego é percebida como um problema menor pelos jovens na ausência de alternativas. No entanto, a instabilidade no emprego e a falta de cobertura de proteção social para jovens trabalhadores assalariados digitais são questões que precisam ser abordadas pelos formuladores de políticas. O fato de que o acesso ao emprego digital requer educação e habilidades continua sendo uma grande barreira em países de baixa e

média renda, impedindo que muitos jovens aproveitem as oportunidades de trabalhar em empregos de maior qualidade na economia digital. Portanto, as estratégias para apoiar o desenvolvimento do emprego digital para os jovens devem basear-se em uma abordagem abrangente e de longo prazo. Em particular, é essencial equilibrar a crescente quota de mercado das plataformas digitais e a oferta altamente competitiva de trabalho baseado em plataforma.

A economia laranja é um dos setores que mais cresce no mundo, gerando oportunidades de emprego para jovens em áreas tão diversas como arquitetura, artes visuais e cênicas, artesanato e videogames. Para além da sua contribuição para o emprego, as atividades criativas, culturais e artísticas são vitais para o bem-estar das pessoas e para o património das sociedades. Embora os “lockdowns” devidos à COVID-19 tenham tido um efeito dramático no emprego na maioria dos setores, eles atingiram particularmente as atividades culturais e criativas, pois muitas dessas atividades dependem da proximidade física. Os trabalhadores envolvidos nessas atividades sofreram uma queda acentuada em sua renda após o cancelamento de eventos e shows ao vivo e o fechamento de museus e patrimônios. Os trabalhadores do setor cultural e criativo são particularmente vulneráveis, não só pelas restrições impostas à sua capacidade de trabalho, mas também porque uma parte significativa não está coberta pela proteção social. Tal como na economia digital, a implementação de uma proteção laboral e social adequada é essencial para garantir um trabalho digno aos trabalhadores, tanto jovens como idosos na economia laranja.

A economia do cuidado é uma grande empregadora de jovens, tanto na educação, saúde e serviço social quanto nas famílias, especialmente mulheres jovens. Em média, 10,7% de todos os jovens trabalhadores (de 15 a 29 anos), ou 47,8 milhões, trabalhavam em serviços de saúde, assistência social, educação ou como trabalhadores domésticos pouco antes do início da pandemia. Como sugerem as simulações realizadas com o modelo macro econométrico, investimentos em serviços de saúde e cuidados de longa duração e em educação para alcançar os ODS 3, 4, 5 e 8 poderiam criar 17,9 milhões de novos empregos para os jovens até 2030 em relação à linha de base, incluindo 9,3 milhões de empregos em educação, 5,1 milhões de empregos em saúde e assistência social e indiretamente 3,5 milhões em setores não relacionados com a economia do cuidado. Os efeitos positivos desses investimentos no emprego jovem estariam concentrados em países de baixa renda (4,2 milhões) e, sobretudo, em países de renda média-baixa (9,7 milhões).

Os investimentos nos setores assistenciais devem ser acompanhados pela promoção de condições de trabalho dignas para trabalhadores jovens e idosos. Isso inclui garantir que eles gozem de proteção trabalhista e social; garantir a liberdade de associação e sindicato, o direito à negociação coletiva e remuneração igual para trabalho de igual valor, e prevenir e eliminar a violência e o assédio. Ainda há um longo caminho a percorrer para tornar o trabalho decente uma realidade para todos os jovens trabalhadores da economia do cuidado. Os jovens trabalhadores da educação, por exemplo, enfrentam condições de trabalho muito desiguais dependendo das características dos sistemas educacionais, sendo as condições tipicamente piores no setor privado do que nas escolas públicas. Em particular, os professores de escolas não estatais em países de baixa e média renda são menos propensos a ter contratos permanentes e tendem a receber salários mais baixos do que seus colegas de escolas públicas. No campo da saúde e do serviço social, as condições de trabalho dos jovens trabalhadores também variam muito: entre aqueles com formação universitária e aqueles sem, entre trabalhadores do setor público e privado, e entre aqueles que trabalham na área da saúde e aqueles que fazem parte de a equipe de trabalho social. A crise da COVID 19 pressionou muito

os jovens trabalhadores do setor da saúde, como evidenciam as horas trabalhadas e o alto nível de exaustão que a luta contra a pandemia lhes causou. Finalmente, os jovens trabalhadores domésticos são praticamente os mesmos em todos os países em termos de condições de trabalho piores: quase todos estão empregados informalmente e carecem de proteção social e direitos trabalhistas básicos. Durante a pandemia, muitos perderam o emprego e a renda ou tiveram que se isolar nas casas dos empregadores.

A crise destacou a necessidade de incorporar jovens profissionais à força de trabalho de saúde pública de forma sustentável, ou seja, evitando a dependência de voluntariado ou excesso de trabalho. Isso requer estruturas de orientação fortes, recrutamento intencional e apoio contínuo, incluindo acesso à educação e treinamento. Com uma proporção significativa de assistentes sociais se aproximando da aposentadoria em muitos países, o recrutamento de trabalhadores mais jovens é particularmente importante. São necessárias melhores condições de trabalho e remuneração para reter os profissionais de saúde existentes e atrair os jovens para o setor. É importante, também, formalizar a adesão e cumprir a Convenção no 189 da OIT (de 2011), relativa às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos (no Brasil, teoricamente adotada em 2018), para garantir que estes trabalhadores sejam protegidos pela legislação laboral e de previdência social, e que possam ter direito à proteção social, na mesma medida que os outros trabalhadores, priorizando a melhoria das condições de trabalho dos jovens trabalhadores domésticos.

A resposta à crise revelou deficiências de vários tipos na resposta às necessidades dos jovens, sobretudo dos mais vulneráveis, especificamente os que procuram o primeiro emprego, os abandonos escolares, os recém-licenciados com baixas competências e os muitos jovens que permanecem inativos, não por opção. O que os jovens mais precisam, se estiverem na força de trabalho, é de mercados de trabalho que funcionem bem que ofereçam oportunidades de trabalho decente e, se ainda não estiverem na força de trabalho, é essencial com educação e treinamento de qualidade. Além disso, são necessárias medidas políticas específicas para combater as desigualdades e envolver todos. Os programas e políticas do mercado de trabalho e os sistemas de proteção social devem mudar seu foco para ir além do mercado de trabalho e devem ser complementados por fortes serviços educacionais e de assistência. Em muitos países, é necessário fortalecer os sistemas de proteção social e abordar a fragmentação da cobertura para melhorar a resiliência dos jovens em um momento de amplas transformações na economia e no mercado de trabalho.

À medida que a resposta política muda de alívio imediato para apoio à recuperação, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para economias mais sustentáveis, inclusivas e resilientes, as lacunas no alcance dos jovens precisam ser abordadas. Isso é essencial para evitar cicatrizes econômicas e sociais mais profundas e para promover um futuro melhor do trabalho para todos. Os problemas do desemprego, da inatividade e da precariedade laboral dos jovens devem ser colocados no centro das políticas de recuperação econômica para evitar que a crise do emprego se transforme numa crise social. Uma maior cooperação internacional é igualmente importante para enfrentar as restrições fiscais e financeiras dos países em desenvolvimento, onde vive a maioria dos jovens. Os países em desenvolvimento precisarão gastar com sabedoria, mobilizar recursos internos para fortalecer seus sistemas de proteção social e realizar reformas para melhorar a intermediação financeira e o ambiente de negócios para que seus pequenos negócios possam crescer. É necessário um investimento significativo na transição verde e na adaptação às mudanças climáticas por meio de esforços para implantar, adaptar e ampliar tecnologias relevantes.

Ao conceber e implementar políticas ativas de mercado de trabalho e políticas de desenvolvimento de competências para ajudar os trabalhadores a mudar para novas ocupações e empregos, é importante garantir que os jovens sejam envolvidos ativamente e que suas necessidades sejam atendidas. A transição para economias mais verdes e digitais exige uma abordagem abrangente do “letramento” (alfabetização, leitura) digital, juntamente com a promoção da aquisição de competências técnicas e digitais adequadas por parte dos jovens, para que possam aproveitar ao máximo as novas oportunidades que são criadas. Os esforços para moldar um futuro mais sustentável exigem a participação ativa e a contribuição significativa dos jovens.

Disparidade salarial entre homens e mulheres

Maria de Fátima Ramos Moreira e Luiz Claudio Meirelles

A pandemia expôs o tamanho das inequidades dentro e entre países. Após seu término, a recuperação precisará ser centrada no ser humano, com aumento do investimento em proteção social, criação de trabalho adequado e extinção das desigualdades de gênero. Isso significa, entre outros, valorizar o trabalho das mulheres e sua importância para a economia.

No mundo, a área de saúde e assistência é uma das que mais emprega, especialmente mulheres, sendo responsável por 3,4% do emprego total global independente da renda do país. Possui a peculiaridade de ser altamente feminizada, com as mulheres representando cerca de 67% do emprego global no setor e um grau significativo de segregação de gênero.

As disparidades salariais de gênero na área de saúde e assistência são maiores do que naquelas não relacionadas à saúde. Embora sejam maioria nesse setor, as mulheres são vítimas de grandes desigualdades salariais relacionadas ao gênero. As assalariadas recebem aproximadamente 20% menos do que os homens e apenas uma pequena fração dessa diferença se deve às distintas competências entre mulheres e homens. Controlar os efeitos de cluster, especialmente a segregação de gênero no ato da contratação, reduz as disparidades salariais de gênero no setor. Após essa estratificação, a redução das diferenças salariais entre homens e mulheres pode ser explicada pelo fato de as mulheres estarem super-representadas nas categorias profissionais com mais baixa remuneração, em que essas desigualdades entre homens e mulheres são menores. Por outro lado, os homens estão super-representados nas categorias ocupacionais mais bem remuneradas. Por exemplo, a disparidade salarial é maior entre homens e mulheres na categoria médica.

As diferenças salariais relacionadas ao gênero tendem a ser maiores na área de Saúde e Assistência do que em outros setores da economia sem vinculação com a saúde. A segregação de gênero é uma característica disseminada nessa área em todo o mundo. A desigualdade salarial entre homens e mulheres varia significativamente em todos os países, com tendência de alta nos quartis superiores da distribuição salarial.

Apesar da participação relativamente baixa dos homens nesse setor em todos os países, os homens estão sobre-representados especialmente no percentil superior da distribuição de salários por hora, em que a disparidade salarial entre homens e mulheres é ainda maior. Mulheres e homens não são fundamentalmente diferentes em termos de competências do mercado de trabalho em toda a distribuição de salários por hora. No entanto, em alguns países, os homens no mercado de trabalho tendem a ser mais velhos e, portanto, mais experientes. Além disso, mais homens têm educação superior à das mulheres, particularmente no topo da distribuição salarial. Assim, idade, educação e segregação de gênero são alguns dos fatores que contribuem para as diferenças salariais de gênero no setor de saúde e assistência.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres no setor de saúde e assistência não é explicada por fatores determinantes de salário no mercado de trabalho e pode ser dividida em duas partes. Uma, explicada pela heterogeneidade inerente ao mercado de trabalho para mulheres e homens, enquanto a outra, permanece inexplicada por diferenças nesses atributos. A primeira parte, que inclui a idade, escolaridade, tempo de trabalho e áreas institucionais, pode explicar uma pequena parcela das desigualdades observadas. No entanto, a maior parte das discrepâncias salariais entre homens e mulheres continua sem explicação pelos dados disponíveis sobre as características do mercado de trabalho.

Por um lado, as estimativas mostram que a essa parte inexplicável das diferenças salariais predomina em quase todos os países e quantis da distribuição de salário por hora. Assim, as mulheres desse setor são mal remuneradas por suas competências no mercado de trabalho em relação aos homens com perfis semelhantes. Em contrapartida, na maioria das regiões, embora as mulheres ganhem menos (componente não explicada), tendem a ter melhores atributos no mercado de trabalho do que homens dentro do mesmo quantil de distribuição salarial. Globalmente, a componente explicada é estimada em -3,5%, enquanto a componente não explicada é de +22%.

Parte da inexplicável diferença salarial entre homens e mulheres pode ser atribuída à chamada “diferença de maternidade” (uma medida da diferença salarial entre mães e não mães) e parte pode ser atribuída ao fato de o setor ser altamente feminizado. Na maioria das economias, os trabalhadores de setores altamente feminizados recebem, em média, rendimentos mais baixos em comparação com os trabalhadores de setores econômicos não feminizados. Apesar do crescente número de homens ingressando no setor de saúde e assistência nos últimos tempos, o alto grau de feminização contribui para a desvalorização do setor pela sociedade, com rendimentos médios inferiores aos de outros setores. Esse recurso contribui significativamente para a persistência da disparidade salarial geral entre homens e mulheres em toda a economia.

Assim, a segregação ocupacional alinhada ao gênero, a pouca representatividade das mulheres em ocupações mais bem remuneradas e a maternidade parecem desempenhar papéis mais importantes nesse tipo de desigualdade salarial.

Entre 2000 e 2019, a participação de homens na força de trabalho global da saúde e assistência cresceu. Entretanto, o ritmo foi insuficiente para reduzir a feminização que caracteriza o setor. As estimativas do relatório fornecem algumas evidências de uma mudança gradual entre as mulheres para categorias ocupacionais mais altas no setor, embora, em todos os países, as mulheres continuem sobre-representadas nas categorias ocupacionais associadas à enfermagem e funções menos qualificadas relacionadas à saúde e aos cuidados.

Além das disparidades salariais entre homens e mulheres no setor da saúde, também prevalecem os baixos salários e as condições de trabalho muito rigorosas. Esse contexto repercute na desvalorização do setor e explica as dificuldades encontradas por alguns países para atender à crescente demanda por profissionais de saúde e assistência. A pandemia já mostrou como esse setor e seus trabalhadores são indispensáveis ao funcionamento adequado das sociedades e economias.

Como o mundo enfrenta uma escassez de profissionais na saúde e assistência, o setor precisa ser mais resiliente e reduzir as disparidades salariais de gênero na força de trabalho global nessa área, o que, por sua vez, reduziria a desigualdade de salários entre homens e mulheres na economia global. Portanto, várias estratégias articuladas precisam ser executadas:

1. Coletar e analisar dados salariais específicos do setor com frequência suficiente para permitir avaliações adequadas das condições de trabalho dos profissionais da saúde e assistência, incluindo o monitoramento das diferenças salariais de gênero no setor;
2. Investir em empregos dignos na área da saúde e cuidados, incluindo a formalização de empregos informais, o que ajudaria a tornar o setor mais resiliente e capaz de acomodar a crescente demanda global por serviços de saúde e cuidados, incrementada pelo envelhecimento das populações em todo o mundo;

3. Reduzir a segregação de gênero (tanto horizontal quanto vertical) na contratação para o setor de saúde e assistência. A adoção de algumas ações, como atrair mais homens para as categorias de nível médio, proporcionar formação e igualdade de oportunidades de mobilidade ascendente para as mulheres que trabalham nessa área e aumentar a conscientização sobre as carreiras de ciência e tecnologia (CT) e investir em programas CT entre meninas e mulheres, particularmente por meio da promoção de estágios e aconselhamento de carreira, podem contribuir para a redução dessa discriminação;
4. Padronizar as condições de trabalho entre mulheres e homens em relação aos contratos, como, por exemplo, serviços permanentes em vez de contratos temporários, formalizar empregos informais e promover acordos coletivos de trabalho também ajudariam a reduzir a parte explicada da disparidade salarial no setor.
5. Instituir transparência salarial e instrumentos legais para combater a discriminação salarial, bem como esforços para mudar as normas culturais de gênero e combater os estereótipos, podem ser ferramentas eficazes para reduzir a parte inexplicável da desigualdade de salários entre homens e mulheres.

Eliminar as discrepâncias salariais relativas ao gênero, promover oportunidades e condições de trabalho decentes e alcançar a paridade de gênero no setor de saúde e assistência são fatores fundamentais para garantir que os sistemas de saúde e assistência permaneçam resilientes contra a pandemia de COVID-19 e desafios futuros.

Legisladores e governos, academia, sociedade civil e outros, todos devem conduzir ações efetivas para reconhecimento e valorização mais justos da contribuição desses trabalhadores à nossa saúde, bem-estar e resiliência. Mais investimentos para a atenção e cuidados à saúde, com a criação de mais empregos com justa remuneração, ajudaria a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, 5 e 8, estabelecidos pela Comissão de Alto Nível das Nações Unidas sobre Emprego na Saúde e Crescimento Econômico. O setor de saúde e assistência constitui uma importante fonte de emprego.

Relatório anual das janelas de financiamento do PNUD 2021: dois passos para trás e um pra frente?

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

Em agosto o PNUD lançou o seu novo relatório anual³³ de prestação de contas de 2021 do seu modo de financiamento denominado janelas de financiamento (*funding windows*). As janelas de financiamento são o principal instrumento do PNUD para o financiamento temático de recursos que não envolvam o seu financiamento regular (*core resources*), tornando-se um complemento crítico para os recursos do PNUD. As janelas de financiamento são enquadradas em quatro áreas temáticas chaves: “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência”; “Pobreza e Desigualdade”; “Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres” e “Natureza, Clima e Energia”. Estes reservatórios são recursos combinados que fornecem fundos catalisadores a regiões e países.

Os parceiros financiadores do PNUD contribuíram com US\$ 84 milhões em 2021 e as despesas gastas com projetos atingiram US\$ 90 milhões no mesmo ano. Este gasto representa quase o dobro de 2020, que teve parte de suas despesas incapazes de serem gastas devido à pandemia. As Janelas de Financiamento apoiaram intervenções em 121 escritórios do PNUD nos países por meio de seu mecanismo de financiamento e projetos vinculados. Cerca de 38% dos recursos foram desembolsados em 41 países menos desenvolvidos, o que correspondeu a US\$ 34 milhões, novamente correspondendo ao dobro de 2020.

Cerca de dois terços dos gastos totais de 2021 foram vinculados a recursos destinados a projetos específicos, sendo parte deles alguns dos projetos mais reconhecidos do PNUD, como: o Programa Global de Fortalecimento do Estado de Direito e dos Direitos Humanos para Sustentar a Paz³⁴; o Programa Conjunto do PNUD-DPPA para a Construção Nacional Capacidades para a Prevenção de Conflitos³⁵; o projeto Apoio às Contribuições Nacionalmente Determinadas³⁶ da Promessa Climática; a Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade³⁷; e o projeto Acabar com a Violência Baseada em Gênero e Alcançar os ODS³⁸.

O terço restante dos gastos foi associado aos recursos sem destinação específica, denominados de reservatórios (*pools*) das janelas de financiamento, ou seja aqueles recursos agrupados dentro da janela sem a obrigação de vinculação a um único projeto. É importante notar que os fundos do reservatório são agrupados nesta categoria de fundos flexíveis mesmo quando incluem fundos alocados para uma janela, sub-janela ou região. Estes recursos são considerados flexíveis pois são contribuições dos parceiros que atribuem liberdade para serem alocados de acordo com temas específicos para o cumprimento do Plano Estratégico do PNUD. Esses fundos dos reservatórios das janelas foram críticos para o apoio imediato a alguns dos países mais vulneráveis do mundo e suas resiliências. Em 2021, um total de 24 países menos desenvolvidos foram beneficiados conjuntamente com a soma de US\$ 23 milhões por estas intervenções advindas dos reservatórios.

³³ [2021 Funding Windows Annual Report | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

³⁴ [Rule of Law and Human Rights | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

³⁵ [Peace and Development Advisors - Joint UNDP-DPPA Programme on Building National Capacities for Conflict Prevention | Department of Political and Peacebuilding Affairs](#)

³⁶ [Nationally Determined Contributions \(NDCs\) | UNFCCC](#)

³⁷ [The Biodiversity Finance Initiative | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

³⁸ [Ending Gender Based Violence to achieve Sustainable Development Goals \(SDGs\) | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

Principais tendências das janelas de financiamento em 2021

A janela de financiamento de “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência” obteve US\$ 49 milhões de receita total. E entre os US\$ 64 milhões de despesas totais em 2021, cerca de US\$ 30 milhões foi despendido do seu reservatório (46% do total). Além disso, mais de 50% de todas as despesas desta janela corresponderam ao resultado do Plano Estratégico de construção de resiliência a crises e choques, o equivalente a US\$ 33,5 milhões. Este resultado segue a mesma tendência de 2020.

No nível dos resultados do Plano Estratégico, nesta janela foram vinculados US\$ 22 milhões às capacidades nacionais de reintegração, reconciliação, gestão pacífica de conflitos e prevenção de extremismo violento, sendo este valor o dobro de 2020. Porém, mais da metade (US\$ 13,5 milhões) deste valor é direcionado e associado ao Programa Conjunto do PNUD-DPPA para a Construção Nacional Capacidades para a Prevenção de Conflitos³. O segundo resultado estratégico mais investido foi o trabalho sobre o Estado de direito, direitos humanos e acesso à justiça com US\$ 15 milhões, o que significa o triplo das despesas de 2020 no mesmo resultado. Desta quantia, a maior parte (US\$ 12,5 milhões) se refere ao Programa Global de Fortalecimento do Estado de Direito e Direitos Humanos³⁹ e US\$ 2,5 milhões se destinou ao Programa de Coesão Social, Segurança e Estado de Direito de Burkina Faso. Os principais beneficiários da janela de financiamento de “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência” foram as mulheres (95% dos projetos), jovens (85%), pessoas que vivem em áreas vulneráveis (67%), pessoas afetadas por conflitos e violência e deslocados internos (44%), pessoas que vivem na pobreza (41%) e pessoas com deficiência (40%).

A janela de financiamento de “Pobreza e Desigualdade” obteve US\$ 18,9 milhões de receita total. No entanto em 2021 só houve US\$ 1,5 milhão de despesas totais. Neste ano, 100% do valor despendido foi originário do reservatório da janela, o que indica a inexistência de um desejo dos parceiros de investimento direto a algum programa específico nesta janela. Entre os projetos investidos, 61% das despesas contribuíram para o resultado estratégico de fortalecimento da resiliência a choques e crises. Os principais beneficiários foram as pessoas com deficiência, jovens, mulheres e pessoas que vivem na pobreza, que conjuntamente somam os esforços de 100% dos projetos. Além disso, deslocados internos (83%), pessoas que vivem em áreas vulneráveis (83%), desempregados (83%) e agricultores (67%) foram beneficiados pela maioria dos projetos.

A janela de financiamento de “Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres” obteve US\$ 1,9 milhão de receita total. No entanto em 2021 só houve US\$ 640 mil de despesas totais. Deste despendimento, todo o dinheiro investido foi direcionado a projetos específicos. No nível do Plano Estratégico desta janela, as despesas foram vinculadas aos resultados da prevenção e resposta à violência sexual e baseada em gênero, e também dos mecanismos sensíveis ao gênero para melhorar o diálogo social e promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Além das mulheres serem as principais beneficiárias, os projetos buscaram apoiar as mulheres em várias capacidades e investir em suas resiliências como sobreviventes de violência de gênero, pessoas deslocadas internamente, mulheres que operam em áreas afetadas por conflitos e em mulheres líderes.

³⁹ [Strengthening the Rule of Law & Human Rights for Sustaining Peace and Fostering Development - 2021 UNDP Annual Meeting | United Nations Development Programme](#)

Por último, a janela de financiamento de “Natureza, Clima e Energia” obteve US\$ 13 milhões de receita total. E entre os US\$ 22 milhões de despesas totais em 2021, todo o dinheiro investido nesta janela também foi direcionado a projetos específicos. Do total gasto em projetos de natureza e clima, 54% (US\$ 12,4 milhões) estavam ligados aos resultados estratégicos da gestão sustentável dos recursos naturais, dos quais as maiores despesas corresponderam à Iniciativa Financeira da Biodiversidade (BIOFIN)⁵ e às Áreas Conservadas Indígenas e Comunitárias (Projetos ICCA)⁴⁰. A segunda maior despesa focou nos resultados da promoção de planos de desenvolvimento, políticas, diversificação econômica e crescimento verde de baixa emissão e resilientes ao clima, com US\$ 3,6 milhões (16%) completamente direcionados ao portfólio⁴¹ de Contribuições Nacionalmente Determinadas. Os principais beneficiários das atividades desta janela foram os povos indígenas, comunidades locais, mulheres, jovens e pessoas que vivem em áreas vulneráveis.

Observa-se que há um desequilíbrio de investimento entre as janelas de financiamento temáticas, o que ocorre em parte devido à alocação desigual que os principais países investidores, chamados de parceiros, realizam em suas contribuições referentes a estas mesmas janelas. Em relação aos principais parceiros contribuintes em 2021, houve sete parceiros governamentais que contribuíram com cerca de US\$ 84 milhões no total para as Janelas de Financiamento: Dinamarca, Alemanha, Luxemburgo, Holanda, República da Coreia, Suécia e Suíça. Estes países permanecem sendo os principais contribuintes deste módulo de financiamento desde 2017. As contribuições de cada um destes parceiros e as arrecadações de cada Janela de Financiamento podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1: Contribuições de 2021 por doadores e janela de financiamento (em dólares)

TABLE 1: 2021 contribution amount by donor and Funding Window (all figures in USD)						
2021 CONTRIBUTIONS	POVERTY AND INEQUALITY	GOVERNANCE, PEACEBUILDING, CRISIS AND RESILIENCE	NATURE, CLIMATE AND ENERGY	GENDER EQUALITY AND WOMEN'S EMPOWERMENT	TOTAL PER DONOR	POOLED VS EARMARKED FUNDS*
Germany	17,031,520	6,756,757	13,379,716		37,167,992	0% vs 100%
Denmark		24,473,813			24,473,813	100% vs 0%
Netherlands		7,380,326			7,380,326	0% vs 100%
Switzerland		5,114,923			5,114,923	36% vs 64%
Luxembourg	1,877,323	1,771,004	337,838		3,986,165	100% vs 0%
Republic of Korea		1,955,049		1,956,938	3,911,987	51% vs 49%
Sweden		1,771,165			1,771,165	0% vs 100%
Total per Funding Window	18,908,843	49,223,038	13,717,554	1,956,938	83,806,372	32,331,275 vs 51,475,127
Percentage share of 2021 total	23%	59%	16%	2%	100%	
Pooled vs earmarked funds*	10% vs 90%	60% vs 40%	2% vs 98%	28% vs 72%	39% vs 61%	

*Flexible funds include funds allocated to a window, sub-window or region.

Fonte: UNDP (2022). Funding Windows – Annual Report 2021. New York: UNDP.

⁴⁰ [ICCA-GSI Phase 1 \(undp.org\)](https://www.undp.org/ica-gsi-phase-1)

⁴¹ [Nationally Determined Contributions \(NDC\) Global Outlook Report 2021: The State of Climate Ambition | United Nations Development Programme \(undp.org\)](https://www.undp.org/nationally-determined-contributions)

Uma tendência que permanece com o passar dos anos é que as contribuições destinadas a projetos específicos representaram novamente a maioria das contribuições de 2021. Cerca de US\$ 51 milhões (61%) foram destinados a projetos específicos à pedidos das alocações realizadas pela Alemanha, Holanda, República da Coreia, Suécia e Suíça. Outra tendência que se apresentou como em anos anteriores foi o fato da Janela de “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência” receber a maioria dos recursos com US\$ 49 milhões (59% em 2021).

Mas também houve algumas mudanças em relação ao espaço conquistado pelas janelas. Pela primeira vez, a Janela de “Pobreza e Desigualdade” ficou em segundo lugar com US\$ 19 milhões (23%), graças a uma contribuição considerável e destinada da Alemanha. A Janela “Natureza, Clima e Energia” ficou em terceiro recebendo US\$ 14 milhões (16%), dos quais quase a totalidade se referiu à doação da Alemanha. Em último lugar está a Janela “Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres”, que teve uma receita demasiadamente inferior as outras, com apenas 2% da receita total, menos de US\$ 2 milhões. Vale notar que a janela de gênero foi a única na qual a Alemanha não financiou em 2021.

Em termos gerais, os US\$ 84 milhões contribuídos em 2021 foram inferiores aos valores dos anos anteriores, que foram US\$ 125 milhões em 2020 e US\$ 103 milhões em 2019. O PNUD afirma que isto ocorreu principalmente devido à redução nas contribuições destinadas a projetos específicos da Alemanha, que permanece o maior parceiro da modalidade das janelas de financiamento.

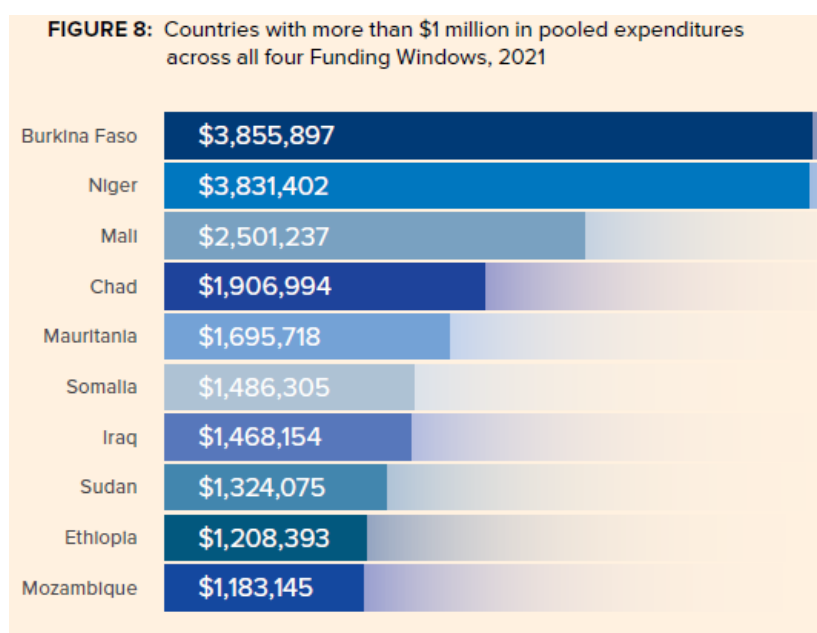
Ainda assim, o PNUD enxerga enquanto uma mudança positiva significativa o aumento de 14% em relação a 2020 das contribuições para os reservatórios das janelas, que totalizaram US\$ 32 milhões em 2021 e representa 39% de todas as contribuições. Este aumento ocorreu pelo aumento das contribuições dos outros países, sendo composto pelos US\$ 24 milhões da Dinamarca para regiões específicas e países, e contribuições totalmente flexíveis de Luxemburgo, República da Coreia e Suíça juntos no valor de US\$ 8 milhões.

Outro ponto interpretado pelo PNUD enquanto um ganho para o módulo de financiamento pelo reservatório foi novamente o atingimento da meta corporativa de gênero na política de distribuição de investimentos para projetos. Há uma exigência atual que todas as propostas de financiamento atendam aos padrões de marcadores de gênero GEN2 e GEN3 do PNUD. O Marcador de Gênero acompanha e monitora a responsividade de gênero de cada alocação financeira. Os resultados do projeto são avaliados em uma escala: o GEN3 indica que a realização da igualdade de gênero e/ou o empoderamento das mulheres são objetivos explícitos e a principal razão pela qual um determinado resultado foi planejado; os projetos GEN2 promovem a igualdade de gênero de maneira significativa e consistente, com base em uma análise de gênero com indicadores definidos para medir e acompanhar as mudanças. Em 2021, os gastos da GEN3 representaram 15% dos gastos com os reservatórios, o valor previsto da meta do PNUD. Os demais recursos agrupados foram gastos principalmente em projetos GEN2 (74%), elevando o total de gastos GEN3 e GEN2 para um recorde de 89%.

Em relação aos países que receberam todos os investimentos de recursos dos reservatórios, as representações nos países receptores obtiveram o total de US\$ 47 milhões, onde o valor médio de alocação foi de US\$ 820.000 em “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência” e US\$ 371.000 em “Pobreza e Desigualdade”. Os países mais beneficiados com os recursos em reservatórios, com mais de US\$ 1 milhão recebidos com a soma das quatro janelas de financiamento, foram: Burkina Faso, Níger, Mali, Chade, Mauritânia, Somália, Iraque, Sudão,

Etiópia, Moçambique. Os valores totais aplicados nestes países podem ser vistos no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Países com mais de US\$ 1 milhão recebidos no módulo dos reservatórios de financiamento das quatro janelas de financiamento temáticas, 2021



Fonte: UNDP (2022). Funding Windows – Annual Report 2021. New York: UNDP.

Já em relação aos gastos, houve um grande aumento comparativo. Foram gastos US\$ 90 milhões em 2021, enquanto no ano anterior foram gastos praticamente metade do valor, US\$ 48 milhões. Esse salto nos gastos pode ser explicado pelo reinício das intervenções programáticas que foram suspensas devido à priorização da resposta ao COVID-19. Este movimento de mudança de fluxo financeiro e de esforços durante a pandemia atingiu principalmente os projetos globais que mobilizaram grandes quantidades de recursos (superiores a US\$ 20 milhões) em anos anteriores. Coincidentemente, estes projetos também atingiram a maturidade em 2021, gerando 64% das despesas de 2021 (US\$ 57 milhões).

A pandemia também afetou as atividades do PNUD de outras maneiras. Houve a priorização de investimentos digitais para a entrega de serviços públicos vitais para além da pandemia em 24 países. Estas ferramentas permitiram governos e parceiros a continuarem operando online durante o COVID-19, também se tornando um resultado em si através dos recursos das janelas de financiamento. Alguns dos investimentos e atividades foram: sistemas digitais de gestão de vacinas, apoio ao estabelecimento de tribunais on-line para atender comunidades remotas, introdução de votação eletrônica, gerenciamento aprimorado de dados de risco de desastres, etc. Estes investimentos garantiram que alguns programas em andamento continuassem durante a pandemia apesar das restrições no mundo.

O futuro dos investimentos nas janelas de financiamento

O PNUD mantém uma preocupação com o fato da parcela dos recursos canalizados pelas Janelas de Financiamento manteve-se em 2% do total de contribuições em 2021. Além disso, a maioria das contribuições de 2021 foi destinada a projetos específicos pré-selecionados pelos países parceiros, apesar de ter um aumento de 14% pontos percentuais na proporção de contribuições nos reservatórios em relação ao ano anterior.

Uma tática que o PNUD pretende implementar no futuro para defender os recursos dos reservatórios é de alocar os fundos de acordo com objetivos geográficos e temáticos corporativos mais estratégicos, assim como refinar o planejamento e relatórios para demonstrar mudanças, resultados e evidências. Através dos acordos estabelecidos no Plano Estratégico do PNUD 2022–2025, a abordagem de mobilização de recursos do PNUD está mudando seu foco em projetos individuais para portfólios temáticos e geográficos alinhados às seis soluções de assinatura.

Uma das principais conclusões do relatório anual é que a mobilização de recursos nas janelas de financiamento continua a ser altamente desigual entre as janelas. Os parceiros costumam estabelecer preferências em relação aos temas, e o PNUD afirma estar com dificuldades de os padrões apresentados. Há ainda uma preocupação desta dificuldade aumentar por influência dos eventos desencadeados pela pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia.

Ainda assim, há o destaque por parte da agência de alguns desenvolvimentos positivos: Uma tendência positiva específica para a Janela “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência” é que os parceiros deixaram de colocar suas contribuições conjuntas no nível de sub-janela e encarregou o PNUD de alocar fundos de maneira estratégica entre os temas. No que se refere a mudanças no comportamento dos parceiros, a República da Coreia ultrapassou o foco na janela de “Governança, Construção da Paz, Crise e Resiliência” para se tornar a parceira que sustenta a Janela de “Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres”. Outra iniciativa importante foi Luxemburgo fornecer os seus primeiros fundos de reservatório para a Janela “Natureza, Clima e Energia”.

Ainda é preciso destacar os esforços para a mudança do status quo dos financiamentos. No início de 2022 foi realizada uma mudança estratégica para incentivar o aumento dos investimentos nos reservatórios, em contraponto aos direcionados a projetos específicos, a partir da revisão das regras de taxa de financiamento dos fundos. O PNUD revisou a aplicação da taxa de coordenação de 1% da ONU às contribuições recebidas através das Janelas de Financiamento para garantir sua aplicação sistemática. De acordo com a orientação do Gabinete Executivo do Secretário-Geral, os fundos temáticos agrupados, como os recebidos ao nível da Janela de Financiamento, subtema, região ou país estão isentos da taxa. Enquanto isso, as contribuições dos Estados Membros para as Janelas de Financiamento estão sujeitas à taxa se estiverem estritamente vinculadas a um único projeto, se for superior a US\$ 100.000 e se o parceiro exigir que o PNUD rastreie a contribuição e forneça um relatório narrativo ou financeiro.

O relatório também aponta uma promessa de dar atenção adicional a parcerias estratégicas com outras agências da ONU, principalmente com base na nova revisão das Estruturas de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (UN Sustainable Development Cooperation Frameworks - UNSDCF). Esta é a principal estrutura de planejamento e coordenação entre agências do sistema ONU para impulsionar as contribuições da ONU em nível de país, conforme previsto pela reforma do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. Há ainda o desejo do PNUD de aproveitar a complementaridade de investimentos de outras fontes de financiamento, como o Peacebuilding Fund⁴², a Iniciativa Spotlight do PNUD⁴³ e o UN Multi-Partner Trust Fund⁴⁴.

⁴² [Peacebuilding Fund | MPTF Office \(undp.org\)](#)

⁴³ [Spotlight Initiative Fund | MPTF Office \(undp.org\)](#)

⁴⁴ [Home | MPTF Office \(undp.org\)](#)

Migrações, Refúgio e Saúde Global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura.

Fórum reúne empresas em São Paulo para dinamizar apoio do setor privado às pessoas refugiadas

O Fórum Empresas com Refugiados realizou seu 1º Encontro Anual, em São Paulo, no dia 24 de agosto, com a finalidade de comemorar o marco de 50 empresas e organizações membros, além de mais de um ano de atividades. Esse foi o primeiro evento feito de maneira presencial executado através da iniciativa da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e o Pacto Global da ONU no Brasil,⁴⁵ com o intuito de fortalecer o engajamento do setor privado brasileiro na inserção de pessoas refugiadas no mercado de trabalho.⁴⁶ Mais de 130 profissionais de 53 empresas e organizações do setor privado estiveram presentes.

Na programação do evento ocorreram painéis conduzidos por profissionais de empresas como Iguatemi, Sitel, BRK Ambiental, Sodexo On-Site Brasil e Rede Mulher Empreendedora, entre outras apresentações. Foi lançado um guia para a ampliação de políticas de diversidade dentro dos ambientes de trabalho, fomentando a troca de experiências, promoção de ações, compartilhamento de boas práticas e os benefícios da inclusão e contratação de pessoas refugiadas e migrantes entre as empresas participantes. Vale ressaltar que as boas práticas na contratação e apoio à inclusão de refugiados são publicadas por meio da plataforma online Empresas com Refugiados.⁴⁷

Além de proporcionar palestras com profissionais que são referências nessa temática, o encontro também ofereceu oficinas, capacitações e a edição de um treinamento específico para empresas que possuem pessoas refugiadas em seus quadros de trabalho. Aconteceram discussões com aspectos voltados para onboarding, desenvolvimento de carreira e interculturalidade.⁴⁸ Em apenas um ano, o Fórum conseguiu promover mais de 20 atividades online, chegando a alcançar mais de 2 mil pessoas. A iniciativa intensificou o comprometimento do setor privado iniciado com a Plataforma Empresas com Refugiados, que divulgou diversas vagas de emprego enviadas por uma média de 200 empresas que atuam no Brasil ao longo dos últimos 3 anos. Essas organizações contrataram ou deram suporte no processo de contratação de mais de 7,3 mil pessoas refugiadas e migrantes, além de capacitarem mais de 1,2 mil pessoas.⁴⁹ Essa iniciativa segue de acordo com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento

⁴⁵<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/22/forum-reune-empresas-em-sao-paulo-para-dinamizar-apoio-do-setor-privado-as-pessoas-refugiadas/>

⁴⁶<https://brasil.un.org/pt-br/194317-forum-empresas-com-refugiados-chega-ao-50o-membro-do-setor-privado#:~:text=F%C3%B3rum%20Empresas%20com%20Refugiados%20chega%20ao%2050%C2%BA%20membro%20do%20setor%20privado,-10%20agosto%202022&text=Criado%20em%20junho%20de%202021,n%C3%BAmero%20cinquenta%20do%20setor%20privado.>

⁴⁷<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/22/forum-reune-empresas-em-sao-paulo-para-dinamizar-apoio-do-setor-privado-as-pessoas-refugiadas/>

⁴⁸<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/22/forum-reune-empresas-em-sao-paulo-para-dinamizar-apoio-do-setor-privado-as-pessoas-refugiadas/>

⁴⁹<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/22/forum-reune-empresas-em-sao-paulo-para-dinamizar-apoio-do-setor-privado-as-pessoas-refugiadas/>

Sustentável (ODS), os quais: Igualdade de gênero (5); Trabalho decente e crescimento econômico (8); Indústria, Inovação e infraestrutura (9); Redução das desigualdades (10); e Parcerias e meios de implementação (17).⁵⁰

Comemoração do Dia Mundial Humanitário no Brasil

Em 19 agosto é comemorado o Dia Mundial Humanitário, data em que se exalta todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão ligados à resposta humanitária diante de crises regionais, nacionais e globais. Essa data foi estabelecida pelas Nações Unidas como forma de homenagem para 22 funcionários e funcionárias que, em 19 de agosto de 2003, acabaram indo a óbito depois de um ataque à sede da ONU em Bagdá, no Iraque.⁵¹

No Brasil, grande parte das ações de resposta humanitária nos dias atuais ocorrem em Roraima, na região norte. A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a ONU Mulheres e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), por meio do apoio do governo de Luxemburgo, trabalham sincronicamente desde 2018 na região, principalmente para ampliar o empoderamento econômico de mulheres venezuelanas que chegam ao país.⁵² Outras organizações, como Médicos Sem Fronteiras, também atuam ali.

O programa *Moverse*, conduzido pelas três agências da ONU citadas acima, promove o acolhimento e atendimento das demandas emergenciais dessa população para garantir condições de integração social. Os ODS fortalecidos por meio dessa iniciativa são: Saúde e bem-estar (3), Igualdade de gênero (5), Trabalho decente e crescimento econômico (8), Redução das desigualdades (10), e Paz, justiça e instituições eficazes (16).⁵³

Roraima: mutirão de documentação para pessoas refugiadas e migrantes

Ainda em Roraima, em Boa Vista, foi realizada uma ação em conjunto com o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG) da Operação *Acolhida em Boa Vista* para atualizar documentos de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela e auxiliar a emissão e renovação de protocolos e outros documentos, uma vez que a partir do dia 15 de setembro não serão mais aceitos documentos vencidos para vários procedimentos no Brasil⁵⁴.

A posse de documentos é importante para a proteção e integração dessa população de maneira digna, facilitando o acesso a políticas públicas do novo país e seus direitos. As cidades Boa Vista e Pacaraima, de Roraima, abrigam a maior parte da população venezuelana que chega ao Brasil. No mutirão de documentação, houve sessões informativas, sessões de capacitação com trabalhadores humanitários de organizações parceiras e distribuição de folhetos sobre a importância da renovação de documentos, dentre outras atividades⁵⁵.

⁵⁰<https://brasil.un.org/pt-br/196035-forum-empresas-com-refugiados-fara-comemoracao-presencial-de-um-ano>

⁵¹<https://brasil.un.org/pt-br/195637-conheca-o-trabalho-humanitario-de-acolhida-refugiados-em-roraima>

⁵²<https://brasil.un.org/pt-br/195637-conheca-o-trabalho-humanitario-de-acolhida-refugiados-em-roraima>

⁵³<https://brasil.un.org/pt-br/195637-conheca-o-trabalho-humanitario-de-acolhida-refugiados-em-roraima>

⁵⁴<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/26/mutirao-de-documentacao-apoia-a-regularizacao-de-quase-2-mil-pessoas-abrigadas-em-boa-vista/>

⁵⁵<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/26/mutirao-de-documentacao-apoia-a-regularizacao-de-quase-2-mil-pessoas-abrigadas-em-boa-vista/>

Assembleia Geral da ONU: Relatório sobre migração e desenvolvimento sustentável

No último mês, a Assembleia Geral da ONU publicou um relatório sobre migração e desenvolvimento, tema que perpassa a saúde de migrantes e refugiados. O relatório faz parte do trabalho empreendido pela organização a partir da Resolução 75/226 de 2020, que busca assegurar os direitos humanos e fundamentais da população migrante.

Na introdução, o relatório apresenta alguns dados obtidos até então quanto aos fluxos de pessoas e migrações no mundo. É destacado o crescimento na quantidade de migrantes que ocorreu nas últimas décadas: a proporção de migrantes internacionais em comparação com a população mundial total chegou a 3,6% em 2020, um aumento significativo comparado aos 2,9% de 1990, e a maior parte deles vem da Europa. O relatório também levanta como os fluxos internacionais de pessoas podem contribuir para mudanças populacionais.

Na sequência, o documento foca em comentar os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 que se relacionam com migração e o progresso realizado até então para atingi-los. São os objetivos: a erradicação do tráfico de pessoas, a proteção de direitos de migrantes trabalhadores, a facilitação da migração segura, ordenada e regular, e a redução dos custos de transação das remessas. Sobre o tráfico humano, migrantes constituem pelo menos metade de suas vítimas na Europa e na Ásia, o que coloca suas vidas e saúde em risco. Para lidar com esse cenário, o Escritório da ONU sobre Drogas e Crimes continua apoiando os países a lutar contra o tráfico de pessoas, desenvolvendo a capacidade da justiça criminal e dos mecanismos de *enforcement* legais.

Quanto à proteção dos direitos trabalhistas de migrantes, é constatado que trabalhadores têm taxas mais elevadas de ferimentos ocupacionais fatais e não fatais do que pessoas nacionais dos países em que trabalham, possivelmente por constituírem grande parte da força de trabalho informal de seus locais de destino. Assim, diversas agências da ONU têm atuado a nível global e local para buscar mitigar essas questões, como a FAO, que promoveu eventos e *policy papers* sobre migrantes trabalhadores rurais, mas há ainda a necessidade de integração com as políticas nacionais e fortalecer a coleta de dados. Ademais, poucos países confirmaram às Nações Unidas que têm desenvolvido políticas para fomentar a migração segura, ordenada e responsável.

O relatório também aborda a questão da legalização dos migrantes, e identificou que a falta de documentação legal é uma das principais barreiras de acesso a serviços básicos, como de saúde sexual e reprodutiva. Após a discussão desses temas, o relatório busca encorajar países a formularem políticas endereçadas à população migrante, de forma a mitigar e contribuir para a erradicação de todos esses problemas. Uma das principais propostas é incluir a migração como um tema abrangente dentro de suas políticas públicas no que tange a agenda de 2030, e incluir migrantes e refugiados nos sistemas de saúde e proteção social, visto que sua saúde não pode ser separada da população em geral.

Quase 1 milhão de pessoas ainda esperam no maior campo de deslocados do mundo⁵⁶

Cerca de 937.000 pessoas já atravessaram a fronteira de Bangladesh, fugindo do Estado de Rakhine, em Myanmar. Esse movimento já ocorre há cinco anos e essas pessoas se encontram completamente dependentes da cooperação humanitária no campo de deslocados onde se encontram.

⁵⁶ <https://www.ifrc.org/press-release/nearly-1-million-still-await-life-world-largest-displacement-camp>

No começo dessa crise, a organização internacional Cruz Vermelha lançou uma operação com suporte da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), um projeto de emergência, posto que as crianças equivalem a 51% dos deslocados no campo e mulheres e garotas equivalem a 52% deste número. Assim, ações para mitigar desastres, redes de suprimento de água, abrigos e moradias estão salvando uma enorme quantidade de vidas.

Contudo, a completa dependência desses grupos em ajuda humanitária continua sendo um problema. Conforme o Diretor Regional da IFRC no Pacífico Asiático, para esses grupos deslocados o futuro é extremamente incerto, pois conta com vários e importantes atravessamentos e riscos, como a depressão, tráfico e violência. Por outro lado, a resposta humanitária não prioriza questões de mais longo prazo, permanecendo focada em necessidades imediatas da população deslocada.

Outro fator de vulnerabilidade importante no campo é a sua localização, precisamente no caminho de ciclones, estando também sujeito a enchentes sazonais e tempestades devastadoras, o que provoca inúmeros problemas como a destruição de abrigos e incidentes frequentes de incêndio. Ademais, devido ao grande número de pessoas ali instaladas, o controle de epidemias na região se torna matéria diária, com ênfase na COVID-19, Dengue, Difteria e Cólera.

A estratégia utilizada pela Cruz Vermelha no campo, considerando sua experiência com o enfrentamento da COVID-19, envolve resiliência da comunidade, inclusão social e preparo para a resposta até 2024.

Nos últimos 5 anos, esse campo é um dos maiores e mais complexos de ajuda humanitária da IFRC. Junto com Sociedades Nacionais parceiras, a IFRC tem ajudado a garantir e estender os programas de proteção e assistência humanitária.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os ministérios da economia e das finanças da América Latina e do Caribe (ALC) lançaram uma plataforma regional de mudanças climáticas para trocar as melhores práticas para o fortalecimento de sua agenda de clima e desenvolvimento sustentável.

De acordo com o **BID** a criação da plataforma é um grande passo para reforçar a capacidade dos ministérios das finanças de responder às mudanças climáticas e aproveitar recursos públicos limitados para estimular uma transição para economias de baixo carbono e cumprir as metas do Acordo de Paris. Um estudo do **BID** sobre política fiscal e mudanças estima que a descarbonização poderia ajudar a criar 15 milhões de novos empregos líquidos na região até 2030.

Além de promover a coordenação na gestão dos riscos econômicos e fiscais associados aos eventos climáticos e à transição energética global, a plataforma ajudará os ministérios a alinhar as finanças públicas com as metas nacionais de resiliência e descarbonização. O fundo visa aumentar a transparência, eficiência e eficácia das políticas fiscais relacionadas às mudanças climáticas na **ALC**.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/climate-change-platform-finance-ministries-empower-policymaking>

Em seu ano fiscal recém-concluído (terminando em 30 de junho de 2022), o Banco Mundial (BM) concluiu que mobilizou cerca de US\$ 20,7 bilhões para apoiar a ALC a lidar com o impacto negativo da pandemia.

Desde 1º de abril de 2020, o BM distribuiu US\$ 49,8 bilhões para combater os impactos à saúde, economia e social que a COVID-19 proporcionou, bem como apoiar a resposta da região aos desafios sobrepostos da forte desaceleração econômica, aumento da inflação e aprofundamento da insegurança alimentar devido à guerra na Europa, entre outros.

Os compromissos do BM durante este período incluíram um combinado de US\$ 24,9 bilhões do Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento (IBRD) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), US\$ 19,5 bilhões da International Finance Corporation (IFC) para promover o desenvolvimento sustentável liderado pelo setor privado e US\$ 5,4 bilhões em garantias da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA).

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/08/18/el-grupo-banco-mundial-movilizo-mas-de-us-20700-millones-para-ayudar-a-america-latina-y-el-caribe>

A Estratégia do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** para a integração do gênero foi lançada durante o evento focado em Igualdade de Gênero e Inclusão.

O Conselho Executivo aprovou a primeira estratégia da instituição para integrar o gênero nas atividades centrais do **FMI**. A integração de gênero no **FMI** começa com o reconhecimento de que a redução das disparidades de gênero anda lado a lado com maior crescimento econômico, maior estabilidade econômica e resiliência e menor desigualdade de renda. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas e financeiras podem exacerbar ou diminuir as disparidades de gênero. Políticas macroeconômicas, estruturais e financeiras bem projetadas

podem apoiar resultados eficientes e inclusivos e beneficiar equitativamente mulheres, meninas e a sociedade em geral.

A estratégia estabelece como o **FMI** pode ajudar seus países membros a lidar com as disparidades de gênero no contexto de execução de suas funções principais: vigilância, empréstimos e desenvolvimento de capacidade. A estratégia compreende quatro pilares fundamentais: primeira, coleta de dados desagregada de gênero e desenvolvimento de ferramentas de modelagem para permitir que os funcionários realizem a análise de políticas; segundo, um quadro de governança robusto para uma abordagem uniforme entre os membros com base na macrocrítica do gênero; terceiro, fortalecendo a colaboração com parceiros externos para se beneficiar do compartilhamento de conhecimento e da aprendizagem por pares, alavancar complementaridades e maximizar o impacto no terreno; e quarto, o uso eficiente dos recursos alocados ao gênero, colocando em prática uma unidade central para a realização de economias de escala e apoio às equipes de países.

Fonte: <https://www.cgdev.org/event/introducing-imfs-first-gender-strategy>

<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2022/07/28/IMF-Strategy-Toward-Mainstreaming-Gender-521344>

<https://www.imf.org/en/Topics/Gender>

Assembleia Geral das Nações Unidas: Relatório da UNCTAD sobre a sustentabilidade da dívida externa e o desenvolvimento

O secretariado da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) preparou dois relatórios em cumprimento à resolução 76/193 da Assembleia Geral. O primeiro texto intitulado “A Sustentabilidade da Dívida Externa e o Desenvolvimento” (A/77/206) (Figura 1) fornece análise dos indicadores básicos da sustentabilidade da dívida externa dos países em desenvolvimento em 2021 e no primeiro semestre de 2022, no contexto mais amplo das tendências das últimas duas décadas. Além disso, aborda a vulnerabilidade dos países mais pobres afetados pela crise multidimensional: a pandemia da Covid-19, a guerra na Ucrânia e as mudanças climáticas, fatores que podem levar a crises da dívida nos países em desenvolvimento. A seguir, os pontos de destaque do relatório.

1. As pressões prolongadas sobre a sustentabilidade da dívida externa dos países em desenvolvimento são agravadas pela crise multidimensional: a pandemia da COVID-19, a guerra na Ucrânia e os choques relacionados ao clima. O conflito armado produz efeitos em cascata nesses países, ocasionando dificuldades para cumprimento das obrigações externas. Embora haja expectativa de retomada econômica pré-pandemia nas economias avançadas para 2022 ou 2023, a situação nas economias emergentes deverá permanecer abaixo da tendência pré-pandemia ao longo do horizonte de previsão (até 2024).

2. Na atual fase de recuperação da pandemia, os países em desenvolvimento ficaram prejudicados pela taxa de vacinação mais lenta, além das pressões inflacionárias, boom nos preços das commodities e gargalos nas ofertas de bens. Esse quadro provocou menor crescimento doméstico e aumento do custo das dívidas.

3. O conflito armado amplificou as tendências. Em 2022, houve aumento dos preços de alimentos, energia e fertilizantes e fugas de capital das economias emergentes. Países mais dependentes de commodities e vínculos comerciais com a Ucrânia e a Federação Russa enfrentaram desafios mais significativos. Por outro lado, países em desenvolvimento exportadores de commodities se beneficiaram do choque do conflito armado ou, pelo menos, não sofreram deterioração considerável em suas condições financeiras.

4. De acordo com o Grupo de Resposta do Secretário-Geral à Crise Global de Alimentos, Energia e Financeira, 94 economias em desenvolvimento, nas quais vivem 1,6 bilhão de pessoas, estão expostas a pelo menos um dos três principais fatores decorrentes do conflito armado na Ucrânia: aumento dos preços dos alimentos, aumento dos preços da energia e piora das condições financeiras globais. Essa situação criou uma crise de custo de vida não vista em pelo menos uma geração e mais pessoas em todo o mundo enfrentam graves emergências de fome. Antes do conflito armado, pelo menos 60% dos países de baixa renda já estavam em condição vulnerável - em alto risco ou em sobre-endividamento. Dado que as estimativas de crescimento para 2023 nos Estados Unidos e na China foram revisadas para baixo, haverá efeitos adversos nos países em desenvolvimento.

5. A crise é acentuada por causa da tardia resposta da comunidade internacional aos efeitos da crise multidimensional sobre a sustentabilidade da dívida externa dos países em

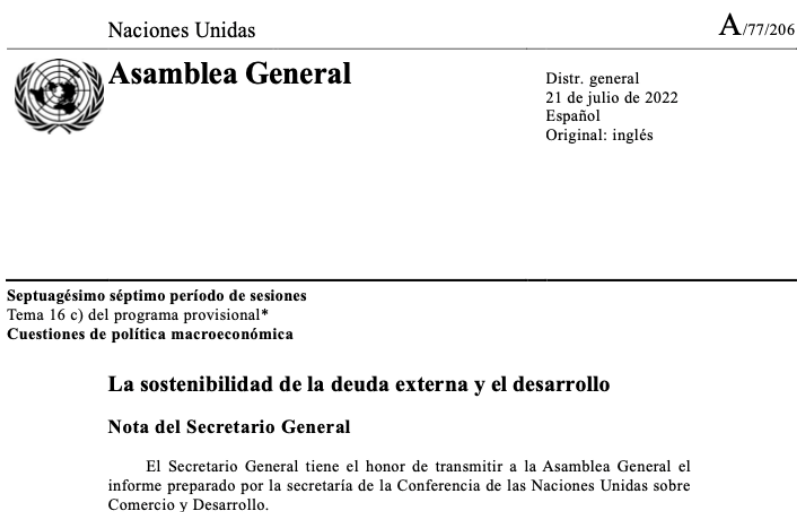
desenvolvimento. Ações, por meio de prevenção e resolução de dívidas, são necessárias para evitar uma década perdida.

6. Às vésperas da pandemia de COVID-19, a sustentabilidade da dívida externa já estava sob pressão em muitos países, mas deteriorou-se em 2020, à medida que a crise piorou as posições do balanço de pagamentos e aumentou as necessidades de financiamento dos governos.

7. Seguindo as recomendações da resolução 76/193 da Assembleia Geral e do Pacto de Bridgetown, as iniciativas de prevenção e resolução da dívida são urgentemente necessárias para evitar mais uma década perdida de desenvolvimento. No que diz respeito à prevenção da crise da dívida, além de reformas mais amplas do sistema financeiro internacional, incluindo a rede global de segurança financeira, as iniciativas existentes de transparência da dívida devem ser fortalecidas por meio da criação de um acesso público aos dados da dívida por credores e mutuários. Isso esclareceria as responsabilidades e os benefícios comuns da transparência da dívida. Um relatório da UNCTAD também discute como o índice de vulnerabilidade multidimensional que está sendo desenvolvido pode contribuir para a prevenção de crises da dívida nos países em desenvolvimento.

8. Em relação à resolução da crise da dívida, o relatório reitera a necessidade urgente de continuar avançando nas discussões sobre o estabelecimento de um quadro multilateral para os processos de reestruturação da dívida soberana e medidas de alívio da dívida que sejam consistentes com as necessidades de financiamento para o desenvolvimento de longo prazo e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 1



Assembleia Geral das Nações Unidas: Relatório da UNCTAD sobre comércio e desenvolvimento internacional

O segundo relatório é intitulado “Comércio e desenvolvimento internacional 2022” A/77/207 (Figura 2). A análise aponta que a guerra em curso na Ucrânia constituiu desafio direto à política econômica e social inclusiva. A volatilidade dos mercados de alimentos, combustíveis e fertilizantes, juntamente com o aumento acentuado dos custos comerciais, representam sérios riscos para grupos vulneráveis e inseguros, especialmente aqueles em países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Respostas regulatórias na forma de restrições à exportação por motivos de segurança nacional podem aliviar ou agravar o problema. Por outro

lado, o aumento dos preços da energia oferece oportunidade para substituir combustíveis fósseis e impulsionar ações políticas mais fortes sobre a transição energética sustentável que precisa ocorrer globalmente para que os países cumpram seus compromissos sob o Acordo de Paris. A transição energética pode ser impulsionada pelo comércio a partir de oportunidades de mercado para países em desenvolvimento cujos custos de exportação de energia renovável podem ser competitivos. Seguem os principais pontos do relatório:

1. À medida que as principais economias começaram a superar a crise COVID-19, a economia global se recuperou fortemente em 2021, embora de maneira desigual. O comércio internacional, que caiu 9% em 2020 em relação ao ano anterior, começou a se recuperar fortemente após o segundo trimestre de 2021. Houve alta demanda por produtos manufaturados, mas também aumento dos preços dos produtos básicos.

2. O comércio mundial de serviços, com queda de 17% em 2020, recuperou-se mais lentamente do que o comércio de bens. Os mais afetados pelos confinamentos e medidas de distanciamento físico e apoio político insuficiente foram os serviços de transporte, turismo e hotelaria. Por outro lado, houve arranque do comércio digital, levando ao aumento do comércio de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação.

3. Em regiões da África, houve recuperação limitada das exportações, em comparação com as economias mais desenvolvidas. Economias dependentes da exportação de serviços, principalmente o turismo, sofreram para começar a recuperação.

4. As tensões geopolíticas aumentam a incerteza econômica global. Percebe-se volatilidade nos mercados financeiros e tendência geral de alta nos preços das commodities que começou em meados de 2020. Os preços das commodities essenciais oriundas da Ucrânia e da Federação Russa dispararam no início do conflito. A Ucrânia e a Federação Russa fornecem um terço do trigo e mais da metade das sementes de óleo e girassol comercializadas globalmente. Além disso, a Federação Russa é o principal exportador mundial de gás natural e importante exportador de petróleo e fertilizantes.

5. A volatilidade dos preços das commodities apresenta grandes desafios macroeconômicos, especialmente para países de baixa renda e países importadores de alimentos, combustíveis ou fertilizantes, provocando pressões inflacionárias e insegurança alimentar. Estima-se que aproximadamente um quarto da população mundial que vive em mais de 100 países está severamente exposta a pelo menos uma das três dimensões da crise – alimentar, energética e financeira.

6. A guerra na Ucrânia acentuou a necessidade de consolidar o sistema multilateral de comércio, servindo como motor do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

7. A crise dos combustíveis fósseis e as flutuações de preços nos mercados de petróleo e gás causadas pelo conflito na Ucrânia fornecem aos países incentivos para mudar para desenvolver fontes de energia renováveis, a fim de aumentar sua resiliência a choques globais e impulsionar progressos na promoção das metas de transição energética sustentável dos países.

8. A expansão do comércio de energia renovável pode ajudar a garantir o acesso à energia a preços acessíveis (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7) e, ao mesmo tempo, contribuir para a realização de outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A transição energética global limitará a magnitude das futuras mudanças climáticas e alcançará emissões


globais de carbono zero até meados deste século. Os países em desenvolvimento podem se tornar exportadores competitivos de produtos de energia renovável.

9. É necessário defender o multilateralismo, garantindo a coerência das políticas em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, em particular alinhando a arquitetura comercial com os objetivos centrais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por meio de iniciativas de reforma. A UNCTAD deve manter o monitoramento de tendências e políticas globais, regionais e nacionais que possam prejudicar ou aumentar a capacidade dos países de criar um mundo melhor, mais equitativo, resiliente, inclusivo, justo e sustentável: um mundo de prosperidade compartilhada.

10. No tocante à segurança alimentar, é essencial manter a previsibilidade dos mercados mundiais, com submissão de medidas restritivas ao comércio, revisão multilateral, transparência e monitoramento sistemático. Conforme declarado na declaração ministerial sobre resposta emergencial à insegurança alimentar, adotada na 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, os países em desenvolvimento importadores de alimentos devem receber assistência técnica e financeira com vistas a melhorar sua capacidade de produção agrícola e seu acesso a insumos agrícolas.

Figura 2

Naciones Unidas A/77/207

	Asamblea General	<small>Distr. general 21 de julio de 2022 Español Original: inglés</small>
---	-------------------------	--

Septuagésimo séptimo período de sesiones
Tema 16 a) del programa provisional*
Cuestiones de política macroeconómica

Comercio internacional y desarrollo 2022

Nota del Secretario General

El Secretario General tiene el honor de transmitir a la Asamblea General el informe preparado por la secretaria de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo.

Referencias

Naciones Unidas. La sostenibilidad de la deuda externa y el desarrollo. Nota del Secretario General, A/77/206

Naciones Unidas. Comercio internacional y desarrollo 2022. Nota del Secretario General, A/77/207.

O Impacto das Guerras e Conflitos na Vida de Crianças, ODS 5 em Foco, Série sobre Saúde Mental de Jovens e a Desafiadora Jornada de Vacinação Infantil e Prevenção do Monkeypox

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho*

Nações Unidas - Relatório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados

O relatório submetido à Assembleia Geral, de acordo com a resolução [76/147](#) sobre os direitos da criança, foi organizado pela Representante do Secretário-Geral [Virginia Gamba](#), sobre o tema Crianças e Conflitos Armados. O relatório abrange o período de agosto de 2021 a julho de 2022 e descreve tendências, questões de interesse e progressos alcançados. Ele também fornece informações sobre como aumentar a conscientização global e construir parcerias, incluindo seu envolvimento com organizações regionais e sub-regionais e parceiros internacionais, apontando desafios e prioridades e conclui com recomendações para aumentar a proteção de crianças afetadas por conflitos armados.

Tendências em violações graves:

- Conflitos transfronteiriços, violência intercomunitária e golpes, bem como desrespeito ao direito internacional e direitos humanos, representam grandes desafios para a proteção das crianças que vivem em zonas de conflito.
- Em 2021, verificou-se um número total de 23.982 violações graves contra crianças, incluindo 1.337 que ocorreram antes de 2021, mas só foram verificadas em 2021.
- Um total de 19.165 crianças (13.633 meninos, 5.242 meninas, 290 sexo desconhecido) foram vítimas ou sobreviventes de pelo menos uma das seguintes quatro graves violações que afetam crianças: recrutamento e utilização; matar e mutilar; estupro e outras formas de sexo violento; e rapto.
- As maiores violações às crianças em 2021 foram: recrutamento, assassinato, mutilação seguida pela negação do acesso humanitário e rapto.
- 6.310 crianças foram recrutadas e usadas em conflitos, com os maiores números verificados na República Democrática do Congo, na Síria, Somália e Mali;
- 8.070 crianças foram mortas e mutiladas - com Afeganistão, Israel, Palestina, Somália e Iêmen sendo os conflitos mais mortais para crianças. As crianças foram particularmente afetadas por armas explosivas e restos de guerra, incluindo dispositivos explosivos improvisados, minas terrestres e bombas.
- Crianças sobreviventes muitas vezes sofrem deficiências ao longo da vida, como amputação, paralisia, perda de visão ou audição, trauma de longa duração, e são propensas a enfrentar obstáculos educacionais e exclusão social.
- A violação com maior aumento em 2021 foi o rapto de crianças: aumentou 20%, com 3.459 crianças (2.399 meninos, 1.038 meninas, 22 desconhecidos) sequestrados. Só o rapto de meninas aumentou 40%. Quase todos os incidentes de abdução foram

atribuídos a grupos armados, com os números mais altos na República Democrática do Congo, Somália, bacia do Lago Chade e Burkina Faso.

- Estupro e outras formas de violência sexual contra meninos e meninas continuou a ser usado como tática de guerra, mas permaneceu cronicamente subnotificada devido a preocupações de proteção, medo de represália ou rejeição, estigma, estado de direito fraco e falta de resposta e serviços adequados, entre outros fatores.
- Ataques a escolas (475) e hospitais (397) continuam a minar severamente o acesso das crianças ao direito à educação e à saúde. Escolas e hospitais foram bombardeados, destruídos ou danificados por bombardeios, saqueados e/ou usados para fins militares e foram, temporariamente ou permanentemente fechados.
- Como em anos anteriores, as violações afetaram meninos e meninas de forma diferente. Enquanto 85% das crianças recrutadas eram meninos, 83% da violência sexual foi perpetrada contra meninas. As violações que afetam meninos diminuíram em comparação com o ano anterior, enquanto violência e sequestros direcionados a meninas aumentaram em 2021.

Recomendações:

- Acabar imediatamente com a impunidade e evitar a ocorrência e recorrência dessas violações.
- Adotar medidas e implementar legislação que criminalize violações e abusos contra crianças.
- Os Estados devem assinar e implementar integralmente os instrumentos jurídicos internacionais relativos a armas, e cumprir o direito internacional humanitário.
- Priorizar programas de desminagem e resqúícios de explosivos de guerra e organizar programas de educação sobre o risco de minas para crianças.
- Incorporar conhecimentos técnicos sobre gênero no monitoramento e notificação dos casos de crianças em situação de guerra e conflitos armados.
- O Representante Especial também propôs que a Assembleia Geral desenvolva uma estratégia global, que reúna iniciativas já existentes, para o enfrentamento dos desafios implicados para crianças em conflitos armados. Também faz um apelo para as partes em conflito, para que removam todos os impedimentos ao acesso humanitário às crianças e garantam acesso desimpedido à educação, uma vez que é fundamental preservar seu caráter civil.
- Os estados-membros devem fazer o máximo para proteger escolas, alunos e professores, bem como hospitais, instituições de saúde e profissionais de saúde.
- Todos os estados-membros devem ser encorajados a ratificar e implementar o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e a Convenção nº 182 da OIT, e endossar e implementar os Princípios de Paris, a Declaração de Escolas Seguras e os Princípios de Vancouver.

- Organizar programas de reintegração holística para crianças anteriormente associadas às forças armadas ou grupos, fornecendo apoio político, técnico e financeiro sustentável para que tais esforços ocorram.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Nações Unidas - Relatório anual do Representante Especial da Secretário-Geral sobre Violência contra Crianças

[Najat Maalla](#), médica pediatra e Representante Especial sobre Violência Contra Crianças desde 2019, lançou novo relatório de acordo com a resolução [64/146](#) da Assembleia Geral. Ele apresenta como o investimento em proteção sensível ao gênero e prevenção da violência se faz mais necessário que nunca.

A pandemia da COVID-19 e as crises humanitárias em curso ampliaram a exposição e a vulnerabilidade das crianças à violência. Muitas crianças em todo o mundo ainda são deixadas para trás. Mais crianças do que nunca estão passando por pobreza extrema, discriminação e desigualdades sociais. Mais crianças do que nunca são deslocados à força, fugindo de conflitos, violência generalizada e insegurança alimentar. A crise climática agravou esses riscos. E, ao considerar as múltiplas crises, as crianças estão ainda mais vulneráveis à violência. Nenhum país é imune, e nenhuma criança é imune.

A exposição à crise climática, violência, estresse e outras crises causam danos fisiológicos e psicológicos a longo prazo. As consequências podem durar uma vida. As crianças, especialmente as crianças mais pobres, as privadas de cuidados familiares, crianças deslocadas, aquelas que vivem em áreas rurais e remotas, crianças indígenas, crianças com deficiência, crianças de grupos minoritários, crianças que vivem em áreas de conflito e em ambientes humanitários e meninas, podem não atingir sua educação completa e potencial de saúde, o que limita sua renda e produtividade futuras e afeta o desenvolvimento do capital humano. Além do custo humano, um enorme custo financeiro é pago por suas vítimas e pelas sociedades.

As alterações climáticas e o desenvolvimento estão intimamente ligados. Ações para barrar as mudanças climáticas são essenciais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e exigem ação integrada nas esferas social, econômica e ambiental. É necessário mudança de paradigma para chegar a isso. O financiamento de serviços integrados e transeitoriais sensíveis à criança e ao gênero devem ser vistos como um investimento e um passo essencial para garantir a adaptação e resiliência. Isso inclui serviços de:

- assistência social;
- educação inclusiva, incluindo aprendizagem digital;
- serviços de saúde física, mental, sexual e reprodutiva;
- justiça; e
- apoio e proteção social sustentável para famílias e comunidades vulneráveis.

Esse investimento não é apenas a base para responder os esforços globais para reconstruir melhores respostas à pandemia de COVID-19 e às outras crises descritas. Essa é a chave para a construção de sociedades seguras, justas, inclusivas e resilientes, para e com as crianças.

O aumento da pressão sobre as finanças públicas não pode ser usado para justificar a falta de investimento para as crianças. Para enfrentar essa injustiça, os governos, o setor

empresarial e a comunidade devem adotar e implementar leis e políticas climáticas sensíveis às crianças, com recursos dedicados e mecanismos robustos de monitoramento e prestação de contas.

O documento ainda cita a recente adoção da resolução [76/300](#), na qual a Assembleia Geral reconhece o direito a um ambiente limpo, meio ambiente saudável, como meio para ajudar a reduzir as injustiças ambientais, e capacitar as pessoas, especialmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade, incluindo defensores dos direitos humanos e ambientais, crianças, jovens, mulheres e povos indígenas.

As crianças e os jovens devem ser envolvidos na implementação e desenvolvimento dessas políticas, incluindo os mais vulneráveis e mais afetados. Fortalecer suas capacidades, investindo em educação ambiental e equipando as crianças para serem parte dos esforços de redução de riscos e mitigação do clima são fundamentais para garantir soluções sustentáveis.

Faltando menos de oito anos para cumprir a promessa da Agenda 2030, o tempo está passando. Todas as partes interessadas devem trabalhar em conjunto de forma coordenada e usando uma abordagem integrada para combater as mudanças climáticas, a fim de prevenir e reduzir seu impacto nas crianças. A cooperação e o multilateralismo precisam ser fortalecidos, com base em parcerias mútuas e responsabilidade, já que a maioria dos países em maior risco são aqueles que são menos responsáveis. A justiça climática e a justiça social são mais necessárias do que nunca, para todas as crianças, sem deixar ninguém para trás.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

UNICEF - Guerra na Ucrânia já deixou quase 1.000 crianças mortas ou feridas

A Diretora Executiva do UNICEF, Catherine Russell, declarou que pelo menos 972 crianças na Ucrânia foram mortas ou feridas pela violência desde a escalada da guerra há quase seis meses, uma média de mais de cinco crianças mortas ou feridas a cada dia. Esses são apenas os números que a ONU conseguiu verificar. É provável que o número real seja muito maior.

A maioria das mortes dessas crianças foi causada pelo uso de armas explosivas, que não discriminam entre civis e combatentes, especialmente quando usadas em áreas povoadas como tem sido o caso da Ucrânia.

“Mais uma vez, como em todas as guerras, as decisões imprudentes dos adultos estão colocando as crianças em risco extremo. Não há operações armadas desse tipo que não resultem em danos a crianças. Enquanto isso, além do horror de crianças serem mortas ou fisicamente feridas em ataques, quase todas elas foram expostas a eventos profundamente angustiantes, e aquelas que fogem da violência correm um risco significativo de separação familiar, violência, abuso, exploração sexual e tráfico.”

O início do ano letivo só aconteceu recentemente. Com um sistema educacional devastado pela escalada das hostilidades em todo o país, as famílias não se sentem seguras para enviar seus filhos à escola que foram alvo ou usadas por partidos. Estima-se que 1 em cada 10 escolas foram danificadas ou destruídas.

Para que todas as crianças sejam protegidas de danos, o cessar-fogo na Ucrânia deve acontecer de forma imediata. Isso inclui acabar com o uso brutal de armas explosivas em áreas povoadas e ataques a instalações e infraestruturas civis. “As crianças da Ucrânia precisam

urgentemente de segurança, estabilidade, acesso a aprendizado seguro, serviços de proteção infantil e apoio psicossocial. Mas mais do que tudo, as crianças da Ucrânia precisam de paz”.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

UNICEF - Crianças enfrentam seca mortal no Chifre da África

Anos consecutivos de chuvas abaixo da média no Chifre da África criaram uma das piores emergências relacionadas ao clima dos últimos 40 anos. A seca prolongada está forçando as famílias a deixar suas casas em busca de comida e água, colocando em risco sua saúde, segurança e educação. As famílias com crianças e adolescentes em trânsito ou em acampamentos de emergência correm risco de violência ou abuso.

A falta de acesso ou acesso precário à água potável coloca em risco a chance de sobrevivência de uma criança. A escassez de água aumenta o risco de diarreia, cólera, hepatite A, febre tifóide e poliomielite. Além do fato de que sem água, a escassez de alimentos se torna uma realidade cruel. As colheitas não podem crescer e os animais e o gado morrem. A falta de alimentos nutritivos, juntamente com o acesso deficiente a água potável e saneamento, expõe as crianças a um alto risco de desnutrição. Outro ponto crítico é que a seca afeta a frequência escolar. No geral, 15 milhões de crianças no Chifre da África estão fora da escola e estima-se que mais 3,3 milhões correm o risco de abandonar a escola devido à seca.

A mudança climática está levando a variações imprevisíveis nos padrões de temperatura e precipitação, que devem aumentar, tanto em frequência quanto em intensidade. Por isso a insegurança hídrica precisa de investimentos de longo prazo em serviços de água, saneamento e higiene, gestão da água e infraestrutura à prova de clima. Apenas investimentos em soluções duráveis serão capazes de garantir a segurança hídrica para todos, em todos os momentos.

No relatório lançado para enfrentar a crise da seca, a UNICEF informa que se as necessidades imediatas de financiamento forem atendidas, consequências catastróficas poderão ser evitadas.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para acessar o vídeo, [clique aqui](#).

ONU Mulheres - Mulheres no Afeganistão um ano após a tomada do Talibã

Em 15 de agosto de 2021, [o Talibã entrou na capital do Afeganistão, Cabul](#), e assumiu o controle do país. Nos últimos 12 meses, as violações dos direitos humanos contra mulheres e meninas aumentaram de forma constante. Apesar das promessas iniciais de que as mulheres teriam permissão para exercer seus direitos dentro da lei da Sharia – incluindo o direito de trabalhar e estudar – o Talibã excluiu sistematicamente mulheres e meninas da vida pública.

As mulheres não ocupam cargos na administração de fato, que também aboliu o Ministério de Assuntos da Mulher – eliminando efetivamente o direito das mulheres à participação política. O Talibã também proibiu as meninas de frequentar a escola após a sexta série e proibiu as mulheres de trabalhar na maioria dos empregos fora de casa.

As restrições ao movimento e aos corpos das mulheres continuam a aumentar. Em maio, o Talibã decretou que as mulheres devem cobrir o rosto em público e as instruiu a permanecer em suas casas, exceto em casos de necessidade. As mulheres são proibidas de viajar longas distâncias sem um acompanhante masculino, e as mulheres desacompanhadas estão sendo cada vez mais negadas o acesso a serviços essenciais.

Privadas de seus direitos, sob constante ameaça de violência, as mulheres e meninas afegãs seguem incansavelmente com suas vidas. Para alguns, isso significa formar novos grupos da sociedade civil para atender às necessidades da comunidade; para outros, significa reabrir seus negócios e voltar ao trabalho. Para todos, é um ato de bravura invisível e inaudita.

Sima Bahous, diretora executiva da ONU Mulheres fez uma declaração: Políticas de Desigualdade Meticulosamente Construídas. “No ano que se passou desde a tomada do Talibã no Afeganistão, vimos uma deterioração diária e contínua da situação das mulheres e meninas afegãs. Isso abrange todos os aspectos de seus direitos humanos, desde padrões de vida até status social e político. Foi um ano de crescente desrespeito ao seu direito de viver uma vida livre e igualitária, negando-lhes oportunidades de subsistência, acesso à saúde e educação e fuga de situações de violência. Décadas de progresso em igualdade de gênero e direitos das mulheres foram aniquiladas em poucos meses. Devemos continuar a agir juntos, unidos em nossa insistência em garantias de respeito a todo o espectro dos direitos das mulheres”.

Para ler a declaração completa de Sima Bahous, [clique aqui](#). Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#) e [clique aqui](#). Outros materiais de interesse: [Direitos das Mulheres no Afeganistão: onde estamos agora?](#)

ONU Mulheres - Em foco: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável, adotada pelos Estados Membros da ONU em 2015, estabeleceu um prazo de 2030 para a conquista da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Agora, com menos de 10 anos para alcançá-lo, o mundo não está no caminho certo. Em meio às crises cruzadas da COVID-19, à emergência climática e à crescente insegurança econômica e política, o progresso na igualdade de gênero não apenas não avançou, mas começou a retroceder. Em todo o mundo, uma crescente reação contra os direitos das mulheres está ameaçando até mesmo as liberdades e proteções que até então já estavam estabelecidas.

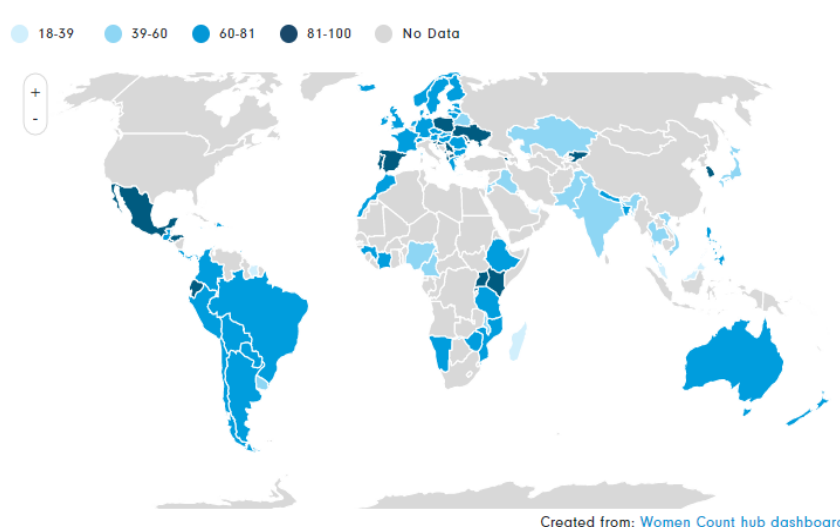
Sem um maior compromisso da comunidade global, a igualdade de gênero continuará sendo nada mais do que uma meta não alcançada. A hora de agir e investir em mulheres e meninas é agora. Alguns números:

- As projeções mostram que 388,1 milhões de mulheres e meninas viverão em extrema pobreza em 2022.
- Apenas 57% das mulheres do mundo tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva.
- Globalmente, cerca de 1 em cada 5 mulheres de 20 a 24 anos se casaram antes dos 18 anos.

A conquista da igualdade de gênero é o 5º dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda de Desenvolvimento Sustentável. Dez metas adicionais incluem referências específicas de gênero, reconhecendo a interconexão entre o empoderamento das mulheres e um futuro melhor para todos.

Os dados mais recentes sobre o progresso em direção à igualdade de gênero em todos os ODS, compilados na próxima edição do Relatório Anual de Gênero da ONU Mulheres, revelam a inadequação dos esforços atuais. Se a mudança continuar no ritmo atual, as análises mostram que a igualdade de gênero permanecerá irrealizada nas próximas décadas.

Marcos legais que promovem, fazem cumprir e monitoram a igualdade de gênero (porcentagem de conquista, 0 - 100)



As lacunas generalizadas nos dados de gênero representam uma barreira significativa para a avaliação do progresso, com apenas 48% dos dados necessários para monitorar o ODS5 estão atualmente disponíveis.

Para explorar o painel de indicadores SDG, [clique aqui](#), e para ler a notícia completa, [clique aqui](#).

The Lancet - Uma Era de Incertezas: a saúde mental dos adolescentes

A Lancet lançou a segunda edição de saúde e bem-estar do adolescente, edição que tem por objetivo garantir “que os adolescentes de hoje tenham os meios para enfrentar os desafios únicos de sua geração”.

Os recentes aumentos na carga de problemas de saúde mental em jovens estão enviando um sinal importante. Problemas de saúde mental em crianças e adolescentes não são incomuns nem inesperados – a resposta precisa ser moldada de acordo. Melhores tratamentos e serviços, melhores e mais acessíveis, são claramente necessários, mas a necessidade vai além dos serviços de saúde.

As escolas, por exemplo, em vez de serem centros de realização acadêmica, deveriam se tornar locais que cultivam o bem-estar mental. Os governos e os formuladores de políticas também devem agir concentrando seus esforços nas preocupações dos jovens. São os sistemas em que os jovens vivem e interagem, das famílias às comunidades, que são a chave para o bem-estar mental. É aqui que os jovens podem ser apoiados para lançar as bases para um futuro mais saudável.

Os Adolescentes enfrentam um mundo com múltiplas crises e muita incerteza. Uma pessoa nascida em 2006 terá passado pela grande recessão e as subsequentes medidas de austeridade, uma pandemia com escolarização interrompida e isolamento social, uma crise financeira, guerra na Europa e um mundo enfrentando a magnitude das mudanças climáticas. Houve muitos momentos tumultuados na história, mas as evidências sobre o bem-estar mental dos jovens durante esses períodos são escassas. Como devemos pensar sobre a saúde mental dos jovens em uma época de tanta incerteza?

O documento identifica a importância de ver a saúde mental como um espectro. Em uma extremidade está um “estado de humor no contexto de flutuações normativas de humor” que não atendem aos critérios diagnósticos completos, mas afetam a qualidade de vida e podem ser fatores de risco para transtornos depressivos na vida adulta. Na outra extremidade está um conjunto heterogêneo de sintomas que podem constituir transtornos depressivos ou de humor (incluindo ansiedade). A prevalência em todo o espectro aumentou acentuadamente na última década, mesmo antes da COVID-19, e particularmente em meninas adolescentes.

A maioria dos transtornos mentais é rara na infância e se torna mais prevalente na adolescência, fase que dura até os 24 anos. Embora as estimativas de prevalência variem, o pico de incidência parece ser na idade de 17 a 19 anos em países de alta renda. Algumas estimativas sugerem que globalmente, uma em cada três a cinco crianças ou adolescentes têm um transtorno de ansiedade em algum momento. A prevalência de ideação, planejamento e tentativas de suicídio ainda é relativamente baixa em adolescentes, mas juntos eles representaram a quarta principal causa de morte para adolescentes entre 15 e 19 anos em todo o mundo em 2019. Uma recente revisão sistemática e metanálise publicada no *The Psiquiatria Lancet* estimaram uma prevalência combinada de 7,5% (IC 95% 5,9–9,6) para ideação suicida em crianças menores de 12 anos.

A imagem é, sem dúvida, preocupante. Também apresenta desafios médicos e sociais. Em se tratando de distúrbios graves em crianças e adolescentes, existem poucos ensaios de tratamento para orientar os médicos, e uma grave falta de acesso aos serviços significa que muitas pessoas ficam sem apoio ou tratamento adequado. No extremo menos grave do espectro, até que ponto um aumento na carga de problemas de saúde mental em jovens é uma resposta normal a um conjunto de circunstâncias anormais?

É fácil ver como sentimentos de infelicidade, inutilidade ou medo de sair em jovens podem ser respostas razoáveis a mais de 2 anos de isolamento social durante a pandemia, principalmente quando esse isolamento social ocorreu na adolescência – um momento crucial para o desenvolvimento dos jovens. O apoio dos colegas, estar fisicamente uns com os outros e aprender com as sugestões e comportamentos sociais uns dos outros são fundamentais para o bem-estar mental futuro. Um relatório indica que os jovens na Europa eram mais propensos do que os grupos etários mais velhos a “perder o emprego, insegurança financeira e problemas de saúde mental. Eles relataram redução da satisfação com a vida e bem-estar mental associados aos requisitos de ficar em casa e ao fechamento das escolas”.

A ansiedade sobre as mudanças climáticas também é um fator. Em uma pesquisa com 10.000 crianças em dez países, sentem tristeza, ansiedade, raiva, impotência e culpa - emoções relatadas por mais de 50% dos entrevistados. Quando o futuro de todos os seres vivos está em perigo, é difícil não se sentir deprimido. Tais respostas atravessam estereótipos geracionais inúteis sobre a vigília ou uma geração sensível e mimada. Essas são reações apropriadas a uma visão de um futuro melhor em perigo.

Para acessar o documento, [clique aqui](#).

Organização Panamericana de Saúde: a desafiadora jornada da Vacinação Infantil

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) junto ao Ministério da Saúde do Brasil lançou a campanha de vacinação contra a poliomielite e a multivacinação. O objetivo é alcançar cobertura vacinal para poliomielite igual ou maior que 95% na faixa etária de um a menores de cinco anos de idade, além de atualizar a carteira de vacinação dos menores de 15 anos e

aumentar as coberturas vacinais, evitando a disseminação de doenças como o sarampo e a reintrodução de vírus já eliminados no Brasil, como o da pólio.

As vacinas do Calendário Nacional de Vacinação disponíveis são: Hepatite A e B, Penta (DTP/Hib/Hep B), pneumocócica 10 valente, VIP (Vacina Inativada Poliomielite), VRH (Vacina Rotavírus Humano), Meningocócica C (conjugada), VOP (Vacina Oral Poliomielite), Febre amarela, Tríplice viral (Sarampo, Rubéola, Caxumba), Tetraviral (Sarampo, Rubéola, Caxumba, Varicela), DTP (tríplice bacteriana), Varicela, HPV (Papilomavírus Humano), dT (dupla adulto), dTpa e meningocócica ACWY (conjugada).

A campanha coincide com a vacinação contra a COVID-19 em andamento. No Brasil, as vacinas contra essa doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 poderão ser administradas de maneira simultânea ou com qualquer intervalo com os demais imunizantes do Calendário Nacional de rotina, em pessoas a partir de três anos de idade. A vacinação é uma das intervenções de saúde pública mais eficazes e custo-efetivas que existem. Salva milhões de vidas no mundo a cada ano e evita a ocorrência de surtos, hospitalizações, sequelas e tratamentos de reabilitação.

Poliomielite - O Brasil é, atualmente, um dos países de alto risco para reintrodução da pólio nas Américas. Para que isso não ocorra, é fundamental aumentar e manter alta (95% ou mais) a cobertura de vacinação contra essa doença no país, além de detectar de maneira oportuna os casos por meio da vigilância de paralisia flácida aguda em menores de 15 anos.

A OPAS emitiu um [Alerta Epidemiológico](#) aos países e territórios das Américas reiterando a importância de unir esforços para fortalecer essas ações, após a notificação pelos Estados Unidos da América de um caso de poliomielite paralítica em um jovem não vacinado no condado de Rockland, que foi identificado pelas ações de vigilância do Departamento de Saúde do Estado de Nova York.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

OPAS e Ministério da Saúde do Brasil encabeçam campanha para Prevenção de Monkeypox

O objetivo da campanha é orientar as pessoas na autoavaliação de risco e conscientizar sobre a importância das medidas de prevenção. De 1º de janeiro a 22 de agosto de 2022, foram notificados à Organização Mundial da Saúde (OMS) 41.664 casos confirmados de varíola dos macacos, em 96 países e territórios. Também foram registradas no mundo 12 mortes: no Brasil (1), Equador (1), Espanha (2), Gana (1), Índia (1), Nigéria (4) e República Centro-Africana (2).

Durante o lançamento, a representante da OPAS e da OMS no Brasil, Socorro Gross, lembrou que ainda são limitadas as evidências sobre a efetividade dos medicamentos e da vacina disponível – que foi criada originalmente para varíola, doença erradicada do mundo em 1980; e não para varíola dos macacos, que é a responsável pelo atual surto. Por isso, destacou que atualmente a prevenção é a medida mais importante.

A varíola dos macacos (monkeypox) é transmitida, principalmente, por meio do contato de uma pessoa sadia com uma pessoa infectada que apresenta lesões de pele que parecem espinhas, bolhas ou furúnculos, ou por fluidos corporais. Esse contato pode se dar por meio de relações sexuais, beijos, abraços e apertos de mão, por exemplo. Quem tiver essas lesões e outros sintomas de monkeypox, como febre, dor de cabeça intensa, dores musculares e nas costas, fraqueza e gânglios linfáticos inchados deve procurar imediatamente um profissional de saúde.

O atual surto de Monkeypox foi declarado pela OMS como emergência de saúde pública de importância internacional. Para controlar a doença, além das medidas de prevenção e comunicação de risco, é fundamental que os países e territórios implementem intervenções de saúde pública como detecção precoce, vigilância, manejo clínico adequado, isolamento de pacientes em casa ou hospitais e seguimento de contatos.

O Centro de Operação em Emergências (COE) foi organizado para o enfrentamento da Monkeypox, pelo Ministério da Saúde do Brasil, em 29 de julho. Ele conta com a participação de técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e OPAS. Seu objetivo é organizar a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro para uma resposta coordenada nas três esferas de gestão – federal, estadual e municipal. Conforme dados do Ministério da Saúde do Brasil, o país já registrou 3.788 casos confirmados e 4.175 suspeitos, além de um óbito por monkeypox.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Links de interesse sobre Monkeypox do Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz:

- [Monkeypox: orientações do Ministério da Saúde](#)
- [Monkeypox em Crianças](#)
- [Monkeypox: o que os profissionais de maternidades precisam saber?](#)
- [Monkeypox: o que os profissionais da atenção primária em saúde precisam saber?](#)

Todo dia é dia de eliminar a fome - “Não deixar ninguém para trás” deve ser prioridade permanente na agenda global de segurança alimentar e nutricional

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell

Neste informe, discutiremos o tema selecionado para o Dia Mundial da Alimentação de 2022: Não deixar ninguém para trás (*Leave no one behind*)⁵⁷. Essa frase tem sido frequentemente adotada no contexto diferentes movimentos e compromissos relacionados às agendas de alimentação e nutrição e de segurança alimentar e nutricional, incluindo os ODS, a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas, para chamar as nações e atores globais para a redução das desigualdades no mundo.

A própria FAO, nos Relatórios de Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI – *State of Food Security and Nutrition in the World*), já mostra o aumento da insegurança alimentar e nutricional no mundo mesmo antes da pandemia de covid-19 e um agravamento da fome no mundo e na possibilidade de acesso a dietas adequadas nos últimos anos relacionadas à pandemia, a conflitos, às mudanças climáticas, ao aumento no preço de alimentos e à crise econômica global^{58,59,60,61}.

Nesse sentido, “não deixar ninguém para trás” tem relação direta com a incapacidade de eliminar as violações ao direito humano à alimentação e nutrição adequada no contexto de sistemas alimentares hegemônicos que são guiados por uma lógica financeira e não de direitos. Dessa forma, concentra renda, recursos e insumos de produção e acesso a alimentos, globaliza padrões alimentares e enfraquece a soberania alimentar local, aumenta desigualdades, aumenta a morbimortalidade associada à alimentação e degrada o meio ambiente e recursos naturais.

Os ODS são um símbolo importante dessa incapacidade de realizar o direito humano à alimentação e nutrição adequada, visto que incorporam nos ODS 1 e 2 compromissos que eram dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados à pobreza e fome, enquanto, nos demais ODS, trazem as consequências de modelos de desenvolvimento que ameaçam a saúde humana e planetária⁶². Os Relatórios Luz do ODS, tanto em nível nacional quanto global^{63,64}, produzidos de forma independente por organizações, pesquisadores e peritos, mostram que o alcance dos compromissos de cada ODS está mais distante, visto que grande parte das metas, particularmente aquelas relacionadas à fome e à pobreza, estão estagnados ou regredindo. Além disso, projeções a partir de dados da própria FAO em relação à produção agrícola no mundo, mostram que se a tendência atual de produção e destinação da produção agrícola global não for modificada, podemos chegar em 2030 com o mesmo número de pessoas com fome no mundo que tínhamos em 2015, ao início dos ODS⁶⁵.

⁵⁷ <https://www.fao.org/world-food-day/about/en>

⁵⁸ <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

⁵⁹ <https://www.fao.org/publications/sofi/2021>

⁶⁰ <https://www.fao.org/publications/sofi/2020>

⁶¹ <https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>

⁶² <https://sdgs.un.org/goals>

⁶³ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>

⁶⁴ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2022/>

⁶⁵ Ray, D.K., Sloat, L.L., Garcia, A.S. et al. Crop harvests for direct food use insufficient to meet the UN’s food security goal. *Nat Food* 3, 367–374 (2022). <https://doi.org/10.1038/s43016-022-00504-z>

É fundamental, portanto, trabalhar de maneira efetiva na redução das desigualdades globais por meio das políticas baseadas em direitos, sendo que, no campo do direito humano à alimentação e nutrição adequada (DHANA), isso envolve tanto estar livre da fome quanto ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva⁶⁶. Em outras palavras, não basta estar livre da fome, é preciso ter acesso garantido a alimentos adequados em suas múltiplas perspectivas.

Numa abordagem histórica, o mesmo contexto global pós 2ª Guerra Mundial que trouxe a criação das Nações Unidas e dos grandes tratados de direitos humanos, deixou as cicatrizes do neocolonialismo, particularmente na África, e trouxe a Revolução Verde como a solução para o problema da fome global, promovendo um novos sistemas alimentares atualmente hegemônicos, baseados na agricultura de commodities (cada vez menos direcionados para a alimentação humana), na redução do número de culturas e na ascensão das indústrias de alimentos ultraprocessados.

Esses sistemas alimentares hegemônicos, que moldaram os atuais ambientes alimentares, foram estabelecidos a partir da promessa de produção de alimentos mais duráveis para as demandas de uma população global crescente, são responsáveis diretos por colocar a dieta inadequada como a principal causa de mortes e adoecimentos no mundo, associados não somente ao consumo excessivo de nutrientes críticos como sódio, gorduras e açúcar, mas também pela maior exposição a aditivos alimentares e a mudanças na matriz dos alimentos, por meio do ultraprocessamento e baseado em modelos de produção que têm grande impacto ambiental. Além disso, as corporações que dominam esses sistemas padronizam dietas globais que enfraquecem a cultura alimentar e a produção tradicional local e minam a soberania alimentar dos países. Mais preocupante é que os preços de alimentos ultraprocessados estão cada vez menores, enquanto os preços de alimentos frescos e minimamente processados têm crescido, trazendo mais iniquidades nas dietas saudáveis e nas doenças associadas à alimentação. A cadeia alimentar é global e ultraprocessada e esse problema deve entrar na agenda, mesmo significando enfrentamentos com fortes interesses globais.⁶⁷

Dessa forma, a escolha do tema para o Dia Mundial da Alimentação é muito oportuna e deve ser prioridade de todas as agências das Nações Unidas e dos Estados Membros, porém isso passa diretamente pela discussão dos sistemas alimentares que poderão trazer as mudanças necessárias. Devem ser sistemas alimentares saudáveis, resilientes, sustentáveis e inclusivos, que garantam a realização do direito humano em sua plenitude.

Na programação proposta pela FAO para o Dia Mundial da Alimentação, o diagnóstico do desafio global de eliminar a fome no mundo e garantir alimentos saudáveis e adequados para todas as populações, ou seja, eliminar a insegurança alimentar e nutricional no mundo, é bastante coerente, baseado nos relatórios do Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo. O diagnóstico também reforça que o problema da fome não é um problema de

⁶⁶<https://fianbrasil.org.br/curso-basico-de-direito-humano-a-alimentacao-e-a-nutricao-adequadas-dhana/>

⁶⁷ Dicken SJ, Batterham RL. Ultra-processed food: a global problem requiring a global solution. *Lancet Diabetes Endocrinol* (2022) 0: doi: 10.1016/S2213-8587(22)00248-0

produção ou de oferta e que a impossibilidade de ter acesso a uma alimentação saudável coloca ainda mais pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Contudo, a partir daí, a agenda propõe acertadamente a responsabilidade de governos nacionais e a participação ativa da sociedade civil e academia, mas traz contradições ao propor um protagonismo também ao setor privado, que representa os interesses dos mesmos sistemas alimentares hegemônicos que são responsáveis pela atual crise de saúde, de fome e ambiental. As soluções propostas nos sistemas hegemônicos são de caráter mitigatório, visto que não eliminam as causas da fome, da desigualdade, das doenças associadas à alimentação inadequada e da degradação ambiental.

É também pouco realista o chamamento para uma empatia e solidariedade que envolva atores responsáveis pela geração de desigualdades e exclusão, assim como pelas situações que geram violações ao direito humano à alimentação. Nesse sentido, é ainda mais preocupante que, na Cerimônia de comemoração do Dia Mundial da Alimentação, junto com especialistas em desenvolvimento sustentável e políticas de alimentação e nutrição, esteja o criador do Fórum Econômico de Davos, como representante direto das corporações financeiras globais na agenda.

Como já enfatizado em informes anteriores, a abordagem atual do setor privado também tem promovido grandes riscos à governança global da agenda de sistemas alimentares e de segurança alimentar em nível global, incluindo a captura corporativas das agências e suas agendas e o uso dessas agendas para lavar a imagem de empresas.

Na continuidade da abordagem do cenário global e das soluções para as crises atuais, há destaque, pela FAO, de um mundo globalizado, em que estão interconectados países, economias, culturas e povos, enquanto se reconhece que 75% das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional dependem diretamente da agricultura e recursos naturais locais, sem acesso a treinamento, financiamento, inovação e tecnologias. Essas populações são marginalizadas pelos sistemas hegemônicos e promover a inclusão não significa incorporá-las a esses sistemas, mas a levar condições de manutenção e expansão para que esses sistemas alimentares, que naturalmente são mais resilientes, sustentáveis e inclusivos.

Mas, como outro ponto positivo da agenda, devem ser destacados os exemplos de heróis da agenda apresentados pela FAO inclusive reforçam a importância de modelos locais de produção agroecológica e de exploração sustentável de recursos naturais a partir de exemplos exitosos em nível local. Os exemplos mostram que a transformação dos chamados sistemas agroalimentares passa necessariamente por soluções locais e sustentáveis, que garantem maior resiliência e promovem impactos de longo prazo no crescimento econômico e promovem justiça social. Somado a isso, ressalta-se também a importância do estímulo à participação da juventude na agenda, assim como a necessidade de transformações no âmbito das cidades.

Novamente, para eliminar a fome no mundo e garantir o acesso a alimentos adequados e seguros a todas as populações, é imperativo transformar, de forma consistente e gradual, os sistemas alimentares para garantir saúde, sustentabilidade, inclusão e resiliência, a partir da perspectiva dos direitos humanos e da cidadania planetária de todos nós.

O lema “Não deixar ninguém para trás” deve ser permanente, amplo e irrestrito, pois significa eliminar as violações ao direito humano à alimentação e nutrição adequadas. De fato, as ações atuais determinarão o futuro e um mundo sustentável depende de cada um, como elemento da mudança, no campo e nas cidades, mas, acima de tudo, como titulares do direito

à alimentação e nutrição adequada, transformando os sistemas alimentares para eliminar a fome e promover saúde a partir da alimentação. Garantir a realização dos direitos humanos é mandato das Nações Unidas e de suas agências e é obrigação dos Estados Membros. Todo dia é dia de eliminar as desigualdades e a fome.

Equidade de gênero, educação e projetos de futuro

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Em agosto de 2022, a UNESCO-Brasil lançou o projeto: “#Educastem2030: iniciativa UNESCO de mobilização e advocacy pela educação para meninas e mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática no Brasil” alertando sobre as dificuldades das mulheres de seguirem carreira nas áreas STEM no Brasil e promovendo iniciativas para a mitigação deste problema com foco na Agenda 2030.

A baixa participação de mulheres em diferentes campos profissionais e produtivos de conhecimento e sua sub-representação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), mesmo com aumento da demanda profissional, tem sido tema de debates, produções técnicas e estudos científicos em diversas áreas. Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), apenas 20% dos profissionais que atuam no mercado de tecnologia da informação (TI) são mulheres. O estudo ainda mostra que isso não tem qualquer ligação com o grau de educação, pois a instrução feminina é mais elevada se comparada à de homens e, mesmo assim, elas recebem remunerações cerca de 34% menores que as dos homens. A ONU Mulheres Brasil (2018) possui dados similares e mostra que as mulheres estão fora dos principais postos de trabalho gerados pela revolução digital, sendo que somente 18% delas têm graduação em ciências da computação; e, atualmente, representam apenas 25% da força de trabalho da indústria digital.

O mesmo contexto de exclusão de meninas e mulheres nas áreas de STEM é demonstrado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, 2021) ao relatar que mesmo com taxas de matrícula semelhantes entre estudantes do sexo masculino e feminino na educação primária, na secundária ou na superior, apenas em torno de 10% das mulheres brasileiras que estudam em universidade estão matriculados em cursos de STEM, contra 28,6% dos homens. Apesar de um pequeno avanço, dados recentes do IBGE (IBGE, 2021) mostram que a matrícula de mulheres na educação superior nas áreas de engenharia e afins continua baixa (21%), e apenas 13% na área de computação.

Com base nos ODS 5, que consiste em “alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas”, a UNESCO acredita que estimular o interesse das meninas nessas áreas é um passo essencial para alcançar as metas até 2030. Este desequilíbrio ocorre devido à discriminação da sociedade contra meninas que seguem essas áreas, os principais fatores identificados pela UNESCO são: de âmbito individual, familiar, social e escolar.

No âmbito individual, as escolhas de carreira das meninas são influenciadas por estereótipos de gênero, como por exemplo: Os meninos são melhores em matemática do que as meninas e carreira de engenharia e ciências são domínios masculinos. No âmbito familiar, a pouca influência para meninas seguirem essas áreas. No âmbito social, normas culturais e sociais influenciam a percepção das meninas sobre seu papel na sociedade, é necessário políticas específicas para aumentar a igualdade de gênero. No âmbito escolar, o sistema educacional possui um papel central para despertar o interesse nas meninas nas matérias de STEM, os docentes precisam utilizar todos os artifícios necessários para envolvimento das meninas nessas áreas.

Em resposta a esse cenário desafiador, a UNESCO Brasil desenvolveu o #EDUCASTEM 2030, uma série de estratégias de formação para alunos e professores com o objetivo de impactar positivamente áreas identificadas e reverter o cenário de exclusão visando a agenda

2030. O projeto #EDUCASTEM2030 visa a contribuir para a transformação, a partir de projetos de vida de meninas e meninos, e priorizando os estudantes pertencentes aos grupos de maior vulnerabilidade social: negros, indígenas, quilombolas, LGBT e de baixa renda.

A primeira atividade do projeto foi a elaboração e o lançamento, em março de 2022, do “Mapeamento de iniciativas de estímulo de meninas e jovens à área de STEM no Brasil”, que revelou a existência de 217 iniciativas com foco no engajamento de meninas e mulheres nas áreas de STEM, distribuídas em todo o território nacional, com concentração significativa nas Regiões Sul e Sudeste.

A UNESCO entende os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio como estratégicos para o desenvolvimento de ações e projetos que apoiem as atividades curriculares com o objetivo de estimular os estudantes a desenvolverem habilidades e competências que o tornem capaz de formular planos para o futuro. Mais do que isso, a Organização identifica nessas etapas de ensino uma oportunidade para o desenvolvimento de abordagens pedagógicas e iniciativas com os jovens, as quais contribuam para reverter o cenário global de baixa participação e os fracos resultados de aprendizagem das meninas na educação em STEM.

Para servirem como piloto, a UNESCO no Brasil convidou os estados de Bahia, Pernambuco e São Paulo a implementarem as formações UNESCO #EDUCASTEM 2030 neste segundo semestre de 2022, com 200 vagas para estudantes e 200 vagas para professores (por estado) para os cursos com moderação; e com opção complementar de oferta também dos cursos para estudantes e professores, em formato autoinstrucional e sem moderação (vagas a definir, de acordo com as negociações com os estados).

“Os estudantes participarão de atividades que visam desenvolver suas habilidades digitais, midiáticas e socioemocionais como a produção de produtos midiáticos em diferentes formatos, que contribuirão para as suas reflexões individuais e motivações em torno de seus Projetos de Vida, em consonância com o que preconiza a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Além do desenvolvimento de suas habilidades, também vão integrar uma ação global de mobilização para as meninas nas áreas de STEM, durante a formação, tendo contato com mulheres de destaque nessas áreas, que vão compartilhar suas trajetórias e detalhes das suas áreas de atuação trazendo aos jovens a realidade do mercado de trabalho, desafios e oportunidades. Queremos também trazer meninos, que também vão fazer parte deste movimento global. Ao final, todos receberão uma “Certificação UNESCO”, adianta a Diretora e Representante da UNESCO no Brasil, Marlova Noletto.

A persistência da tríade: conflitos e guerras, crise climática e doenças (re)emergentes

**Marciglei Brito Morais, Laurenice Pires, Patrícia Lewis,
Lara Daibert, Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Luis Eugênio de Souza**

Introdução

A compreensão dos impactos de guerras e conflitos na vida cotidiana é pauta das organizações que atuam diretamente em ações humanitárias. O mapeamento dos serviços de apoio social e comunitário que permanecem ativos na Ucrânia constitui um passo importante para desenvolver ações que atendam às necessidades da população. A percepção dos refugiados frente às mudanças repentinas no fluxo da vida também são nuances captadas no acolhimento pelas instituições. A violência armada no Haiti e em Tigray atinge civis e serviços de saúde, resultando no apelo por proteção e respeito. Ainda neste contexto, a associação com o aumento da insegurança alimentar torna-se cada vez mais evidente.

Nas abordagens geracionais e de gênero, o destaque está no engajamento da juventude com a OMS, no aumento da apatia em relação à saúde e bem-estar dos idosos na sociedade global, e nos desafios para a equidade de gênero. A equidade parece inalcançável quando está em análise os cenários de guerras e conflitos, de persistência dos casamentos infantis, da falta de acesso à educação, na exclusão digital, na sub-representação na governança da saúde global, bem como nas barreiras que impedem mulheres e meninas de serem participantes ativas em todas as dimensões da vida social.

Sobre o meio ambiente, as OSC de interesse público destacam os impactos das inundações severas no Iêmen, a seca persistente na Somália, com registros dos diversos aspectos que dificultam a sobrevivência das comunidades atingidas. A produção desses fenômenos reforça a necessidade de efetivar um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, como forma de atenuar os impactos ambientais que intensificam eventos climáticos desastrosos.

As doenças crônicas não transmissíveis chamam a atenção da NCD *Alliance*, enquanto as OSC de direito privado permanecem focadas no enfrentamento das doenças infectocontagiosas, como malária, tuberculose, HIV/AIDS, poliomielite, covid-19 e monkeypox. Outros temas como saúde mental entre os jovens e educação em saúde mental, acesso a medicamentos e a agenda de eventos encerram o leque de abrangência deste informe.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Guerras, conflitos e violência

A equipe do Centro de Serviço Social comunitário na Ucrânia em parceria com a *International Federation of Social Workers*⁶⁸ (IFSW) começou [a mapear os serviços de apoio social e comunitário no distrito de Kamianets-Podilskyi, na Ucrânia](#). Primeiramente, identificarão se os serviços de ONGs que trabalhavam antes da guerra estão ativos, para entender que serviços podem oferecer à população.

Em comemoração ao Dia Nacional da Ucrânia, 24 de agosto, a IFSW [homenageou as mulheres que atuam nas linhas de frente](#) da guerra. Elas são assistentes sociais, mulheres de

⁶⁸ <https://www.ifsw.org/>

soldados e civis, voluntárias, profissionais que ajudam a lidar com os problemas no front, como por exemplo, a produção e chegada de alimentação.

A *CARE International*⁶⁹ compartilhou [depoimentos de ucranianos](#) sobre o que conseguiram levar ao fugirem de suas casas. Mais de 13 milhões de pessoas deixaram suas casas desde a escalada da guerra em 24 de fevereiro. Metade delas está buscando refúgio na Ucrânia Ocidental. Alguns pensaram que poderiam voltar para casa em breve. A CARE acrescenta em outro [artigo](#) que com seis meses e 10 milhões de refugiados, a crise humanitária na Ucrânia está piorando. Mulheres e crianças representam 90% dos refugiados e 63% dos deslocados internos. O conflito ameaça empurrar milhões de pessoas ao redor do globo para a insegurança alimentar.

*Médicos Sem Fronteiras*⁷⁰ (MSF) continua pedindo aos agentes armados no Haiti que [respeitem os serviços médicos](#), incluindo os feridos e o pessoal que os trata, as instalações que os recebem e as ambulâncias que os transportam. O pedido surge a partir de um evento extremamente violento no domingo 14 de agosto, quando um grupo de homens armados invadiu o hospital Raoul Pierre Louis, em Porto Príncipe. Os homens entraram violentamente a uma sala de emergência apoiada pelo MSF, prenderam um paciente e o executaram friamente do lado de fora do hospital.

No dia 19 de agosto, a equipe de MSF realizou uma avaliação da situação fora do [centro de recepção de Ter Apel](#); o primeiro ponto de entrada de refugiados na Holanda. O centro está sobrecarregado e não tem capacidade para atender às necessidades básicas dos recém-chegados. Entre as pessoas que vivem no acampamento improvisado estavam mulheres grávidas, crianças e pessoas com doenças crônicas, algumas das quais sem medicamentos. Os MSF apelam ao Governo dos Países Baixos para facilitar urgentemente o acesso a cuidados médicos e melhorar as condições em que se encontram todos aqueles que são forçados a dormir fora do centro.

A *International Physicians for the Prevention of Nuclear War*⁷¹ (IPPNW) publicou um [relatório](#) intitulado “Fome Nuclear: mesmo uma guerra nuclear “limitada” causaria perturbação climática e fome global”, onde resume os últimos trabalhos científicos, que mostram que uma guerra nuclear dita “limitada” ou “regional” afetaria grande parte do planeta. Segundo o estudo, uma guerra que detonasse menos de 1/20 das armas nucleares do mundo ainda afetaria o clima, as cadeias globais de fornecimento de alimentos e provavelmente a ordem pública. Fomes e distúrbios matariam centenas de milhões de pessoas.

Uma delegação de funcionários do Congresso americano, bipartidária e bicameral, viajou com a [CARE Equador](#) para avaliar o desenvolvimento da assistência externa visando a mobilidade humana em toda a região da América Latina. A delegação se reuniu com funcionários do governo equatoriano, atores da sociedade civil e participantes do programa para discutir como a violência e a pobreza prejudicam o desenvolvimento em toda a América Latina e forçam as pessoas a fugir de suas comunidades, bem como o papel que os investimentos globais podem desempenhar no combate à pobreza.

O *People’s Health Movement*⁷² (PHM) publicou [declaração](#) sobre a situação dos trabalhadores de saúde em Tigray, na Etiópia. Segundo o escritório de saúde regional de Tigray,

⁶⁹ <https://www.care.org/>

⁷⁰ <https://www.msf.org.br/>

⁷¹ <https://www.ippnw.org/>

⁷² <https://phmovement.org/>

72% dos centros de saúde e 80% dos hospitais haviam sido destruídos em ataques em janeiro de 2022.

A *Action Aid*⁷³ segue mobilizando esforços para apoio à população que enfrenta uma crise alimentar gerada pelas severas secas na região do Chifre da África. Além disso, publicou um [balanço](#) dos últimos seis meses de resposta humanitária à guerra na Ucrânia.

Abordagens geracionais e de gênero

A *CARE International* destacou o recebimento de uma [doação](#) de US\$ 10 milhões de Sheryl Sandberg e Tom Bernthal destinada a apoiar os esforços gerais da CARE para apoiar mulheres e meninas em todo o mundo, incluindo o fim do casamento infantil. A doação apoiará os esforços da CARE para combater o casamento infantil em vários países, como Síria, Etiópia, Mali e Níger, por meio de programas que incluem o “[Tipping Point](#)” da CARE.

A *CARE International* também destacou a oferta de [bolsas de estudos](#) a meninas na Somália, para auxiliar na aquisição de livros escolares, cadernos, materiais de escrita e outros suprimentos. Atualmente, 1,4 milhão de crianças na Somália são afetadas pela seca e, devido aos deslocamentos, muitas crianças e adolescentes ficam sem acesso à educação. Cerca de 72% das mulheres que vivem em áreas rurais nunca foram à escola. Além disso, uma em cada duas meninas com menos de 18 anos é casada, nos casos em que a renda não é suficiente para a sobrevivência de toda a família.

Membros da *Women in Global Health*⁷⁴ e pesquisadores publicaram no dia 20 de julho o artigo [“Does global health governance walk and talk? Gender representation in World Health Assemblies, 1948-2021”](#). O artigo analisa a representação de gênero nas delegações da AMS dos Estados Membros, Membros Associados e Observadores, entre 1948 e 2021, e constata que, embora haja uma tendência ascendente da participação de mulheres, mais de 83% das delegações eram compostas em sua maioria por homens e nenhuma tinha mais de 30% de Delegadas Chefes. Conclui o artigo que as mulheres permanecem sub-representadas na governança global da saúde.

A *International Federation of Medical Students Associations*⁷⁵ (IFMSA) festejou o engajamento da juventude com a OMS, registrando a integração dos membros do [Conselho de Jovens da OMS](#) com membros da direção da Federação.

Meio ambiente e saúde

A *CARE International* enfatiza novamente o impacto das inundações severas e generalizadas no [Iêmen](#) que trazem mais dificuldades para dezenas de milhares de famílias deslocadas. Cerca de 18 províncias do Iêmen tiveram as maiores chuvas, com inundações que resultaram na destruição de infraestrutura, casas, estoque de alimentos e gado. Quase 30.000 famílias foram afetadas e pelo menos 91 pessoas morreram, com muitos outros feridos ou desaparecidos.

A *CARE International* abordou a [seca da Somália](#) e o aumento de 400% no preço da água. Devido à distância e dificuldade de acesso, as entregas de água são quatro vezes mais caras em algumas aldeias do que em outras, localizadas ao longo das estradas principais da rota que os

⁷³ <https://actionaid.org/>

⁷⁴ <https://womeningh.org/>

⁷⁵ <https://ifmsa.org/>

caminhões que transportam água e alimentos percorrem. Uma entrega de água é correspondida a 40 barris, com cada um contendo cerca de 200 litros de água. A vila, onde a CARE está trabalhando, possui cerca de 600 habitantes e paga US\$ 200 por essa entrega. Convertidos, são cerca de 13 litros de água por pessoa, que devem durar um mês inteiro.

Organizações humanitárias, incluindo a *CARE International*, lançaram uma [exposição de fotos](#) do tufão Odette em Siargao, para aumentar a conscientização sobre o impacto e os esforços conjuntos de moradores e vários grupos na reconstrução das comunidades afetadas. A exposição fotográfica batizada de “The Last Mile”, foi inaugurada no dia 15 de agosto, poucos dias antes da comemoração do Dia Mundial Humanitário.

Em 18 de julho de 2022, a *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública* (WFPHA)⁷⁶ se uniu a profissionais e organizações de saúde para pedir aos governos de todo o mundo que desenvolvam e implementem um [Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis](#), estabelecendo um plano global juridicamente vinculante para eliminar gradualmente a produção e o uso de combustíveis fósseis. Este pedido foi assinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por mais de 100 ganhadores do Prêmio Nobel e por 230 legisladores de 63 países.

A *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública* (WFPHA) enviou [uma carta ao recém-empossado governo da Austrália](#), instando-o a reconsiderar sua decisão de permitir que novos projetos de produção de carvão ou gás sejam executados. A carta alerta para as graves consequências ambientais, sanitárias e econômicas para a Austrália e o mundo que esses projetos terão

Doenças Crônicas Não Transmissíveis

A *NCD Alliance*⁷⁷ convidou as organizações da sociedade civil a co-assinarem até o dia 25 de agosto de 2022 [sua proposta para a segunda versão do Anexo 3 do Plano de Ação Global para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis 2013-2030](#) - também conhecido como "best buys". A OMS recebeu contribuições da sociedade civil até o dia 28 de agosto de 2022.

Força de trabalho em saúde

O [diretor executivo do International Council of Nurses \(ICN\)](#)⁷⁸, Howard Catton, pediu que as funções de prática avançada estejam no centro dos modelos liderados por enfermeiros. Segundo Catton, os serviços liderados por enfermeiros devem ser centrais para expandir e fortalecer os sistemas de saúde em todo o mundo.

Saúde mental

A *International Federation of Medical Students' Associations*⁷⁹ (IFMSA) esteve presente à 72ª reunião do Comitê Regional para a África da OMS, com representantes dos ministros da saúde e organizações não estatais da região, no dia 24 de agosto, quando divulgou uma declaração sobre a [saúde mental](#), apelando ao CR-África/OMS e aos estados membros para

⁷⁶ <https://www.wfpha.org/>

⁷⁷ <https://ncdalliance.org/>

⁷⁸ <https://www.icn.ch/>

⁷⁹ <https://ifmsa.org/>

abordar a doença mental entre os jovens e desenvolver programas de educação em saúde mental.

Acesso a medicamentos

O *People's Health Movement* publicou a 32ª edição de seu periódico [People's Health Dispatch Bulletin](#). Intitulado *New Horizons for access to health care*, a publicação destaca que o acesso a medicamentos essenciais continua sendo um sério problema para população pobre em todo mundo e relata os protestos de ativistas indianos devido à falta de medicamentos antirretrovirais para o tratamento da AIDS.

Covid-19

[Relatório](#) publicado pelo People's Vaccine Movement⁸⁰ e parceiros aponta que a resposta à COVID-19 abandonou as pessoas em países de renda baixa e média. A organização ainda se manifestou sobre as notícias de que o Reino Unido aprovou uma vacina específica para a variante Omicron. Segundo assessora do Movimento, os países ricos estariam novamente acumulando vacinas.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado

Doenças infecciosas: malária, poliomielite, aids, covid-19 e monkeypox

A diretora adjunta para controle de vetores da *Bill & Melinda Gates foundation*⁸¹ publicou [artigo](#) em que fala sobre uma rede contra insetos que pode significar um grande avanço para a erradicação da malária.

A *Gates Foundation* também analisou o ressurgimento da poliomielite em alguns países, ressaltando questões urgentes, principalmente acerca do significado desse reaparecimento da doença para o mundo e a campanha pelo fim da Pólio. O [artigo](#), "A pólio foi detectada em locais onde foi eliminada. Devemos nos preocupar?", apresenta perguntas e respostas sobre o tema.

A fundação também destacou no *Twitter* os esforços para o fim da pólio na [Nigéria](#) e em [Malawi](#). Por meio do [artigo](#) da Vigilância da Saúde da Nigéria, aponta que os centros de operação usados para coordenar a resposta ao surto de pólio em todo o país podem ser a chave para lidar com futuras emergências de saúde pública. Em Malawi, reconhece a importância de valorizar o trabalho do "[Vacinador da Pólio](#)" que viaja de porta em porta para proteger as crianças, independentemente da distância ou das condições do território.

O *Global Fund*⁸² [aprovou](#) fundos emergenciais para a manutenção de serviços essenciais para o HIV no Sri Lanka. O valor de quase 1 milhão de dólares será direcionado a cobrir gastos com produtos de necessidade urgente para o tratamento e a prevenção da AIDS, como antirretrovirais, testes rápidos, preservativos, entre outros.

O *Global Fund* também elogiou o compromisso do Japão para ajudar a acabar com a AIDS, tuberculose e malária, e o fortalecimento dos sistemas de saúde. Destacou a posição de liderança em saúde global, com um forte compromisso de até US\$ 1,08 bilhão para ajudar a acabar com as três doenças até 2030 e construir sistemas de saúde mais fortes, resilientes e sustentáveis, com o objetivo de alcançar a cobertura universal de saúde.

⁸⁰ <https://peoplesvaccine.org/>

⁸¹ <https://www.gatesfoundation.org/>

⁸² <https://www.theglobalfund.org/en/>

Projeto financiado pela *Fundação Rockefeller*⁸³ [investigará](#) como informações enganosas e errôneas se disseminam, como combatê-las e como construir sistemas de informação mais robustos de forma a aumentar as taxas de vacinação contra a Covid-19.

[Relatório](#) da *Fundação Rockefeller* analisou os resultados da iniciativa Equity-First Vaccine Initiative (EVI), realizada em cinco países com o propósito de aumentar a vacinação. Segundo o estudo, realizado a partir do projeto promovido pela fundação, o engajamento local é um elemento crucial na luta contra a Covid-19.

A GAVI⁸⁴ divulgou um [artigo](#) que analisa como o lockdown devido à Covid-19 afetou diferentemente cidades pelo mundo.

A *Gates Foundation* falou sobre a COVID-19 no [Twitter](#), destacando que nos últimos dois anos, a doença inviabilizou o progresso social, devastou economias e tirou a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Afirma ser vital que, diante de crises globais como a pandemia, todos continuem comprometidos em garantir uma resposta mais acessível e equitativa para todos.

A GAVI publicou em seu site uma série de infográficos e um [artigo](#) com informações sobre a varíola dos macacos e explicações sobre as principais diferenças entre o surto atual da doença e os anteriores.

Equidade de gênero

Este tema foi abordado pela *Gates Foundation* no [Twitter](#), por meio da declaração a seguir: “Para alcançar um mundo com mais igualdade de gênero, é importante eliminar as barreiras que impedem mulheres e meninas de serem participantes ativas em seus lares, economias e sociedades”.

Outra manifestação da *Gates Foundation* destaca como a [exclusão digital](#) prejudica mais as mulheres. As mulheres se veem desproporcionalmente incapazes de acessar inovações modernas que podem melhorar suas vidas, entre elas a educação digital. Quando as mulheres têm acesso igual aos serviços digitais, isso impacta na inserção no mercado de trabalho. O texto afirma o poder transformador da educação online.

Eventos

▪ No dia 25 de agosto, o *Sustainable Health Equity Movement*⁸⁵ (SHEM) realizou online sua 3ª assembleia anual, sob a coordenação de Luis Eugenio Souza, presidente da WFPHA. Durante a assembleia, foi lançada uma declaração, apelando aos líderes de governo, organizações multilaterais, sociedade civil, academia e setor privado a apoiar o estabelecimento de um [acordo internacional para responder à crise global em curso e às desigualdades de saúde](#). A assembleia teve como ponto alto uma mesa-redonda com Nicoletta Dentico, do Geneva Global Health Hub (G2H2), e Marie Studer, da Planetary Health Alliance (PHA), que falaram sobre a participação da sociedade civil na agenda global de saúde.

▪ A *International Alliance of Patients' Organizations*⁸⁶ (IAPO) realizou [encontro para orientar organizações africanas sobre o estabelecimento de relações oficiais com a OMS](#). A relevância do evento se afirma, segundo a organização, por ser essa a primeira vez que o Comitê

⁸³ <https://www.rockefellerfoundation.org/>

⁸⁴ <https://www.gavi.org/>

⁸⁵ <https://www.sustainablehealthequity.org/>

⁸⁶ <https://www.iapo.org.uk/>

Regional para a África da Organização Mundial da Saúde adotou procedimento para que atores regionais não estatais, sem relações oficiais com a OMS, pudessem participar das sessões do Comitê.

▪ O *Centre for Strategic and International Studies*⁸⁷ (CSIS) discutirá, no dia 30 de agosto, das 16 às 17h, o Fortalecimento da Segurança da Saúde da América com Rochelle Walensky, Diretora dos Centros para Controle e Prevenção de Doenças (CDC). Na oportunidade, serão apresentados os planos para reformas internas visando a melhorar o desempenho futuro do CDC. Acesso a [inscrição](#).

▪ O Programa Global de Segurança Alimentar do CSIS realizará um evento online para discutir desperdício de alimentos. Qual é o papel da tecnologia avançada na redução da perda e do desperdício de alimentos? Como a tecnologia avançada pode ajudar a alcançar sistemas alimentares mais eficientes e eliminar a perda e o desperdício de alimentos? O evento ocorrerá em 8 de setembro de 2022, das 14h às 15h. Acesso a [inscrição](#).

▪ O CSIS PPD convida para o Sétimo Fórum Anual de Desenvolvimento Global. A programação deste ano examinará os desafios ao desenvolvimento global, como o aumento dos preços dos alimentos, a invasão da Ucrânia, as interrupções de energia e a crise da dívida global. O evento ocorrerá no dia 13 de outubro de 2022, das 08h às 13:30h (sede do CSIS). [Inscrição e página de transmissão online](#):

▪ O CSIS disponibilizou um *podcast* do Congresso AIDS 2022 em Montreal - Eamonn Murphy do UNAIDS: "Soando o alarme" sobre o progresso perdido para o HIV durante o Covid-19. Acesso ao [Podcast](#).

▪ O Congresso WADEM 2023 convida para [submissão de resumos](#) de apresentações orais e pôsteres. O tema do Congresso é "Complexidade e Continuidade: Cuidar, Enfrentar e Superar em um Mundo Cada Vez Mais Desafiador". As submissões são incentivadas em uma ampla gama de temas de relevância para medicina de emergência, atendimento pré-hospitalar e os aspectos de saúde da gestão de desastres e ajuda humanitária.

▪ O *International Council of Nurses* (ICN) iniciou em 21 de agosto, em Dublin, na Irlanda, sua 12ª Conferência sob o tema Prática Avançada de Enfermagem: Moldando o futuro da assistência à saúde. Em nota, o ICN [destacou](#) os elogios do Diretor-Geral da OMS e do Primeiro Ministro Irlandês à contribuição dos Enfermeiros de Prática Avançada na Conferência do ICN.

▪ A *Drugs for Neglected Diseases initiative*⁸⁸ (DNDi) realizou o [DNDi Media Workshop 2022](#), para jornalistas de saúde e ciência de toda a Ásia nos dias 24, 25 e 26 de outubro em Bangkok, Tailândia.

▪ A *Federação Internacional sobre Envelhecimento*⁸⁹ (IFA) iniciou no dia 18 de agosto de 2022 a Unidade 2 da sua série de capacitação de profissionais de saúde sobre [vacinação de adultos](#), voltada a enfrentar o aumento da apatia em relação à saúde e bem-estar dos idosos na sociedade.

▪ A *World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians*⁹⁰ (WONCA) anunciou a criação de um novo grupo de

⁸⁷ <https://www.csis.org/>

⁸⁸ <https://dndi.org/>

⁸⁹ <https://ifa.ngo/>

⁹⁰ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

interesse especial dedicado à “advocacy”. O grupo realizará, em 08 de setembro, sua primeira sessão interativa, abordando os “[Fundamentos em Advocacia Política para Medicina de Família](#)”.

▪ O *People’s Health Movement* realizou um evento online no dia 30 de agosto sobre a comercialização e privatização da atenção à saúde, destacando os desafios para os defensores do direito à saúde. O webinar *Commercialisation and privatization of healthcare: key challenges for Right to health defenders* será realizado via Zoom e transmitido pelo [YouTube](#).

Considerações finais

Apesar de apresentar uma redução nas temáticas apresentadas na quinzena, é importante destacar a ampliação dos debates em eventos importantes da agenda das OSC de interesse público e privado. Além de mobilizar diversos atores nesses espaços de diálogo e buscar influenciar ações no cenário global, as manifestações seguem atentas aos conflitos, guerras, violências, a crise ambiental, o reaparecimento de doenças já controladas e a emergências de novas doenças. Os debates de natureza política e econômica são arrefecidos e a ênfase se concentra em dimensões humanitárias e que demandam atenção urgente. Pode-se dizer que mais atenção tem sido dada às consequências dos conflitos e das crises do que ao embate.

Em busca de bases teóricas contemporâneas para compreender e projetar uma ação efetiva dos movimentos sociais de interesse público na saúde global como parte de um questionamento profundo do mundo neoliberal

Armando De Negri Filho

Considerando a dificuldade de fazer ler, em particular livros de filosofia política e teoria crítica, usaremos o recurso das sínteses ou resenhas gráficas do argentino Claudio Alvarez Terán na forma de vídeos em youtube (com links para cada obra), propondo não uma leitura isolada mas a leitura de sete livros que sendo lidos como um conjunto, formando uma totalidade, nos fazem avançar na crítica sistêmica do mundo em que vivemos e que nos permite compreender onde estamos e para onde podemos ir, transformando o lugar e o tempo em que vivemos. As obras são: “A tirania do mérito. O que aconteceu com o bem comum?” Do filósofo norte americano Michael Sandel, publicado em 2020; “A era do Vazio - ensaios sobre o individualismo pós-moderno.” Do filósofo francês Gilles Lipovetsky, 1983; “A perda da ambiguidade – sobre a univocação do mundo.” Do arabista e islamólogo alemão Thomas Bauer. 2018; “O povo sem atributos: A revolução secreta do neoliberalismo.” Da filósofa y politóloga norte americana Wendy Brown, de 2015; “Trabalhos de Merda”, do antropólogo norte americano David Graeber, em 2018; “Não sejas tu mesmo. Notas sobre uma geração cansada.” De Eudald Espluga, filósofo catalão. 2021; “Sorria ou morra, a armadilha do pensamento positivo.” De Barbara Ehrenreich. 2009.

Esses recursos didáticos e a reflexão sobre suas mensagens buscam movimentar nossas incidências com outra dimensão e intensidade. Estas produções teóricas, de diferentes campos das ciências humanas, permitem instabilizar nossa leitura acomodada na dimensão tecnocrática e despolitizadora da democracia, da saúde e das políticas econômicas e sociais, exigindo criatividade e audácia para romper os limites de nossos pensamentos e ações.

Na sequência de textos não se segue um roteiro sequencial rígido, mas sim a possibilidade de ir conectando, reiterando ou divergindo em suas visões e perspectivas. Abordando a complexidade dos fenômenos em estudo y buscando suas complementaridades e suas potenciações mútuas.

1. “A tirania do mérito. O que aconteceu com o bem comum?” Do filósofo norte americano Michael Sandel, publicado em 2020. [Libros de filosofía: La tiranía del mérito \(PDF\) - Michael J. Sandel \(xhunca.net\)](#)

<https://www.youtube.com/watch?v=O17b0mbcazk>

O professor de filosofia analisa o fracasso do sistema meritocrático e aborda a questão mais importante do nosso tempo: o que aconteceu com o bem comum? As sociedades ocidentais sofrem de dois males relacionados, desigualdade econômica e polarização política. No atoleiro resultante, parece que perdemos de vista a noção chave do bem comum. Neste trabalho fundamental, Michael J. Sandel considera como recuperá-lo. Quando há apenas vencedores e perdedores e a mobilidade social estagnou, a combinação de raiva e frustração que alimenta a polarização e o protesto populista é inevitável, além de reduzir a confiança nas instituições e em nossos concidadãos. Dessa forma, não podemos enfrentar os desafios atuais moralmente.

“A Tirania do Mérito” (Debate, 2020), argumenta que a meritocracia não só desacredita a dignidade do trabalho, mas também favorece a tendência das elites de justificar seus privilégios e olhar por cima do ombro para aqueles que não conseguiram prosperar.

2. “A era do Vazio - ensaios sobre o individualismo pós-moderno.” Do filósofo francês Gilles Lipovetsky, 1983. [Gilles Lipovetsky - La era del vacío.pdf - Google Drive](#)

<https://www.youtube.com/watch?v=h5iHuYIU7FM&t=543s>

Ampla privatização e abandono do ideológico com erosão da identidade social. Segunda revolução individualista, com mais decisões privadas. A morte do coletivo, com desenvolvimento do interesse do indivíduo. O hedonismo triunfante, regido por um vazio sem tragédia nem apocalipse. Um consumo cool que digeriu a crítica da opulência, o capitalismo hoje e’ libidinal, desejo e consumo.

O texto tenta representar em diferentes níveis o mesmo problema geral: o choque da sociedade, dos costumes, do indivíduo contemporâneo da era do consumo em massa, o surgimento de um modo sem precedentes de socialização e individualização, que rompe com o instituído desde os séculos XVII e XVIII. Uma nova forma de controle de comportamentos aparece, ao mesmo tempo que uma diversificação incomparável de modos de vida, uma impressão sistemática da esfera privada, de crenças e papéis, ou seja, uma nova fase na história do individualismo ocidental.

Esse novo processo de personalização (PDP) remodelou profundamente todos os setores da vida social, com uma perspectiva do "novo". É uma mutação sociológica global, uma combinação sinérgica de organizações e significados, de ações e valores. O processo de personalização também corresponde à fratura da socialização disciplinar, a uma sociedade flexível baseada em informação e estímulo às necessidades, sexo e à exaltação de "fatores humanos" no culto ao natural, cordialidade e senso de humor.

O processo de personalização implica uma nova forma de organização, de se comportar a partir do privado. Há novos procedimentos que contêm novos fins, valores e legitimidades sociais: valores hedonistas, respeito às diferenças, culto à libertação pessoal, relaxamento, humor e sinceridade, psicologismo, liberdade de expressão, em suma um novo significado de autonomia. A lógica individualista com "direito à liberdade" é instalada nos costumes e no cotidiano. O processo de personalização surgiu como o fim da era moderna e a união das esferas da vida social; o que nos permite falar sobre uma sociedade pós-moderna.

Na sociedade pós-modernista, reinanças de indiferença em massa, um sentimento de reiteração e estagnação, autonomia privada, inovação superficial e o futuro não são considerados ou assimilados; esta sociedade quer viver aqui e agora. Não tem ídolo ou tabu, somos governados pelo vazio, um vazio que não implica, nem tragédia nem apocalipse. Também pode-se notar uma nova era de consumo que se estende à esfera do privado; o consumo da própria existência através da propagação da mídia de massa. O futuro não terá que escolher entre as lógicas duplas características disso, graças à flexibilidade em termos de antônimos. A cultura pós-modernista expande o individualismo diversificando a escolha, anulando pontos de referência, destruindo sentidos únicos e valores mais elevados; é uma cultura despersonalizada ou "sob medida". O valor do "direito de ser realizado" predomina nesta época. [Resumen:"Lipovetsky, La Era del Vacío" | Sociología \(2005\) | UCES \(altillo.com\)](#)

3. “A perda da ambiguidade – sobre a univocação do mundo.” Do arabista e islamólogo alemão Thomas Bauer. 2018.

<https://www.youtube.com/watch?v=pdM18vDuTdl>

Um painel de alienação e exploração, permitida pela alienação e reforçada pelo exercício cada vez mais impune da exploração, com o coroamento pela violência de qualquer resistência ao hegemônico.

4. “O povo sem atributos: A revolução secreta do neoliberalismo.” Da filósofa y politóloga norte americana Wendy Brown, de 2015.

[Download El pueblo sin atributos: La secreta revolución del neoliberalismo by Wendy Brown \(zoboko.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=NCdnAQLZ7IQ&t=324s)

<https://www.youtube.com/watch?v=NCdnAQLZ7IQ&t=324s>

O resgate da democracia, a expressão da rebelião dos excluídos, presença do governo do povo, que se opõe à racionalidade neoliberal como governança e gestão... indivíduos e governos transformados em projetos econômicos, em lugar de cidadania, o neoliberalismo satura a democracia com conteúdos de mercado. Toda conduta é uma conduta econômica, só temos uma dimensão a econômica. Economiza ação de esferas e práticas que não eram econômicas - como a saúde, a educação a participação social que lhes acontece quando submetidas à razão econômica? Agora a educação serve apenas para construir capital humano, sem aspirações emancipatórias de educação cidadã. A educação fica capturada em um sentido apolítico e produz as mentalidades e habilidades para promover os interesses do neoliberalismo.

O capitalismo está derrotando a democracia. A razão neoliberal — hoje onipresente em escritórios e locais de trabalho do governo, na educação e na cultura, no lar e em uma ampla gama de atividades cotidianas — está moldando todos os aspectos da existência em termos econômicos e transformando o cidadão em um simples e explorado "homo oeconomicus". A democracia pode sobreviver nessas condições? Ainda estamos a tempo de puxar o freio de emergência antes que o neoliberalismo varra tudo? "As pessoas sem atributos" é um apelo lúcido e apaixonado contra o "senso comum" do nosso tempo. Através de uma análise minuciosa das fontes intelectuais do neoliberalismo e dos hábitos sociais e políticos que produz, Wendy Brown, uma das grandes figuras contemporâneas da teoria política, mostra com precisão incomum e angustiante o que as multidões proclamam nas ruas: a democracia está sob ataque

5. “Trabalhos de Merda”, do antropólogo norte americano David Graeber, em 2018.

[38902 Trabajos de mierda.pdf \(cdnstatics.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=-OsnrjpDWtA)

<https://www.youtube.com/watch?v=-OsnrjpDWtA>

Todos trabalhando mais, mediante trabalhos inúteis. A escolha do consumismo, permite o controle das classes dominantes pelo trabalho em áreas onde os tempos do trabalho útil são minoritários, evitando a população feliz com tempo livre, pois isso é perigoso. O paradoxo é que os gestores financeiros, assessores legais, lobistas ganham muito mais que sua utilidade social. 30% das pessoas creem que seu trabalho é inútil. Um trabalho de merda seria uma forma de emprego sem sentido, que o próprio trabalhador não consegue justificar, de tal modo que se a pessoa que o faz desaparece ninguém se daria conta e os trabalhadores que o fazem tem consciência (embora fujam dessa consciência) sobre a merdificação do seu trabalho,

eventualmente com bons salários. Diferente dos trabalhos basura, que são uteis, ainda que mal pagos e desprezados. A merdificação atinge mais os trabalhos das classes medias que das classes trabalhadoras. A merdificação do trabalho pressupõe que o tempo do trabalhador é comprado pelo empregador, que considera o ócio um delito. Uma tipologia possível dos trabalhos de merda inclui "lacayos, esbirros, parcheadores, marca casillas y supervisores". Coachs atuam dando sentido a atividades que carecem de sentido. Em contraponto, os trabalhos que beneficiam a sociedade têm ganho moral, não ganho material. Se há prazer não há trabalho... Por que a sociedade não considera esta merdificação do trabalho como um problema? Por que não podemos trabalhar 15 horas semanais como vaticinou Keynes para 2030?

6. "Não sejas tu mesmo. Notas sobre uma geração cansada." De Eudald Espluga, filósofo catalão. 2021.

<https://www.youtube.com/watch?v=G3BEu7P7IE&t=1569s>

Em "No sejas tú mesmo", o filósofo Eudald Espluga dissecou a geração millennial. Em uma chave autobiográfica e através de ícones populares, descobriremos que a fadiga e o desconforto também podem ser subversivos: tudo começa com um "não".

Cansado, fracassado, ansioso, autônomo, narcisista, precário? Como você define uma geração nascida na sombra do capitalismo voraz?

O filósofo Eudald Espluga cria em "No sejas tú mesmo" um mapa de remanescentes de uma geração cansada e superexposta aos discursos de "No sejas tú mesmo", levando a um auto aperfeiçoamento pessoal, que tem vivido como o capitalismo digital ficou sob sua pele. Através de referências populares e cotidianas, descobriremos que essa fadiga pode ser subvertida e transformada em uma forma de resistência ao neoliberalismo.

Escritas em primeira pessoa, essas notas são um convite para questionar o individualismo hiperprodutivo e empreendedor. Temos que inventar nosso próprio emprego... uma classe criativa como ideia esconde precariedade e desigualdade ... o trabalho como identidade, o contratempo laboral assumido como fracasso pessoal, a vida pessoal como matéria prima. Neoliberalismo é um regime social político e econômico, transformando tudo sob a forma empresa, inclusive os indivíduos, a gestão corporativa do eu. O mito dos garagens, os indivíduos como garagens. O modelo econômico se converte em modelo das relações sociais. Modelo de Vida, considere nossas vidas como uma forma de capital. Capital humano? Tirania afetiva e duas pessoas assalariadas, como colaboradores. A felicidade como ferramenta para controlar os trabalhadores, a internalização da hiperprodutividade.

Não podemos desconectar do mundo digital porque não há separação entre o real e o virtual. A consequência é o cansaço, a fadiga do empresário de si mesmo.

Não sejas tu mesmo, como forma de escape.

7. "Sorria ou morra, a armadilha do pensamento positivo." De Barbara Ehrenreich. 2009.

[Sonríe o muere - Concienciarte: Psicologa Madrid \(psicologosconcienciarte.es\)](http://www.psicologosconcienciarte.es)

<https://www.youtube.com/watch?v=kb9fpsybL0&t=1031s>

"Sorria ou Morra" é uma obra que denuncia a tirania do pensamento sorridente e "positivo" como uma forma contemporânea de controle social. Poucos trabalhos me parecem tão bem sucedidos quanto este para raio-x da realidade atual. Sorriso ou Morrer é uma obra que

denuncia a tirania do pensamento sorridente e "positivo" como uma forma contemporânea de controle social.

Não podemos desconectar do mundo digital porque já não há separação entre o real e o virtual. A consequência é o cansaço, a fadiga do empresário de si mesmo. Não sejas tu mesmo, se apresenta como forma de escape"

Barbara Ehrenreich, bióloga e doutora em imunologia, e também escritora e ativista experiente, parte de sua experiência como paciente de câncer de mama. Ela conta como viveu sua experiência enquanto estava em tratamento, descobrindo toda uma demonstração de "positivismo", enquanto quase não havia espaço para expressar emoções, como raiva, medo ou tristeza, que não eram bem vistas no ambiente dos afetados. E é que o discurso hegemônico com o qual ele tropeçou não foi apenas ver a doença como uma oportunidade, mas ele encontrou a verdadeira razão que sustenta toda essa positividade exagerada:

"Soube mais tarde que havia uma razão médica urgente para enfrentar o câncer com um sorriso: a "atitude positiva", presume-se, é fundamental para a recuperação. Ehrenreich nos mostra com dados empíricos que uma atitude positiva à força nem sempre é uma condição relevante para a cura. Ela fala conosco, não só da crença infundada de que se pode gerar uma doença apenas por ter pensamentos negativos. Mas também que se você não se curar, é porque você pode estar "não sendo positivo o suficiente".

"Sorria ou Morra" é implacável com a premissa mágica de que com o pensamento positivo (a mente sobre a matéria) podemos controlar tudo. Ela é especialmente crítica ao best-seller O Segredo de Rhonda Byrne. A ideia principal do livro de Byrne é a Lei da Atração: "Se você for positivo, então tudo vai dar certo, e se você não se sair bem, você estará fazendo algo errado." Quando o único fator que dá certo ou errado somos nós mesmos, os fatores sociais, estruturais e econômicos, parece que eles não têm muita importância.

Ao longo de seus capítulos, Sorriso ou Morrer nos traça uma jornada interessante. De nos contar as origens calvinistas desse pensamento (para onde passou de expiação por pecados para expiação de pensamentos negativos), passando pela contaminação dessa filosofia nas diferentes esferas sociais, religiosas, acadêmicas e econômicas dos EUA. E uma nota interessante. Para Ehrenreich, a origem da crise financeira global que surgiu em 2008 decorre da irracionalidade "positiva", que não avaliava os riscos e olhava para o outro lado, enquanto seus principais líderes viviam a toda velocidade. Aqueles que realisticamente alertaram para o possível colapso foram marcados como "negativos", e, portanto, silenciados ou deixados de lado.

A filosofia do otimismo tem muito mais sombras do que pode ser vista a olho nu. Começa a partir da premissa de que há emoções "boas" e "ruins". Mas, na realidade, toda emoção é adaptativa (para algo que temos). A coisa patológica é querer agarrar qualquer um deles sem dar espaço aos outros. Como o Sorriso ou a Morte lhe diz, é tão doentio se apegar a emoções e pensamentos tremendistas quanto ao oposto, porque em ambos os casos não podemos ver a vida de forma realista."

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul está a pleno vapor para os preparativos finais para a 11ª EXPO Global de Cooperação Sul-Sul (GSSD EXPO 2022) a ser realizada de forma híbrida, entre os dias 12 e 14 de setembro de 2022.

A GSSD Expo 2022 está sendo coorganizada pelo Governo da Tailândia e pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) e será a primeira edição a ser sediada na região da Ásia e do Pacífico e cujo tema será: “Avançando a Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”.

Os principais subtemas a serem discutidos serão os seguintes:

- Digitalização e futuro Inteligente
- Abordagens, práticas Sul-Sul, comércio e investimento alinhadas aos ODS
- Papel dos jovens e mulheres, voluntariado e empreendedorismo e parcerias Público-Privadas
- Economia criativa e turismo sustentável
- Recuperação verde, sustentabilidade ambiental e ação climática
- Segurança alimentar e cadeia de suprimentos
- Redução do risco de desastres e mudanças climáticas
- Preparação e resposta a emergências para a Saúde Pública

Segundo Destaque do UNOSSC

No início do ano já falamos mais detalhadamente sobre o Quadro Estratégico do UNOSSC para 2022–2025, porém devido a sua importância, voltamos a destacar alguns pontos importantes deste quadro estratégico.

Lembrando que este quadro visa melhorar a cooperação Sul-Sul e triangular para que os países tenham a oportunidade de acelerar suas ações em prol da Agenda 2030 e também possam lidar melhor com a pandemia do Covid-19.

Este [quadro estratégico](#) se baseia nas lições aprendidas com experiências e resultados anteriores e se concentra em cinco áreas prioritárias, são elas:

- Facilitação dos processos e relatórios intergovernamentais;
- Desenvolvimento de capacidade;
- Gestão e compartilhamento do conhecimento;
- Laboratório de soluções de cooperação Sul-Sul e triangular
- Gestão de fundos fiduciários

Essas áreas irão apoiar três produtos transversais:

Primeiro produto: 1: As políticas para o avanço da cooperação Sul-Sul e triangular serão fortalecidas por meio de apoio efetivo e baseado em evidências aos processos intergovernamentais e aos diálogos e relatórios multissetoriais.

Segundo produto: Fortalecimento da capacidade das entidades das Nações Unidas para responder às solicitações dos países em desenvolvimento para enfrentar desafios específicos de desenvolvimento na implementação da Agenda 2030 por meio da cooperação Sul-Sul e triangular.

Terceiro produto: Os países em desenvolvimento estarão habilitados a implementar a Agenda 2030 por meio do aproveitamento do intercâmbio de conhecimentos da cooperação Sul-Sul e triangular, capacitação e facilitação do desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Terceiro Destaque do UNOSSC

UNDRR GETI, UNOSSC, PAHO, WHO Joint Certificate Training Program

**Transitioning to Complex Risk Management and Resilient Urban Futures:
Harnessing South-South Cooperation and Learning From COVID-19**

23 AUGUST - 13 SEPTEMBER 2022 (EVERY TUESDAY)
08:00 NEW YORK | 14:00 GENEVA | 19:00 BANGKOK | 21:00 INCHEON

English with simultaneous interpretation in Arabic, Chinese,
French, Portuguese and Spanish

For more information, visit:
<https://www.undrr.org/event/undrr-unoss-who-paho2022>

Organized by:
PAHO World Health Organization United Nations
UNDRR

O UNOSSC, o Instituto Global de Educação e Treinamento do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR GETI), OPAS e o Programa conjunto de treinamento da OMS iniciam treinamento on-line conjunto sobre a transição para a gestão de riscos complexos e futuros urbanos resilientes: aproveitando a cooperação Sul-Sul e aprendendo com o Covid-19.

Com mais de 1.070 participantes de cerca de 140 países e territórios, a primeira sessão de “Transição para Gestão de Riscos Complexos e Futuros Urbanos Resilientes: aproveitando a Cooperação Sul-Sul e aprendendo com a COVID-19” foi realizada em 23 de agosto de 2022, com foco na introdução à redução de risco de desastres, preparação para emergências de saúde e cooperação Sul-Sul e triangular (SSTC).

O objetivo deste treinamento é fazer com que os participantes reflitam proativamente em como prosseguir e aprender com a experiência do COVID-19, identificar ações corretivas e se equipar melhor para gerenciar cenários de risco complexos.

Celso Bambaren, Chefe de Unidade, Preparação para Emergências Sanitárias do País e Regulamento Sanitário Internacional da OPAS/OMS, afirmou que os governos locais têm um papel fundamental na resposta às emergências de saúde e devem garantir uma recuperação equitativa para alcançar o acesso universal à saúde.

Para proteger e melhorar a vida da população das cidades e garantir que o progresso do desenvolvimento promova a resiliência, as cidades devem investir no fortalecimento da infraestrutura e serviços de saúde, adotando políticas e planos integrados que levem em consideração grupos vulneráveis por idade, gênero e deficiência, com foco em áreas de assentamentos marginais e que promovam a inclusão sanitária antes, durante e depois de uma emergência ou desastre.

Relacionado aos ODS, 1, 3, 11, 13 e 17, o evento ocorrerá todas as terças-feiras de 23 de agosto a 13 de setembro de 2022, com tradução para Árabe, chinês, francês, português e espanhol.

Para saber mais, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁹¹, Nairóbi (UNEP)⁹², Paris (UNESCO)⁹³, Roma (FAO/IFAD)⁹⁴, Viena (UNIDO)⁹⁵ e Washington ((G-24)⁹⁶.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 15 e 28 de agosto de 2022, o G-77 e a China participaram de uma reunião da AGNU no dia 16 de agosto.

New York, 16 de agosto de 2022

Declaração feita pelo Sr Muhammad Imran Khan, Conselheiro da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a consulta informal sobre o projeto de resolução de modalidades para a “Cúpula do Futuro”

O G-77 e a China manifestaram seu desagrado sobre esta consulta estar sendo realizada durante o período de férias, pois muitas delegações menores não conseguem participar de todas

⁹¹ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁹² UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁹³ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁹⁴ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁹⁵ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁹⁶ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

as atividades ainda em andamento na AGNU. O Grupo insiste que as discussões devam ser bem amplas e abrangentes o suficiente para acomodar as considerações das delegações menores do G-77, já que ainda estão em andamento, processos paralelos como a criação do Escritório das Nações Unidas para a Juventude, o esboço da Declaração sobre as Gerações Futuras, assim como outros assuntos, tais como a BBNJ, ou seja, a discussão sobre a diversidade biológica marinha de áreas além da jurisdição nacional.

A seguir o G-77 e a China fizeram algumas considerações no texto do documento, como:

- Manter o texto original e aprovado em plenária do relatório sobre “Nossa Agenda Comum”⁹⁷.
- Fortalecer a solidariedade, cooperação internacional e a capacidade das Nações Unidas.
- Necessidade de trabalhar juntos para alcançar as metas e marcos acordados, como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas levando em consideração as respectivas capacidades nacionais.
- Recomendações incluídas no relatório “Nossa Agenda Comum” podem contribuir para acelerar a implementação dos ODS, a Agenda 2030 e a Agenda de Ação de Adis Abeba.

Além disso, o G-77 e a China gostariam de chamar a atenção para o resumo das cinco consultas temáticas convocadas pelo Presidente da AGNU em conexão com o Relatório “Nossa Agenda Comum”.

1ª Consulta temática: Acelerar e ampliar os ODS, sem deixar ninguém para trás realizada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2022.

2ª Consulta temática: Acelerar os ODS por meio de financiamento sustentável e confiança realizada nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2022.

3ª Consulta temática: Estruturas para um mundo pacífico – promovendo a paz, o direito internacional e a cooperação digital realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2022.

4ª Consulta temática: Proteger nosso planeta e estar preparado para o futuro realizada nos dias 3 e 4 de março de 2022.

5ª Consulta temática: Fortalecendo a Cooperação Interacional realizada nos dias 7 e 8 de março de 2022.

Na mesma linha, o G-77 e a China gostariam de enfatizar que a Cúpula do Futuro e o processo preparatório deveriam ser finalizados por meio de negociações intergovernamentais e reforçam uma vez mais, que há vários outros eventos de alto nível programados para 2023, como a Cúpula dos ODS, o Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde. Portanto, a Cúpula do Futuro deve ser complementar e não competir com estes eventos. Organizar bem as datas dos processos de negociações e manter o dinamismo visto durante as consultas sobre “Nossa Agenda Comum” é um desafio particular para as delegações menores do G-77, enfatizando que os Estados Membros devem ter tempo e oportunidade necessários para discutir e deliberar sobre os temas durante as negociações para o documento final.

⁹⁷ “Nossa Agenda Comum” é uma agenda de ação destinada a acelerar a implementação dos acordos existentes, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Grupo também destaca a importância de alcançar os ODS e garantir sinergias entre a Cúpula dos ODS e a Cúpula do Futuro, observando que o tempo será escasso para refletir sobre qualquer outro relatório adicional.

O Grupo também solicita ao secretariado que apoie a organização da Cúpula do Futuro dentro dos recursos existentes e incentiva os Estados e doadores internacionais, bem como o setor privado, instituições financeiras, fundações e outros doadores a apoiar a participação de representantes de países em desenvolvimento, pois é importante ressaltar que a Cúpula do Futuro deve garantir a inclusão sem deixar ninguém para trás.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaques do MNA



O Azerbaijão parabenizou cordialmente a Ucrânia pelo Dia Nacional de sua independência no dia 24 de agosto e estendeu seus melhores votos para o futuro, paz e prosperidade do país.

No Twitter ainda muita repercussão sobre a Organização de Jovens do MNA e a Cúpula da Juventude do MNA que ocorreu entre os dias 25 a 29 de julho de 2022 em Baku, capital do Azerbaijão. O objetivo da Cúpula foi promover o dialogo interativo entre os jovens participantes, sobre vários temas globais atuais e contribuir para fortalecer suas vozes no cenário político global de hoje e amanhã.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaque do South Centre relacionado ao Direito Humano

O Direito Humano à Ciência: Da Fragmentação à Implementação Integral?



Nos tempos em que o papel da ciência na sociedade tem sido mais debatido do que nunca de forma polarizada, politizada e parcial, qual é o papel do direito humano à ciência e das abordagens baseadas em direitos?

O direito à ciência continua mal compreendido e negligenciado nos processos nacionais e globais de direitos humanos. Além de defender a liberdade de expressão científica, defender o direito à ciência é sem dúvida fundamental para resolver os principais desafios de sustentabilidade de nossos tempos, desde as mudanças climáticas e a crise da biodiversidade até a saúde global

e as pandemias.

A pandemia global do COVID-19 revelou desigualdades globais persistentes, principalmente em termos de como a privatização da ciência e os atuais regimes de propriedade intelectual impedem respostas justas e equitativas para acessar a ciência e seus benefícios. Isso leva à necessidade de uma mudança de abordagens de questão única para um tratamento abrangente e sistemático do direito à ciência como um conjunto de direitos humanos em várias arenas para combater a fragmentação e as tendências de compartimentalização.

Para ler esta pesquisa, na íntegra, [clique aqui](#).

No G7, Alemanha em busca de gás; no G20, Fiocruz e outras instituições apresentam suas experiências de produção local. OCDE publica novo relatório econômico

Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar

G7

Na última quinzena, não houve grandes novidades no âmbito do G7. Houve uma visita de Olaf Scholz ao Canadá, em que se firmou uma colaboração internacional através do Rapid Response Mechanism (RRM) do G7 a fim de combater a desinformação propagada pela Rússia. Além disso, Justin Trudeau reforçou sua contribuição baseada em USD 52 milhões com o objetivo de reduzir a insegurança alimentar dos ucranianos acarretada pela guerra. De forma a investir no armazenamento e equipamentos, o governo canadense pretende dar apoio à subsistência de cerca de 4.800 pessoas, inclusive deslocados internos. Com esse encontro, Alemanha e Canadá reafirmaram seu compromisso de restauração da soberania, integridade territorial e independência da Ucrânia⁹⁸.

No entanto, a finalidade da visita, de acordo com algumas fontes, foi a tentativa de alcançar a substituição total do gás russo, com o apoio do fornecimento do Gás Natural Liquefeito (GNL) do quinto maior produtor do mundo. A negociação não obteve o sucesso esperado, por alguns motivos: o aperto regulatório e obstáculos climáticos; necessidade de apoio de grupos e povos indígenas; dificuldade com isso de atingir as metas de emissões líquidas zero até 2050; questionamentos acerca da lucratividade; tempo de instalação de gasodutos; e demonstração de foco na exportação de hidrogênio, ao invés do GNL. O governo aparenta estar dividido: "O próprio governo está muito dividido entre o foco na descarbonização e o apoio a outro projeto de combustíveis fósseis, e esse é o problema" diz uma fonte⁹⁹.

Por um lado, a Alemanha se constitui como um dos países que mais investe no discurso de energia limpa e está à frente quando se trata da variação da base energética com fontes renováveis, ao mesmo tempo busca ações rápidas e mostra-se desesperada por substituir seu maior importador de gás, a Rússia. Na volta das atividades, o Grupo retomará seus debates voltados para a agenda climática e desenvolvimento sustentável, o que causará um certo conflito entre discurso e prática. De acordo com o calendário compilado abaixo, o grupo começa com o seu Think Tank em 30 de agosto, como prévia dos encontros dos ministros do G7.

Think 7
30 August: Think7 Workshop on the Trade-Climate-Agenda ahead of the G7 Trade Ministers' meeting.

⁹⁸ Prime Minister announces additional support for Ukraine. 2022. Disponível em: <<https://pm.gc.ca/en/news/news-releases/2022/08/23/prime-minister-announces-additional-support-ukraine>>. Acesso em: 26/08/2022.

⁹⁹ Winter is coming but Germany's Scholz leaves Canada with no promises for LNG. 2022. Disponível em: <<https://www.hellenicshippingnews.com/winter-is-coming-but-germanys-scholz-leaves-canada-with-no-promises-for-lng/>>. Acesso em 26/08/2022.

G7 Ministers

13/14 September: Ministers for Sustainable Urban Development

14/15 September: Trade Ministers

13 October (tbc): Finance Ministers and Central Bank Governors

13/14 October (tbc): Gender Equality Ministers

End of October (tbc): Interior Ministers

Beginning of November: Foreign Ministers

December: Finance Ministers and Central Bank Governors (tbc)

Fonte: Think 7. Disponível em: <<https://www.think7.org/events/current-events/>>. Acesso em: 26/08/2022.

G20: A Pandemia Silenciosa da Resistência Antimicrobiana e a Agenda de Empoderamento Feminino no G20.

Discussões sobre maneiras de fortalecer a arquitetura global de saúde são recorrentes no âmbito do G20 e, ao longo do ano, três agendas têm sido particularmente privilegiadas: (i) fortalecer a resiliência do sistema global de saúde; (ii) alinhar os padrões de protocolos de saúde; e (iii) expandir geograficamente os centros de fabricação e pesquisa para prevenção, preparação e resposta às futuras pandemias. À vista disso, aconteceram entre os dias 22 e 24 de agosto alguns encontros que fomentaram essa temática.

O primeiro deles, foi a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde (WHG) que ocorreu em Bali, sob a coordenação do Ministro da Saúde da Indonésia, Budi Gunadi Sadikin¹⁰⁰. O Ministro, em sua fala de abertura, utilizou de uma antiga filosofia balinesa conhecida como “*Tat Twam Asi*” para ilustrar a maneira pela qual os desafios trazidos pela pandemia devem ser enfrentados¹⁰¹. Em tradução literal, a frase significa “eu sou você, você sou eu”. Assim, é entendido que para solucionar esses entraves, os princípios da igualdade devem ser perseguidos e aplicados, tanto na pesquisa, quanto na fabricação de medicamentos e vacinas, uma vez que, se não existirem capacidades e condições iguais em todo o mundo, a pandemia dificilmente será interrompida. Tal reflexão reforça o mote adotado pela presidência indonésia de “recuperar juntos, para recuperar mais fortes” e é evidenciada nos objetivos da reunião.

Nesse sentido, o primeiro deles é o de estabelecer um centro de fabricação de vacinas, terapias e ferramentas de diagnóstico (VTD) e um centro de pesquisa colaborativa para apoiar o desenvolvimento e fortalecimento desses mecanismos, sobretudo em países de baixa e média renda (LMICs). A segunda meta é a de compartilhar e harmonizar mecanismos regulatórios para facilitar o processo global de capacitação e acelerar a disponibilidade de VTD durante

¹⁰⁰ 3rd HWG Meeting Calls for International Support to Improve Research and Manufacturing Capacity. **G20**. 23 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/3rd-hwg-meeting-calls-for-international-support-to-improve-research-and-manufacturing-capacity/>> Acesso em: 26 ago 2022.

¹⁰¹ Tat Twam Asi: Balinese Philosophy Reflects Global Cooperation To Face Pandemic. **G20**. 22 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/tat-twam-asi-balinese-philosophy-reflects-global-cooperation-to-face-pandemic/>> Acesso em: 26 ago 2022.

emergências de saúde pública. Por fim, o terceiro objetivo é o de obter um acordo sobre o estabelecimento de uma colaboração de ensaios clínicos multicêntricos de VTD para apoiar a fabricação colaborativa e centros de pesquisa entre os países do G20 para esforços de prevenção, preparação e resposta a pandemias.

Como coloca Budi: “é nossa responsabilidade compartilhada aproveitar esse momento para expandir uma capacidade de pesquisa e de produção que seja justa e equitativa nos esforços globais de prevenção, preparação e resposta”.

Figura 1: Participantes da 3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde em Bali



Fonte: G20, 2022.

Além dos participantes presenciais, alguns países membros, como o Brasil e Canadá, participaram virtualmente, e foram convidadas algumas instituições estratégicas para compartilharem brevemente suas experiências e lições aprendidas na produção local de vacinas, terapêuticas e diagnósticos para a Covid-19. Dentre as instituições convidadas da Índia, China, Argentina, Alemanha, Coreia do Sul, EUA, África do Sul, e Reino Unido, estava a Fiocruz, pelo Brasil. O Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde, Marco Krieger apresentou a experiência, em participação virtual, apoiado por Pedro Burger e Lucia Marques, do Centro de Relações Internacionais em Saúde. No entanto, assim como os demais convidados, a Fiocruz teve apenas cinco minutos para apresentar seu tema: “Lições aprendidas da Fiocruz no desenvolvimento de VTD, assegurando a pesquisa sustentável nas atividades de fabricação”, não sendo possível maior aprofundamento.

Na esteira desses acontecimentos, outro evento que recebeu destaque foi o promovido pelo Ministro Adjunto da Saúde da Indonésia, Dr. Dante Saksono Harbuwono, para abordar a

regulamentação do uso de antibióticos frente à crescente prevalência de casos de resistência antimicrobiana (AMR) – referida como uma pandemia silenciosa¹⁰².

O uso desenfreado de antibióticos provenientes de protocolos de tratamento indiscriminados, da venda sem receita médica e do consumo de animais e plantas que frequentemente fazem uso da medicação, resultou na evolução da resistência antimicrobiana. Além de dificultar o tratamento de doenças e encarecer o custo dos procedimentos, que se tornam mais arriscados, em um pior cenário, na medida em que mais doenças se tornam intratáveis, o quadro pode levar à morte. Atualmente, cerca de 1,27 milhão de pessoas morrem por ano em decorrência de infecções de patógenos resistentes a esses medicamentos.

Como observamos na pandemia de Covid-19, os efeitos dessas crises não ficam restritos apenas à área da saúde e impactam diversos setores como a economia – comprometendo até mesmo o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Especialistas estimam que a AMR pode causar uma diminuição no PIB global em 3,8% por ano até 2050. Para evitar que isso aconteça, o Ministro Adjunto ressalta a importância da implementação conjunta de políticas, leis e compromissos contínuos, a nível nacional e global, para garantir o acesso responsável ao uso de antibióticos¹⁰³. O G20 é visto como uma ótima plataforma para mobilizar esses diálogos e iniciativas e é esperado um comprometimento por parte dos membros do bloco.

O investimento em pesquisa, capacitação e utilização de tecnologia são soluções mencionadas, principalmente no que diz respeito ao aumento da capacidade laboratorial, no monitoramento transversal do uso e consumo de antibióticos, e no incentivo à pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas, e ferramentas de diagnóstico (VTD). Medidas mais amplas de prevenção e controle de infecções também são importantes. De maneira complementar, a abordagem da Saúde Única (*One Health*) é mencionada pelo Ministro da Agricultura da Indonésia, Syahrul Yasin Limpo, como uma das soluções para garantir que todas as partes interessadas de diferentes setores possam trabalhar juntas para resolver esse problema de saúde. Syahrul ainda chama atenção para o fato de que a resistência antimicrobiana é uma séria ameaça à sustentabilidade da segurança alimentar nos setores de pecuária e saúde animal.

Para além dos efeitos da pandemia de Covid-19 no setor da saúde, abordados com destaque em fóruns internacionais, outros campos sofreram grandes impactos e, entre eles, é fato que as mulheres foram significativamente afetadas de modo díspar no período pandêmico. Seja, por exemplo, pela maior vulnerabilidade a demissões, pelo aumento de vítimas de violência, ou mesmo pelo acúmulo de funções e fardos ligados ao lar e ao trabalho de cuidado não remunerado. Dessa forma, outro enfoque nesta quinzena foi a Conferência Ministerial do G20 sobre Empoderamento Feminino (G20 CMEF), que ocorreu entre os dias 24 e 25 de agosto

¹⁰² Preventing the Silent Pandemic, the Government of Indonesia and G20 Countries Regulate the Use of Antibiotics. **G20**. 24 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/preventing-the-silent-pandemic-the-government-of-indonesia-and-g20-countries-regulate-the-use-of-antibiotics/>> Acesso em: 26 ago 2022.

¹⁰³ Deputy Health Minister Appeals for Joint-Measures to Tackle Antimicrobial Resistance. **G20**. 24 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/deputy-health-minister-appeals-for-joint-measures-to-tackle-antimicrobial-resistance/>> Acesso em: 26 ago 2022.

em Nusa Dua, na região sul de Bali, sob o tema de “Recuperar Juntos, Recuperar Mais Forte para Diminuir a Disparidade de Gênero”¹⁰⁴.

Três eixos principais foram frisados nas discussões derivadas, como pontuado por Lenny Rosalin, Vice Ministra de Igualdade de Gênero no MoWECF¹⁰⁵ e Presidente do 20 CMEF 2022: (i) os aspectos econômicos no tratamento pós COVID-19 e as oportunidades perdidas no mercado de trabalho; (ii) a diminuição da disparidade de gênero no meio digital e a participação feminina na economia digital e no futuro do trabalho; e (iii) o empreendedorismo feminino como mecanismo de aceleração da igualdade e da recuperação econômica¹⁰⁶. Esses pontos são considerados, então, de grande importância para o desenho de políticas voltadas a mitigar as taxas de desemprego e a pobreza feminina durante a pandemia, além de estimular uma maior visibilidade e empoderamento da mulher nos setores de desenvolvimento, ainda que feitas a partir de abordagens econômicas liberais para atingir tal objetivo.

Como um dos produtos dos diálogos promovidos na Conferência, o grupo de engajamento Women-20 (W20) junto à iniciativa G20 Empower, relacionada ao empoderamento e colaboração entre setor público e privado, formularam e submeteram recomendações técnicas para encorajar o comprometimento dos países membros do bloco com pautas de empoderamento feminino¹⁰⁷. Em formato de Plano de Ação, o G20 Empower buscou ressaltar três focos prioritários: o *accountability* para a implementação de indicadores-chave de performance com um painel para medir a efetividade da liderança feminina no setor privado; o aperfeiçoamento de habilidades e apoio para a incentivar o setor privado a assistir no financiamento de Pequenas, Micro e Médias Empresas (PMMEs) dirigidas por mulheres; e o fomento para construção de resiliência digital e habilidades digitais para mulheres que dirigem PMMEs.

Figura 2: Entrega do Documento com as Recomendações no Evento do G20 CMEF



¹⁰⁴ MoWECF: G20 Ministerial Conference on Women’s Empowerment (G20 MCWE) Rises Three Main Issues for Women. **G20**. 23 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/mowecp-g20-ministerial-conference-on-womens-empowerment-g20-mcwe-rises-three-main-issues-for-women/>> Acesso em: 26 ago 2022.

¹⁰⁵ Ministério de Empoderamento Feminino e Proteção da Criança (MoWECF).

¹⁰⁶ Minister for WECF Opens G20 Ministerial Conference on Women’s Empowerment (G20 MCWE). **G20**. 24 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/minister-for-wecp-opens-g20-ministerial-conference-on-womens-empowerment-g20-mcwe/>> Acesso em: 26 ago 2022.

¹⁰⁷ Submission of Technical Recommendations from G20 Empower and Woman20 at the G20 MCWE. **G20**. 24 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/submission-of-technical-recommendations-from-g20-empower-and-woman20-at-the-g20-mcwe/>> Acesso em: 26 ago 2022.

Já o W20 (grupo de engajamento Women 20) salientou em suas recomendações os seguintes pontos: o aumento do acesso para mulheres e meninas aos serviços de saúde, propriedade da terra e serviços para mulheres com deficiências e de áreas rurais; a melhoria da infraestrutura e do acesso digital em investimento e tecnologia; o incentivo de políticas para eliminar a discriminação e desenvolvimento de dados desagregados por gênero; a transparência de dados; o monitoramento de indicadores de iniciativas bem-sucedidas; o fornecimento de educação e habilidades para eliminar preconceitos e estereótipos de gênero que afetem mulheres; e o aumento da participação de mulheres na força de trabalho e a redução da diferença salarial entre gêneros.

OCDE

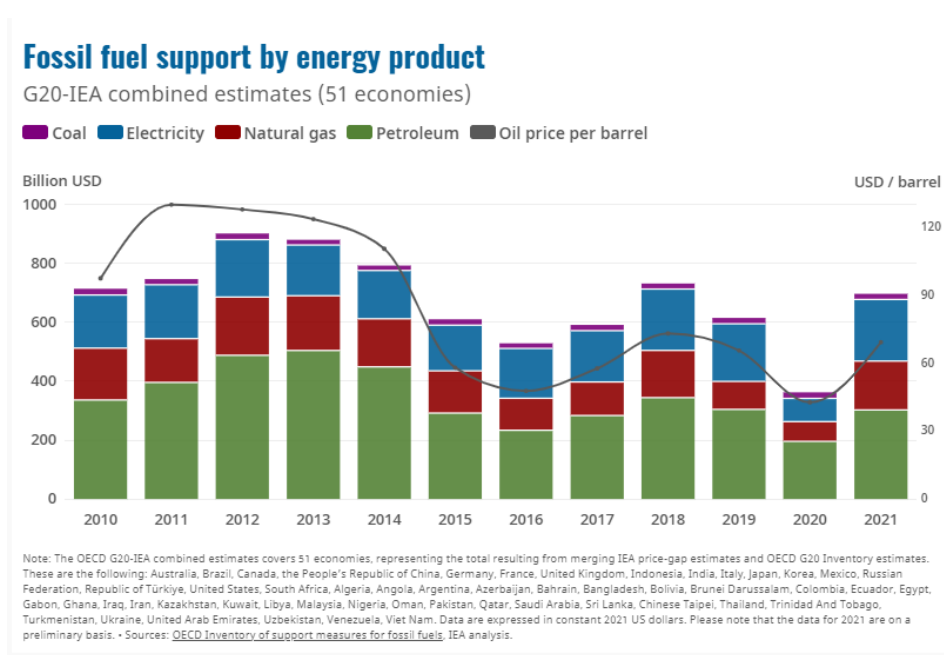
A OCDE publicou o índice de crescimento dos países do bloco e do G20 no segundo trimestre de 2022¹⁰⁸, constatando que os países integrantes da OCDE obtiveram um crescimento de apenas 0,3% no PIB, de forma geral. Já importações e exportações tiveram um aumento de 2,1% e 2,6%, porém em percentuais menores que o trimestre passado, de 4,8% e 6,2%. Em relação a serviços, a região asiática, em razão de medidas de confinamento, realizou uma menor troca de serviços, porém, na América do Norte houve um crescimento de troca de serviços impulsionada pela retomada de viagens. Na Europa, houve uma diminuição no ritmo de prestação de serviços, sendo que na Alemanha houve um aumento de importação de serviços, em 4,6%, e na França o aumento na prestação de serviços se deu em relação a viagens e transporte.

Pela primeira vez desde o primeiro trimestre de 2020, a China demonstrou uma queda na importação e exportação de serviços, com queda de 8,1% de exportações e 3,3% de importações. Observamos então uma flutuação nos índices de trocas comerciais influenciadas pelos fatores de choque, seja em razão da pandemia, seja em razão da guerra na Ucrânia, que vem trazendo impactos e consequências em escala global, principalmente no comércio internacional. Assim os países do G20 também apresentaram queda nas trocas comerciais e de serviços em relação aos trimestres anteriores.



¹⁰⁸ <https://www.oecd.org/sdd/na/GDP-Growth-Q222.pdf>, com acesso em 29 de agosto de 2022.

Além das questões econômicas, o apoio à energia derivada de combustíveis fósseis dobrou no ano de 2021¹⁰⁹, conforme relatório publicado pela OCDE em 29 de agosto de 2022, principalmente pela demanda e consumo por países de grandes economias de carvão, petróleo e gases naturais, na tentativa de barrar o aumento do preço de energia, principalmente em países dependentes da energia proveniente da Rússia, que vem utilizando seu fornecimento energético como moeda de troca em relação aos embargos consequentes de sua decisão de iniciar hostilidades na Ucrânia. Há uma preocupação em seguir os objetivos de neutralidade de carbono concomitantemente à barragem de aumento de preços de energia, conforme manifestada pelo Secretário Geral da OCDE, Mathias Cormann, porém há uma estimativa que das 51 maiores economias do mundo, entre membros da OCDE, G20, assim como outras 33 grandes economias produtoras e consumidoras de energia, estas correspondem a 85% do armazenamento total de energia do mundo, ou seja, hoje também são os grandes obstáculos ao alcance da meta de neutralidade de carbono. Assim, o apoio à energia não renovável chegou a incentivos de 190 bilhões de dólares em 2021 e 147 bilhões de dólares em 2020.



A guerra entre Rússia e Ucrânia continua trazendo impactos, principalmente no que tange energia, fomentando uma pressão inflacionária em produtos. Já na Ásia, as medidas de confinamento tiveram um impacto forte, já que houve uma grande ruptura nas cadeias produtivas da região. As cadeias produtivas de produtos e serviços vêm sofrendo flutuação e impactos em seu fluxo dadas as incertezas em cadeias produtivas e fatores geopolíticos trazidos pela guerra na Ucrânia.

¹⁰⁹ <https://www.oecd.org/newsroom/support-for-fossil-fuels-almost-doubled-in-2021-slowing-progress-toward-international-climate-goals-according-to-new-analysis-from-oecd-and-iea.htm>, com acesso em 29 de agosto de 2022.

Política Externa Chinesa e a Cooperação Sino-Russa no cenário de mudança da ordem internacional

Claudia Hoirsch

O pensamento de Xi quanto à Política Externa e a Cooperação Sino-Russa no cenário de mudança da ordem internacional

As mudanças na ordem internacional representam uma grande mudança nestes últimos cem anos. O pensamento de política externa de Xi é o princípio orientador da diplomacia chinesa, pois reflete as abordagens da China às relações internacionais, à política de grande potência e às instituições internacionais.

A estreita relação entre a China e a Rússia é uma das características mais marcantes da evolução das relações internacionais no início do século XXI. Ao mesmo tempo, a mudança da ordem internacional também criou áreas para a cooperação sino-russa.

Pensamento de Política Externa de Jinping: Do Regional ao Global

Quando se trata da compreensão da China sobre a ordem internacional atual, o pensamento de política externa de Xi Jinping consiste em três conceitos principais:

O primeiro conceito é a diplomacia de grande potência com características chinesas. A China enfatiza a natureza não conflituosa das relações sino-americanas, a estabilidade das relações sino-europeias e a possibilidade de cooperação nas relações sino-russas. No entanto, os EUA consideram a China seu principal concorrente, então, o principal objetivo de Pequim é evitar que as relações bilaterais rompam a "linha vermelha". Na interação com a Europa, ambas as partes devem continuar a desenvolver laços econômicos e facilitar a interação entre os mercados. Na cooperação entre a China e a Rússia, os dois países reconhecem que "a amizade não tem fronteiras e não há zonas proibidas em cooperação" e que "não é direcionada contra países-terceiros". Portanto, apesar das dificuldades na cooperação econômica entre a China e a Rússia sob a influência das sanções ocidentais e da situação internacional, Pequim ainda considera as relações sino-russas como um "modelo clássico de grandes relações de poder".

O segundo conceito é a Comunidade de Destino Comum da Humanidade (CDCH) ou Comunidade com Futuro Compartilhado. Pequim acredita que será capaz de exercer mais influência sobre as instituições internacionais; inclusive já criou inúmeras estruturas de cooperação, como a iniciativa BRI e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). No âmbito da Comunidade com Futuro Compartilhado, os países podem formar uma interdependência com os países do Leste Asiático.

O terceiro conceito são as relações internacionais de um novo tipo que sejam capazes de enfrentar os novos desafios do século XXI, para tanto é necessário a participação ativa do país na governança global como uma fonte de legitimidade do país no sistema internacional. Tanto é que, Pequim vem demonstrando uma atitude mais ativa em relação aos problemas globais.

Mudando o Equilíbrio Internacional de Poder

Existem três elementos na criação de uma ordem internacional: a estrutura de poder, a ideia orientadora e as instituições internacionais, sendo que nos últimos anos, a ordem internacional passou por uma evolução acelerada em relação a dois elementos:

Primeiro, um processo de bipolarização EUA-China. Os EUA veem a China como o único país capaz de desafiar seu domínio no futuro. Entretanto, os laços econômicos, políticos e de segurança entre os dois países impossibilitam o término de envolvimento com a China. Em vista disso, dois sistemas hierárquicos surgiram na região da Ásia-Pacífico: um sistema de segurança centrado nos EUA e um sistema econômico centrado na China. A grande maioria dos estados médios e pequenos mantém laços estreitos com os EUA e a China e não quer escolher um lado. Por outro lado, a essência da parceria sino-russa é baseada na "igualdade, consideração dos interesses de cada um e o não-direcionamento contra estados terceiros", o que evita o confronto estratégico.

Em segundo lugar, há a diversificação das instituições de cooperação plurilateral. Por muito tempo, as instituições internacionais que os EUA e a Europa criaram, serviram como uma forma de participação no mercado mundial e na cadeia produtiva de vários países. Mas à medida que os mercados emergentes aumentam e a aumenta a influência da China na governança internacional, as instituições de cooperação plurilateral estão se diversificando e a concorrência entre elas está surgindo. Por exemplo, no leste da Ásia, há a iniciativa chinesa BRI e as iniciativas Parceria Global de Infraestrutura e o Quadro econômico Indo-Pacífico (IPEF)¹¹⁰ apresentadas pelo governo Biden para tentar dissociar os países do Indo-Pacífico da economia chinesa. Há também a União Europeia, liderada pelos países da Europa Ocidental, e a União Econômica Eurasiática, da qual a Rússia é o núcleo. O surgimento de instituições tão diversas de cooperação plurilateral aumentou a incerteza do desenvolvimento futuro da globalização.

Cooperação sino-russa e a evolução da ordem internacional

A mudança do conceito de diplomacia chinesa e a evolução da ordem internacional estão moldando a política da China em relação à Rússia. Neste contexto, as relações sino-russas devem ser direcionadas para uma busca de novas áreas de cooperação:

Para mudar a estrutura de poder da ordem internacional, o apoio ao desenvolvimento de parcerias estratégicas sino-russas é um componente-chave da diplomacia chinesa. O atual conflito na Ucrânia não só mudou muito o ambiente de segurança da Rússia, mas também teve um grande impacto nas relações internacionais na região da Ásia-Pacífico. Em tais circunstâncias, a China e a Rússia estão buscando a cooperação em alguns aspectos. Evitar a "OTANização" do ambiente de segurança do Leste Asiático e fortalecer a cooperação trilateral entre a China, a Rússia e a Índia a fim de desempenhar um papel importante na prevenção da escalada do confronto e estabilizar as relações entre as grandes potências.

China e a Rússia podem construir a "Comunidade de Destino Comum para a Humanidade". Sanções de alta intensidade dos EUA e do Ocidente criarão obstáculos para o futuro desenvolvimento científico e tecnológico da Rússia, ao mesmo tempo que a concorrência entre os EUA e a China na esfera de alta tecnologia continua acirrada. Então, China e a Rússia precisam cooperar no campo de semicondutores, IA e alta tecnologia. Mudanças climáticas¹¹¹, transformação energética e o desenvolvimento verde também devem se tornar novas áreas de cooperação sino-russa.

¹¹⁰ Austrália, Brunei, Índia, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Essas nações com os EUA, representam 40% do PIB global.

¹¹¹ A mudança climática é um tópico importante pois fortalecerá a posição de Moscou e Pequim na futura revolução científica e tecnológica.

A China e a Rússia podem contribuir na articulação das instituições plurilaterais para o desenvolvimento de "um novo tipo de relações internacionais". Atualmente, novos formatos de cooperação regional estão surgindo na região da Ásia-Pacífico, incluindo Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP) e o Quadro Econômico Indo-Pacífico (IPEF). Pequim e Moscou são capazes de manter a estabilidade da cadeia produtiva conectando suas instituições plurilaterais. Isso inclui o aprofundamento da cooperação entre a Rússia e a RCEP, para que a Rússia atue como um parceiro-chave na promoção do desenvolvimento econômico na região da Ásia-Pacífico. Ao mesmo tempo, a China e a Rússia também podem continuar a promover uma ideia de zona de livre comércio como parte da interface entre a BRI e a União Econômica Eurasiática (UEE), a fim de fortalecer a estabilidade geoeconômica no coração da região da Eurásia.

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Apresentação

A profunda crise sanitária e social desencadeada pela pandemia da Covid-19 levou à grande deterioração nas condições de vida da população. No terceiro ano da pandemia, a CEPAL projeta um abrandamento da retomada econômica, apesar dos sinais de recuperação da crise durante o ano de 2021.

Em paralelo, observa-se a premente necessidade de aumentar os gastos públicos em saúde para enfrentar as mudanças estruturais necessárias para ser mais resiliente diante de novas crises.

Por tanto, os países têm o desafio da parca retomada econômica do presente ano, ao passo que a pandemia veio ressaltar a urgência de investir em sistemas de saúde universais, sustentáveis e resilientes – articulados com sistemas de proteção social eficientes, diante das novas crises que podem surgir. Ficou claro durante a atual pandemia que as desigualdades estruturais refletidas na distribuição desigual dos determinantes sociais da saúde nos países da região aumentaram os riscos de contágio e morte por Covid-19.

Nesse sentido, a atual crise é uma oportunidade para que os gestores dos países da região entendam a centralidade da saúde para o desenvolvimento social e econômico da América Latina e do mundo.

Seminário Internacional Comunidade de Estados Latino Americanos e do Caribe CELAC e Banco de Desenvolvimento de América Latina: O Futuro da Integração Regional

Em 18 de agosto, foi realizado o Seminário Internacional da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe e do Banco de Desenvolvimento de América Latina, sob a presidência Pro Tempore argentina da CELAC. A Argentina procurou criar um espaço de debate em torno das oportunidades e desafios presentes e futuros da integração da América Latina e do Caribe e o impacto do atual cenário global no modelo de desenvolvimento da região.

O evento foi composto por três painéis plurais formados por figuras de destaque no campo da integração regional. Da mesma forma, participaram representantes da sociedade civil, do mundo acadêmico, organizações multilaterais e líderes políticos.

O Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Santiago Cafiero, e o Presidente Executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina, Sergio Díaz Granados, abriram o evento. O Chanceler Cafiero observou que o encontro tinha como objetivo refletir sobre a integração latino-americana e caribenha e futuro da integração escutando a especialistas e líderes para construir uma região mais unida: *“Somos uma zona de paz em um mundo onde a globalização acabou com as guerras localizadas. Há décadas resolvemos nossos problemas com poucos conflitos fronteiriços, por meio do diálogo e da negociação. Damos certeza no fornecimento de matéria-prima para o resto do planeta. Os povos latino-americanos e caribenhos sabem que somente unidos na diversidade poderemos gerar empregos locais e exportar produtos cada vez mais caros por seu valor, cada vez mais*

*variados em termos de oferta e cada vez mais diversificados por seu destino final. não deve ser uma condenação e por isso não nos resignamos a ser o continente mais desigual do mundo”.*¹¹²

No Painel 1¹¹³ – “América Latina e Caribe – Diversidades e consensos para a integração”, abordou-se a natureza da integração em uma região que engloba diversas realidades econômicas, sociais e políticas. Foram abordados os desafios apresentados pelo atual contexto internacional; a região como zona de paz: sua contribuição para o sistema internacional; e integração regional, o desafio da desigualdade e as oportunidades de desenvolvimento. Este painel teve como palestrantes Pepe Mujica; Ernest Samper; Celso Amorim; Beatriz Paredes; Didaco Júlio.

No Painel 2¹¹⁴ - “A integração econômica e política em um sistema internacional em crise”, foi abordado o desafio da região diante de um contexto social, econômico e político dinâmico, marcado pela realidade do pós-pandemia e as consequências do conflito atual. Foram analisados os desafios e oportunidades dos modelos de desenvolvimento regional; a questão de alimentos e energia e se a região pode ter uma agenda comum diante da crise; obstáculos à integração regional: política, social e econômica. Os palestrantes foram: Marco Enríquez Ominami; José Luis Rodríguez Zapatero; Vinício Cereja; Sérgio Diaz Granados; Alicia Barcena; José Miguel Insulza.

No Painel 3¹¹⁵ - “O papel das organizações multilaterais, sociedade civil e academia na integração”, foi abordada a perspectiva de atores não estatais sobre os problemas e desafios da integração regional diante de um sistema internacional em transformação. a região diante da incerteza de um sistema internacional em transformação: o novo papel das potências globais e regionais; a visão do mundo acadêmico sobre integração: equilíbrio e perspectivas; e a contribuição das organizações da sociedade civil para o fortalecimento de integração regional. Os palestrantes do painel foram Gustavo Martínez Pandiani; Christian Asinelli; Mário Cimolí; Dona Forde; John Tokatlian; Matias Capeluto.

No Painel de Encerramento, promoveu-se um diálogo entre líderes sobre o futuro da integração na América Latina e no Caribe, do qual participaram: Alberto Fernández; Andrés Manuel López Obrador; Mia Mottley; Luiz Inácio Lula da Silva; Pepe Mujica; José Luis Rodríguez Zapatero; Ernest Samper; y Vinício Cereja.¹¹⁶

XXII Conselho Presidencial Andino

No dia 29 de agosto, os Presidentes Pedro Castillo¹¹⁷ do Peru, Gustavo Petro da Colômbia, Luis Arce da Bolívia e Guillermo Lasso do Equador, reuniram-se em Lima para o XXII Conselho Presidencial Andino.

Trata-se da primeira reunião presencial do Conselho Andino de Nações (CAN)¹¹⁸, depois da pandemia da Covid-19, e a primeira missão internacional do Presidente Petro¹¹⁹. A iniciativa

¹¹² <https://www.youtube.com/watch?v=AS1ehwIXPG0&t=9s>

¹¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=UyOtDFfKwpM>

¹¹⁴ https://www.youtube.com/watch?v=7WVKrE_BfD8

¹¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=8DQU21mVf7E>

¹¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=ChtFD3Kb42>

¹¹⁷ O Atual Presidente de Peru, tomo pose faz por mais de um ano com a muita fragilidade e já muda a mais de 40 Ministros em seu gabinete pela corrupção.

¹¹⁸ <https://www.infobae.com/america/peru/2022/08/26/pedro-castillo-se-reunira-este-lunes-con-sus-homologos-gustavo-petro-luis-arce-y-guillermo-lasso-en-lima/?outputType=amp-type>

¹¹⁹ <https://www.nodal.am/?p=289095>

tradicionalmente envolvia assuntos económicos, mas promete abordar uma agenda de temas mais vinculados ao setor político e social.

Nesta reunião, os presidentes vão manifestar o apoio ao Presidente Castillo do Peru, que assumirá a Presidência da Comunidade Andina de Nações abordando problemas da conjuntura regional e impulsará temas de interesse nacional.

O Plano de Trabalho apresentado pelo Peru para sua Presidência Pro Tempore está orientado à melhora da qualidade de vida da população andina, com ênfase nas zonas de fronteira, e na livre circulação de bens e serviços. A Agenda também manifesta a importância do tema de gênero, a proteção ambiental, a mitigação dos efeitos da mudança climática e a interconexão digital da área andina.

A Comunidade Andina também procurará o retorno de Chile como país membro.

CEPAL: Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2022: dinâmica e desafios do investimento para impulsionar uma recuperação sustentável e inclusiva¹²⁰

No dia 23 de agosto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) divulgou o seu relatório anual *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2022: dinâmicas e desafios do investimento para promover uma recuperação sustentável e inclusiva*.¹²¹ O Relatório projeta um crescimento econômico médio para a região de 2,7%, em um contexto de fortes restrições macroeconômicas.

O documento destaca que os países da América Latina e do Caribe enfrentam um panorama econômico complexo em 2022 e nos próximos anos. Ao menor crescimento econômico somam-se fortes pressões inflacionárias, baixo dinamismo na geração de empregos, queda no investimento e crescentes demandas sociais. Esta situação traduz-se em grandes desafios para a política macroeconômica, que deve conciliar políticas que promovam a reativação econômica com medidas de controle da inflação e de sustentabilidade das finanças públicas.

De acordo com o relatório, uma sequência de crises levou ao cenário de baixo crescimento e aceleração inflacionária apresentado pela economia global, que, aliado ao menor crescimento do comércio, a valorização do dólar e o aperto das condições financeiras globais afetarão negativamente os países da região.

Mario Cimoli, secretário-executivo interino da CEPAL, observou que “Em um contexto de múltiplos objetivos e crescentes restrições, é necessária uma coordenação de políticas macroeconômicas para apoiar a aceleração do crescimento, o investimento, a redução da pobreza e da desigualdade, ao mesmo tempo em que enfrenta a dinâmica inflacionária”.

O documento constata que se soma ao complexo cenário interno da região um cenário internacional em que a guerra entre Rússia e Ucrânia tem causado crescentes tensões geopolíticas, menor no crescimento econômico global, menor disponibilidade de alimentos e aumentos no preço da energia.

A CEPAL projeta que a América do Sul crescerá 2,6% (contra 6,9% em 2021), o grupo formado por América Central e México 2,5% (contra 5,7% em 2021) e Caribe – a única sub-região

¹²⁰ <https://www.cepal.org/es/comunicados/2022-se-espera-que-la-region-retome-la-senda-crecimiento-observado-antes-la-pandemia>

¹²¹ <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48077>

a crescer mais de em 2021 — em 4,7%, sem incluir a Guiana (em comparação com 4,0% no ano anterior).

O Estudo Econômico de 2022 mostra ainda que o conflito na Ucrânia intensificou a dinâmica ascendente que os preços dos produtos básicos já apresentavam desde o segundo semestre de 2020, fazendo com que alguns deles atingissem níveis históricos. Para a média da região, o efeito é misto, projetando-se uma queda de 7% nos termos de troca de produtos básicos.

A inflação continuou a subir, situando-se numa média regional de 8,4% em junho de 2022. Esse percentual corresponde a mais que o dobro do valor médio registado no período 2005-2019. No nível sub-regional, o relatório observa que, em junho de 2022, as economias da América do Sul tiveram o maior nível de inflação em média (8,8%), seguidas pelas economias do grupo formado pela América Central e México (7,5%) e os do Caribe de língua inglesa (7,3%). Isso levou os bancos centrais a aumentar suas taxas de política monetária e reduzir os agregados monetários.

Por outro lado, o documento chama a atenção para o fato da desaceleração da atividade econômica estar restringindo a recuperação dos mercados de trabalho, especialmente para as mulheres. Enquanto a taxa de desemprego masculino passou de 10,4% no final do segundo trimestre de 2020 para 6,9% no final do primeiro trimestre de 2022 – apresentando uma redução de 3,5 pontos percentuais; a taxa de desemprego feminino registou um decréscimo de 2,1 pontos percentuais no mesmo período, passando de 12,1% para 10,0%. Da mesma forma, no final do primeiro trimestre de 2022, a taxa de participação no trabalho feminino (51,4%) apresenta uma defasagem maior do que a taxa de participação masculina (74,2%). Esta defasagem na reinserção das mulheres no mercado de trabalho está condicionada pelo atraso na recuperação dos setores econômicos que concentram o emprego feminino e pelo aumento da necessidade de cuidados que se manifestou fortemente após o início da pandemia.

Em sua segunda parte, o relatório da CEPAL destaca que, além da dinâmica do ciclo econômico, o baixo crescimento do investimento nas últimas três décadas tornou-se uma limitação estrutural do desenvolvimento. Portanto, reativar a dinâmica do investimento é fundamental para o crescimento sustentável e inclusivo, pois o investimento é a ponte entre o curto e médio prazo e essencial para combater as mudanças climáticas.

Por fim, o Relatório destaca que parte importante do financiamento para aumentar o investimento deve vir da mobilização de recursos internos, mas a cooperação internacional deve acompanhar esse processo. Portanto, a assistência oficial ao desenvolvimento e o financiamento de instituições financeiras globais e bancos de desenvolvimento devem ser aumentados significativamente.

CEPAL: Dois anos da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe: reflexões para avançar em direção a sistemas de saúde e proteção social universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes¹²²

Em importante documento, a CEPAL faz uma análise da evolução da pandemia e observa que a crise sanitária não foi superada e que a incerteza permanece. Nesse sentido, a prolongada

¹²²<https://www.cepal.org/es/notas/anos-pandemia-covid-19-america-latina-caribe-reflexiones-avanzar-sistemas-salud-proteccion>

crise expôs não apenas as fragilidades dos sistemas de saúde e proteção social da região, mas, sobretudo, a centralidade da saúde para o desenvolvimento social e econômico.

As desigualdades estruturais na América Latina e no Caribe posicionam a região em um local de maior vulnerabilidade à pandemia, tanto em número de casos quanto em mortes por COVID-19.

O relatório “Dois anos da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe”¹²³ fornece evidências de como o impacto da pandemia foi desigual entre e dentro dos países. Observando-se, por exemplo, que o excesso de mortalidade foi maior naqueles países com maiores níveis de pobreza, pobreza extrema e informalidade laboral. Evidencia, por tanto, como os eixos estruturantes da matriz de desigualdade social estão intimamente relacionados ao impacto desigual da pandemia por meio da distribuição desigual dos determinantes sociais da saúde e enfatiza a urgência de avançar para níveis mais elevados de articulação entre os e sistemas de proteção social.

Os impactos da pandemia nas dimensões socioeconômicas, como o aumento da pobreza e o efeito na renda familiar e no mercado de trabalho, devem agravar a distribuição desigual dos determinantes sociais da saúde, aprofundando as desigualdades na região. Esta situação é mais preocupante tendo em conta o profundo impacto que a pandemia teve nos sistemas de saúde. Isso enfatiza a necessidade de avançar para sistemas de saúde universais que garantam o acesso e assegurem a satisfação das necessidades básicas das pessoas, independentemente de sua situação laboral.

Além de reconhecer as consequências da crise no sistema de saúde (efeito de deslocamento, acúmulo de demanda por patologias que não relacionadas à Covid-19), os países destacam a necessidade de continuar enfrentando a pandemia por meio do sistema de atenção primária, medidas de saúde pública e a implantação da vacinação.

O documento apresenta como, durante o primeiro ano da pandemia, a política de financiamento da saúde reagiu na direção certa, mas com intensidade e sustentabilidade insuficientes e com grande variabilidade entre países. Apesar do aumento dos gastos públicos e da reorganização dos serviços, os problemas de acesso e baixa proteção financeira não puderam ser evitados e resultaram, entre outros, em impactos importantes na saúde medidos em excesso de óbitos. Aumentar os gastos públicos em saúde é fundamental para enfrentar as mudanças estruturais necessárias para ser mais resiliente diante de novas crises.

Inicialmente, as medidas para conter a propagação do vírus na região consistiam exclusivamente em períodos de confinamento, distanciamento social e uso de equipamentos de proteção individual – e, em alguns países, apoio monetário para cumprir essas medidas. Durante o segundo ano da pandemia, foi adicionada a vacinação contra a Covid-19, sendo esta a principal ferramenta de controle sanitário. O progresso lento e desigual que caracterizou o processo de vacinação na região sugere a necessidade de fortalecer os mecanismos de cooperação e coordenação regional.

O documento traz sete lições aprendidas com a análise da evolução da pandemia e as vulnerabilidades e pontos fortes dos sistemas de saúde e seus determinantes na região:

¹²³<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47914-anos-pandemia-covid-19-america-latina-caribe-reflexiones-avanzar-sistemas-salud>

1. A saúde é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e sustentável inclusivo.
2. Existe uma profunda interdependência entre as dimensões social, econômica e ambiental e, por isso, são necessárias políticas de saúde abrangentes.
3. A desigualdade que tem marcado os processos de vacinação destaca a importância da cooperação e coordenação regional e da colaboração internacional.
4. É urgente reestruturar os sistemas de saúde da região rumo à universalidade.
5. Os sistemas de saúde devem avançar na sustentabilidade financeira e aumentar os gastos públicos com base em um novo pacto fiscal.
6. A reorganização dos serviços de saúde em redes integradas e atenção primária deve ser o principal destinatário dos novos recursos.
7. É necessário fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde e acentuar os esforços para contar com serviços próximos da população e com capacidade de se projetarem para a comunidade.

ORAS-CONHU em diálogo regional para criar sinergias para o fortalecimento do diagnóstico laboratorial da tuberculose¹²⁴

Em 23 de agosto, a Secretária Executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, e sua equipe participaram do evento técnico para informar sobre o andamento do projeto financiado pelo Fundo Global. A reunião foi organizada conjuntamente entre ORAS-CONHU, COMISCA e a Organização Pan-Americana/Mundial da Saúde (OPAS/OMS). O Vice-Ministro da Saúde de El Salvador, Carlos Alvarenga participou da abertura do encontro.

O objetivo da reunião foi consolidar as ações de combate à tuberculose (TB). A Organização Andina participa da reunião anual do Diálogo Regional, que acontece em El Salvador.

O Programa “Fortalecimento do Diagnóstico Laboratorial de Tuberculose na Região das Américas¹²⁵”, aprovado e financiado pelo Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, visa contribuir para a melhoria da qualidade do diagnóstico de TB nas redes laboratoriais das Américas, fortalecendo a capacidade instalada na região, que será executado pela ORAS - CONHU como Principal Beneficiário e com a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana (SECOMISCA) e o Organização Americana da Saúde (OPAS/OMS) como Subreceptores.

A secretária executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, participou do evento acompanhada de sua equipe técnica que coordena a execução deste projeto multinacional que busca garantir um diagnóstico oportuno e de qualidade para a população afetada pela TB. “No caso queremos identificar e coordenar possíveis sinergias e ações conjuntas entre bolsas nacionais e regionais para a melhor abordagem da TB”, ressaltou.

Calle Dávila acrescentou que também são necessários feedback e propostas de soluções dos mecanismos de coordenação dos países e dos programas nacionais de TB para aumentar os

¹²⁴<https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-en-dialogo-regional-para-crear-sinergias-por-el-fortalecimiento-del-diagnostico-de>

¹²⁵<https://www.orasconhu.org/es/node/1936>

benefícios do subsídio regional em nível nacional. “Vamos planejar as atividades de monitoramento estratégico do subsídio regional com o apoio das contrapartes nacionais”, disse.

Por sua vez, Lourdes Kusunoki, coordenadora geral da bolsa TB. Lab20-23 e C19RM, apresentou as atividades, conquistas e dificuldades da implementação, e Patricia Jiménez abordou os resultados do monitoramento estratégico nos países beneficiários.

Participaram da reunião os mecanismos de coordenação dos países da Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Paraguai, Guiana, Haiti, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, bem como o Mecanismo de Coordenação Regional. Também estiveram presentes representantes dos programas nacionais de controle da tuberculose no México, Venezuela e El Salvador, e de organizações regionais e da sociedade civil, como a Frente Parlamentar contra a Tuberculose, a Associação de Atingidos pela Tuberculose (ASPAT), Socios in Health, Asociación Vida Nueva (membros do observatório da tuberculose em El Salvador), entre outros. Bolívia, México e El Salvador acrescentaram à reunião seus chefes de laboratórios nacionais de referência em TB.

Ao final, ratificou-se a vontade de manter uma articulação fluida entre todos os atores que dentro dos países e no cenário regional contribuem para o combate à tuberculose. O desafio “quanto mais podemos fazer se trabalharmos juntos?” marcará os próximos passos desse esforço coletivo.

ORAS-CONHU: Fórum Saúde e Economia¹²⁶

A Organização Andina da Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) e o Programa Sub-regional para a América do Sul da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) realizaram o Fórum “Saúde e Economia” para analisar a articulação entre economia e saúde no contexto da Covid-19, com a participação de especialistas que destacaram a importância de aumentar o financiamento para a saúde e proteção social da população dos países andinos.

O evento virtual possibilitou analisar as fragilidades estruturais dos sistemas de saúde, seu financiamento, baixo gasto público em saúde e alto gasto direto, bem como refletir sobre a crise sanitária e o impacto no desenvolvimento social e econômico que se aprofundam desigualdades.

Nesse sentido, o assessor regional da OPAS/OMS para governança, liderança, políticas e planejamento em saúde, Ernesto Báscolo, destacou que o aumento do investimento público em saúde contribui para reduzir os gastos diretos e, para o processo de fortalecimento e transformação dos sistemas de saúde. Báscolo observou a importância de investir em funções essenciais de saúde pública e *“na aplicação do Regulamento Sanitário Internacional, priorizar o investimento no primeiro nível de atenção, melhorar a eficiência nos gastos e no trabalho intersectorial para alcançar a proteção social universal”*.

Ernesto Báscolo referiu que esta visão tem a ver com o compromisso da OPAS denominado APS 30:30:30, que incorpora a necessidade de abordar as lacunas estruturais no curto prazo para melhorar as condições de equidade no acesso e aumentar os níveis de investimento em saúde no primeiro nível de Cuidado.

¹²⁶<https://www.orasconhu.org/es/expertos-plantean-aplicar-estrategias-para-incrementar-la-inversion-en-salud-en-los-paises-andinos>

Por sua vez, Carlos Gadelha, coordenador e líder do grupo de pesquisa sobre desenvolvimento econômico-industrial complexo e inovação em saúde da Fiocruz, indicou que existem assimetrias importantes que fazem com que a tecnologia não tenha o mesmo acesso em todos os continentes. Segundo Gadelha, a tecnologia é central para os sistemas de saúde. Se não houver igualdade na produção de tecnologia, não haverá igualdade no acesso à saúde e ao bem-estar das populações. Acrescentou ainda que a falta de acesso à tecnologia também está relacionada à inclusão social e à sustentabilidade ambiental.

O evento foi moderado pelo diretor do Programa Sub-regional da OPAS/OMS para a América do Sul, Paolo Ballardelli, que considerou que a situação atual exige a aplicação de medidas urgentes em múltiplas frentes interligadas, como a epidemiológica e dos sistemas de saúde, que devem aumentar as capacidades das populações e garantir o exercício do direito à saúde. Ballardelli insistiu que *“sem saúde não há economia, não há desenvolvimento, por isso é necessária uma ação multissetorial baseada no fortalecimento de alianças e priorizando os grupos mais vulneráveis”*.

A secretária executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, destacou que o Comitê Andino de Saúde e Economia, formado por representantes dos seis países andinos, vem trabalhando desde 2006 para gerar propostas para o aumento e melhoria do investimento em saúde, que afeta a equidade e o desenvolvimento econômico e social no marco do processo de integração sub-regional. A Secretária executiva afirmou que a pandemia continua sendo o maior risco para a saúde econômica e seu impacto é agravado pelo acesso desigual a vacinas, testes, tratamentos e equipamentos de proteção individual entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ela explicou que, em 2020, mais de 4 bilhões de pessoas no mundo careciam de proteção social, segundo o Relatório Mundial sobre Proteção Social 2020-2022 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, em 2022, entre 75 e 95 milhões a mais de pessoas viverão na pobreza.

Também participaram do Fórum a Pesquisadora em Saúde e Propriedade Intelectual da Fiocruz, Claudia Chamas, e a coordenadora de Mudanças Climáticas e do Comitê Andino de Saúde e Economia do ORAS-CONHU, Bertha Luz Pineda Restrepo.

O fórum pode ser assistido na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=BfarRS3Byfc>.

Comitê Regional para África da OMS 2022

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá,

Manuel Mahoche e Felix Rosenberg

Lomé, Togo, 22 a 26 de agosto de 2022

Podemos dividir os trabalhos do Comitê Regional em seguintes partes: abertura, constituição da Mesa com o seu Presidente, dois Vice-Presidentes e três Relatores.

Cerimónia de abertura

Os discursos foram muito ricos e dignos da nossa atenção.

Como habitualmente acontece, esta Sessão do Comitê Regional (RC-72) foi oficialmente aberta na segunda-feira, 22 de agosto de 2022 pelo Presidente do Togo, Sua Excelência Faure Essozimna Gnassingbe.

Esta é a reunião mais importante sobre saúde pública em África, congregando 47 Ministros da Saúde ou seus representantes da Região Africana da OMS com o objetivo de definir as prioridades de saúde para os próximos 12 meses. A sessão deste ano é organizada num formato híbrido - presencial e virtual - de 22 a 26 de agosto de 2022, respeitando os procedimentos especiais que regem a realização de sessões híbridas da sessão do Comitê Regional para África.

A cerimónia oficial de abertura contou com a presença de várias personalidades de alto nível, incluindo o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, a Diretora Regional da OMS para a Região Africana, Dra. Matshidiso Moeti, a Comissário para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Sustentável da União Africana, Minata Samaté Cessouma, a Primeira Ministra do Togo, o Presidente da Assembleia Nacional, Ministro Togolês da Saúde, Ministros da Saúde e Chefes de Delegação dos Estados-Membros, membros do corpo diplomático, bem como representantes das agências das Nações Unidas e atores não estatais.

A maioria dos discursos focaram a situação da pandemia da COVID-19 e o seu impacto no sistema de saúde, o financiamento da saúde e emergências sanitárias, assim como as parcerias.

No seu discurso, o Presidente do Togo deu as boas-vindas aos participantes, felicitou o Dr. Tedros pela sua reeleição e expressou o orgulho do seu país em acolher a primeira reunião presencial do Comitê Regional da OMS para África, após uma interrupção de dois anos devido à pandemia da Covid-19. Reiterou que a saúde é fundamental para a coesão social e uma prioridade máxima para o seu governo.

Por sua vez, o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros, congratulou-se com a realização desta reunião, afirmando ser um testemunho claro dos esforços feitos pelo Togo para proteger o seu povo da Covid-19. Embora reconhecendo que ainda há um longo caminho a percorrer, o Dr. Tedros afirmou que "todos os Estados-Membros devem comprometer-se a vacinar 100% dos trabalhadores da saúde e 100% das pessoas com mais de 60 anos, continuando com o foco em atingir 70% de toda a população. Esta é a melhor forma de salvar vidas e promover uma recuperação verdadeiramente sustentável".

A Diretora Regional da OMS para África elogiou o Presidente do Togo por liderar uma resposta que permitiu ao Togo transformar os desafios colocados pela Covid-19 em oportunidades de inovação socioeconómica inclusiva. A Dra. Moeti recordou que a pandemia da Covid-19 destacou o papel central da saúde, tanto no desenvolvimento, como na segurança nacional e o imperativo de priorizar os investimentos neste sector crítico.

Ela expressou ainda preocupação acerca do impacto da pandemia da Covid-19 nas comunidades, mas está optimista de que a África ainda pode controlar a pandemia. Disse que a OMS está empenhada em continuar o seu apoio inabalável aos Estados-Membros, para assegurar que a cobertura vacinal da Covid-19 na região se aproxime a do resto do mundo.

A Comissária para a Saúde e Assuntos Humanitários da União Africana, Minata Samaté Cessouma disse que a UA e as suas instituições estavam empenhadas em trabalhar com os Estados-Membros para recuperar melhor do impacto da pandemia da Covid-19.

A Embaixadora Cessouma disse que a UA está a dar prioridade a "*uma nova ordem de saúde pública*" construída sobre 5 pilares, nomeadamente: "*o reforço das instituições de saúde, os recursos humanos para a saúde, quer qualitativa, quer quantitativo, o desenvolvimento e fabrico de vacinas e parcerias*". Ela enfatizou ser extremamente importante aumentar os recursos nacionais para o financiamento da saúde, afirmando que já não é aceitável que atualmente as pessoas no continente africano gastem em média mais de 30% da sua renda em saúde contra 10-20% como recomenda a OMS.

O Togo recebe reconhecimento da OMS pela eliminação de quatro doenças tropicais negligenciadas

A cerimónia de abertura do RC-72 foi coroada com a apresentação de um Certificado de Reconhecimento pelo Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros, ao Presidente do Togo, em reconhecimento dos esforços feitos para eliminar 4 Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs). "*A eliminação da dracunculose, filariose linfática, tripanossomíase humana africana e tracoma é um feito notável e um presente não só para o povo togolês de hoje, mas também para as gerações futuras*", disse o Dr. Tedros. "*Conto com a vossa liderança para acabar com as DTNs no continente africano e a nível mundial*".

Debate da Agenda Técnica do Comitê¹²⁷

***Intervenção do Presidente do Subcomité do Programa* ([documento AFR/RC72/2](#))**

Como é de conhecimento de todos, o Comitê Regional é uma reunião anual que ocorre normalmente no segundo semestre do ano e para o qual o Secretariado prepara toda a sua documentação de uma maneira cíclica: (a) elabora para o debate da agenda técnica a documentação do Comitê Regional entre novembro e abril; (b) o Subcomité do Programa (SCP) reúne-se em junho para rever a documentação; (c) entre junho e julho, o Secretariado atualiza a documentação com base nas recomendações do SCP; (d) na última semana de julho, a documentação atualizada é colocada na página da internet do Comitê Regional nas três línguas oficiais (inglês, francês e português); (e) entre agosto e setembro, o Comitê Regional reúne-se

¹²⁷ Todas as declarações de Ministros ou seus representantes e de participantes relativas aos pontos da Ordem do Dia (leia-se Agenda) assim como a adoção de documentos e resoluções serão publicadas no Relatório deste Comitê Regional.

para analisar e aprovar a Ordem do Dia ou Agenda com toda a documentação que já vem enumerada e chega a acordo sobre a data e local da sua próxima sessão.

E para o lançamento do debate da agenda técnica, é ao Presidente do SCP quem cabe subir ao palco para, em pouco mais de 10 minutos, fazer a apresentação sucinta de toda a documentação elaborada ao longo desse ciclo.

Na sessão de Lomé, após dois anos de reuniões virtuais devido à pandemia da Covid-19, os Delegados acolheram por unanimidade o relatório do Presidente do Subcomité do Programa, Dr Mustapha Bittaye da Gâmbia.

Na sua intervenção, o Presidente do SCP afirmou que os membros do Subcomité do Programa analisaram vários documentos abrangendo vários tópicos, incluindo a abordagem das Doenças Não Transmissíveis com maior envolvimento do sector privado, reforçando o Plano de Ação de Saúde Mental, uma componente integrante da abordagem dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O SCP também registou os desafios impostos pela escassez de financiamento e de recursos humanos para a saúde, que condicionam a realização dos objetivos de saúde. A fim de controlar e eliminar as Doenças Transmissíveis, foi necessário utilizar abordagens mais integradas, bem como explorar sinergias de programas para maximizar o retorno do investimento.

Também disse que o SCP observou o elevado número de emergências sanitárias, bem como a crescente gravidade dos acontecimentos relacionados com o clima que têm um impacto negativo nos sistemas de saúde e economias africanas. Salientou que os efeitos devastadores da Covid-19 exigem sistemas de saúde resilientes que possam responder eficazmente a emergências sanitárias, assegurando ao mesmo tempo a continuidade de serviços de saúde essenciais de qualidade.

Ainda durante a sua intervenção, afirmou que a estratégia revista de Segurança Sanitária Regional incorpora lições aprendidas com a resposta à pandemia da Covid-19. Também reiterou a importância da disponibilidade atempada de financiamento para uma resposta eficaz a emergências. Para finalizar, observou que uma em cada quatro mortes em África está relacionada com causas ambientais, incluindo o impacto das alterações climáticas, realçando o facto de que os investimentos são limitados na implementação da Estratégia Regional para a gestão dos determinantes ambientais da saúde humana (2017-2021).

A 72ª sessão do Comité Regional adoptou por unanimidade o relatório do Subcomité do Programa.

Relatório anual da Diretora Regional sobre as atividades da OMS na Região Africana
([documento AFR/RC72/3](#))

Ao dirigir-se aos Delegados, a Diretora Regional começou por afirmar que trabalhando coletivamente, a OMS AFRO e os seus Estados-Membros têm sido capazes de melhorar de forma sustentável a saúde de forma geral apesar dos desafios, agradecendo aos Ministros da Saúde pela sua liderança e cooperação sólidas e empenhadas, bem como aos parceiros pela sua colaboração inabalável.

O relatório abrange as atividades do Secretariado durante o período de 1 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e destaca as principais realizações, desafios, bem como as prioridades futuras para o próximo ano.

A Diretora Regional afirmou que apesar dos desafios, as lições aprendidas durante o período foram utilizadas não só para apoiar a resposta à pandemia, mas também para abordar outras prioridades de saúde e definir estratégias futuras.

O relatório apresentado pela Diretora Regional está estruturado em torno de sete áreas de trabalho:

1. Uma resposta sustentada e multissetorial coordenada à Covid-19, maior capacidade de vigilância e sequenciação das doenças, melhor gestão de casos e capacidade de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), bem como advocacia combinada para um acesso equitativo às vacinas contra a Covid-19. Como resultado, quase 194 milhões de pessoas (17% da população da Região) estão agora totalmente vacinadas - contra 31 milhões no ano passado;

2. Traduzindo os ganhos da Covid-19 para beneficiar a resposta de emergência no futuro: apesar de a Covid-19 ser a principal prioridade, os Estados-Membros foram apoiados para responder a 130 novos eventos de saúde pública, dos quais 86% eram de origem infecciosa. Quinze (15) países foram apoiados para iniciar o fabrico, fornecimento e manutenção de instalações de oxigénio. Foram estabelecidos centros de comando para coordenar uma resposta regional para a cólera em Lomé, febre amarela no Burkina Faso, e para a crise do Sahel no Senegal. Além disso, foram lançadas três iniciativas emblemáticas destinadas a criar sistemas resilientes, reforçar os sistemas de vigilância e estabelecer grupos de resposta dedicados a emergências;

3. Manutenção da prestação de outros serviços de saúde: os inquéritos iniciados pela OMS no final de 2021 revelaram que mais de 91% dos países ainda estavam a relatar alguma perturbação a pelo menos um serviço de saúde essencial. A OMS apoiou a concepção de medidas de mitigação que contribuiriam para que 94% dos países melhorassem as comunicações comunitárias, 92% investissem em produtos de ponta, 77% introduzissem formação rápida e ajudas ao emprego para novas funções dos profissionais de saúde, e 61% impulsionssem a prestação de cuidados domiciliários;

4. Inovação para a transformação dos sistemas de saúde: mais de 120 inovações foram pilotadas ou adoptadas pelos Estados-Membros, conduzindo a uma melhor prestação de programas a nível nacional. Por exemplo, foi desenvolvido um sistema digital de rastreio de produtos do tabaco com o objetivo de eliminar o comércio ilícito, enquanto a tecnologia do sistema de informação geográfica (SIG) foi central para os esforços de erradicação da poliomielite;

5. Apoio ao fabrico local de vacinas e medicamentos no sentido da autossuficiência: o forte empenho político e investimento estratégico por parte dos Estados-Membros e da União Africana permitiram à criação, no ano passado, das Parcerias para o Fabrico Africano de Vacinas ([PAVM](#));

6. Abordar os determinantes sociais, económicos e ambientais da saúde: Dezanove (19) Estados-Membros comprometeram-se a construir sistemas de saúde resistentes ao clima e com baixo teor de carbono, enquanto vinte (20) implementaram ações multissetoriais para promover estilos de vida saudáveis, envelhecimento saudável e atividade física;

7. Transformação do Secretariado: a OMS AFRO continuou a promover um ambiente de trabalho respeitoso. As causas de raiz da desigualdade, exploração sexual, abuso e assédio estão a ser abordadas através de uma abordagem integrada com bons recursos. As mulheres

estão a ser capacitadas através de iniciativas para melhorar as competências, o conhecimento e o trabalho em rede, e atualmente representam 48% dos ex-alunos do Programa de Liderança da OMS/AFRO. Há também mais mulheres do que homens na equipa executiva da AFRO.

Os desafios incluem:

- ❖ um modelo de financiamento vertical, orientado para a doença e inflexível, que reduz as oportunidades de integração e maior eficiência;
- ❖ uma afetação de fundos que deixou algumas denominadas "áreas órfãs";
- ❖ os determinantes sociais multissetoriais da saúde, prevenção de doenças e combate às doenças não transmissíveis são áreas prioritárias emergentes, mas que continuam a ser subfinanciadas.

Relativamente a prioridades futuras, a Diretora Regional apontou cinco (5) prioridades interligadas da OMS:

- ❖ prevenção de doenças não transmissíveis;
- ❖ enfoque na Atenção Básica à Saúde/Cuidados de Saúde Primários (ABS/CSP);
- ❖ preparação para emergências sanitárias e humanitárias;
- ❖ investimento na inovação da investigação e tecnologia;
- ❖ reforço da OMS para apoiar eficazmente os Estados-Membros.

Quanto a discussões do relatório da Diretora Regional, vinte e seis (26) Estados-Membros e 2 atores não estatais usaram da palavra para elogiar a Dra. Moeti pelo seu relatório e a liderança da OMS no apoio aos Estados-Membros para abordar questões de saúde. O Mali e a República Centro Africana pediram que fosse dada mais atenção aos países em conflitos político-militares intermináveis.

Cada documento foi apresentado por um elemento do Secretariado, seguido de declarações e debates pelos Delegados. Todos os documentos debatidos foram apresentados na ordem que segue:

7º relatório intercalar sobre a implementação da Agenda de Transformação do Secretariado da OMS na Região Africana ([documento AFR/RC72/11](#))

PEN-Plus – Uma estratégia regional para combater as doenças não transmissíveis graves nas unidades de saúde de encaminhamento de primeiro nível (documentos [AFR/RC72/4](#) e [AFR/RC72/WP2](#))

Com o fardo das doenças cardiovasculares, das perturbações mentais e neurológicas e da diabetes a aumentar na Região, os Ministros da Saúde de África aprovaram uma nova estratégia para promover o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados prestados às doenças não transmissíveis graves.

Os Ministros da Saúde adoptaram a estratégia conhecida como a *PEN-PLUS, Uma Estratégia Regional para Combater as Doenças não transmissíveis nas Unidades Sanitárias de Encaminhamento de Primeiro Nível*. A estratégia apoia o reforço das capacidades dos hospitais distritais e de outras unidades de encaminhamento de primeiro nível para diagnosticar e gerir precocemente as doenças não transmissíveis graves, prevenindo mortes desnecessárias.

As doenças não transmissíveis graves são aquelas afecções crônicas que, se não forem diagnosticadas de forma atempada e não forem tratadas, levam a níveis elevados de incapacidade e morte, com os doentes a viverem não mais do que um ano, após o diagnóstico, nos casos muito graves. Em África, as doenças não transmissíveis graves mais prevalentes são a drepanocitose, a diabetes, a cardiopatia reumática, a cardiomiopatia, a hipertensão grave e a asma moderada a grave e persistente. Muitas destas patologias afetam frequentemente as crianças.

Nas últimas duas décadas, o número de mortes causadas por doenças não transmissíveis na África Subsaariana continuou a aumentar. As doenças representaram 37% do total de mortes em 2019, um aumento em relação aos 24% registados em 2000. No mesmo período, as mortes por doenças cardiovasculares, por exemplo, subiram 31%. Em geral, o fardo das doenças não transmissíveis na Região deverá aumentar, se nada for feito. O número de pessoas que vivem com diabetes, por exemplo, deverá atingir os 45 milhões, até 2045, um aumento em relação aos 19 milhões registados em 2019.

“África debate-se com um fardo cada vez mais pesado de doenças crônicas cujas formas graves custam vidas preciosas que poderiam ser salvas com um diagnóstico e cuidados precoces,” disse a Dr.^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para a África. *“A estratégia adoptada hoje é fundamental para colocar os cuidados eficazes ao alcance dos doentes e marca um passo importante na melhoria da saúde e do bem-estar de milhões de pessoas na Região.”*

Na maior parte de África, as doenças não transmissíveis graves são tratadas nas unidades de saúde terciárias, que se encontram, sobretudo, nas grandes cidades. Isto agrava as desigualdades na saúde, uma vez que coloca os cuidados fora do alcance das populações na maior parte das comunidades ou grupos rurais, periurbanos e de rendimentos mais baixos, pessoas que na melhor das hipóteses apenas conseguem aceder a hospitais distritais e centros de saúde locais. Em África, contudo, estas unidades de saúde acessíveis não têm, geralmente, a capacidade e os recursos para tratarem eficazmente as doenças não transmissíveis graves.

A estratégia, adoptada pelo Comitê Regional, exorta os países a instituírem programas normalizados para combater as doenças não transmissíveis crônicas e graves, garantindo que os medicamentos, as tecnologias e os meios de diagnóstico essenciais estejam disponíveis e acessíveis nos hospitais distritais. Isto num contexto em que apenas 36% dos países da Região Africana indicaram dispor de medicamentos essenciais para as doenças não transmissíveis nos hospitais públicos, segundo um inquérito de 2019 da OMS. A estratégia também apela aos Governos para que garantam que as pessoas que procuram cuidados em hospitais privados possam ter acesso aos serviços para doenças não transmissíveis graves.

Além disso, pede-se aos países que reforcem os protocolos para a prevenção, os cuidados e o tratamento das doenças não transmissíveis crônicas, através da formação e do reforço de competências e de conhecimentos dos profissionais de saúde.

As doenças não transmissíveis são responsáveis pela maior parte das despesas diretas de saúde em África e, devido à sua natureza crônica, levam muitas vezes a despesas catastróficas com a saúde. Ao oferecer cuidados para as doenças não transmissíveis, enquanto um pacote de serviços disponíveis nas unidades de atenção básica e distritais, o custo do acesso aos cuidados para as doenças não transmissíveis deverá diminuir, pois será gasto menos dinheiro nos transportes, no alojamento nas cidades e menos tempo na deslocação às unidades de saúde.

A estratégia PEN-PLUS adoptada baseia-se nas iniciativas existentes da OMS para a detecção, o diagnóstico, o tratamento e os cuidados integrados às doenças não transmissíveis nas unidades de Atenção Básica à Saúde (Cuidados de Saúde Primários). A estratégia mostrou resultados promissores em programas-piloto na Libéria, no Malawi e no Ruanda, com um aumento significativo do número de doentes que têm acesso a tratamento para doenças não transmissíveis graves e uma melhoria concomitante nos resultados entre as pessoas afetadas.

Quadro para o Reforço da Implementação do Plano de Ação Abrangente para a Saúde Mental 2013–2030 na Região Africana da OMS ([documento AFR/RC72/5](#))

Órgão de Negociação Intergovernamental: actualização e consulta sobre o projeto de trabalho ([documento AFR/RC72/9](#))

Os Delegados apresentaram comentários e sugestões sobre o Projeto de trabalho da Convenção da OMS ou outro Instrumento Internacional sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemias, apresentado pelo *Intergovernmental Negotiation Body* (INB) - Organismo Intergovernamental de Negociação (OIN).

A visão contida no instrumento é de proteger as gerações presentes e futuras dos efeitos devastadores das pandemias, assegurando simultaneamente a equidade, os direitos humanos e a solidariedade com todas as pessoas e todos os países.

Este compromisso deve ser assumido tendo em conta os direitos soberanos dos países, os seus contextos nacionais únicos, bem como as diferenças de capacidade e níveis de desenvolvimento. O objetivo é avançar para um mundo, onde através de uma abordagem multisectorial e de toda a sociedade, a cooperação seja reforçada a nível nacional, bem como promovida a nível internacional para a prevenção, preparação e resposta às futuras pandemias.

O fim último deste compromisso, é garantir o alcance da Cobertura Universal da Saúde, a fim de assegurar a todas as pessoas o direito de gozar o mais alto padrão de saúde possível.

O documento inclui 15 princípios globais, 12 obrigações gerais e 5 objetivos, nomeadamente: (1) reforçar e manter as capacidades para prevenir a ocorrência de pandemias, (2) reforçar e manter as capacidades de preparação para resposta à pandemias, (3) assegurar que os produtos médicos e outros produtos de resposta à pandemias sejam acessíveis e disponíveis de forma equitativa, (4) assegurar as respostas de forma coordenada, atempada e baseada em provas, e (5) facilitar o restabelecimento célere e equitativo das capacidades de prevenção, preparação e resposta através de uma abordagem multisectorial e de toda a sociedade.

Os Delegados elogiaram o trabalho da INB/OIN pelo documento de alta qualidade e sublinharam a importância de assegurar a equidade no acesso às medidas de saúde pública, bem como a solidariedade entre países. Destacaram a necessidade de garantir que o documento seja juridicamente vinculativo, respeitando o princípio de soberania dos Estados. Referiram ser igualmente necessário, incorporar a investigação nas ações acordadas.

A Diretora Regional da OMS para África elogiou o trabalho do INB/OIN, ao mesmo tempo que enfatizou os aspectos juridicamente vinculativos do futuro instrumento.

"O instrumento deverá ajudar a colmatar as lacunas sociais e reforçar o conhecimento científico. É uma oportunidade para África dar um grande salto a favor do seu povo", disse a senhora Precious Matsisi, Co-Presidente do Conselho do INB/OIN.

Os próximos passos incluem a consolidação de todos os comentários em outubro de 2022, seguida da adoção do documento em dezembro de 2022.

Estratégia regional para a segurança e as emergências sanitárias 2022–2030 ([documento AFR/RC72/8](#) e [documento AFR/RC72/WP3](#))

Impulsionados pelo impacto devastador da pandemia da Covid-19 nos sistemas de saúde frágeis, os Delegados adoptaram uma nova estratégia de oito (8) anos para transformar a segurança sanitária e a resposta de emergência na região.

A Estratégia Regional para a Segurança da Saúde e Emergências 2022-2030, aprovada neste Comitê, visa reduzir os impactos sanitários e socioeconómicos das emergências de saúde pública.

Globalmente, a região africana relata o fardo mais pesado das emergências de saúde pública, com mais de 100 eventos deste tipo a ocorrerem anualmente. Antes do aparecimento da Covid-19, as principais causas de epidemias na região eram a cólera, sarampo, febre amarela, meningite meningocócica, gripe e febres hemorrágicas virais, a maioria das quais são evitáveis através do reforço da imunização de rotina. Contudo, a Covid-19 sublinhou a necessidade de melhorar a vigilância, o diagnóstico, o tratamento e uma série de serviços de saúde. Os seus efeitos de arrastamento sobrecarregaram os sistemas de saúde, interromperam serviços de saúde essenciais e alimentaram perturbações socioeconómicas, ameaçando minar décadas de ganhos de saúde e económicos duramente conquistados.

"A Covid-19 é um alerta para que a região africana dê prioridade à construção de sistemas de saúde resilientes, capazes de fornecer cuidados de saúde de qualidade e, ao mesmo tempo, de lidar com emergências de saúde pública", disse a Dr.ª Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África. "Há um reconhecimento crescente da crescente ameaça que as emergências de saúde pública representam para as economias e sociedades globais, sublinhando a necessidade de uma abordagem de Uma Saúde (OneHealth) e investindo na prevenção e preparação. Ao investir agora, podemos evitar um colapso económico e social no futuro".

A OMS estima que são necessários anualmente até 4 bilhões de dólares americanos de fontes internacionais e nacionais para financiar plenamente as capacidades essenciais de segurança sanitária na região e preparar-se melhor para a próxima pandemia. Isto resulta em cerca de 3 dólares por pessoa por ano.

A nova estratégia inclui o fortalecimento de mecanismos de parcerias e colaboração multissetorial, assegurando um investimento sustentado e previsível e a reafetação de recursos da erradicação da poliomielite e Covid-19 para apoiar investimentos estratégicos em sistemas e ferramentas para emergências de saúde pública.

Ao adoptar a estratégia, os Delegados concordaram em atingir 12 metas até 2030, o que reforçará a sua capacidade de prevenir, preparar, detectar e responder a emergências de saúde, incluindo 80% dos Estados-Membros com financiamento previsível e sustentável de segurança sanitária, 90% mobilizando uma resposta eficaz a emergências de saúde pública no prazo de 24 horas após a detecção e todos os países com 80% dos distritos de saúde com programas de prestação de serviços funcionais e de melhoria da qualidade.

"Esta estratégia é o fruto de amplas consultas com os Ministérios da Saúde africanos e uma série de outras instituições, atores técnicos e parceiros em todo o continente", acrescentou

a Dr.^a Moeti. "Com o seu apoio e colaboração permanentes, pode ajudar a garantir que a África esteja na vanguarda da proteção do mundo contra futuras pandemias".

Os Delegados concordaram em comprometer a vontade política e fornecer liderança técnica, mobilizar recursos internos e externos, prover recursos humanos e logísticos adequados para implementar a estratégia, bem como reforçar um mecanismo de coordenação de Uma Saúde e criar capacidade a nível nacional e descentralizado.

A OMS lançou recentemente uma iniciativa emblemática para ajudar os países na operacionalização da estratégia recentemente adoptada e está atualmente a ser implementada em cinco países da região: Botsuana, Mauritânia, Níger, Nigéria e Togo. Existem planos para expandir este número significativamente antes do final do ano e para que os programas sejam

Proteção contra o risco financeiro para alcançar a cobertura universal de saúde na Região Africana da OMS ([documento AFR/RC72/6](#))

Estratégia regional atualizada para a gestão dos determinantes ambientais da saúde humana na Região Africana 2022–2032 (documento [AFR/RC72/10](#) e Projeto de Resolução [AFR/RC72/WP1](#))

Considerando que quase 29% do peso total das doenças em África se devem a fatores ambientais, poderia em grande parte ser evitado e os Estados-Membros são atualmente os mais vulneráveis aos impactos negativos das alterações climáticas e, ao mesmo tempo, os menos preparados para os enfrentar eficazmente. As alterações climáticas estão a ameaçar ainda mais os seus recursos hídricos e alimentares.

Fazendo face a estes determinantes, promover-se-á um ambiente mais saudável que reduzirá grandemente a carga sobre os seus sistemas de saúde e aliviará as dificuldades enfrentadas pelas populações. Além disso, os Estados-Membros da Região Africana são atualmente os mais vulneráveis aos impactos negativos das alterações climáticas e, ao mesmo tempo, os menos preparados para os enfrentar eficazmente.

Estes são documentos de referência relevantes:

- [REGIONAL STRATEGY FOR THE MANAGEMENT OF ENVIRONMENTAL](#)
- [DETERMINANTS OF HUMAN HEALTH IN THE AFRICAN REGION 2017–2021](#)
- [Libreville Declaration on Health and Environment in Africa, Libreville, 29 August 2008](#)
- [Public Health and Environment in the African Region, February 2010](#)
- [Quadro Operacional para a adaptação da Saúde Pública às alterações Climáticas na Região Africana](#)

Quadro para o controlo, a eliminação e a erradicação integrados das doenças tropicais e de transmissão vectorial na Região Africana 2022-2030 ([documento AFR/RC72/7](#))

O Comité Regional debateu e adoptou um Quadro para o Controlo Integrado, Eliminação e Erradicação das Doenças Tropicais e Vectoriais (2022-2030) na Região Africana.

A Região Africana da OMS suporta um fardo pesado de Doenças Transmitidas por Vectores (DTVs), incluindo a malária, as doenças arbovírus e 19 Doenças Não Transmissíveis. As principais DTVs baseadas no número anual de casos notificados em 2020 são a malária, a filariose linfática, a oncocercose, a esquistossomose, dengue e febre do vale do rift. Muitos Estados-Membros estão no bom caminho para eliminar uma ou mais DTVs. Este feito é

parcialmente atribuído ao aumento do acesso a intervenções e tratamentos, ao reforço da capacidade do sistema, incluindo a implantação da Administração Massiva de Medicamentos (AMM) para as DNTs susceptíveis de quimioterapia preventiva (PC-NTD).

Devido à expansão do uso de intervenções de prevenção e tratamento, a incidência de casos de malária diminuiu 39% de 368 por 1000 habitantes em risco no ano 2000 para 222 em 2019, evitando mais de 1,4 bilhões de casos e 10 milhões de mortes entre 2000 e 2020.

Documentos de referência relevantes:

- [Accelerating work to overcome the global impact of neglected tropical diseases. A Roadmap for Implementation. Executive Summary](#)
- [Estratégia regional para as doenças tropicais negligenciadas, 2014-2020](#)
- [Tackling neglected tropical diseases in the African Region](#)
- [Quadro de implementação da Resposta Mundial para o Controlo dos Vetores](#)
- [Quadro de implementação da estratégia técnica mundial para o paludismo/malária, 2016–2030 na Região Africana](#)
- [Ending the neglect to attain the Sustainable Development Goals: a road map for neglected tropical diseases 2021–2030.](#)
- Relatório dos progressos na implementação da estratégia regional para as doenças tropicais negligenciadas; [AFR/RC69/INF.DOC/4](#)
- [Global arbovirus initiative: Preparing for the next Pandemic: tackling Mosquito-borne Viruses with epidemic and pandemic potential, 2022-2025](#)

Orçamento-Programa 2024–2025 e Prorrogação do Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho, 2019–2023 para 2025 ([documentos AFR/RC72/12 e AFR/RC72/12b](#))

Documentos de informação

Esta parte do Comitê é dedicada a colher informações e contribuições adicionais dos Ministros ou seus representantes sobre os progressos realizados nos respetivos Estados-Membros em cada uma das áreas tratadas nos documentos abaixo especificados.

Relatório intercalar sobre a estratégia regional de saúde oral 2016–2025: combater as doenças orais no contexto das doenças não transmissíveis (documento [AFR/RC72/INF.DOC/1](#))

Relatório intercalar sobre o quadro da Região Africana para a implementação da estratégia mundial sobre os recursos humanos para a saúde: Força de Trabalho 2030 (documento [AFR/RC72/INF.DOC/2](#))

Relatório intercalar sobre a implementação da Estratégia Mundial para a Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente 2016-2030 na Região Africana (documento [AFR/RC72/INF.DOC/3](#))

Relatório intercalar sobre a Estratégia Mundial para Acelerar a Luta Antitabágica 2019–2025: Implementação na Região Africana (documento [AFR/RC72/INF.DOC/4](#))

Relatório intercalar sobre o quadro para a Implementação da resposta mundial para controlo de vectores na Região Africana da OMS (documento [AFR/RC72/INF.DOC/5](#))

Relatório intercalar sobre a estratégia regional para a vigilância e resposta integradas às doenças 2020-2030 (documento [AFR/RC72/INF.DOC/6](#))

Relatório intercalar sobre a implementação do documento técnico que visa reduzir as desigualdades em matéria de saúde através de medidas intersectoriais sobre os determinantes sociais da saúde na Região Africana (documento [AFR/RC72/INF.DOC/7](#))

Relatório intercalar sobre o Observatório Africano da Saúde (documento [AFR/RC72/INF.DOC/8](#))

Relatório sobre o pessoal da OMS na Região Africana (documento [AFR/RC72/INF.DOC/9](#))

Assuntos regionais decorrentes dos relatórios das auditorias internas e externas da OMS (documento [AFR/RC72/INF.DOC/10](#))

Para além de apresentação e análise das propostas apresentadas pelo Secretariado da OMS ao Comitê Regional, à margem também houve eventos paralelos e especiais em que se destacaram:

1º Evento paralelo

A abordagem com base em contratos para gestão das unidades de saúde públicas no Togo – Evento organizado pelo governo do Togo

2º Evento Paralelo

Dirigir uma campanha regional contra a drepanocitose

Os Ministros da Saúde lançaram uma campanha para aumentar a sensibilização e reforçar a prevenção e os cuidados para travar o impacto da drepanocitose, uma das doenças mais comuns na Região, mas que recebe uma atenção inadequada.

Mais de 66% dos 120 milhões de pessoas que sofrem de drepanocitose a nível mundial vivem em África. Aproximadamente 1000 crianças nascem todos os dias com a doença em África, tornando-a na doença geneticamente adquirida mais prevalente na Região. Mais de metade destas crianças morrerá antes de atingirem os cinco anos de idade, normalmente devido a infecção ou anemia grave.

A drepanocitose é uma doença do sangue hereditária que reduz a sobrevivência dos glóbulos vermelhos, causando anemia - muitas vezes chamada anemia falciforme. Níveis fracos de oxigénio no sangue e obstruções dos vasos sanguíneos em pessoas com drepanocitose podem causar dores intensas nas costas, no peito, nas mãos e nos pés, bem como infecções bacterianas graves.

Na Região Africana, registaram-se 38 403 mortes por drepanocitose em 2019, um aumento de 26% em relação ao ano 2000. O fardo da drepanocitose resulta de um baixo investimento nos esforços envidados para combater a doença. Muitas unidades de saúde pública em toda a Região não dispõem de serviços de prevenção, detecção precoce e cuidados para combater a drepanocitose. A existência de pessoal inadequado e a falta de serviços nas unidades de saúde de níveis inferiores também dificultam a resposta eficaz à doença.

A campanha, lançada durante este evento paralelo para reforçar a sensibilização à drepanocitose, visa reforçar a vontade e o envolvimento políticos, assim como os recursos

financeiros para a prevenção e controlo da drepanocitose em toda a Região. Procura também sensibilizar o público acerca da doença nas escolas, comunidades, instituições de saúde e meios de comunicação social e defender sistemas de saúde mais robustos, de modo a garantir serviços de qualidade e ininterruptos e um acesso equitativo a medicamentos e ferramentas inovadores.

“A maioria dos países africanos não dispõe dos recursos necessários para prestar cuidados abrangentes às pessoas com drepanocitose, apesar da disponibilidade de intervenções comprovadas e economicamente vantajosas para a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento desta patologia,” disse a Dr.^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para a África. *“Precisamos de destacar esta doença e ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem com ela.”*

Devido à falta de programas de rastreio neonatal e de vigilância em toda a Região, existe uma falta de dados precisos e fiáveis sobre a doença. Além disso, a recolha de dados sobre a drepanocitose não está incluída na maior parte dos inquéritos nacionais às populações. Estas lacunas de dados tiveram um impacto negativo na priorização e na afetação de recursos para a doença.

Para além do seu impacto na saúde pública, a drepanocitose também representa inúmeros custos económicos e sociais para as pessoas afetadas e as suas famílias, podendo interferir com muitos aspectos das vidas dos doentes, incluindo a educação, o emprego, o bem-estar e o desenvolvimento mental e social.

“Não podemos continuar a ignorar o fardo significativo causado pela drepanocitose,” disse a Dr.^a Moeti. *“Devemos esforçar-nos mais para melhorar o acesso ao tratamento e aos cuidados, incluindo ao aconselhamento e ao rastreio neonatal, garantindo que os programas são descentralizados e integrados, estando os serviços a ser prestados às comunidades e ao nível dos cuidados de saúde primários.”*

A Dr.^a Moeti frisou a necessidade de mais investimento e de parcerias e colaboração mais fortes para ajudar a reverter a tendência do aumento dos casos de drepanocitose em África.

Para além da OMS, a nova campanha está a ser apoiada por parceiros, incluindo o Banco Mundial, o Departamento de Serviços Humanos e de Saúde dos Estados Unidos, a Fundação Novartis, a *Global Blood Therapeutics* e a *SickleInAfrica*.

3º Evento paralelo

Reunião de Ministros da Saúde dos PEID (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento)

4º Evento paralelo

Combater os medicamentos falsificados e de qualidade inferior em África – Uma abordagem colaborativa e integrativa

O tráfico e consumo de medicamentos falsificados e de qualidade inferior (FSM¹²⁸ - *Falsified and Substandard Medicines*) é um flagelo que não poupa a África. Durante o Comitê

¹²⁸ Em francês : *Médicaments Falsifiés et de Qualité Inférieure* (MFQI)

Regional a [Fundação Brazzaville](#) coorganizou um evento paralelo com o Ministério da Saúde da República do Togo e o Escritório Regional para África da OMS.

Intitulado "*Luta contra os medicamentos que matam em África*": Uma abordagem colaborativa e integrada", a reunião centrou-se na coordenação da luta contra os FSM em África e incluiu os seguintes membros do painel: o Diretor-geral da OMS, o Diretor de Gestão de Programas da OMS para África, os Ministros da Saúde do Togo e do Ruanda, a Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da União Africana e do Chefe Executivo da Fundação Brazzaville.

Este intercâmbio fez parte de uma nova dinâmica em África no que diz respeito ao acesso a medicamentos de qualidade e a preços acessíveis. Em primeiro lugar, através da operacionalização da [Agência Africana de Medicamentos \(AMA\) que ficará sediada no Ruanda...](#) Em segundo lugar, no final do ano, foi lançado no Togo um projeto-piloto para estabelecer um plano nacional de combate ao FSM. Este projeto faz parte da Iniciativa de Lomé (*l'Initiative de Lomé*, IDL), lançada numa cúpula organizada pela Fundação Brazzaville em 2020 no Togo, que resultou na Declaração de Lomé assinada por seis Estados africanos¹²⁹.

Moustafa Mijiyawa, Ministro da Saúde, Higiene Pública e Acesso Universal aos Cuidados de Saúde do Togo e também coordenador político do IDL, recordou a natureza sistémica do tráfico de MFQI: "*Todos concordam que uma ação nacional é ineficaz. Todos concordam que um setor dentro de um país não pode lidar sozinho com ela*". O Diretor-geral da OMS, que também esteve presente na Cúpula/Cimeira de Lomé em janeiro de 2020, enumerou os três fatores que impulsionam a proliferação de MFQI em África: "*Falta de acesso a medicamentos de qualidade e acessíveis, [...] falta de boa governação, [...] e falta de capacidade técnica*". Sublinhou também o empenho político como a força motriz por detrás da resolução do problema dos MFQI. "*Se houver um compromisso real, haverá partilha de informação, investimento financeiro, mobilização de apoio internacional e, mais importante ainda, desenvolvimento de capacidades*".

Os agentes corruptores estão a multiplicar-se ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Para assegurar todo o circuito de distribuição de medicamentos no Togo, a [Centrale d'Achat de Médicaments Essentiels Génériques du Togo \(CAMEG-TOGO\)](#) atua sobre a cadeia de abastecimento farmacêutico. O diretor da CAMEG-TOGO e Ministro Delegado do Ministério da Saúde, Higiene Pública e Acesso Universal aos Cuidados de Saúde do Togo, responsável pelo Acesso Universal aos Cuidados de Saúde, reconhece a dificuldade de identificar fornecedores fiáveis. Defende a criação da IDL: "*Temos de ter êxito, através destas iniciativas regionais, na criação de sistemas de abastecimento que controlamos de ponta a ponta*". Os meios incluem a centralização de compras a nível regional para beneficiar de um efeito de volume.

Além disso, 70% dos medicamentos consumidos em África são importados. Para reduzir esta dependência e construir um sistema de saúde resiliente, o objetivo é coordenar a produção local de medicamentos e utilizar as 400 fábricas farmacêuticas existentes em África.

As duas alavancas identificadas são a ação interministerial apoiada por legislação apropriada e a necessidade de uma ação coordenada das autoridades públicas, do setor privado e da sociedade civil. Para o diretor da CAMEG-TOGO, isto implica uma melhor comunicação: "*Há um diálogo a ser posto em prática entre certas administrações, nomeadamente as alfândegas e a polícia [...] e um diálogo entre países, através da partilha de informação*". Referiu-

¹²⁹ Gana, Níger, Uganda, Congo, Senegal e Togo

se também à coragem necessária, para além da vontade política já expressa pelos promotores da IDL.

Richard Amalvy, Chefe Executivo da Fundação Brazzaville e moderador do evento, apresentou a [*African Union Model Law on the Regulation of Medical Products*](#). Uma das recomendações desta lei é a criação de uma autoridade reguladora nacional para os medicamentos. A nível continental, este é o papel esperado da Agência Africana de Medicamentos (AAM). Hoje, 23 países assinaram o tratado que cria a AAM. Segundo Comissária para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da União Africana, a harmonização das legislações dos estados membros com base na lei modelo da UA é a condição *sine qua non* para o sucesso da AAM.

Evento paralelo *ad hoc*

Sessão à porta fechada sobre o poliovírus selvagem de tipo 1 com os Ministros da Saúde

5º Evento paralelo

Assumir a liderança política para pôr fim à tuberculose infantil até 2030 – Evento realizado pela UA em colaboração com a OMS e a EGPAF (Elizabeth Glaser Pediatric AIDS Foundation)

6.º evento paralelo

Garantir a segurança sanitária em África – Jantar ministerial para discutir os programas emblemáticos do Escritório Regional da OMS para a África no âmbito da Preparação e Resposta a Situações de Emergência

7.º evento paralelo

Construir sistemas de saúde resilientes em África através de uma melhor liderança, gestão e governação: o programa “As vias da liderança para os Estados-Membros” do Escritório Regional da OMS para a África.

Durante este evento paralelo organizado em formato de painel de discussão, os Delegados tiveram a oportunidade de apreciar o percurso da OMS AFRO referente ao programa de liderança de transformação da saúde. O programa faz parte da transformação da OMS AFRO. O programa "*Caminhos para Liderança à Transformação da Saúde em África*" centra-se na transformação do sector da saúde que é proposta aos Estados-Membros da OMS. Trata-se de uma experiência de desenvolvimento de liderança e de gestão altamente interativa, rápida e prática, com o objetivo de desafiar, inspirar e capacitar os seus participantes.

Visando o pessoal em posições de liderança tais como diretores, gestores, chefes de equipe que trabalham com entidades nacionais, Ministérios, ONGs e organizações internacionais, o programa procura desenvolver um novo tipo de líderes ágeis para quem a aprendizagem e a auto - reflexão tornar-se-ão uma nova forma de trabalhar. Os participantes ao programa são selecionados pela OMS e pelos Ministérios da Saúde.

Durante o painel de discussão, o Dr. Anthony Oforu, Diretor-geral Adjunto dos Serviços de Saúde do Gana, partilhou a sua experiência do programa. Como participante na primeira parte do programa, abordou sobre como o programa foi útil para reforçar a sua apreciação dos seus pontos fortes como líder e aumentar a sua consciência de inteligência emocional.

Na sua reflexão sobre o programa, os Delegados manifestaram gratidão por ter sido disponibilizado um programa de liderança aos líderes decisores, com impacto no sistema de saúde.

Os temas centrais do programa de liderança são: (i) o reforço da representação das mulheres na governação do sector da saúde; (ii) a elevação de um novo quadro de líderes de saúde pública para a reforma do sector da saúde e (iii) a liderança que contribuirá para a construção de sistemas de saúde resilientes.

Os Delegados acolheram o programa como uma componente relevante da agenda de transformação da OMS AFRO, que exemplifica o compromisso da OMS para uma transformação inclusiva, e que engloba a organização e os seus parceiros principais – em particular os Ministérios da Saúde.

8.º evento paralelo

Jantar de conferência ministerial sobre inteligência artificial

A pandemia de COVID-19 desencadeou uma procura sem precedentes de soluções baseadas na tecnologia digital, no rastreio de populações e infecções, e na minimização do contacto humano direto.

Para potenciar a utilização de tecnologias na Região Africana e reforçar os sistemas de saúde, a OMS, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a USAID apresentaram aos Delegados, a importância da Inteligência Artificial (IA), e a sua utilização segura e eficaz na Região Africana.

A tecnologia digital desempenha um papel vital na proteção do pessoal médico, limitando o contacto direto com os pacientes, desinfectando ambientes controlados e divulgando mensagens de saúde pública e de emergência.

Tecnologias como a IA têm o potencial de oferecer novos conhecimentos e ferramentas para melhorar a tomada de decisões clínicas, e a análise preditiva para a preparação de emergência sanitária, mitigar a escassez de mão-de-obra, adaptar programas dirigidos às áreas de maior necessidade, melhorar a previsão de surtos de doenças e trazer eficiência à prestação de serviços de saúde.

Dado o rápido aumento da cobertura telefónica móvel, alavancar a utilização da tecnologia digital no sector da saúde em África é vital para gerir diferentes crises sanitárias, e reforçar os sistemas de cuidados de saúde, através de mecanismos digitais eficazes e mais eficientes.

No entanto, as lacunas nos ecossistemas de saúde digital de muitos países africanos precisam de ser abordadas, a fim de se planear uma utilização e adopção mais ampla das tecnologias digitais e de IA.

"A Covid-19 não será a última ameaça sanitária para as nossas sociedades e economias. Como tal, precisamos de ter em conta as lições que nos deu - há necessidade urgente de novas competências, abordagens e ferramentas como a IA para assegurar que estamos melhor preparados para o próximo grande evento de choque", disse a Dra. Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

A realização de todo o potencial da tecnologia digital, incluindo a IA, requer o reforço da política e do ambiente regulador, da infraestrutura do sistema, do financiamento sustentável, da segurança e da capacidade de mão-de-obra, bem como a diversidade dos intervenientes envolvidos na saúde digital e na inovação tecnológica.

"O potencial da IA para fazer avançar os nossos países no sentido da realização da Cobertura Universal da Saúde é muito claro. Como OMS, estamos plenamente empenhados em apoiar os Estados-Membros a colher todos os benefícios. Gostaria de exortar os Estados-Membros a fazer pleno uso desta importante ferramenta. É um recurso chave na implementação da IA", disse a Dra. Moeti.

Para executar todo o potencial da tecnologia digital, os Delegados identificaram ações concretas para a definição de políticas e ambientes favoráveis à promoção das tecnologias digitais, que incluem, entre outros, o reforço das infraestruturas digitais subjacentes e dos sistemas de saúde digitais.

Os Delegados ainda reconheceram o potencial da saúde digital e da IA para enfrentar os múltiplos desafios da Cobertura Universal da Saúde e reconheceram a necessidade de reforçar a colaboração, transferir conhecimentos sobre saúde digital, fazer avançar a implementação da estratégia e defender um sistema de saúde centrado nas pessoas para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na sequência da aprovação da estratégia global da OMS sobre saúde digital e da Estrutura da OMS AFRO para a Implementação da Estratégia Global sobre saúde digital na Região Africana, o Escritório Regional está a trabalhar com parceiros para gerar materiais de referência relevantes para a IA, para a saúde no contexto da Região Africana.

Eventos especiais

Reconstruir melhor: Repensar e reconstruir sistemas de saúde resilientes em África para alcançar a cobertura universal de saúde e segurança sanitária

Proposta para a ordem do dia provisória, local e datas da 73ª Sessão do Comité Regional

Os Ministros da Saúde analisaram propostas apresentadas pelo Secretariado referentes à Ordem do Dia provisória, local e datas do próximo Comité Regional ([documento AFR/RC72/13](#)).

Assim, deliberaram, com algumas alterações à Ordem do Dia provisória, sobre a realização da 73ª Sessão do Comité Regional, a decorrer de 28 de agosto a 1º de setembro de 2023, no Botswana.

Seis meses de guerra na Europa

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Ucrânia comemora o 31º ano de sua independência da Rússia, enquanto a invasão completa 6 meses. O *The Economist* de 27/08, traz algumas reflexões sobre a guerra na Ucrânia, com viés especial para os efeitos por vir das sanções econômicas aplicadas contra a Rússia. Em editorial, a efetividade das medidas é questionada. O periódico promete uma série de artigos sobre as consequências da guerra. Nesta edição, avalia que as sanções têm sido menos eficazes do que o esperado - mas acabarão por prejudicar a economia da Rússia. A edição também aborda o cansaço das tropas russas e ucranianas e os desafios de se treinar novos soldados.

O diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica ([AIEA](#)) [visitará a central nuclear ucraniana de Zaporizhzhia](#), que foi alvo de ataques nas últimas semanas. A central de Zaporizhzhia, onde ficam seis dos 15 reatores nucleares ucranianos, foi tomada em março pelas tropas russas, pouco depois do início da invasão em 24 de fevereiro, e fica perto da frente de batalha no sul do país. Kiev e Moscou trocam acusações sobre bombardeios nas proximidades do complexo, que fica ao lado da cidade de Energodar e do rio Dnipro, e sobre riscos para a central. A operadora ucraniana Energoatom advertiu no sábado para o risco de vazamento radioativo e incêndios em consequência dos ataques. A ONU pediu o fim de todas as atividades militares na área próxima à central. A Ucrânia inicialmente temia que uma visita da AIEA legitimasse a ocupação russa da usina, mas passou a apoiar a ideia da missão.

Mesmo de férias, nos últimos dias de agosto, ministros das [relações exteriores](#) e da [defesa](#) da União Europeia, reuniram em encontros informais. Ambos trazem a agressão russa à Ucrânia como pauta, além das relações com a África e dos impactos da guerra sobre a segurança dos Estados membros da UE.

Os ministros europeus das Relações Exteriores, discutirão sobre a [suspensão do acordo de vistos de turismo com a Rússia](#), iniciativa que gera divisões dentro do bloco. Os países bálticos, Polônia e Finlândia defendem uma posição comum do bloco europeu sobre a proposta. A medida não tem precedentes na União Europeia (UE), mas alguns países vizinhos da Rússia adotaram iniciativas unilaterais para limitar os vistos a cidadãos russos. Como parte das sanções, a UE já havia proibido vistos para determinados cidadãos vinculados ao governo russo, mas a emissão de vistos de turismo não foi suspensa. Caso aprovada, a medida incluiria exceções relacionadas à sociedade civil russa, casos humanitários e estudantes.

Em regiões ucranianas ocupadas pela Rússia, como Donetsk e Mariupol, as crianças iniciam o [novo ano letivo com um programa russo e manuais escolares russos](#). Uma bibliotecária de uma escola de Mariupol, confirma que não resta um único livro ucraniano nas prateleiras: "Primeiro, todos os livros são agora russos. Já não temos livros ucranianos no armazém e não teremos nenhum na biblioteca. E todos os livros de texto são uma nova edição de 2022. Portanto, a lista literária foi completamente renovada". Em Mariupol, tenta-se reconstruir o que as bombas russas destruíram, mas muitas escolas não estarão prontas para o início do ano escolar e também não há professores suficientes. O porta-voz do ministro dos Negócios Estrangeiros, Oleg Nikolenko, denuncia no Twitter que, nas regiões de Kherson e Zaporijia, os pais estão sendo ameaçados a terem seus filhos levados para orfanatos, caso não os enviem para as novas escolas russas, pedindo a "reação da UNESCO a este crime"

O Continente Europeu vive a [maior onda de paralizações em 30 anos](#). Atingindo aeroportos, ferrovias, escolas, indústrias e até serviços diplomáticos, tem como pano de fundo

um cenário de altíssima inflação e privatizações que pioram as condições de trabalho. [No Reino Unido](#), atingem diversas categorias, notadamente, operadores de transporte e magistrados.

Enquanto trabalhadores cruzam os braços, outros buscam alguma oportunidade. Em edição de domingo (28/8), o Le Monde, traz matéria de capa sobre uma nova onda de migração na Europa, na rota dos Balcãs, onde milhares de pessoas tentam cruzar a fronteira entre a Sérvia e a Hungria para entrar na União Europeia, em busca de melhores condições de vida. Vindos do norte da África e também da Ásia, esses migrantes totalizaram mais de 70.000 passagens desde janeiro, nível considerado sem precedentes, desde a crise de 2015 (quando os migrantes eram majoritariamente sírios e afegãos que fugiam da guerra). No Mediterrâneo, a Itália é o principal país de desembarque. Desde o início do ano, 22.800 migrantes ingressaram no Reino Unido cruzando o Canal da Mancha em barcos improvisados, duas vezes mais do que em 2021. Em Bruxelas, os requerentes de asilo dormem na rua e as filas estão ficando mais longas, na frente um centro de recepção lotado.

O fogo, o calor e a seca saíram um pouco das manchetes, mas não de cena. Nesta quinzena, Portugal registrou um raro [tornado de fogo](#) no nordeste do país.

A OMS Europa se prepara para a [72ª Sessão de seu Comitê Regional](#), que acontecerá em Tel Aviv, Israel, entre 12 e 14 de setembro. Na ocasião, ministros da saúde e delegados de alto nível dos 53 Estados membros da Região Europeia da OMS, acompanhados de representantes de organizações parceiras e da sociedade civil, terão a oportunidade de refletir sobre os progressos e próximos passos necessários à implementação do Programa Europeu de Trabalho 2020-2025 “United Action for Better Health in Europe”. Planos de ação regional serão deliberados em matérias como câncer cervical, uso de álcool, tuberculose, HIV, hepatites virais e infecções sexualmente transmissíveis. A [agenda](#) do encontro tem predominância de Doenças Não Transmissíveis e também contempla a obesidade infantil.

Em meio aos impactos antecipados das mudanças climáticas, Egito organiza a COP27, enfatizando necessidades da região MENA

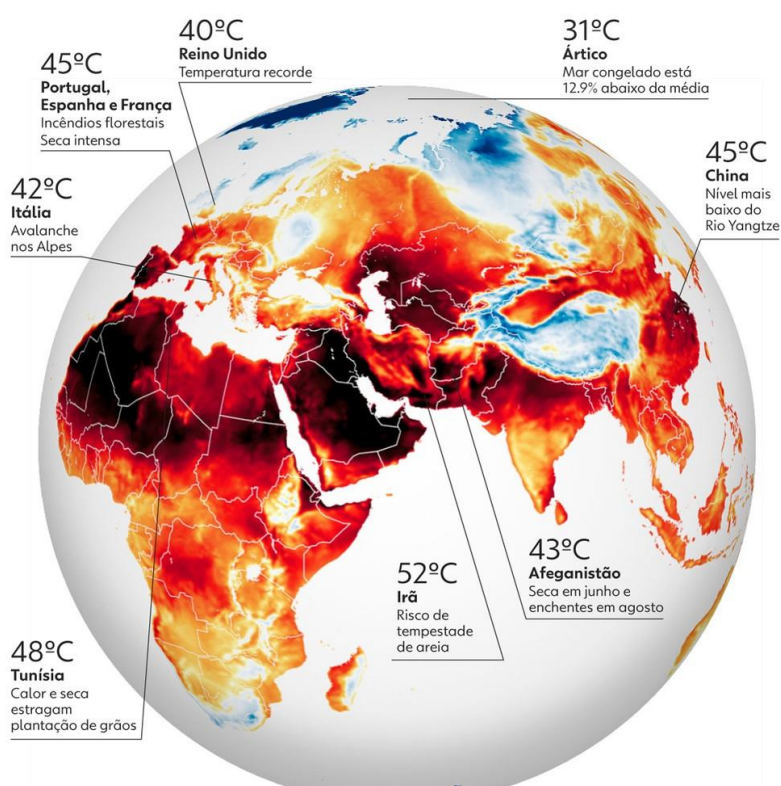
Lúcia Marques

Os custos da inação serão maiores do que os custos da ação. IPCC-2022

Dos EUA à Ásia Sudeste, passando pela Europa, região MENA e Ásia Sul, o planeta arde, esturrica, se afoga, descongela. E insegurança alimentar, insegurança energética, insegurança hídrica e doenças decorrentes já são realidades. Consequências dos impactos antecipados das mudanças climáticas. O [relatório](#) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) - *Mudança Climática 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*, divulgado em março desse ano, aponta que, com a aceleração da crise climática, seus efeitos tendem a se intensificar em um período de tempo da vez mais curto. É o que estamos assistindo acontecer na Coreia do Sul, [China](#), Hong Kong, Índia, Vietnã, Filipinas, [Paquistão](#), [Afeganistão](#), Turquia, [Iêmen](#), Iraque, no Chifre da África¹³⁰, no [Sahel](#) e tantos outros lugares, impactando os meios de subsistência, destruindo estruturas, e afetando a saúde das pessoas. E a guerra russo-ucraniana, num dos chamados “cestos de pão do mundo”¹³¹, só contribui negativamente para o desafio alimentar que se agrava.

Os ciclos de estiagem e enchentes são naturais e fazem parte da ecologia dos sistemas, mas as intervenções humanas e urbanas estão

produzindo ciclos menos naturais, afetando a frequência e a intensidade dos ciclos.¹³² Ciclos climáticos que aconteciam em um século, agora se dão em décadas. Até bem pouco tempo, as monções no sudeste asiático eram ansiosamente esperadas para garantir a safra alimentar do próximo ano; hoje, são temidas pela destruição que causam em seu caminho. A ocupação



Mapa mostra temperaturas recordes em alguns países no verão de 2022 no Hemisfério Norte — [Foto: G1](#)

¹³⁰ https://news.un.org/en/story/2022/08/1125552?utm_source=UN+News+-+Newsletter&utm_campaign=a5633e2b91-EMAIL_CAMPAIGN_2022_08_27_12_16&utm_medium=email&utm_term=0_fdbf1af606-a5633e2b91-107826441

¹³¹ [As mudanças climáticas diminuirão a segurança alimentar das cestas de pão do mundo |? McKinsey](#)

¹³² <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/28/a-seca-historica-no-hemisferio-norte-e-seus-efeitos.ghtml>

urbana desordenada, desmatamentos, despejo de efluentes poluem e causam assoreamento nos rios e lagos; concentrações de gases efeito estufa na atmosfera aquecem os oceanos, aumentando as intensidades das tempestades em algumas regiões e, em outras, o movimento do ar inibe a formação de nuvens e provocando a seca.

A saúde, a vida e os meios de subsistência das pessoas, bem como a propriedade e a infraestrutura crítica, incluindo sistemas de energia e transporte, estão sendo cada vez mais adversamente afetados por riscos de ondas de calor, tempestades, secas e inundações, bem como mudanças na elevação do nível do mar. O [relatório](#) do IPCC fornece informações regionais extensas para avançar no Desenvolvimento Resiliente ao Clima.

A China enfrenta a maior onda de calor dos últimos 60 anos, causando estragos às plantações, incêndios florestais e racionamento de energia.¹³³ A safra de outono já foi perdida. Agricultores trabalham entre 22h e 4h para evitar o calor escaldante do dia, quando o solo atinge a temperatura de 60°. Em outra região do país, chuvas torrenciais destroem as culturas, comprometendo safras. A China tem um papel importante na cadeia produtiva agroalimentar.

A matriz energética chinesa também foi afetada pela seca. O rio Yangtzé passa por 19 províncias e é responsável por 45% da produção econômica da China, além de ser essencial para o abastecimento hídrico de quase metade do país. A seca está provocando abalos na indústria chinesa e ainda pode elevar o custo dos alimentos, já que, com as quedas na produção, o país certamente precisará importar comida —encarecendo commodities no mundo todo.¹³⁴ Já estamos assistindo ao fechamento de fábricas por falta de energia, com reflexos globais.

As autoridades chinesas estão procurando provocar chuva no centro e sudoeste da China. Nas províncias ao redor do Yangtzé, especialistas usam técnicas para "semear" nuvens artificialmente,¹³⁵ uma técnica muito usada pelos Emirados Árabes.

Na Índia, a produção de grãos despencou por conta de uma forte onda de calor, que prejudicou a safra de trigo – encarecendo alimentos básicos da alimentação local. Já no Afeganistão e no Paquistão, a situação climática é oposta. Chuvas de monção e inundações mataram centenas de pessoas e afetaram mais de 30 milhões. Isso acontece porque o ar seco empurra as chuvas, o que acabou concentrando a precipitação nesses países.¹³⁶

O Chifre da África enfrenta a pior seca em mais de 40 anos, que pode se prolongar até dezembro, segundo previsões da Organização Meteorológica Mundial (WMO, na sigla em inglês). De acordo com a organização, essa região está entrando a quinta temporada de poucas chuvas consecutiva e Etiópia, Quênia e Somália estão à beira de uma catástrofe humanitária sem precedentes.¹³⁷ Em Burkina Faso, Chade, Mali, Níger e Nigéria, a seca e a insegurança hídrica estão impulsionando surgimento de conflitos e situação de insegurança. **Quando a água não está disponível ou não é segura, os riscos para as crianças se multiplicam exponencialmente.** De acordo com [dados da OMS](#), 40 milhões de crianças enfrentam níveis altos a extremamente

¹³³ [Diante de seca, China diz aos agricultores para replantar ou trocar de culturas - Forbes](#)

¹³⁴ [Seca e calor recorde na China afeta economia do mundo - 26/08/2022 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](#)

¹³⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62669137>

¹³⁶ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/28/a-seca-historica-no-hemisferio-norte-e-seus-efeitos.ghtml>

¹³⁷ https://news.un.org/en/story/2022/08/1125552?utm_source=UN+News+-+Newsletter&utm_campaign=a5633e2b91-EMAIL_CAMPAIGN_2022_08_27_12_16&utm_medium=email&utm_term=0_fdbf1af606-a5633e2b91-107826441

altos de vulnerabilidade hídrica. Já morrem mais crianças como resultado de água e saneamento inadequados no Sahel do que em qualquer outra parte do mundo. Isso só será intensificado pela crise nascente.¹³⁸

A seca deste ano coincidiu com um aumento global nos preços de alimentos e combustíveis, impulsionado pela guerra na Ucrânia, que atingiu mais duramente partes da África. A previsão para outubro a dezembro, divulgada no Fórum de Perspectivas Climáticas Sazonais do Grande Chifre da África, mostra grandes chances de condições mais secas do que a média na maior parte da região, o que **agravará ainda mais a crise para milhões de pessoas**. A seca excepcional no Grande Chifre da África destaca a vulnerabilidade da região aos riscos relacionados ao clima, que devem se intensificar devido à aceleração das mudanças climáticas.

Em meio a esse cenário, Egito organiza a COP27, enfatizando as necessidades da região MENA

A diplomacia climática global – do Protocolo de Kyoto ao Acordo de Paris – não está funcionando. Apesar de décadas de negociações sustentadas por líderes mundiais, a crise climática continua a piorar. A COP26, de 2021, foi uma decepção.¹³⁹

Recentemente, tivemos relatórios que foram divulgados pelos IPCC retratando um quadro muito sombrio sobre onde estamos agora, sobre o fato de estarmos tão distantes do que precisa ser feito e, explicando em detalhe, o impacto adverso das mudanças climáticas em quase todos os setores e todas as regiões do mundo. É um momento preocupante em que todos estamos convergindo em torno de fatos cientificamente estabelecidos de que a janela de oportunidade está se fechando rapidamente e ainda há muito que precisa ser feito em escala e em tempo hábil.

David Victor¹⁴⁰, um dos principais autores do IPCC, em seu livro *Fixing the Climate: Strategies for an Uncertain World*, em coautoria com Charles Sabel, explica por que a diplomacia climática global e os tratados que prescrevem soluções de cima para baixo para as mudanças climáticas não estão funcionando. Ele argumenta que cortes profundos nas emissões devem surgir localmente, com o governo e as empresas trabalhando juntos para experimentar novas tecnologias, aprender rapidamente as melhores soluções e divulgar essas informações globalmente. Os autores argumentam que o Acordo de Paris é, na melhor das hipóteses, um guarda-chuva sob o qual a experimentação local pode expandir a fronteira tecnológica e ajudar as sociedades em todo o mundo a aprender como implantar as tecnologias e políticas necessárias para enfrentar esse problema global assustador.

¹³⁸ https://news.un.org/en/story/2022/08/1125192?utm_source=UN+News+-+Newsletter&utm_campaign=bd7d83e6da-EMAIL_CAMPAIGN_2022_08_24_12_16&utm_medium=email&utm_term=0_fdbf1af606-bd7d83e6da-107826441

¹³⁹ MARQUES, L. *Coletânea Informes Ásia Pacífico e Oriente Médio 2021*, p. 162; 168.

¹⁴⁰ David Victor é professor de inovação e políticas públicas na School of Global Policy and Strategy da UC San Diego. É presidente do Centro para a Transformação Global em Inovação e Políticas Públicas. Victor também é o codiretor da Iniciativa de Descarbonização Profunda, que se concentra em estratégias do mundo real para levar o mundo a quase zero de emissões de gases de aquecimento. <https://www.brookings.edu/experts/david-victor/>

A ASEAN vem batendo nessa tecla há pelo menos três anos: avançar nas parcerias público-privadas para alcançar o desenvolvimento sustentável e buscar soluções inovadoras e adequadas às capacidades e necessidades dos Estados.¹⁴¹

Na 47ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento Islâmico (IsDB), junho de 2022, ministros das áreas ambientais, hídricas, finanças, planejamento, desenvolvimento, abastecimento, relações exteriores e especialistas de instituições e think Tanks estiveram reunidos para avançar nas ações para resiliência climática, seu financiamento, redução de desigualdades e transição para economia verde. Em seu [discurso](#) na abertura da reunião, o presidente do Grupo IsDB, Sharm El Sheikh, lembrou que as mudanças climáticas ameaçam a saúde e o bem-estar dos sistemas humanos e naturais e minam futuras perspectivas de desenvolvimento sustentável, particularmente em economias em desenvolvimento e emergentes.

Em meio a esse cenário de eventos climáticos extremos e múltiplas crises que atingem o planeta e com a transição para fontes de energia renovável parecendo estagnar nos últimos meses, a esperança é que a 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), a ser realizada no Egito, em 7 a 18 de novembro - Cúpula de Sharm El-Sheikh -, de alguma forma, coloque a agenda climática de volta nos trilhos. Há uma expectativa de que o país anfitrião enfatize as necessidades, prioridades e circunstâncias de seu próprio espaço geográfico e cultural. Este ano é a vez da África e do Oriente Médio. “Esta é uma grande oportunidade para a África e a região MENA aumentarem a conscientização sobre seus desafios e as soluções necessárias para enfrentar as mudanças climáticas”, Zitouni Ould-Dada, vice-diretor da Divisão de Clima e Meio Ambiente da Organização para Agricultura e Alimentação, do Egito.¹⁴²

Os preparativos para a COP27 deram ao Egito o impulso adicional para enfrentar seus próprios desafios climáticos. De acordo com o Banco Mundial, as temperaturas médias anuais no estado do norte da África podem aumentar de 2 a 3 graus Celsius até 2050. Cairo é considerada uma das cidades mais poluídas do mundo, onde a indústria, o congestionamento do tráfego e a gestão de resíduos abaixo do padrão levaram à má qualidade do ar e problemas de saúde associados. O Ministério da Saúde do Egito diz que cerca de 2 milhões de pessoas por ano, em média, procuram tratamento médico para problemas respiratórios relacionados à má qualidade do ar.

A COP27 acontece contando com dois trabalhos importantes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que fornece à comunidade internacional a mais recente ciência baseada em dados disponíveis sobre mudanças climáticas em termos de impacto, bem como o que precisa ser feito em termos de soluções.¹⁴³ Será a COP da implementação - onde as nações devem mostrar como estão, por meio de legislação, políticas

¹⁴¹ Na recente reunião de Ministros de Relações Exteriores dos Estados do Sudeste Asiático (EAS), os ministros destacaram entre as principais áreas de cooperação para o novo Plano de Ação EAS 2023-2027 a gestão de desastres e ambiente e energia, visando maior cooperação na promoção do desenvolvimento sustentável, bem como o olhar para as oportunidades de transição energética e a ação climática. A reunião saudou o sucesso do Projeto de integração de Energia Laos-Tailândia-Malásia-Singapura e o estabelecimento do Centro ASEAN para Mudanças Climáticas em Brunei. A [declaração final](#) defende a promoção de tecnologias inovadoras e sociedades de baixo carbono, incluindo o desenvolvimento de hidrogênio, amônia combustível, mobilidade de baixa emissão de carbono, novas tecnologias para captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS) e reciclagem de carbono.

¹⁴² <https://www.arabnews.com/node/2147376/middle-east>

¹⁴³ <https://www.arabnews.com/node/2147376/middle-east>

e programas, e em todas as jurisdições e setores, e começar a colocar o Acordo de Paris para funcionar em seus países de origem. É o ano em que os governos devem tirar seus planos de mitigação, adaptação e financiamento climáticos da mesa de negociações para a aplicação no mundo real.

A cúpula deste ano se concentrará em mitigação, adaptação e financiamento. Muita coisa mudou desde a COP26. A guerra na Ucrânia levou a um embargo ocidental ao petróleo e gás russos, causando um aumento nos preços globais da energia. Em muitos países, ainda em recuperação da pandemia de COVID-19, isso provocou uma crise de custo de vida. Em resposta aos aumentos de preços, governos famintos por energia pediram aos produtores de petróleo e gás que aumentassem sua produção, enquanto outros voltaram para a alternativa mais barata, mas muito mais suja, do carvão, atrasando a transição para as energias renováveis verdes.

“Por essa razão, é crucial que na COP27 continuemos reiterando a mensagem de que precisamos de força e compromisso contínuos com a agenda climática”, disse o porta-voz da presidência da COP27. “A resposta climática não pode ser priorizada, reagendada ou colocada em pausa até que façamos o resto do combate ao incêndio.”¹⁴⁴

Os delegados que representam os países em desenvolvimento que participaram das negociações na 56ª sessão da Conferência de Mudanças Climáticas, de Bonn, em junho, disseram que são eles que pagam o preço pela mudança climática provocada por centenas de anos de emissões liberadas por nações industrializadas. “A África quase não desempenhou nenhum papel no aquecimento global, mas as mudanças climáticas estão tendo um impacto desproporcional, com secas, inundações e desastres naturais gerando fome, instabilidade e conflito”, destacou Ghada Fathi Waly, diretor-geral do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Espera-se que esse desequilíbrio possa ser resolvido na COP27. Se a pesquisa climática recente ensinou alguma coisa aos líderes mundiais, é que todas as nações – ricas ou pobres – pagarão um preço muito maior se não agirem coletivamente agora. O IPCC alertou sobre a urgência das mudanças climáticas e a necessidade de tomar medidas climáticas. Os custos da inação seriam maiores do que os custos da ação.

Em homenagem à COP27, o Egito transformou sua cidade turística de Sharm El-Sheikh, no Mar Vermelho, que sediará a cúpula, em uma cidade verde sustentável, em parte com a ajuda de uma doação de US\$ 7 milhões do [Fundo para o Meio Ambiente Global](#). Apelidado de Sharm Green City Project, o local utilizou tecnologias de baixo carbono, implementou políticas de proteção ambiental e introduziu práticas aprimoradas de gerenciamento de resíduos. Como parte de sua agenda verde mais ampla, o Egito anunciou parceria com Emirados Árabes para a produção de hidrogênio verde.

Desafios da região MENA

As nações do Sul global enfrentam desafios externos e internos (instituições fracas, sistema de exclusão, relações desgastadas entre governo e cidadãos, fraquezas institucionais). Os desafios externos por si só já são uma carga para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, mas o déficit de governança exacerba as fragilidades internas, principalmente nos países da região do Oriente Média e Norte da África (MENA).

¹⁴⁴ <https://www.arabnews.com/node/2147376/middle-east>

O [relatório](#) *Desafios da Região MENA*, do think tank Conselho do Oriente Médio para Assuntos Globais,¹⁴⁵ com sede em Doha, Qatar, analisa esses desafios e sugere ações, em meio a um cenário global de crises geopolíticas e climáticas.

Segundo o relatório, alguns Estados, principalmente da região MENA, vivem ainda os desafios das rivalidades regionais e a incapacidade de moderação ou resolução de disputas. Em vez de trabalhar para resolver esses conflitos, o envolvimento regional exacerbou e prolongou as crises. Além disso, as rivalidades regionais têm servido como um dreno financeiro, desviando escassos recursos financeiros das prioridades de desenvolvimento. É o que vemos nas contínuas incursões israelenses à Mesquita do Al-Agsa, em Jerusalém, e nos avanços da ocupação de Israel nos territórios da Cisjordânia, contrariando as leis internacionais.¹⁴⁶

Os desafios externos que atingirão a região MENA na próxima década são semelhantes aos do passado, mas serão mais numerosos. A região enfrenta uma tempestade perfeita de ameaças econômicas, sociais e ambientais simultâneas. Ao mesmo tempo, a capacidade institucional interna dos países MENA para lidar com elas caiu. Evitando cenários hipotéticos, como uma nova pandemia global, e focando em questões em torno das quais há algum consenso, quatro desafios externos se destacam: transição energética, mudanças climáticas, transformação tecnológica e tendências demográficas. Os pontos de inflamação estão aumentando e podem levar a uma outra Primavera Árabe¹⁴⁷ - o capítulo 16, do [relatório do IPCC](#), página 2.429, traz como estudo de caso, para exemplo das consequências econômicas e sociais do estresse hídrico, a guerra civil síria¹⁴⁸. A região árabe é a região mais escassa e dependente de importação de alimentos do mundo, e uma das mais vulneráveis ao impacto das mudanças climáticas. A região já experimentou temperaturas médias elevadas, chuvas reduzidas, padrões climáticos imprevisíveis, eventos climáticos extremos e aumento de secas e inundações.

Os países MENA divididos podem facilmente se tornar peões ou ser considerados danos colaterais na luta global pelo poder.¹⁴⁹ Há uma camada adicional de urgência para além da guerra russo-ucraniana e intensificação dos eventos climáticos: a concorrência entre potências globais e regionais está aumentando. Os Estados Unidos e a China estão em desacordo.¹⁵⁰ A Rússia tem reafirmado seu papel como uma potência global.

Em um momento em que desafios globais estão afetando toda a região, os países MENA precisam (e podemos dizer que já começaram¹⁵¹) encontrar maneiras de resolver disputas e

¹⁴⁵ Conselho do Oriente Médio para Assuntos Globais é uma instituição independente de pesquisa política sem fins lucrativos com sede em Doha, Catar. O Conselho realiza pesquisas relevantes para políticas, fornecendo uma perspectiva regional sobre questões políticas globais, convoca reuniões e diálogos e engaja atores políticos sobre questões geopolíticas e socioeconômicas enfrentadas pela região do Oriente Médio e norte da África (MENA).

¹⁴⁶ https://news.un.org/en/story/2022/08/1125502?utm_source=UN+News+-+Newsletter&utm_campaign=12a11dbc0f-EMAIL_CAMPAIGN_2022_08_26_12_24&utm_medium=email&utm_term=0_fdbf1af606-12a11dbc0f-107826441

¹⁴⁷ Marques, L. Oriente Médio e Ásia Pacífico: Similaridades os aproximam na nova ordem mundial. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 8/2022, p. 166-178 \(167\)](#)

¹⁴⁸ Box 16.1, página 2429, do capítulo 16, do relatório do IPCC - [IPCC_AR6_WGII_Chapter16.pdf](#)

¹⁴⁹ [O Oriente Médio enfrenta grandes desafios de desenvolvimento: a maioria dos países não está preparada para enfrentá-los \(mecouncil.org\)](#)

¹⁵⁰ Marques, L. Há uma coisa boa na competição China e EUA. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 12/2022, p. 196-199](#)

¹⁵¹ Marques, L. Significado geopolítico da visita do Príncipe Herdeiro saudita à França. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 14/2022, p. 152-161 \(155\)](#)

trabalhar juntos de forma mais eficaz. Frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da Ásia Central e MENA estabelecem parcerias, diálogos e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado.

A Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental (ESCWA/ONU) apoia a adaptação dos Estados-membros ao impacto das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que gerenciam de forma sustentável os seus recursos naturais. O Centro Árabe de Políticas de Mudança Climática da ESCWA aborda as implicações das mudanças climáticas no desenvolvimento sustentável na região. A partir de parcerias estratégicas, o Centro trabalha no fortalecimento da capacidade dos Estados-membros na avaliação, adaptação, mitigação e negociações e na implementação do Acordo de Paris. Ele fornece assistência técnica para facilitar a construção da resiliência climática, integrando considerações climáticas no planejamento e financiamento do desenvolvimento, e projetando uma interface de política científica para apoiar a formulação de políticas informadas.

ROHINGYAS: CINCO ANOS DE APATRIDIA

Centenas de milhares de refugiados apátridas Rohingya estão completando cinco anos de êxodo de Myanmar para Bangladesh, principalmente, mas também para Tailândia, Índia e Malásia. A situação se agravou depois que os militares, conhecidos como Tatmadaw, tomaram o poder em Myanmar, em fevereiro de 2021. Qualquer esperança de negociação para retorno dessa população a seu país de origem ficou muito mais difícil, apesar dos esforços internacionais.

Desde o golpe, o regime militar tem mostrado que atingirá qualquer pessoa, independentemente da etnia, religião, sexo ou idade, a fim de manter seu controle sobre o poder. Após a tomada do poder militar, a situação humanitária, de direitos humanos e de segurança no país se deteriorou. As potências globais não estão satisfeitas com a posição de Myanmar. Sanções seguem sendo impostas contra empresas ligadas a militares birmaneses – mas o grupo tem outras fontes financiamentos, de origem ilegal: metanfetamina, extração ilegal de madeira e minérios, etc.

Em março deste ano, os Estados Unidos declararam que a [opressão dos rohingya em Mianmar equivale a genocídio](#) depois que as autoridades confirmaram relatos de atrocidades em massa contra civis por parte dos militares de Myanmar em uma campanha generalizada e sistemática contra a minoria étnica.¹⁵² Desde o Holocausto, os Estados Unidos concluíram apenas sete outras vezes que o genocídio foi cometido. Esta determinação marca o oitavo. “Também reconhecemos que durante décadas os militares birmaneses mataram, estupraram e cometeram outras atrocidades contra membros de outros grupos étnicos e religiosos minoritários”, declarou em seu [discurso](#) o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken. O secretário também anunciou

¹⁵² A decisão foi baseada nas conclusões do [relatório](#) do *Bureau of Intelligence and Research (INR)* do Departamento de Estado americano. O relatório reúne documentação detalhada de fontes independentes e imparciais, incluindo organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, além de entrevistas a fugitivos do genocídio. “Embora este relatório se concentre na limpeza étnica contra Rohingya, também sabemos que os militares de Myanmar cometeram atrocidades e abusos contra outros grupos minoritários étnicos e religiosos, por décadas, como destacado em uma longa história de [relatórios de direitos humanos dos EUA sobre a Birmânia](#), completou o secretário em seu longo discurso.

Parte desse material compõe a exposição [O Caminho da Birmânia para o Genocídio](#), no Museu do Holocausto dos EUA, que mostra como os Rohingya passaram de cidadãos a apátridas – e se tornaram alvos de uma campanha planejada de genocídio.

[sanções](#) a 27 entidades e 70 indivíduos, incluindo comandantes militares, altos funcionários, seus familiares, implicadas em abusos ou apoio ao regime militar do Tatmadaw. O anúncio da determinação de genocídio veio acompanhado de [medidas](#): para apoiar assistência humanitária

A questão da crise dos Rohingya chegou a tribunais internacionais, onde o Tatmadaw negou as acusações de qualquer irregularidade. Em um comunicado, o secretário americano afirmou que os EUA continuam comprometidos com o avanço da justiça e responsabilidade” para os Rohingya e todas as pessoas de Myanmar. “Continuamos a apoiar o Mecanismo de Investigação Independente para Myanmar, o caso sob a Convenção de Genocídio que a Gâmbia apresentou contra a Birmânia perante o Tribunal Internacional de Justiça e tribunais credíveis em todo o mundo que têm jurisdição em casos envolvendo crimes de atrocidade dos militares birmaneses”, disse Blinken.¹⁵³

Para o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, os Rohingya devem fazer parte da solução da crise política de Myanmar, que deve ser abrangente, para um futuro inclusivo entre os muitos grupos étnicos e religiosos do país ¹⁵⁴

Os Rohingya são um grupo étnico, de maioria mulçumana, que viviam há séculos em Myanmar, antiga Birmânia, como um dos 135 grupos étnicos oficiais. No entanto desde a implantação da lei de cidadania, de 1982, a cidadania birmanesa foi negada ao Rohingya e hoje são o maior grupo apátrida, segundo a ACNUR e OIM. Como não-cidadãos, sofreram, desde 2012, perseguições promovidas pelas forças de segurança de Myanmar, de maioria budista extremista, envolvendo atos de crueldade, violência, estupro e inúmeras mortes, forçando dezenas de milhares de Rohingya a fugir para Bangladesh, Malásia, Índia, Tailândia e Indonésia

Bangladesh está hospedando mais de 1 milhão de refugiados Rohingya. As autoridades do país anfitrião expressaram frustração com o repatriamento, em condições seguras, dos refugiados para Myanmar e insistem que o repatriamento deles para sua própria terra é a única solução para a crise. “Instamos a comunidade internacional a trabalhar ao nosso lado para fornecer apoio ao povo rohingya, pressionando Myanmar para interromper a perseguição em massa e permitir o repatriamento seguro para suas casas”, disse Asaduzzaman Khan, ministro do Interior de Bangladesh.

Onde quer que os quase 3 milhões de Rohingya estejam, suas condições são precárias, e não é apenas por causa de ameaças de segurança ou monções, deslizamentos de terra e inundações, mas porque os Rohingya são um povo que não tem esperança de pertencer a qualquer lugar do mundo; eles não têm nacionalidade; eles não conseguem ter nacionalidade. São pessoas que ninguém quer.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Fórum de Cooperação China-África – perdão de dívida e aprofundamento de relações

¹⁵³ <https://apnews.com/article/religion-bangladesh-myanmar-united-nations-antonio-guterres-6884fc8df70394b944c95ae49c3cf918>

¹⁵⁴ [Solução 'abrangente' necessária para acabar com o deslocamento em massa de Rohingya | Notícias da ONU \(un.org\)](#)

A China anunciou o perdão a empréstimos feitos a 17 países da África e oferece US\$ 10 bilhões em fundos do FMI. Anúncio foi feito por ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, em reunião de coordenadores do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).¹⁵⁵

Desde 2000, Pequim anunciou várias rodadas de perdão de dívidas de empréstimos sem juros a países africanos, cancelando pelo menos US\$ 3,4 bilhões até 2019, de acordo com um estudo publicado pela Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins.¹⁵⁶ O anúncio na semana passada evidencia os esforços da China para construir laços com países em desenvolvimento, particularmente por meio de sua Iniciativa do Cinturão e Rota. Os EUA e a China vêm competindo por influência em todo o mundo e o anúncio ocorre em um momento crítico entre as duas potências.

Mas as relações de cooperação entre China e África não são novas e vêm avançando cada vez mais. Diante da nova situação internacional e dos diversos desafios globais, a China e a África mantêm a bandeira do multilateralismo e pode se constituir a espinha dorsal da Cooperação Sul-Sul. Aderindo ao conceito de sinceridade e ao conceito correto de justiça e interesses, a China está se tornando a primeira escolha para a cooperação na África.¹⁵⁷

A reunião do FOCAC de coordenadores sobre a Implementação dos Resultados da 8ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África teve por objetivo de avaliar e avançar nas ações definidas na conferência, que aconteceu em novembro de 2021, consolidando a solidariedade e a cooperação China-África. Wang Yi destacou que, por mais de meio ano, a China e a África mantiveram o curso, mantiveram a solidariedade e mantiveram-se focadas na cooperação, fazendo um bom progresso na implementação dos resultados da Conferência e trazendo benefícios reais ao povo africano. Os dois lados trabalharam em conjunto para um desenvolvimento resiliente e sustentável. China e África expandiram a cooperação em energia limpa, realizaram projetos de cooperação Sul-Sul para enfrentar as mudanças climáticas e construíram zonas de demonstração de baixo carbono.¹⁵⁸

Durante a 8ª Conferência Ministerial do FOCAC, o presidente chinês, Xi Jinping destacou os nove pontos do programa: engenharia da saúde(vacinas, insumos e especialistas em saúde pública; redução da pobreza e projetos agrícolas; promoção comercial; investimentos; inovação digital; desenvolvimento verde, capacitação; intercâmbio cultural e de pessoas; paz e segurança.¹⁵⁹ Na ocasião também foram adotados vários documentos (todos em português): **a) [Declaração de Dakar](#)** - na qual os líderes saúdam os avanços obtidos e concordam em aprofundar a parceria de cooperação estratégica e cooperação global China-África, em um momento que o mundo enfrenta turbulências, transformações e o multilateralismo está em risco; **b) Plano de Ação Dakar (2022-2024) I, II, III** – que envolve cooperação política e de governança; cooperação econômica e cooperação em Desenvolvimento Social; **c) [Declaração sobre a Cooperação China-África sobre Mudanças Climáticas](#)** – envolve cooperação prática: investimentos e financiamentos climáticos; troca de informações climáticas e ambientais; gestão de risco ambiental; **d) [Visão para a Cooperação China-África de 2035](#)** – que combina a Visão 2035 da

¹⁵⁵ [China renunciará a alguns empréstimos da África, oferecerá US\\$ 14 bilhões em fundos do FMI | The Straits Times](#)

¹⁵⁶ [China perdoa empréstimos feitos a 17 países da África | Mundo | O Globo](#)

¹⁵⁷ [China se tornou a primeira opção de cooperação entre países africanos \(focac.org\)](#)

¹⁵⁸ [Relatório do Conselheiro de Estado e Ministro das Relações Exteriores Wang Yi na Oitava Reunião Ministerial do Fórum sobre a Cooperação China-África \(focac.org\)](#)

¹⁵⁹ [China e África: Fortalecimento da Amizade, Solidariedade e Cooperação para uma Nova Era de Desenvolvimento Comum \(fmprc.gov.cn\)](#)

China, a Agenda 2030 da ONU, a Agenda 2063 da União Africana e as estratégias de desenvolvimento dos países africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ondas de calor, secas e incêndios florestais que devastam o hemisfério norte neste verão oferecem uma janela para o que será o futuro se as mudanças climáticas não forem controladas. Segundo especialistas, anunciam que o fenômeno incomum de um terceiro padrão climático sucessivo de La Nina no sul traga mais inundações e temperaturas mais frias para a Austrália, Nova Zelândia e África do Sul.

Cada vez menos pessoas negam o aquecimento global. Mas, a despeito do aumento de evidências sobre o quão os esforços de descarbonização são cruciais para impedir uma catástrofe climática, os países na vanguarda dos esforços de descarbonização estão retrocedendo, recorrendo ao carvão e ao petróleo para gerar eletricidade. A guerra da Rússia na Ucrânia desorganizou os planos para cumprir as metas e a preocupação com a interrupção do fornecimento de gás levou os países na Europa e na Ásia a recorrer novamente ao carvão, e ao petróleo, altamente poluentes, como opção de energia de emergência. Um ciclo vicioso.

Mas a atual situação é um lembrete para que os países acelerem suas transformações. Japão considera desenvolver novos reatores nucleares menores e mais seguros para aumentar a segurança energética.

China vem investindo em várias fontes de energia alternativas para substituir o carvão e acaba de divulgar seu plano de ação 2022-2030 para apoiar redução de carbono por meio de medidas científicas e tecnológicas. científica e tecnológica. O plano propõe ações de inovação científica e tecnológica e medidas de salvaguarda para apoiar o pico das emissões de dióxido de carbono até 2030 e fazer preparativos de pesquisa para a realização da neutralidade de carbono até 2060. O plano apresenta ações específicas para promover avanços tecnológicos e inovação na transformação energética verde e de baixo carbono, reengenharia de processos industriais de baixo e zero carbono, construção e transporte de baixo carbono, carbono negativo e redução da emissão de gases de efeito estufa além do dióxido de carbono, cooperação global, entre outros.¹⁶⁰

Como destacou David Victor, um dos principais autores do IPCC, para que as soluções saiam dos protocolos de intensões e se tornem efetivas, essas soluções devem ser locais e/ou regionais, o público e o privado devem trabalhar juntos e as melhores práticas devem ser compartilhadas. Talvez, agora, sentindo na pele as consequências da não ação, potenciais poluidoras como EUA e mesmo Europa, avancem nas formas de redução do carbono e na preservação da biodiversidade.

Os custos da inação serão maiores do que os custos da ação

¹⁶⁰ <https://portuguese.news.cn/20220819/ae62c46d051d4d71947e1b6621a2df81/c.html>

Nova representação

André Costa Lobato

Diplomacia

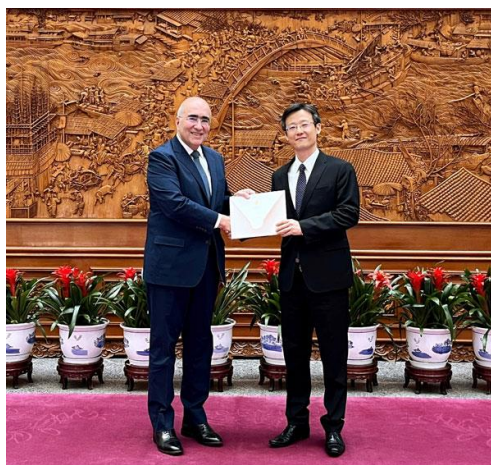
- Marcos Galvão, o novo embaixador do Brasil na China, teve suas credenciais recebidas pelo Protocolo do MRE chinês¹⁶¹. A China está sem embaixador no Brasil desde que Wang Wanming anunciou sua saída em fevereiro¹⁶². Antes de Galvão, o embaixador na China era, desde 2018, Paulo Estivalett¹⁶³. Em novembro passado o Senado sabatinou vários indicados pela Presidência. Estivalett foi selecionado para ir à Colômbia. A fala de Galvão no Senado pode ser vista [aqui](#).

- O ministério das Relações Exteriores chinês anunciou apoio à entrada da União Africana no G20 e apoiou Uganda na realização de uma nova reunião do Movimento dos Países Não-Alinhados. A União Africana pede para participar do G20 desde sua criação, em 1999¹⁶⁴. A China também irá abrir mão de 23 empréstimos sem juros de 17 países africanos que estavam para vencer no final de 2021¹⁶⁵.

- A China cortará tarifas sobre quase todos os itens tributáveis importados de 16 dos países mais pobres do mundo, como Camboja, Laos, Djibuti, Ruanda e Togo.¹⁶⁶ São quase 9 mil itens.

- A Embaixada da China nos EUA fez uma “Noite do Pandassário” no Smithsonian’s National Zoo para celebrar o 50º aniversário da chegada dos pandas gigantes aos Estados Unidos. Os pandas foram um presente de Zhou Enlai para a primeira-dama dos EUA, Pat Nixon.¹⁶⁷

- O China Daily publicou uma matéria sobre o entusiasmo da Embaixada Argentina na África do Sul com o mecanismo “Brics Plus”.¹⁶⁸



Sanitária

- A China continental deve alcançar esta semana a cifra de 3,5 bilhões de doses aplica de vacinas para o Novo Coronavírus.¹⁶⁹

- O Instituto de Zoologia da Academia Chinesa de Ciências (CAS) produziu o primeiro mamífero com engenharia genética de nível cromossômico, com uso de edição de genes e uma nova

¹⁶¹ https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202208/t20220822_10748659.html

¹⁶² <https://www.poder360.com.br/internacional/embaixador-da-china-no-brasil-anuncia-saida-do-cargo/>

¹⁶³ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/19/senado-aprova-novo-embaixador-do-brasil-na-china>

¹⁶⁴ <https://www.csis.org/analysis/was-g20-summit-win-africa>

¹⁶⁵ https://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx_662805/202208/t20220819_10745617.html

¹⁶⁶ <https://www.scmp.com/economy/global-economy/article/3188149/china-cuts-tariffs-cosies-16-worlds-poorest-nations-us>

¹⁶⁷ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/202208/t20220826_10753936.html

¹⁶⁸ <http://www.chinadaily.com.cn/a/202208/29/WS630c1675a310fd2b29e74b11.html>

¹⁶⁹ <http://www.nhc.gov.cn/xcs/yqfkdtd/202208/d3ad0adaf05640ffb674d0896f66f68f.shtml>

técnica de células-tronco. Os cientistas criaram um camundongo com um par de cromossomos a menos do que o padrão da espécie.¹⁷⁰

- A Comissão Nacional de Saúde será a sede de um novo sistema de conferências para tratar da política de estímulo demográfico. A medida foi decidida pelo Conselho de Estado e inclui 26 departamentos, como o Ministério das Relações Exteriores, Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação.¹⁷¹

Socioeconômica

- Secas e ondas de calor causaram cortes de energia em alguns lugares da China. Em Xangai, parte da iluminação pública foi desativada. Em Chongqing e Sichuan, a produção foi afetada. Um esforço nacional, com aportes de energia de outras províncias, tem sido orientado para manter as atividades industriais. Diante da queda de mais de 50% da capacidade hidrelétrica, Sichuan propôs, por exemplo, redução e mudança do horário das fábricas.¹⁷²¹⁷³¹⁷⁴

- O Departamento de Publicidade do Comitê Central do Partido Comunista da China continua com sua série de coletivas de imprensa sobre as mudanças dos últimos dez anos. Dados sobre o ciberespaço chinês foram divulgados abaixo, trechos do material divulgado¹⁷⁵¹⁷⁶¹⁷⁷:

“Regulamentação de atividades de fã-clubes, contas na Internet e violência no ciberespaço.”

“Em uma campanha recente para purificar o ambiente online, a China removeu mais de 20 bilhões de informações prejudiciais, incluindo rumores e fraudes cibernéticas, e quase 1,4 bilhão de contas.”

“Mais de 100 leis e regulamentos sobre segurança cibernética e de dados e proteção de informações pessoais foram promulgados, o que acelerou o processo de legalização do ciberespaço.”

“O presidente chinês Xi Jinping propôs uma comunidade de futuro compartilhado no ciberespaço. Seus quatro princípios são respeitar a soberania da Internet, manter a paz e a segurança, promover a abertura e a cooperação e cultivar a boa ordem.”

“A economia digital da China quadruplicou de 11 trilhões de yuans em 2012 para mais de 45 trilhões de yuans em 2021. A proporção da economia digital no PIB da China aumentou de 21,6% para 39,8 % na última década.”

Entre 2012 e 2021, a quantidade de internautas da China cresceu de 564 milhões para mais de 1,03 bilhão, ocupando o primeiro lugar no mundo, enquanto a taxa de penetração da internet atingiu 73%.”

¹⁷⁰<https://news.cgtn.com/news/2022-08-27/Scientists-engineer-first-mammal-with-whole-chromosome-rearrangements-1cPzwPDWFvg/index.html>

¹⁷¹http://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202208/19/content_WS62ff8145c6d02e533532f780.html

¹⁷²<https://www.globaltimes.cn/page/202208/1273433.shtml>

¹⁷³<https://www.france24.com/en/asia-pacific/20220822-lights-out-for-shanghai-s-bund-as-china-heatwave-sparks-power-cuts>

¹⁷⁴<https://www.globaltimes.cn/page/202208/1273793.shtml>

¹⁷⁵http://english.scio.gov.cn/pressroom/2022-08/19/content_78380068.htm

¹⁷⁶<http://www.ecns.cn/cns-wire/2022-08-29/detail-ihccnavh2355788.shtml>

¹⁷⁷http://english.scio.gov.cn/pressroom/2022-08/22/content_78382378.htm

A Lei de Redução da Inflação de 2022

Depois de meses para unir a bancada em torno de uma estratégia comum, a liderança democrata conseguiu a unidade partidária total em ambas as câmaras para aprovar o projeto que o partido tenta passar desde que a Administração Biden-Harris assumiu o cargo em janeiro de 2021. O pacote de mais de US\$ 700 bilhões inclui os investimentos mais extensos do país em novas iniciativas climáticas; permite ao Medicare negociar alguns preços de medicamentos, estende subsídios ao Obamacare (Affordable Care Act), reduz o déficit com um imposto mínimo corporativo de 15% e com um imposto sobre as recompras de ações corporativas.

A Lei de Redução da Inflação de 2022 ([Inflation Reduction Act of 2022 - IRA](#)) é um ato histórico para combater a inflação, aumentar a produção de energia limpa para reduzir as emissões de carbono em cerca de 40% até 2030 e baixar o custo da atenção médica negociando preços de medicamento através do Medicare e prorrogando a Lei de Cuidados Acessíveis ampliada ([Affordable Care Act - ACA](#)) por três anos, até 2025.

Estimativas feitas pela bancada democrática do senado:

Receita total a ser obtida pela lei	US\$ 737 bilhões
<i>Imposto mínimo corporativo de 15%</i>	<i>222 bilhões*</i>
<i>Reforma dos preços dos medicamentos prescritos</i>	<i>265 bilhões***</i>
<i>Execução fiscal da Receita Federal</i>	<i>124 bilhões**</i>
<i>Taxa de recompra de ações de 1%</i>	<i>74 bilhões*</i>
<i>Extensão de limitação de perda</i>	<i>52 bilhões*</i>
Total de investimentos	US\$ 437 bilhões
<i>Segurança energética e mudanças climáticas</i>	<i>369 bilhões*</i>
<i>Extensão da Lei de Cuidados Acessíveis</i>	<i>64 bilhões**</i>
<i>Resiliência da Seca Ocidental</i>	<i>4 bilhões***</i>
Redução total do déficit	mais de US\$ 300 bilhões

* = Estimativa da Comissão Mista de Tributação ** = Estimativa do Escritório de Orçamento do Congresso *** = Estimativa do Senado, aguardando pontuação final do CBO

Detalhes do [sumário da Lei de Redução da Inflação](#):

1. **Expansão dos benefícios do Medicare:** vacinas gratuitas (2023), insulina US\$ 35/mês (2023) e gastos do bolso além de US\$ 4.000 ou menos em 2024 e US\$ 2.000 em 2025
2. **Redução das contas de energia:** reduz as contas de energia em US\$ 500 para US\$ 1.000 por ano
3. **Investimento em clima:** redução das emissões de carbono em cerca de 40% até 2030
4. **Redução dos custos de saúde:** economia média de US\$ 800/ano daqueles que participam do ACA, negociação pelo Medicare de 100 medicamentos na próxima década, exigindo que as empresas farmacêuticas reduzam os aumentos de preços acima da inflação
5. **Cria empregos na indústria:** mais de US\$ 60 bilhões investidos criarão milhões de novos empregos domésticos na indústria limpa
6. **Investimento em comunidades desfavorecidas:** limpar a poluição e tomar medidas para reduzir a injustiça ambiental com US\$ 60 bilhões para a justiça ambiental
7. **Fechar as brechas fiscais usadas pelos ricos:** um imposto mínimo corporativo de 15%, uma taxa de 1% sobre recompra de ações e maior fiscalização da Receita Federal
8. **Proteção das famílias e pequenas empresas que ganham \$400.000 ou menos.**

Ainda que isso represente um avanço a Vice-Presidente Harris lamentou que nenhum membro do partido de oposição tenha assinado a nova lei. [Disse ela](#): "Infelizmente, nenhum republicano no Congresso votou a favor do pacote. Nenhum republicano votou para reduzir o custo dos medicamentos prescritos, reduzir os prêmios de seguro de saúde, fazer investimentos para enfrentar a crise climática, combater a inflação ou exigir que as corporações paguem sua parte justa."

Outros políticos, como [Bernie Sanders](#) reconhecem e apoiam a lei mas dizem que apesar de ser um bom início faltaria muito para ser um pacote que possa resolver os problemas econômicos e sociais que enfrenta o país.

Um ponto da lei que tem chamado a atenção da imprensa e de críticos é o aumento substancial do orçamento da receita federal americana que deve receber um aumento de oitenta bilhões nos próximos dez anos e a metade será para repor a capacidade de fiscalização e auditoria das declarações de renda.

Clima na prática

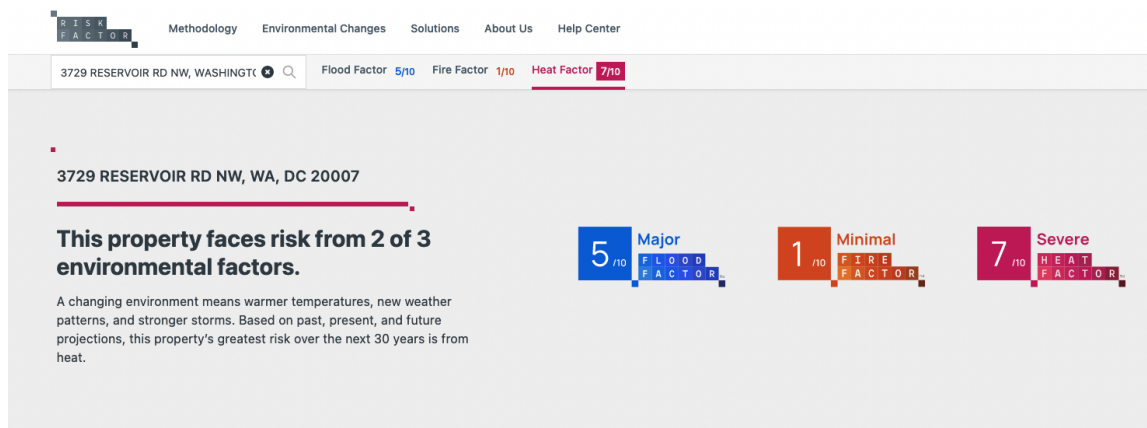
A [First Street Foundation](#) lançou um modelo sobre efeitos do calor extremo nos EUA. O [modelo](#) permite conhecer o impacto do aumento das temperaturas nos próximos 30 anos ao nível de propriedades. A análise combina medições das temperaturas da superfície da terra, superfícies impermeáveis, cobertura da terra e proximidade com a água. O modelo calcula a exposição térmica atual e projeta cenários futuros, permitindo determinar o número de dias que qualquer propriedade deverá experimentar níveis perigosos de calor.

O modelo apontou que a mudança mais severa seria no condado de Miami-Dade, onde o número de dias mais quentes (41,6°C) aumentarão de 7 para 34 dias até 2053. Em todo o país, em média, os 7 dias mais quentes devem aumentar para 18 dias até 2053.

O calor extremo (51,6°C) deve afetar 50 municípios onde vivem cerca de 8,1 milhões de habitantes, que devem experimentar temperaturas acima de 125°F em 2023, o nível mais alto do índice de calor dos Serviços Meteorológicos Nacionais. Até 2053 mais de mil condados devem superar essa temperatura, uma área que abriga 107,6 milhões de americanos e cobre um quarto da área terrestre dos EUA. Esta área emergente, concentrada em uma região geográfica que a Fundação chama de "Cinturão de Calor Extremo", se estende das fronteiras do Norte do Texas e Louisiana até Illinois, Indiana, e até mesmo para Wisconsin.

"O aumento das temperaturas é amplamente discutido como médias, mas o foco deve ser a extensão dos eventos extremos de cauda esperados em um determinado ano", disse Matthew Eby, fundador e CEO da First Street Foundation. "Precisamos estar preparados para o inevitável, que um quarto do país em breve cairá dentro do Cinturão de Calor Extremo com temperaturas superiores a 125°F e os resultados serão terríveis."

O modelo de calor extremo da First Street Foundation será agora incorporado com fator de risco para cada propriedade nos Estados Unidos contíguos. Os visitantes do Fator de Risco encontrarão seu Fator de Calor ao lado de seu Fator de Inundação e Fator de Incêndio e poderão aprender os riscos específicos para sua propriedade, hoje e até 30 anos no futuro.




CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins - Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Fabiane Gaspar - Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fiocruz

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard – Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luís Fiori - Professor emérito dos Programas de Pós-graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ), e em Bioética e Ética Aplicada (PPGBIOS/UFRJ), da UFRJ. Coordenador do GP do CNPQ, “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo”, e do Laboratório de “Ética e Poder Global”, do NUBEIA/ UFRJ; pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP)

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Karinne Marieta Carvalho – IFF/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Paolo Ballardelli - Director del Programa Subregional para Sudamérica, OPS/OMS

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Renê Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Baixada Santista, e Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Sofia Farante - Consultora del Programa Subregional para Sudamérica, OPS/OMS

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Pesquisador, Casa de Oswaldo Cruz (COC), Fiocruz

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **58** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **18** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMvaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 8 de setembro, 5ª feira, 10-12:30h – Cooperação internacional em saúde

Dia 21 de setembro, 4ª feira, 10-12:30h – Agenda política global e saúde: A 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 16/2022

Período de 16 a 29 de agosto de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2022.

162 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.